



**Maria da Anunciação  
Fernandes de Bastos**

**O Justo Valor como Instrumento de Alteração do  
Paradigma de Mensuração Contabilística**



**Maria da Anunciação  
Fernandes de Bastos**

**O Justo Valor como Instrumento de Alteração do  
Paradigma de Mensuração Contabilística**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Auditoria, realizada sob a orientação científica do Dr. Domingos José da Silva Cravo, Professor Coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

## **o júri**

presidente

**Prof. Doutora Maria da Fátima Marques Teixeira Lopes Pinho**  
professora adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da  
Universidade de Aveiro

orientador

**Prof. Dr. Domingos José da Silva Cravo**  
professor coordenador do Instituto Superior de Contabilidade e Administração da  
Universidade de Aveiro

arguente

**Prof. Doutor José António Cardoso Moreira**  
professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade do Porto

## **agradecimentos**

Em primeiro lugar, ao Professor Dr. Domingos José da Silva Cravo, toda a disponibilidade, apoio, e estímulo demonstrado ao longo da realização deste trabalho, bem como por todos os sábios comentários, correcções e sugestões que contribuíram de forma decisiva para a conclusão deste projecto.

Aos meus amigos e colegas de trabalho pelo incansável apoio, incentivo e amizade sempre demonstrados, especialmente quando mais foi necessário.

A todos os entrevistados que se disponibilizaram a participar na realização deste trabalho.

Aos meus Pais, Irmãos e outros familiares mais directos pelo amor, apoio e compreensão incondicionais.

## palavras-chave

justo valor, custo histórico, mensuração, *full fair value*

## resumo

O grande desenvolvimento e expansão das tecnologias de informação aliado à globalização da economia vieram impulsionar o desenvolvimento dos mercados de capitais a nível mundial e fomentaram substancialmente a internacionalização dos negócios. A realidade económica foi fortemente afectada por estes factores, que favoreceram, entre outros, o aumento e complexidade das operações comerciais, a deslocalização e internacionalização dos negócios, a diversificação das operações financeiras.

Atendendo aos desenvolvimentos da envolvente actual e à rapidez com que se fazem os negócios, os utilizadores da informação financeira são cada vez mais exigentes e manifestam novas e mais complexas necessidades de informação que outrora.

O custo histórico foi considerado, tradicionalmente, como sendo a principal base de mensuração subjacente à elaboração das demonstrações financeiras. Porém, é consensual não só que existe um afastamento entre o valor económico de uma entidade e o valor que as demonstrações financeiras apresentam da mesma mas também que se procura reduzir o *gap* existente entre estas duas realidades.

A ausência de uma resposta global por parte da teoria contabilística, baseada de sobremaneira no custo histórico, às novas e mais exigentes necessidades de informação relevante e fiável para a tomada de decisões, levou à progressiva utilização do justo valor.

Assim, na presente dissertação propomo-nos estudar se a base de mensuração a justo valor pode ser tida como uma alternativa ao custo histórico, e discutir se a mesma se constitui verdadeiramente como metodologia que possa substituir o custo histórico, identificando possíveis caminhos no desenvolvimento futuro do modelo de mensuração contabilística, ou se, de outro modo, apenas pode ser um instrumento de redução de algumas das insuficiências do custo histórico, mas sem nunca se assumir como verdadeira alternativa. Com o objectivo de validar o problema em análise realizámos um conjunto de entrevistas a vários tipos de interessados na informação financeira produzida pelas empresas.

De entre as principais conclusões desta investigação, que pretende ser exploratória, é de destacar que verdadeiramente a base de mensuração a justo valor pode ser encarada como uma forma de complementar as insuficiências da base de mensuração a custo histórico mas a elevada subjectividade inerente não a constitui como verdadeira alternativa, pelo menos para todos os elementos das demonstrações financeiras.

**keywords**

fair value, historical cost, measurement, *full fair value*

**abstract**

The information technology expansion and development combined with the economy globalization have thrust capital markets development worldwide and improved business internationalization at a substantial level. The current economic activity was severely affected by those factors, which have privileged, among others, commercial activities complexity and increase, business internationalization and delocalization and financial operations diversification.

Considering today's surroundings and how fast businesses are being made, financial information users are becoming more demanding and express new and more complex information needs than ever.

Historical cost was considered, traditionally, as the cornerstone of all measurement underlying financial statements preparation. However, it's consensual not only that one's entity economic value and the value presented by that entity financial statements are drifting apart but also that we're trying to reduce the gap between those two realities.

The absence of an accounting theory global answer, based particularly on historical cost, to new and more demanding needs for relevant and reliable information useful for decision making, led to the progressive utilization of fair value.

Therefore, in this dissertation, we will investigate if fair value measurement is an alternative to historical cost and discuss if it's truly a methodology to supersede historical cost, identifying possible paths in future accounting measurement developments, or if, otherwise, can only be seen as a means to reduce historical cost shortcomings, but never as a truly alternative. Focused in validating the problem in question we have made some interviews to diverse people interested in the financial information produced by companies.

Among the main conclusions of this investigation, exploratory as is intended to be, we accentuate that fair value measurement can truly be faced as a means to complement historical cost measurement shortcomings but its high inherent subjectivity will not allow it to be a truly alternative, at least for all financial statements elements.

# ÍNDICE GERAL

<b>O JÚRI .....</b>	<b>III</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>V</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>VII</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE GERAL .....</b>	<b>XI</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>XIX</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>XXI</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO .....	3
OBJECTIVOS E RELEVÂNCIA DO ESTUDO .....	5
DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DE ESTUDO .....	6
ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	7
<b>PARTE I – ABORDAGEM CONCEPTUAL E NORMATIVA .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I – A MENSURAÇÃO EM CONTABILIDADE .....</b>	<b>13</b>
1.1. O OBJECTIVO DA CONTABILIDADE .....	15
1.1.1. Conceito .....	15
1.1.2. O reconhecimento contabilístico .....	16
1.1.3. A mensuração no processo de reconhecimento .....	20
1.1.3.1. Da heterogeneidade ao valor .....	20
1.1.3.2. A unidade monetária como factor de homogeneização .....	21
1.1.3.3. O que medir? .....	22
1.1.3.4. Como medir? .....	22
1.2. A MENSURAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	23
1.2.1. Bases de mensuração .....	25
1.2.1.1. Custo histórico .....	25
1.2.1.2. Custo corrente .....	26
1.2.1.3. Valor realizável (de liquidação) .....	27
1.2.1.4. Valor presente .....	27

<b>CAPÍTULO II – DO CUSTO HISTÓRICO AO JUSTO VALOR.....</b>	<b>31</b>
2.1. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	33
2.1.1. Relevância .....	35
2.1.2. Fiabilidade .....	36
2.2. UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	39
2.3. OS UTILIZADORES E AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....	41
2.4. AS BASES DE MENSURAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	42
2.4.1. O custo histórico, a fiabilidade e a relevância.....	43
2.4.2. O justo valor, a fiabilidade e a relevância.....	47
2.5. ALGUMAS PERSPECTIVAS PARA A EVOLUÇÃO DO MODELO DE MENSURAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	52
2.5.1. O ponto de partida.....	52
2.5.2. Selecção da base de mensuração: factores a considerar.....	54
2.5.3. Base única de mensuração .....	56
2.5.4. Duas bases de mensuração em simultâneo .....	60
2.5.5. Bases combinadas de mensuração.....	61
2.5.5.1. Estrutura do modelo .....	61
2.5.5.2. Variantes do modelo .....	63
<b>CAPÍTULO III – A POSIÇÃO DE ALGUNS ORGANISMOS COM PODER DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....</b>	<b>69</b>
3.1. IASB: O JUSTO VALOR NAS NORMAS EMITIDAS .....	71
3.2. FASB .....	80
3.2.1. O justo valor nas normas emitidas.....	80
3.2.2. Técnicas de determinação do justo valor nas normas emitidas .....	88
3.2.3. O processo de convergência do FASB e do IASB em matéria de mensuração .....	89
3.3. UE .....	91
3.3.1. Algumas notas acerca da harmonização contabilística comunitária .....	91
3.3.2. A mensuração ao custo histórico nas Directivas Comunitárias .....	93
3.3.3. Do custo histórico ao justo valor.....	95
3.3.4. A Directiva do Justo Valor.....	98



<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>103</b>
<b>CAPÍTULO IV – METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO .....</b>	<b>105</b>
4.1. INTRODUÇÃO.....	107
4.2. OBJECTIVOS DO ESTUDO .....	107
4.3. METODOLOGIA DE RECOLHA DOS DADOS E SUA ANÁLISE.....	109
4.3.1. Instrumento de recolha dos dados.....	109
4.3.2. Selecção e caracterização da amostra.....	110
4.3.3. Processo de recolha dos dados.....	112
4.3.4. Modelo de análise dos dados .....	113
<b>CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>117</b>
5.1. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS.....	119
5.1.1. Característica de entre a relevância e a fiabilidade que melhor contribui para a qualidade da informação financeira.....	119
5.2. CUSTO HISTÓRICO .....	120
5.2.1. Vantagens.....	120
5.2.2. Desvantagens .....	121
5.2.3. Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores .....	121
5.2.4. Adequação do critério de mensuração para a divulgação da informação financeira.....	123
5.2.5. Razões que podem levar à mudança para outros critérios de mensuração .....	124
5.2.6. Aplicação da mudança a todos os elementos das demonstrações financeiras .....	125
5.2.7. Aplicação da mudança a todo o tipo de empresas.....	126
5.3. SURGIMENTO DO JUSTO VALOR E SUA DETERMINAÇÃO .....	127
5.3.1. O princípio da prudência como um primeiro passo na aplicação do justo valor... ..	127
5.3.2. Razões, factos ou situações que levaram ao seu surgimento .....	129
5.3.3. Vantagens.....	130
5.3.4. Desvantagens .....	131
5.3.5. Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores .....	131
5.3.6. Adequação da opção dos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto.....	133
5.3.7. Opinião sobre a forma de cálculo preconizado nas normas internacionais .....	134
5.3.8. Necessidade de maior discriminação na forma de cálculo .....	135
5.3.9. Influência da forma de cálculo nas características qualitativas da informação financeira. ....	136

5.4. EVOLUÇÃO NA UTILIZAÇÃO DO JUSTO VALOR .....	137
5.4.1. Tendência futura na utilização do justo valor .....	137
5.4.2. Opinião sobre essa tendência .....	138
5.4.3. Impacto do <i>full fair value</i> na qualidade da informação financeira .....	139
5.4.4. Tratamento das diferenças de justo valor pelos organismos normalizadores .....	140
5.4.5. A aplicação do justo valor e a existência de mecanismos de <i>enforcement</i> .....	141
5.4.6. A adoção do justo valor garante a neutralidade da informação .....	142
5.4.7. Opinião sobre a abordagem do justo valor na proposta do novo SNC .....	143
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>145</b>
RESUMO E PRINCIPAIS CONCLUSÕES .....	147
POSSÍVEIS DESENVOLVIMENTOS DO ESTUDO .....	154
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>155</b>
<b>ANEXO 1 – QUADRO RESUMO COM AS NORMAS DO IASB.....</b>	<b>175</b>
<b>ANEXO 2 – QUADRO RESUMO COM AS NORMAS DO FASB.....</b>	<b>179</b>
<b>ANEXO 3 – GUIÃO DA ENTREVISTA .....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXO 4 – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA A P9.....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO 5 – GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS .....</b>	<b>201</b>

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Características qualitativas da informação financeira: FASB, IASB e ASB .....	34
<b>Quadro 2</b> – Utilização do justo valor na mensuração inicial das transacções .....	75
<b>Quadro 3</b> – Utilização do justo valor na atribuição das quantias iniciais de uma transacção aos seus elementos constitutivos .....	76
<b>Quadro 4</b> – Utilização do justo valor na determinação da imparidade de activos .....	77
<b>Quadro 5</b> – Utilização do justo valor na mensuração subsequente.....	79
<b>Quadro 6</b> – Quadro-critério para a selecção da amostra.....	111
<b>Quadro 7</b> – Caracterização dos entrevistados.....	111

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAA – American Accounting Association

AcSB – Canadian Accounting Standards Board

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

ASB – Accounting Standards Board

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

CNC – Comissão de Normalização Contabilística

CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas

EUA – Estados Unidos da América

FASB – Financial Accounting Standards Board

FIFO – First in First out

IAS – International Accounting Standard(s) / Norma(s) Internacional(ais) de Contabilidade

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

ICAEW – Institute of Chartered Accountants in England & Wales

IFRS – International Financial Reporting Standard

IOSCO – International Organization of Securities Commissions

LIFO – Last in First out

MoU – Memorandum of Understanding

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

POC – Plano Oficial de Contabilidade

ROC – Revisor Oficial de Contas

SEC – Securities and Exchange Commission

SFAC – Statement of Financial Accounting Concepts

SFAS – Statement of Financial Accounting Standards

SGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

UE – União Europeia

US-GAAP – United States Generally Accepted Accounting Principles

# INTRODUÇÃO

## ***Enquadramento e justificação da investigação***

O grande desenvolvimento e expansão verificado nas tecnologias de informação, que ocorreu essencialmente na última década do século passado, aliado à globalização da economia vieram impulsionar o desenvolvimento dos mercados de capitais a nível mundial e incrementaram substancialmente a internacionalização dos negócios. Todos estes factores contribuíram de forma decisiva para a alteração da realidade económica, caracterizada actualmente pelo aumento e complexidade das operações comerciais, pela deslocalização e internacionalização das unidades produtivas, pela diversificação das operações financeiras, entre outras.

A quantidade de informação existente no passado que era verdadeiramente útil para a tomada da decisão era, geralmente, restrita a um conjunto de utilizadores de um determinado meio e com um certo tipo de necessidades. Actualmente, a realidade é sobejamente diferente. Com os desenvolvimentos que foram ocorrendo na envolvente e a rapidez com que se desenvolvem os negócios, a informação financeira está acessível a um vasto conjunto de utilizadores, em qualquer parte do mundo, os quais são cada vez mais exigentes e manifestam novas e mais complexas necessidades de informação. Para a completa satisfação das suas necessidades, eles requerem uma informação que seja, não só fiável mas também relevante para os auxiliar na tomada das suas decisões económicas.

É objectivo do relato financeiro *“proporcionar informação útil para os actuais e potenciais investidores e credores e outros na realização de investimentos, créditos e decisões similares de afectação de recursos”*<sup>1</sup> (IASB 2006c, § OB2). Por outro lado, a Contabilidade, enquanto disciplina científica, tem como objectivo identificar, medir e comunicar informação económica que permita aos utentes da informação efectuar julgamentos e tomar decisões informadas. Ora, sendo este processo de identificação, medição e, mesmo, de comunicação da informação económica condicionado pela envolvente, exige-se à Contabilidade que acompanhe a evolução da mesma para que os objectivos a que se propõe sejam efectivamente atingidos, designadamente, o de ter a capacidade de responder às necessidades de um vasto conjunto de utilizadores com interesses distintos, e até mesmo antagónicos.

---

<sup>1</sup> Todas as traduções que apresentamos ao longo da dissertação são da nossa responsabilidade.

Sendo a realidade composta por elementos heterogéneos, torna-se fulcral associar a cada elemento uma grandeza que os traduza numa unidade comum para, deste modo, promover a sua comparabilidade. Para além de se estabelecer aquela grandeza, não menos importante é seleccionar a técnica de relevação contabilística, baseada em princípios e postulados, que permita apresentar os respectivos elementos nas demonstrações financeiras. Este último procedimento é de todo essencial no processo contabilístico, uma vez que vai ter impacto na produção da informação financeira e, por conseguinte, afectar a tomada de decisões por parte dos diferentes utilizadores.

O custo histórico foi considerado, tradicionalmente, como sendo uma das mais importantes bases de mensuração subjacentes à elaboração das demonstrações financeiras, a tal ponto que o seu desrespeito chegou a ser interpretado como gerador de informação financeira errada. Porém, as actuais exigências de informação financeira, impulsionadas pela dinâmica e desenvolvimento dos mercados financeiros, obrigaram os organismos normalizadores a ajustarem os seus sistemas contabilísticos quanto à mensuração dos elementos das demonstrações financeiras. Com efeito, alguns elementos eram reflectidos por valores muito desactualizados face ao seu actual valor económico, e outros simplesmente não eram reflectidos pela Contabilidade<sup>2</sup>.

É consensual que existe um afastamento entre o valor económico de uma entidade e o valor que as demonstrações financeiras apresentam da mesma. E, também nos parece comumente aceite a necessidade de procurar reduzir o *gap* existente entre aquelas duas realidades, para que o objectivo último das demonstrações financeiras seja alcançado (transmissão de forma verdadeira e apropriada da situação patrimonial da empresa e do seu desempenho).

Foi, pois, a ausência de uma resposta global por parte da teoria contabilística, baseada sobremaneira no custo histórico, às novas e mais exigentes necessidades de informação relevante e fiável para a tomada de decisões, que levou à emergência do justo valor.

O presente estudo, vai pois, como adiante melhor se explanará, analisar este período de incongruências paradigmáticas, no sentido de tentar perceber se estamos numa fase de

---

<sup>2</sup> Exemplo disto podemos encontrar os instrumentos financeiros. O facto de certos instrumentos financeiros, nomeadamente, os contratos sobre futuros financeiros, terem um custo inicial nulo ou quase nulo faz com que pela utilização do princípio do custo histórico não se pudesse fazer o reconhecimento contabilístico dos mesmos. Isto faz com que o instrumento se torne num derivado invisível.



mero ajustamento das teorias ao paradigma, ou se, pelo contrário, estaremos na presença da emergência de um novo paradigma, na verdadeira acepção Kuhniana.

## ***Objectivos e relevância do estudo***

Face à importância da mensuração no processo contabilístico, e atendendo à realidade actual, onde os utilizadores da informação financeira são cada vez mais exigentes, os principais objectivos da nossa dissertação consistem no estudo, com um carácter exploratório, se a base de mensuração a justo valor pode ser tida como uma alternativa ao custo histórico, e discussão sobre se o justo valor constitui verdadeiramente uma metodologia que possa substituir aquele, identificando possíveis caminhos no desenvolvimento futuro do modelo de mensuração contabilística, ou se, doutro modo, apenas pode ser um instrumento de redução de algumas das insuficiências do custo histórico, mas sem nunca se assumir como verdadeira alternativa. Por outro lado, obtivemos e analisamos a opinião que diferentes utilizadores da informação financeira têm sobre aquelas questões de base.

Para tal, retivemos os seguintes objectivos específicos:

- analisar as questões teóricas pertinentes em torno da problemática da mensuração contabilística;
- caracterizar as bases de mensuração (custo histórico e justo valor) e relacioná-las com as características qualitativas da informação financeira e necessidades dos seus utilizadores;
- explorar algumas das possíveis tendências para a evolução futura do modelo de mensuração contabilística;
- verificar como a problemática da mensuração contabilística tem vindo a ser tratada por alguns dos principais organismos com poder de normalização;
- obter opinião de vários tipos de interessados na informação financeira produzida pelas empresas, acerca da importância dos critérios de mensuração actualmente adoptados, e da eventual alteração do modelo normativo no sentido do acolhimento, ou não, de critérios assentes no justo valor, *maxime* do *full fair value*; e,

- residualmente, dado que o sistema contabilístico nacional se encontra em fase de mudança, aproveitou-se também o presente estudo para conhecer a opinião de vários tipos de interessados na informação financeira sobre o novo sistema, em matéria de adopção de justo valor.

Por ser um estudo actual que incide sobre o que é, do nosso ponto de vista, uma questão fulcral no processo contabilístico e muito oportuno no actual contexto económico, consideramos que a presente dissertação poderá constituir um modesto contributo para o aprofundamento desta temática.

Importa, contudo, sublinhar que, dada a natureza exploratória do nosso estudo, não é nosso objectivo apresentar soluções acabadas, mas antes discutir e apontar alguns caminhos futuros em termos da eventual utilização do justo valor. Propomo-nos com o presente estudo reflectir sobre os conceitos, equacionando hipóteses e antecipar algumas respostas que se nos afiguram possíveis no actual quadro de referência contabilístico. Pretendemos, assim, contribuir para uma investigação, que se quer de maior dimensão e profundidade, sobre uma temática que é fundamental em Contabilidade.

## ***Delimitação do objecto de estudo***

O presente estudo circunscreve-se à análise da problemática da mensuração contabilística e da sua evolução no quadro normativo das entidades normalizadoras, assim como à análise da relação existente entre as bases de mensuração, nomeadamente, o custo histórico e o justo valor, e as características qualitativas da informação financeira e as necessidades dos seus utilizadores.

Deste modo, a análise das bases de mensuração no presente estudo, alude, essencialmente, o custo histórico e o justo valor, não obstante termos efectuado, pontualmente, referência a outras bases. Por outro lado, e no que respeita às características qualitativas da informação financeira, incidimos o nosso estudo sobre a fiabilidade e a relevância por serem, em nosso entender, aquelas que mais afectadas são pela utilização de cada uma daquelas bases de mensuração.

De referir, por fim, que toda a análise normativa efectuada nesta dissertação terá por base as normas emanadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), por ser um organismo internacional de normalização e pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB) pois consideramos serem estas as duas entidades mais representativas e importantes de normalização contabilística a nível mundial, sendo também as mais referenciadas na literatura. Naturalmente, que fizemos também algumas referências às políticas de harmonização contabilística seguidas pela União Europeia (UE), pela relevância que este espaço geográfico possui na economia mundial. Finalmente, sempre que nos pareceu adequado, e, em especial em matéria da estrutura conceptual, também fizemos algumas referências a documentos produzidos pelo *Accounting Standards Board* (ASB) do Reino Unido, pela relevância conceptual que lhe é reconhecida.

## ***Estrutura da dissertação***

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes, num total de cinco capítulos: na primeira parte, efectuamos uma abordagem conceptual e normativa da problemática da mensuração, organizada em três capítulos, para numa segunda parte apresentarmos o estudo empírico, que engloba os dois últimos capítulos.

No primeiro capítulo, efectuamos uma abordagem sumária da problemática da mensuração em Contabilidade. Para melhor compreendermos esta temática iniciamos com a identificação do conceito e objectivo da Contabilidade para, seguidamente, centramos a análise no reconhecimento contabilístico da realidade económica em que uma entidade se insere e que a afecta. Aqui identificamos quais os elementos dessa realidade que vão ser relevados pelo sistema contabilístico, assim como os critérios a que os mesmos terão de obedecer. Posteriormente, analisamos o papel da mensuração no processo de reconhecimento abordando, designadamente, a utilização da unidade monetária com factor de homogeneização, o processo de identificação dos elementos a medir e a forma de como proceder a essa medição. De seguida, focalizamo-nos na mensuração contabilística e, mais concretamente, no estudo das bases de mensuração preconizadas em instrumentos de normalização contabilística emitidos pelos organismos já referidos e, em especial, nas respectivas estruturas conceptuais.

O segundo capítulo é dedicado a uma análise mais detalhada das duas bases de mensuração objecto do nosso estudo: o custo histórico e o justo valor. Desta forma, começamos por identificar as características qualitativas da informação financeira e aferir, em que medida as mesmas têm consequências em matéria de mensuração. Seguidamente, e após identificarmos os utilizadores da informação financeira e suas necessidades, relacionamos estes utilizadores com as características qualitativas da informação financeira. Identificamos ainda as principais vantagens e limitações associadas a cada uma daquelas bases. Apresentamos, igualmente, a opinião de alguns dos seus proponentes e opositores, de modo a podermos aferir dos principais contributos de cada uma daquelas bases de mensuração para a relevância e fiabilidade da informação. Por fim, traçamos alguns dos caminhos futuros no modelo de mensuração contabilística que melhor responderão às actuais necessidades dos utilizadores.

O terceiro capítulo é reservado à análise da forma como os normativos contabilísticos de diferentes entidades com poderes de normalização, designadamente, do IASB, do FASB e da UE, tratam a questão da mensuração, nomeadamente, a introdução e evolução das bases de mensuração do custo histórico e do justo valor. Assim, começamos por analisar com mais detalhe a evolução destas bases de mensuração no corpo normativo do IASB, pelo facto das suas normas terem um alcance mundial e predomínio em termos do relato financeiro. De seguida, abordamos as normas do FASB, em especial quanto aos aspectos em que as mesmas se diferenciam das que são emanadas pelo IASB. Pareceu-nos ainda importante ter em consideração o actual esforço de convergência em matéria de harmonização das normas produzidas por ambos os organismos. Por último, no que respeita à UE, uma vez que nos termos da estratégia que estabeleceu, decidiu seguir de perto as normas do IASB, no âmbito do processo de harmonização comunitária, a nossa abordagem passou por tecer algumas notas acerca daquele processo e, apresentar a evolução das Directivas Comunitárias, no que respeita ao acolhimento do justo valor.

A segunda parte, engloba o quinto e o sexto capítulos que estão reservados para o estudo empírico efectuado através da realização de entrevistas. No quinto capítulo, após efectuarmos uma caracterização genérica do tipo de estudo realizado e a definição dos seus objectivos, gerais e específicos, identificam-se as orientações metodológicas, justificando-se a opção tomada em termos de instrumento de recolha de informação e selecção da amostra, o processo de recolha de dados e o modelo seguido para o seu tratamento e

análise. No sexto capítulo apresentamos e analisamos os dados recolhidos das entrevistas e interpretamos os resultados obtidos.

Por fim, apresentamos um resumo e as principais conclusões de toda a investigação realizada, assim como os seus possíveis desenvolvimentos futuros.

# PARTE I

---

ABORDAGEM CONCEPTUAL  
E NORMATIVA

# I

## CAPÍTULO

# A MENSURAÇÃO EM CONTABILIDADE

A mensuração assume um papel fulcral no processo contabilístico. Contudo, e apesar de ser considerado um tema de grande importância, é uma área relativamente pouco desenvolvida nas diferentes estruturas conceptuais existentes, como fica patente pela circunstância de, na maior parte dos casos, as mesmas se limitarem a listar as bases de mensuração e pouco mais.

Não tem sido prática que as estruturas conceptuais – de resto, como a maioria das normas – apresentem análise das vantagens e das desvantagens associadas a cada base de mensuração ou quais os pressupostos que se devem verificar para justificar a escolha de uma ou mais bases de entre as diferentes preconizadas nessas estruturas conceptuais.

Visando perceber tais pressupostos e os inerentes impactos na qualidade do relato financeiro produzido, vamos, a partir dos objectivos consignados à disciplina contabilística, analisar a importância da mensuração e quais são as bases de mensuração prescritas nas estruturas conceptuais de diferentes organismos normalizadores, em especial, do IASB.

## ***1.1. O objectivo da Contabilidade***

Para melhor entendermos quais são os objectivos da Contabilidade interessa, em primeira linha, perceber qual o conceito que é dado à mesma.

### **1.1.1. Conceito**

De acordo com “*A Statement of Basic Accounting Theory*” emitida pelo *American Accountitng Association* (AAA), em 1966, a Contabilidade é “*o processo de identificar, medir e comunicar informação económica que permita aos utentes da informação efectuar julgamentos e tomar decisões informadas*”<sup>3</sup> (in Ijiri 1975, p. 29).

---

<sup>3</sup> Na mesma linha o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), já em 1941, tinha definido Contabilidade, no *Accounting Terminology Bulletin* n.º 1, como “*a arte de registar, classificar e sintetizar de maneira significativa e em termos monetários, transacções e eventos que são, pelo menos em parte, de carácter financeiro, interpretando os seus resultados*” (in Ijiri 1975, p. 29). Cañibano Calvo (1995, p. 43) vem precisar mais tarde que “*a contabilidade é uma ciência de natureza económica que tem por objectivo produzir informação para tornar possível o conhecimento passado, presente e futuro da realidade económica em termos quantitativos em todos os seus níveis organizacionais, mediante a utilização de um método específico apoiado em bases suficientemente examinadas com o objectivo de facilitar a tomada de decisões financeiras externas e as de planificação e controlo interno*”.



É então propósito da Contabilidade produzir e comunicar informação cuja finalidade é possibilitar aos destinatários realizarem juízos e tomarem decisões informadas. Segundo Cravo (1991, p. 310) o *“objectivo básico da Contabilidade implica que o “produtor” da informação tenha como função facultar ao destinatário o maior número possível de informações, que este combinará da forma que julgar mais apropriada face aos objectivos que pretenda atingir”*.

Assume-se assim a disciplina contabilística como uma disciplina do campo das ciências de informação, pois a mesma configura, ela própria, um sistema de informação.

Dada a natureza heterogénea dos elementos captados pelo sistema contabilístico, a informação torna-se mais útil quando é possível encontrar uma base de homogeneização, por regra, a unidade monetária.

Deste modo, é basilar proceder-se previamente à identificação dos factos ou acontecimentos económicos que compõem a realidade empresarial, pois são estes os que irão constar na informação a ser comunicada. Porém, nem todos esses factos ou acontecimentos serão susceptíveis de relevação contabilística. Com efeito, a generalidade das normas estabelece a necessidade de satisfação de alguns requisitos para que os factos económicos sejam objecto de relevação contabilística, *i.e.*, de reconhecimento contabilístico.

### **1.1.2. O reconhecimento contabilístico**

É então preocupação da Contabilidade expressar a imagem da realidade económica em que uma entidade se insere e que, ao mesmo tempo, a afecta.

Sendo a realidade empresarial multifacetada assume especial importância a definição de regras que determinem o reconhecimento contabilístico de factos e transacções que devam integrar as demonstrações financeiras.

As grandes questões que são, normalmente, suscitadas nesta fase do processo contabilístico têm a ver com o seguinte:

- Quais os factos a reconhecer?
- Quando reconhecer?
- Onde reconhecer? e, finalmente,
- Por quanto reconhecer?

Dar resposta a essas questões foi uma das preocupações dos principais organismos normalizadores. Tanto o FASB no seu *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) 5 – “*Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprise*”, de 1984, § 58, como o IASB<sup>4</sup> na “*Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*”, de 1989, § 82 ou o ASB no “*Statement Principles for Financial Reporting*”, de 1999, § 5.1, definem reconhecimento de uma forma muito semelhante, ou seja o reconhecimento é, na sua essência, o processo de incorporar nas demonstrações financeiras os itens que se enquadram nas definições dos respectivos elementos.

Segundo a estrutura conceptual do IASB (1989, § 82) o processo de reconhecimento de um item nas demonstrações financeiras só ocorre se esse item satisfizer a definição de um elemento e ao mesmo tempo cumprir com os critérios de reconhecimento estabelecidos pela mesma estrutura.

Atendendo ao primeiro requisito, de satisfação da definição de um elemento, importa referir que os efeitos financeiros das transacções e de outros acontecimentos económicos são retratados nas demonstrações financeiras, agrupados em grandes classes que atendem às suas características económicas. Estas classes são denominadas de elementos das demonstrações financeiras e englobam os activos, os passivos e os capitais próprios (elementos directamente relacionados com a mensuração da posição financeira) e os rendimentos e gastos (relacionados com a mensuração do desempenho).

Conforme a estrutura conceptual do IASB (1989, § 49 e § 70):

- um activo “*é um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e do qual se espera que fluam para a empresa benefícios económicos futuros*”;

---

<sup>4</sup> A estrutura conceptual do IASB foi aprovada pelo Conselho do *International Accounting Standards Committee* (IASC) em Abril de 1989, para publicação em Julho de 1989 e foi adoptada pelo IASB em Abril de 2001. Desde esta data que a normalização contabilística a nível internacional é desenvolvida pelo IASB, organismo que resultou do processo de reestruturação do IASC. As normas internacionais de contabilidade (*International Accounting Standard* (IAS)) anteriormente emitidas pelo IASC (IAS 1 à IAS 41) continuam em vigor, embora a sua tutela tenha sido integralmente transferida para o IASB. As novas IAS a emitir pelo IASB passam a ser designadas de normas internacionais de relato financeiro (*International Financial Reporting Standard* (IFRS)). Nesta dissertação optámos por identificar aquelas normas em vigor com o IASB, e não com o IASC, sendo todas as referências bibliográficas apresentadas segundo este critério.

- um passivo “*é uma obrigação presente da empresa proveniente de acontecimentos passados, da liquidação da qual se espera que resulte um exfluxo de recursos da empresa incorporando benefícios económicos*”;
- o capital próprio “*é o interesse residual nos activos da empresa depois de deduzir todos os seus passivos*”;
- os rendimentos  
“*são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de influxos ou aumentos de activos ou diminuições de passivos que resultem em aumentos no capital próprio, que não sejam os relacionados com as contribuições dos participantes no capital próprio*”; e,
- os gastos  
“*são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico na forma de exfluxos ou deperecimentos de activos ou na incorrência de passivos que resultem em diminuições do capital próprio, que não sejam as relacionadas com distribuições aos participantes no capital próprio*”.

Porém, mesmo que um item cumpra com a definição de elemento apresentada anteriormente, este é um requisito necessário mas não suficiente para o seu reconhecimento nas demonstrações financeiras, uma vez que se torna ainda imperioso que o mesmo satisfaça dois critérios adicionais, *i.e.*, que seja provável que qualquer benefício económico futuro associado ao item flua de ou para a entidade e que o item tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade (IASB 1989, § 83). Desta forma, apesar de existir incerteza quanto aos benefícios económicos futuros, se a probabilidade de ocorrência dos mesmos for elevada e as estimativas de valor forem fiáveis, então o item deve ser reconhecido nas demonstrações financeiras. Caso contrário, se a probabilidade de ocorrência de benefícios económicos futuros for reduzida e as estimativas de valor pouco fiáveis ou mesmo impossíveis, esse item não será reconhecido nas demonstrações financeiras e deverá, eventualmente, ser divulgado.

Particularizando, a estrutura conceptual do IASB (1989, § 89 a § 98) determina pois que:

- um activo é reconhecido no Balanço quando for provável que os benefícios económicos futuros fluam para a entidade, e o activo tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade. No entanto, sempre que a entidade incorra num dispêndio do qual não seja provável que fluam para a entidade benefícios económicos para além do período contabilístico corrente, esse activo

- não é reconhecido no Balanço devendo-se considerar, de imediato, como um gasto na Demonstração dos Resultados;
- um passivo é reconhecido no Balanço quando for provável que um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos resulte da liquidação de uma obrigação presente e a quantia pela qual a liquidação tenha lugar possa ser mensurada com fiabilidade;
  - um rendimento é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando tenha surgido um aumento de benefícios económicos futuros relacionados com um aumento num activo, ou com uma diminuição de um passivo e que possa ser quantificado com fiabilidade, e
  - um gasto é reconhecido na Demonstração dos Resultados quando tenha surgido uma diminuição dos benefícios económicos futuros relacionados com uma diminuição num activo, ou com um aumento de um passivo e que possam ser mensurados com fiabilidade.

Do referido, importa realçar que de entre os critérios de reconhecimento assinalados, assume particular relevância a fiabilidade de mensuração, sendo que esta é requisito *sine qua non* para tal reconhecimento. Ora, nos dias que vivemos em que nos estamos a afastar da economia industrial e caminhamos para – se é que já não chegámos, completamente – a sociedade do conhecimento, constata-se com grande intensidade que há um crescente número de factos patrimoniais, que à mercê daquela limitação, não são relevados nas demonstrações financeiras. Deste procedimento, resulta, aliás, uma das críticas apontadas ao normativo contabilístico, uma vez que o mesmo conduz, segundo vários autores, para a actual polémica da perda de qualidade da informação financeira, dado que muitas fontes de benefícios económicos das entidades<sup>5</sup> acabam por não ser reconhecidas nas respectivas demonstrações financeiras<sup>6</sup>.

A fiabilidade da mensuração é então um requisito importante aquando do reconhecimento de um item, pois afecta a informação financeira proporcionada nas demonstrações financeiras e, desta forma, tem impacto na tomada de decisões por parte dos utilizadores.

---

<sup>5</sup> Por vezes as principais.

<sup>6</sup> Veja-se o exemplo do capital intelectual, geralmente não reconhecido nas demonstrações financeiras devido às insuficiências/dificuldades da Contabilidade em encontrar modelos de mensuração fiáveis para valorizar aquele item.

### **1.1.3. A mensuração no processo de reconhecimento**

Como já foi referido, é preocupação da Contabilidade representar a realidade económica de uma entidade o mais fidedignamente possível. Para tal, e após se terem identificado os elementos que compõem essa realidade onde a entidade se insere, é necessário procedermos à sua medição, e desta forma cumprir com um dos requisitos do reconhecimento.

Contudo, sendo os elementos da realidade económica heterogéneos, é essencial associar cada elemento patrimonial, cada fenómeno, a uma grandeza, traduzindo-os numa unidade comum que promova a sua comparabilidade, ou seja, encontrar um adequado sistema de mensuração. Ora, segundo Mock (1976, p. 9) *“um sistema de mensuração pode ser visto como uma tentativa de capturar ou representar, utilizando números, alguns atributos de um objecto”*, todavia, constatámos, anteriormente, que a estrutura conceptual do IASB<sup>7</sup> (1989), especifica quais os fenómenos da realidade económica que a Contabilidade deve medir, contudo, não particulariza como medi-los.

Ora, sendo a estrutura conceptual parca de orientações nesta matéria, há que encontrar respostas para algumas das questões que se levantam aquando do processo de mensuração e, de entre elas, as seguintes:

- Como se podem mensurar os factos ou transacções que integram uma realidade económica heterogénea, composta por elementos heterogéneos?
- Que método, ou métodos, poderão ser utilizados?
- Qual a unidade de medida comum que se vai utilizar para os representar?

#### **1.1.3.1. Da heterogeneidade ao valor**

A maior parte da informação financeira fornecida pela Contabilidade, que indica a grandeza dos fenómenos e acontecimentos observados, é quantitativa. Contudo, a natureza da quantificação contabilística não é um tema pacífico. Ela pode assumir duas posições distintas: ser feita em valor (por exemplo, pecuniário, em gramas de ouro) ou então ser feita em unidades físicas (por exemplo, de peso, de volume). Porém, constata-se que a

---

<sup>7</sup> O mesmo acontece com outras estruturas conceptuais, como refere Branco (2000, p. 4), *“nem a estrutura conceptual do FASB nem a do IASB oferecem orientações para as questões de medida”*. Mais adiante refere que o ASB é o organismo que melhor responde às questões de medida, pois propõe um sistema baseado na prática corrente (sistema misto de medida) e oferece uma orientação para essa prática.

quantificação em valor tem sido a adoptada em detrimento das outras pelas potencialidades que apresenta. Então, se a quantificação contabilística é feita em valor, todos aqueles fenómenos e acontecimentos em que tal não aconteça, não produzirão informação contabilística.

Numa perspectiva económica, o valor é associado à utilidade, estando relacionado com a capacidade para satisfazer necessidades, e é visto também em função da escassez, não dependendo esta só da coisa em exame mas também das circunstâncias em que existe. Esta utilidade pode ser utilizada como critério para optar entre soluções contabilísticas alternativas (Carqueja 1998).

O valor também é considerado por Ijiri (1975) como sendo um conceito dual, que se reveste de utilidade e inutilidade. E, para ele, a quantificação da avaliação tem também uma natureza dupla.

### **1.1.3.2. A unidade monetária como factor de homogeneização**

É frequente associarmos valor a uma medida em termos de moeda. Contudo, esta é uma perspectiva redutora do processo de avaliação.

A moeda é considerada uma referência prática, todavia, nada impede que se utilizem outras unidades para definir esse mesmo valor, como, por exemplo, a utilização de gramas de ouro. Nos antepassados, a simples troca directa de bens, em termos físicos, traduzia valor.

Actualmente, a moeda é utilizada como forma mais comum de medição do valor. Porém, importa referir dois dos principais problemas inerentes à utilização da mesma. Um primeiro encontra-se relacionado com a definição da moeda padrão a utilizar na medição. Outro está relacionado com o facto da unidade monetária sofrer erosão, *i.e.*, ocorrem flutuações no valor da moeda o que faz com que as valorizações efectuadas através da mesma sejam precárias. Essas flutuações podem processar-se de forma lenta e progressiva, ou derivarem de uma alteração legal do valor da moeda<sup>8</sup> ou então do aumento significativo da inflação.

---

<sup>8</sup> A passagem do Escudo para o Euro foi um exemplo de alteração legal do sistema monetário. Esta alteração levou a que todos os valores em saldos nas contas fossem traduzidos para a nova unidade, sendo necessário resolver problemas de arredondamentos que foram pontuais, e outros problemas técnicos (alteração/substituição dos programas informáticos, etc.), que não respeitam a alterações do valor de uma moeda, mas sim à alteração da moeda padrão.

A atribuição de valor está muito dependente do sujeito a que a utilidade é referida, daí que, e segundo Carqueja (1998), nenhum valor seja “real”. Contudo, é essencial para que a determinação do valor seja objectiva deva ser independente dos interesses ou pontos de vista de quem produz a informação. Quando a determinação do valor se basear essencialmente em estimativas, devem adoptar-se critérios formais claramente perceptíveis pelos destinatários da informação.

#### **1.1.3.3. O que medir?**

Segundo Carqueja (1998, p. 25), o valor a medir pode ser: “*um valor passado (histórico), um valor presente, ou um valor futuro*”. Normalmente assume-se que os valores presentes e futuros têm maior interesse para o mercado de capitais, contudo, para se chegar a estes valores é necessário encontrarem-se bases para avaliar, que estão para além dos dados que se recolheram aquando do registo de factos passados.

Para medir o valor presente, segundo Carqueja (1998), os instrumentos de medida considerados mais adequados são: as transacções registadas num mercado formal ao qual a entidade interessada tenha acesso e as opiniões de técnicos avaliadores sobre o valor, com base na análise de transacções semelhantes.

Quando o propósito é medir o valor futuro, as previsões assumem lugar de destaque, onde a análise das tendências deduzidas dos factos passados são um dos aspectos a ter em consideração.

#### **1.1.3.4. Como medir?**

Como já referimos, a medição do valor de um elemento patrimonial está implicitamente associado a um património, a uma entidade, e portanto, o que se procura é o valor da utilidade esperada dentro do ciclo de constante mudança típico da entidade. É importante não só definir qual o instrumento de medida utilizar dentro das opções existentes, mas também eleger o valor a medir para representar a utilidade esperada que, segundo Carqueja (1998, pp. 25-26), poderá ser: “*valor realizado, justificado pela expectativa na compra, ou valor esperado em realização, ou valor esperado da utilização, ou outro*”.

Como podemos então atribuir valor aos fenómenos ou situações económicas? A atribuição de valor pode basear-se no valor de aquisição, ou de produção, ou em valores de mercado

ou equiparados. A preocupação da Contabilidade está centrada mais na medição dos valores correspondentes às transacções que a entidade efectua do que propriamente na medição dos fluxos de benefícios esperados em correspondência com os elementos patrimoniais. Para tal, é necessário arranjar-se uma técnica de relevação que necessita de princípios, de postulados, de convenções que permitam acompanhar o devir valorativo das coisas. Esse conjunto de princípios, postulados e convenções, que se vão solidificando ao longo dos tempos, constituem a valorimetria<sup>9</sup> contabilística.

## ***1.2. A mensuração contabilística***

As coisas não têm o mesmo valor para todas as pessoas e o seu valor também não se mantém constante ao longo do tempo, *i.e.*, elas não valem o mesmo em todo o tempo. Desta forma, e como já referiu Sarmento (1959), podemos então dizer que a mensuração contabilística é multiforme.

A mensuração contabilística apresenta algumas dificuldades. A este respeito Sarmento (1959) identificou algumas das suas causas, das quais destacamos a variabilidade do módulo monetário em que se exprimem os preços dos factores e dos produtos; o facto de muitas das grandezas com que a Contabilidade trabalha, e de que necessita para as suas análises, terem um carácter contínuo e existir descontinuidade da relevação contabilística (por exemplo, a depreciação dos equipamentos não é objecto de relevação contínua, o que faz com que a técnica contabilística nem sempre apresenta os verdadeiros valores dos factos que ocorrem e nem esses valores correspondem sempre integralmente aos factos); a especialização dos exercícios e periodizações contabilísticas, entre outras.

O mesmo autor (1959) desagregou o tratamento da valorimetria contabilística em três grandes campos:

- a valorimetria endógena ou interna, destinada a possibilitar a medida e análise dos factos que forem ocorrendo, vistos de dentro, para auxiliar a gestão interna da entidade;

---

<sup>9</sup> Actualmente, esta expressão é substituída na normalização contabilística por mensuração à qual vamos dar primazia.



- a valorimetria exógena, preocupada em dar medida do capital e do rédito da entidade, para fins ocasionais ou isolados (fusão, transformação, liquidação, etc.), ou para fins mais rotineiros de distribuição de resultados - ambas as finalidades impondo a consideração do que se passa fora da unidade;
- revalorimetria, destinada a, em dado momento, mencionar todos os valores contabilísticos ao módulo monetário de uma dada época.

Em cada um destes campos identificam-se alguns problemas de mensuração onde, e segundo o mesmo autor, os custos (actualmente designados por gastos) representam o problema central no campo da mensuração endógena. Por sua vez, as determinações do capital e do rédito constituem o problema central no campo da mensuração exógena. Já no campo da revalorimetria, o problema central passa pela eleição do(s) factor(es) susceptíveis de converter unidades monetárias “diferentes” numa mesma e única unidade.

Naturalmente, que aqui nos importam mais apreciar os efeitos relativos às problemáticas da valorimetria exógena e da revalorimetria. É quanto a esses aspectos que as preocupações da normalização contabilística estão predominantemente voltadas e, neste domínio, temos actualmente de considerar que os problemas relacionados com a mensuração – atribuição de uma quantia monetária aos elementos patrimoniais reconhecidos nas demonstrações financeiras – não são muito diferentes daqueles referidos por Sarmiento e na década de cinquenta.

Os problemas de hoje – como os de então – consistem na resposta às seguintes perguntas:

- Como fazer a mensuração inicial?
- E a mensuração subsequente?
- Tem-se por referência os custos de entrada ou os preços de saída?
- Será mais viável optar pelos custos de entrada, uma vez que são considerados mais objectivos, fiáveis e verificáveis? Ou, pelo contrário, devemos utilizar os preços de saída, que apesar de serem mais subjectivos são considerados mais relevantes?
- E quanto às bases de mensuração, devemos utilizar uma ou várias bases em simultâneo?

Com efeito, de acordo com a generalidade das estruturas conceptuais, podemos identificar no processo de mensuração duas fases distintas. Uma primeira fase, a mensuração inicial,

que consiste na determinação do montante pelo qual um elemento deve ser reconhecido inicialmente nas demonstrações financeiras; e uma segunda fase, a mensuração subsequente, que envolve a identificação das alterações a efectuar na quantia pela qual um elemento patrimonial é reconhecido nas demonstrações financeiras relativas ao final de cada período contabilístico.

É, pois, basilar que quando se inicia o desenvolvimento de um processo de mensuração se escolha qual(ais) a(s) base(s) ou critério(s) de mensuração a adoptar. Ou seja, opta-se por um sistema simples, onde se utiliza uma única base de mensuração para todos os elementos patrimoniais, ou por um sistema misto ou dual, onde se identifica separadamente uma base ou a combinação de algumas bases para cada categoria de elementos patrimoniais, em função das suas características particulares? A escolha das bases ou critérios de mensuração a adoptar, isoladamente ou em combinação, em cada situação particular, não é inócua.

### **1.2.1. Bases de mensuração**

Como se referiu anteriormente, o IASB (1989, § 99) define mensuração como o *“processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados”*. Para tal efeito apresenta diferentes bases de mensuração<sup>10</sup>, e prevê que as mesmas possam ser combinadas nas próprias demonstrações financeiras. São elas o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável (de liquidação) e o valor presente.

#### **1.2.1.1. Custo histórico**

De acordo com esta base de mensuração, e segundo o IASB (1989, § 100),

*“os activos são registados pela quantia de dinheiro, ou equivalentes de dinheiro pago ou pelo justo valor da retribuição dada para os adquirir no momento da sua aquisição. Os passivos são registados pela quantia dos proventos recebidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento), pelas quantias de dinheiro, ou de equivalentes de dinheiro, que se*

---

<sup>10</sup> As bases de mensuração apresentadas pelo FASB (1984a, § 67) e ASB (1999, § 6.1) são praticamente coincidentes. A utilização simultânea de diferentes bases de mensuração está prevista nas estruturas conceptuais dos organismos que nós temos vindo a referir (IASB, FASB e ASB), e tem como objectivo obter informação mais útil para a tomada de decisão. A identificação da base mais aconselhada a utilizar em cada caso específico fica para depois, aquando da emissão das normas contabilísticas, à excepção do ASB (1999, § 6.1 a § 6.42) que faz referência a algumas orientações relacionadas com a mensuração.

*espera que venham a ser pagas para satisfazer o passivo no decurso normal dos negócios”.*

A utilização desta base de mensuração é consequência directa da adopção dos princípios da realização e da correlação dos rendimentos e gastos (Lourenço 2003). As demonstrações financeiras que resultam da aplicação do custo histórico apresentam um elevado grau de fiabilidade, pois baseiam-se em factos que ocorreram até a que as mesmas respeitam. A verificação da veracidade da informação torna-se assim mais fácil, sendo possível avaliar o retorno dos investimentos efectuados pela entidade.

Para a entidade que prepara a informação utilizando esta base não se apresentam grandes dificuldades uma vez que ela é de fácil aplicabilidade. O mesmo acontece com os utilizadores que analisam a informação, dado esta também ser de fácil compreensão.

O custo histórico aplica-se à generalidade dos elementos das demonstrações financeiras, contudo, aquando da tomada de decisões a relevância da informação traduzida por esta base é reduzida, uma vez que retrata momentos passados, por vezes materialmente desfasados.

### **1.2.1.2.Custo corrente**

O IASB (1989, § 100) define, para esta base de mensuração, que

*“os activos são registados pela quantia de dinheiro ou de equivalentes de dinheiro que teria de ser paga se o mesmo ou um activo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de dinheiro, ou de equivalentes de dinheiro, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação”.*

Da utilização desta base de mensuração resulta que as demonstrações financeiras poderão não ser tão fiáveis como as que resultam da utilização do custo histórico. Isto ocorre pelo facto do custo de reposição estar baseado em factos hipotéticos, o que traduz também mais dificuldades na determinação e avaliação da veracidade da própria informação produzida. Assim, a utilização desta base por parte da entidade que prepara a informação já se apresenta mais trabalhosa.

Esta base de mensuração aplica-se, normalmente, às matérias para consumo.

A informação produzida por esta base de mensuração é mais relevante do que a produzida pelo custo histórico, uma vez que os elementos estão traduzidos ao custo de reposição reflectindo, portanto, valores mais actuais.

### 1.2.1.3. Valor realizável (de liquidação)

Nesta base de mensuração, e segundo o IASB (1989, § 100),

*“os activos são registados pela quantia de dinheiro, ou equivalentes de dinheiro que possa ser correntemente obtida ao vender o activo numa alienação ordenada. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação; isto é, as quantias não descontadas de dinheiro ou equivalentes de dinheiro que se espera que sejam pagas para satisfazer os passivos no decurso normal dos negócios”.*

Contrariamente à base mencionada anteriormente, esta é aplicada na perspectiva de saída dos factores produtivos, permitindo desta forma avaliar não só a capacidade produtiva da entidade para realizar investimentos com os seus recursos, mas também para estimar o comportamento dos ciclos incompletos dos activos e passivos destinados à venda ou liquidação.

A aplicação desta base de mensuração apresenta algumas dificuldades para a entidade pois implica a existência de um mercado que apresente uma procura que consiga absorver toda a oferta sem que os preços sejam afectados, para que seja garantida a fiabilidade da informação, uma vez que é necessário que os elementos sejam facilmente convertíveis em dinheiro.

Esta base aplica-se normalmente aos activos detidos para venda.

Também é geralmente reconhecido que a informação apresentada em conformidade com esta base de mensuração é, normalmente, mais relevante do que a produzida em consonância com os pressupostos do custo histórico.

### 1.2.1.4. Valor presente

Segundo esta base de mensuração, e de acordo com o IASB (1989, § 100),

*“os activos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros influxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros exfluxos líquidos de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios”.*

Esta base de mensuração, de acordo com Gonzalo Angulo (2000), é coerente com os princípios da teoria económica e financeira das últimas décadas, que concede aos activos e aos passivos relevância económica não pelo que eles custaram no passado, ou pelo que se poderia obter a partir dos mesmos no presente, mas sim pelas expectativas de obter benefícios económicos no futuro.

Contudo, sérias dificuldades se colocam quando se pretende determinar os influxos/exfluxos financeiros futuros esperados, bem como em associá-los a cada um dos activos/passivos. A entidade que prepara a informação terá de se socorrer de estimativas para a determinação desses influxos/exfluxos, com a subjectividade que lhe está associada. Outra dificuldade reside na determinação de uma taxa de actualização adequada.

É uma base de mensuração algo trabalhosa para a entidade que prepara a informação e quem a vai analisar necessita de conhecer a forma como se apuraram os valores, para os auxiliar na tomada de decisões.

Esta base aplica-se, normalmente, a elementos com períodos longos de maturidade.

Tanto o IASB, como o FASB estabelecem, como regra geral, a utilização do custo histórico como base de mensuração mais geralmente adoptada pelas entidades para preparar as suas demonstrações financeiras. No entanto, também referem que essa base é normalmente combinada com outras para melhor responder às necessidades dos utilizadores da informação financeira<sup>11</sup>. O ASB, embora mantenha esta noção de combinação de bases de mensuração, detalha um pouco mais prevendo a respectiva utilização para cada categoria de activos ou passivos.

A mensuração é então um aspecto importante a ter em atenção no relato financeiro, uma vez que o influencia. Contudo, como refere Barth (2007) foi dada pouca atenção à mesma nas estruturas conceptuais dos principais organismos normalizadores<sup>12</sup>. Com efeito, embora entendamos que essas estruturas conceptuais abordam, no essencial, as questões da mensuração<sup>13</sup>, entendemos salientar, contudo, a necessidade das mesmas serem actualizadas, uma vez que elas aquando do seu desenvolvimento são adaptadas à própria

---

<sup>11</sup> A título de exemplo, os inventários são normalmente escriturados pelo mais baixo do custo ou do valor realizável líquido; os instrumentos financeiros podem ser escriturados pelo seu valor de mercado e os passivos por pensões de reforma são escriturados pelo seu valor presente.

<sup>12</sup> As estruturas conceptuais do IASB, FASB e ASB são similares, mas não idênticas (Barth 2007).

<sup>13</sup> Não obstante, esta não traduz uma posição unânime. Existem outros autores, Barth (2007) e Zijl e Whittington (2006), que defendem que sendo a mensuração uma questão tão importante no relato financeiro, existe falta de orientações específicas sobre a mesma nas diversas estruturas conceptuais, que se traduz na dificuldade dos organismos normalizadores em responder aos problemas relacionados com a mensuração. Cooper (2007) refere ainda ser lamentável que um componente tão importante da Contabilidade seja tão pouco desenvolvido num documento que pretende ser a base de elaboração das IAS. Daqui resulta aplicação de um largo número de diferentes bases de mensuração em diferentes normas, por vezes, sem grande lógica subjacente. Branco (2000) é da opinião que das três estruturas conceptuais – IASB, FASB e ASB – esta última é aquela que melhor responde às questões de mensuração, ao propor um sistema baseado na prática corrente (sistema misto de medida).

envolvente. Ora, esta envolvente não é estática, daí que seja importante proceder à sua actualização.

Em suma, constatamos que a estrutura conceptual do IASB, redigida em 1989, não faz, explicitamente, qualquer referência ao justo valor como base de mensuração. Contudo, não podemos deixar de referir que as bases do custo corrente, do valor realizável e do valor presente, podem ser assumidas como manifestações daquele conceito.

Para muitos, esta é uma das grandes lacunas daquela estrutura conceptual, pois, pelo menos na aparência, não atende à evolução do pensamento contabilístico internacional.

No nosso entendimento, a circunstância de as mais recentes normas emitidas por este organismo<sup>14</sup> contemplarem de forma expressa o conceito de justo valor justifica o seu reconhecimento conceptual<sup>15</sup>.

De facto, numa fase inicial, o justo valor começou a ser aplicado pelo IASB apenas aos instrumentos financeiros tendo-se posteriormente alargado a sua utilização a outras rubricas das demonstrações financeiras, tais como activos biológicos e propriedades de investimento. Percursos similares têm também sido seguidos quer pelo FASB quer pelo ASB.

Com efeito, o justo valor tem vindo a ganhar cada vez mais uma posição de destaque nas recentes normas emitidas, de tal modo que, na opinião Bild (2001) parece existir uma certa tendência em reduzir a ênfase na abordagem do custo, a favor da abordagem do valor. No entanto, não se quer com isto dizer que é objectivo do IASB e dos demais organismos normalizadores mensurar todos os activos e passivos ao justo valor. Como refere Barth (2007), o justo valor não é uma panaceia, pois existem outras bases de mensuração que também possuem características desejáveis.

Com o objectivo de convergir e melhorar as suas estruturas conceptuais, importa referir que, actualmente, o IASB e o FASB têm em curso um projecto conjunto. Todavia, e conscientes que levará algum tempo (vários anos!) até estarem completos todos os

---

<sup>14</sup> Por exemplo, a IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*” (IASB 2003d), IAS 38 – “*Intangible Assets*” (IASB 2004b), IAS 39 – “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*” (IASB 2004c), IAS 40 – “*Investment Property*” (IASB 2003l), IAS 41 – “*Agriculture*” (IASB 2000c), entre outras.

<sup>15</sup> O mesmo raciocínio é igualmente válido para a abordagem efectuada no quadro das normas emitidas quer pelo FASB, quer pelo ASB.

trabalhos, eles dividiram o projecto em fases, sendo uma delas dedicada à mensuração. Até lá, o IASB continua a basear as suas decisões de mensuração nas definições de activos e passivos e a avaliação dos mesmos é feita atendendo às características qualitativas da informação financeira, no contexto do objectivo do relato financeiro.

Em síntese, a estrutura conceptual do IASB (1989), entendida como um documento de suporte na elaboração das IAS, prevê um conjunto de bases de mensuração a serem utilizadas, individualmente ou em conjunto, para determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras devam ser reconhecidos e inscritos no Balanço e na Demonstração dos Resultados, as quais podem ser classificadas de uma forma dicotómica – em bases assentes no custo histórico e em bases que constituem manifestações de justo valor. Neste sentido, propomo-nos analisar nos próximos capítulos este quadro dicotómico.

# II

CAPÍTULO

## DO CUSTO HISTÓRICO AO JUSTO VALOR



É frequente encontrarmos na literatura, no contexto da análise da problemática “custo histórico vs justo valor”, uma ligação especialmente relevante para duas das quatro características da informação financeira: fiabilidade e relevância. Estas parecem assumir a figura de “pedras angulares” aquando do relato financeiro.

Os defensores do custo histórico acreditam que este critério de mensuração proporciona informação fiável, enquanto que os seus opositores, e defensores do justo valor, acreditam que este último proporciona, não obstante o aumento da utilização de julgamentos e estimativas, uma informação mais relevante. Vejamos, pois, em que medida é que as características qualitativas da informação financeira têm consequências em matéria de mensuração.

## ***2.1. Características qualitativas da informação financeira***

Como é natural, os organismos de normalização contabilística, ao procederem ao estabelecimento de normas de relato financeiro, têm de, em primeira linha, estabelecerem quais os objectivos que consignam às demonstrações financeiras.

O IASB (1989, § 12), por exemplo, refere que *“o objectivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações à posição financeira de uma empresa que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas”*. O FASB e o ASB também não se afastam muito deste objectivo pois estabelecem que as demonstrações financeiras devem proporcionar informação útil à tomada de decisões económicas de um vasto leque de utilizadores<sup>16</sup>.

Os três organismos realçam ainda que a informação necessária para os diferentes utilizadores tomarem decisões não se confina apenas à informação contida nas demonstrações financeiras<sup>17</sup>, mas é necessário que os mesmos se socorram de outras fontes de informação da, e acerca da, empresa para os auxiliar nesse processo de decisão.

Dito isto, há que constatar que a informação financeira ao ser dotada de utilidade para a tomada de decisões, constitui requisito essencial da mesma.

---

<sup>16</sup> cf. ASB (1999, § 1.1 - § 1.9) e FASB (1978a, § 32 - § 54).

<sup>17</sup> cf. IASB (1989, § 13), ASB (1999, § 1.8) e FASB (1978a, § 7).

Para que a informação financeira seja dotada de utilidade é necessário que a mesma possua um conjunto de atributos que são designados por características qualitativas<sup>18</sup> da informação financeira.

Tais características são de diversa índole, conforme sintetizamos no Quadro 1, onde expomos uma síntese das características qualitativas da informação financeira apresentadas na estrutura conceptual do IASB, do FASB e do ASB. Todavia, assumem-se, geralmente, como principais: a fiabilidade, a relevância, a comparabilidade e a compreensibilidade, e, de entre estas, tal como referido pelo FASB, no seu SFAC 2 – “*Qualitative Characteristics of Accounting Information*” (FASB 1980a, § 33)<sup>19</sup>, destacam-se duas, a relevância e a fiabilidade.

**Quadro 1 – Características qualitativas da informação financeira: FASB, IASB e ASB**

Organismo de Normalização	FASB	IASB	ASB
Documento	SFAC 2	Estrutura Conceptual (§24 - § 46)	<i>Statement of Principles for Financial Reporting</i> (§ 3.1 - § 3.37)
Ano de emissão	1980	1989	1999
Características qualitativas	Compreensibilidade	Compreensibilidade	Compreensibilidade
	Relevância - Valor preditivo - Feedback value - Tempestividade	Relevância - Valor preditivo e confirmatório - Materialidade	Relevância - Valor preditivo - Valor confirmatório
	Fiabilidade - Verificabilidade - Neutralidade - Representação fidedigna	Fiabilidade - Representação fidedigna - Substância sobre a forma - Neutralidade - Prudência - Plenitude	Fiabilidade - Representação fidedigna - Neutralidade - Completa - Livre de erros materiais - Prudência
	Característica secundária e interactiva - Comparabilidade (inclui a consistência)	Comparabilidade - Consistência - Divulgação das políticas contabilísticas	Comparabilidade - Consistência - Divulgação das políticas contabilísticas
	Umbral para o reconhecimento - Materialidade	-----	-----
Restrições para o reconhecimento	Restrição básica - Economicidade (benefícios > custos)	Restrições à informação relevante e fiável - Tempestividade - Balanceamento entre benefícios e custos - Balanceamento entre características qualitativas	Restrições à informação relevante e fiável - Tempestividade Restrições à informação neutra e prudente - Incerteza

**Fonte:** Adaptado de Cravo (1990, p. 29)

<sup>18</sup> cf. IASB (1989, § 24), ASB (1999, § 3.1 - § 3.37) e FASB (1980a, § 32 - § 144). Enquanto que o IASB e o ASB não estabelecem qualquer hierarquia nas características qualitativas da informação financeira, o FASB (1980a, § 32), pelo contrário, apresenta uma hierarquia de qualidades com utilidade para a tomada de decisões.

<sup>19</sup> O FASB, para além de identificar as características qualitativas da informação financeira e explicar como elas interagem umas com as outras, esclarece também que as qualidades primárias da informação financeira são a relevância e a fiabilidade, e que para ser útil à tomada de decisões, a informação deve possuir ambas as qualidades, acrescentando que “as qualidades que distinguem «melhor» informação (mais útil) de «pior» informação (menos útil) são, em primeiro lugar, as qualidades da relevância e da fiabilidade” (FASB 1980a, § 15) concluindo que “o objectivo das decisões sobre políticas contabilísticas é produzir informação financeira relevante e fiável para o fim a que se propõem” (FASB 1980a, § 15). Importa ainda salientar que o FASB não estabelece qualquer hierarquia entre as duas características da informação financeira – relevância e a fiabilidade.

Nesta linha consideramos útil efectuar algumas precisões adicionais. O ideal seria produzir informação que, simultaneamente, maximize cada uma das características da fiabilidade e da relevância. Contudo, isto nem sempre é exequível e, muitas vezes, torna-se necessário sacrificar parte de cada uma das características, no sentido de maximizar o binómio relevância – fiabilidade.

Importa então conhecer como são definidas e caracterizadas, pelos diferentes organismos normalizadores, estas duas características qualitativas da informação financeira, para melhor percebermos de que forma as mesmas se relacionam com os critérios de mensuração que estamos a analisar.

### 2.1.1. Relevância

O IASB (1989, § 26) refere que a informação possui a qualidade da relevância *“quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar acontecimentos passados, presente ou futuros ou confirmar, ou corrigir, as suas avaliações passadas”*. Esta definição não se afasta daquela que é apresentada pelo FASB, no seu SFAC 2<sup>20</sup>, datado de 1980. De facto, este define a relevância como *“a capacidade da informação fazer a diferença numa decisão ao ajudar os utilizadores a formular previsões sobre acontecimentos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir as suas expectativas prévias”* (FASB 1980a, glossário de termos).

O ASB (1999, § 3.2) também apresenta uma definição de relevância não muito distante dos outros organismos referidos, mencionado que a *“informação é relevante se tem a capacidade de influenciar as decisões económicas dos utilizadores e é fornecida a tempo de influenciar essas decisões”*.

Em síntese, podemos dizer que a informação relevante é aquela que satisfaz os seguintes requisitos<sup>21</sup>:

- possuir capacidade de fazer a diferença na tomada de decisão;
- auxiliar os diferentes utilizadores a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros;

---

<sup>20</sup> Aliás, não é de surpreender esta comunhão de ideias já que este e os outros cinco SFAC foram documentos de referência para o IASB aquando da elaboração da sua estrutura conceptual.

<sup>21</sup> cf. IASB (1989, § 26 - § 28), ASB (1999, § 3.1 - § 3.6) e FASB (1980a, § 51 - § 55).

- fornecer aos diferentes utilizadores elementos que lhes permita confirmar ou corrigir avaliações passadas.

Um outro aspecto muito importante relacionado com a problemática da relevância é enunciado pelo ASB e tem a ver com o momento em que a informação é prestada. Esta problemática da tempestividade, apesar de não ser directamente considerada na definição dada quer pelo FASB, quer pelo IASB, não passou despercebida a estes organismos. Com efeito, o FASB (1980a, § 56) menciona que a tempestividade da informação constitui um atributo acessório da relevância, *i.e.*, a informação deve estar disponível antes de perder a capacidade de influenciar os diferentes utilizadores na tomada de decisões, caso contrário, pode ter pouca ou nenhuma utilidade. Porém, a tempestividade da informação por si só não a torna relevante, mas a sua falta pode retirar a relevância à informação.

No mesmo sentido, embora qualificando de forma diversa, já que considera a tempestividade como uma restrição à informação relevante e fiável, o IASB (1989, § 43) também refere que a demora indevida no relato da mesma pode fazer com que a informação perca a relevância.

### **2.1.2. Fiabilidade**

Como vimos anteriormente, a informação para ser útil tem também de ser fiável. Também aqui, a definição apresentada pelos diferentes organismos é muito semelhante, como se pode constatar, pois,

- para o IASB (1989, § 31),

*“a informação tem a qualidade da fiabilidade quando estiver isenta de erros materiais e de preconceitos, e os utentes dela possam depender ao representar fidedignamente o que ela ou pretende representar ou pode razoavelmente esperar-se que represente”,*

*i.e.*, a informação é digna de confiança;

- para o ASB (1999, § 3.8), uma informação é considerada fiável se:

*“(a) (...) representar fidedignamente o que pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente;*

*(b) é livre de preconceitos deliberados ou sistemáticos (i.e., é neutra);*

*(c) é isenta de erros materiais;*

*(d) é completa dentro dos limites da materialidade; e*

*(e) na sua preparação sob condições de incerteza, um certo grau de precaução (i.e., prudência) foi aplicado no exercício de juízos ao fazer as estimativas necessários”; e*

- para o FASB (1980a), no glossário de termos do seu SFAC 2, a fiabilidade é “*a qualidade da informação que garante que a informação é razoavelmente livre de erros e preconceitos e represente fidedignamente o que pretende representar*”.

Para além do conceito de fiabilidade da informação, o FASB estabelece ainda um importante conceito relacionado com a problemática da fiabilidade. Trata-se do conceito de fiabilidade de uma medida, que é descrita como estando relacionada com “*a fidedignidade com a qual ela representa o que pretende representar, juntamente com uma garantia para o utilizador, a qual vem através da verificação, que tem aquela qualidade de representação*”<sup>22</sup> (FASB, 1980a, § 59). Acrescenta ainda que poderão existir diferentes graus de fiabilidade, e esta apresenta como principais atributos a verificabilidade e a representação fidedigna. A neutralidade interage com esses dois atributos afectando a própria utilidade da informação.

Do exposto, e da análise do Quadro 1, podemos constatar que os diferentes organismos considerados utilizam na definição da característica da fiabilidade dois atributos comuns:

- a representação fidedigna, e
- a neutralidade.

Podemos considerar que uma informação é considerada fiável se garantir a representação fidedigna dos factos e transacções que pretende representar. A informação financeira encerra um risco de não conseguir representar fidedignamente a realidade, os fenómenos que pretende retratar. E isto pode acontecer pela dificuldade existente na identificação dos acontecimentos a serem mensurados ou pela desadequação dos critérios de mensuração e de apresentação desses acontecimentos. É então necessário existir uma combinação entre a medida ou a descrição e o fenómeno que se pretende representar<sup>23</sup>, para que se consiga alcançar uma representação fidedigna da realidade.

Para ser fiável a informação relatada tem também de estar livre de erros e preconceitos intencionais que conduzam a resultados predeterminados, ou seja, a informação deve ser

---

<sup>22</sup> O termo “*representational faithfulness*”, traduzido por “representação fidedigna” significa, no contexto da mesma SFAC 2, “*a concordância entre uma medida ou descrição e o fenómeno que pretende representar*” (FASB, 1980a, § 63).

<sup>23</sup> cf. IASB (1989, § 33 - § 34), ASB (1999, § 3.9 - § 3.14) e FASB (1980a, § 63 - § 64).

neutra<sup>24</sup>. A neutralidade da informação deve ter o mesmo significado tanto para aqueles que definem as normas contabilísticas como para quem preparar as demonstrações financeiras. Quer na elaboração, quer na aplicação, das normas deve-se ter como preocupação a relevância e a fiabilidade da informação e não o efeito que a norma ou o procedimento pode ter nos interesses de um determinado utilizador. Contudo, isto não significa que não exista um objectivo a atingir com a informação financeira, que aliás já foi referido anteriormente, mas esse objectivo não deve implicar um resultado pré-determinado.

Por outro lado, na preparação da informação financeira, por força da aplicação do modelo contabilístico que incorpora, como se sabe, com múltiplos aspectos subjectivos, o preparador tem frequentemente de fazer opções e escolhas, estando desta forma a repercutir o seu juízo de valor na informação financeira, produto final do seu trabalho. A questão é pois saber se a incorporação destes juízos de valor coloca em causa a neutralidade da informação. Evidentemente que sempre que não exista isenção nas opções tomadas, *i.e.*, a escolha não estiver livre de preconceitos susceptíveis de conduzir a um resultado pré-estabelecido, podemos dizer que a neutralidade da informação está colocada em causa, pois estará a favorecer algum ou alguns dos destinatários, com prejuízo de outro(s)<sup>25</sup>.

Finalmente, há que referir que não se deve confundir a neutralidade que é exigida à informação financeira relatada pelas entidades com a sua utilidade. De facto, aquela informação não deve ser inócua, devendo encerrar a possibilidade de influenciar o comportamento dos seus utilizadores, pois, de contrário, seria inútil.

Para além dos já referidos atributos da representação fidedigna e da neutralidade, os organismos que considerámos, estabelecem outros atributos a esta característica da informação financeira. Por exemplo, o FASB (1980a, § 81 - § 89) refere que a informação fiável deve ser verificável. Este atributo contribui para a utilidade da informação pois o objectivo da verificação é proporcionar um grau significativo de confiança de que as medidas contabilísticas representam aquilo que efectivamente pretendem representar.

---

<sup>24</sup> *cf.* IASB (1989, § 36), ASB (1999, § 3.15) e FASB (1980a, § 98 - § 110) muito próximos na forma como entendem o atributo da neutralidade, contudo, o FASB destaca-se por ter desenvolvido com mais detalhe este atributo.

<sup>25</sup> Segundo Cravo (1991, p. 308) “*não existe informação contabilística neutra e imparcial, já que, pelo menos na fase de formulação dos princípios basilares desta disciplina [Contabilidade], existe sempre uma certa dose de escolha, pelo menos dos destinatários preferenciais da informação*”.

Contudo, acrescenta que não é uma garantia que a informação tem um elevado grau de representação fidedigna e que a verificabilidade em pouco ou nada contribui para garantir que as medidas contabilísticas utilizadas sejam relevantes para a tomada de decisão daqueles a quem se destina ser útil.

Por seu lado, o IASB (1989, § 35) refere que a informação para representar fidedignamente os acontecimentos deve considerá-los de acordo com a sua substância e realidade económica e não apenas atendendo à sua forma legal.

Finalmente, quer para o IASB quer para o ASB a informação fiável deve ainda contemplar os atributos da prudência<sup>26</sup> e da plenitude, considerando que a primeira consiste em incluir um grau de precaução no exercício dos juízos necessários à elaboração das estimativas necessárias sempre que se esteja perante situações de incerteza, enquanto que a plenitude<sup>27</sup>, que aponta para que as demonstrações financeiras devam ser completas, embora dentro dos limites da materialidade e do custo.

Em suma, a relevância e a fiabilidade constituem características básicas e essências para que a informação financeira seja útil à tomada de decisão. Contudo, não se pode, verdadeiramente, estabelecer uma hierarquia entre estas duas características, o que leva, por vezes, à existência de conflito entre elas. O desafio consiste pois em encontrar um ponto de equilíbrio entre ambas, tendo em atenção o objectivo maior das demonstrações financeiras que é o de prestar informação útil aos seus utilizadores.

## ***2.2. Utilizadores da informação financeira***

A informação contida nas demonstrações financeiras deve ser, como anteriormente referimos, útil à tomada de decisões de um vasto leque de utilizadores que apresentam necessidades específicas. Estes, para além do conhecimento do negócio e das relações que eles estabelecem com a empresa, procuram obter desta outro tipo de informação para os auxiliar na sua tomada de decisões económica. Conscientes desta realidade, os diferentes organismos normalizadores não a desprezaram e identificam, nas suas estruturas

---

<sup>26</sup> cf. IASB (1989, § 37) e ASB (1999, § 3.18 - § 3.20).

<sup>27</sup> cf. IASB (1989, § 38) e ASB (1999, § 3.16 - § 3.17). O FASB (1980a, § 79 - § 80) considera a plenitude um atributo da representação fidedigna.

conceptuais, os potenciais utilizadores da informação financeira e as respectivas necessidades.

O IASB (1989, § 9) e o ASB (1999, § 1.3) referem os seguintes tipos de utilizadores da informação financeira:

- os investidores (actuais e potenciais), interessados em ter informação para tomarem decisões acerca dos seus investimentos, actuais ou potenciais, na empresa, *i.e.*, se devem comprar, deter ou vender o seu investimento;
- os mutuantes, interessados em obter informação que os ajude a avaliar se os seus empréstimos e respectivos juros serão liquidados quando forem devidos. Quanto aos potenciais mutuantes, estes necessitam de informação que os ajude a decidir se emprestam dinheiro à empresa e quais as condições que irão praticar;
- os empregados, interessados em obter informação sobre a estabilidade da empresa e avaliar a sua capacidade de proporcionar as remunerações, benefícios de reforma e oportunidade de emprego;
- os fornecedores e outros credores comerciais, interessados em obter informação que lhes permita determinar se as quantias que lhes são devidas serão pagas aquando do seu vencimento;
- os clientes, interessados em obter informação sobre a continuidade da empresa, essencialmente se estão envolvidos com esta a prazo ou estão dependentes da mesma;
- os governos e os seus departamentos, interessados na actividade da empresa como um todo, exigindo informação para regularem as suas actividades e para determinarem as políticas de tributação;
- o público, interessado em obter uma vasta informação da empresa, uma vez que esta contribuiu para o desenvolvimento da economia local através, por exemplo, do número de pessoas que emprega, e promove a dinamização do comércio dos fornecedores locais. O público interessa-se também por conhecer, por exemplo, as tendências e desenvolvimentos recentes da prosperidade na empresa e a variedade de actividades que desenvolve.

Apesar de enumerarem um leque variado de utilizadores da informação financeira, ambos os organismos orientam os objectivos da mesma para satisfazerem, preferencialmente, as



necessidades dos investidores<sup>28</sup>. Referem que existem necessidades que são comuns a todos os utilizadores, contudo, como os investidores proporcionam capital de risco à empresa, presumem que a preparação de demonstrações financeiras que satisfaçam as suas necessidades vai ao encontro da maior parte das necessidades dos demais utilizadores.

Já o FASB enumera, no seu SFAC 1 – “*Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*” (FASB 1978a, § 24), uma lista mais vasta de utilizadores, fazendo menção não só aos utilizadores anteriormente referenciados nas estruturas conceptuais do IASB (1989) e do ASB (1999), mas acrescenta ainda como utilizadores os proprietários, os analistas financeiros e os consultores, as seguradoras, a bolsa de valores, os advogados, economistas, as autoridades fiscais e autoridades reguladoras, as associações comerciais e empresariais, os investigadores e estudantes, entre outros. Com efeito, este organismo também orienta os objectivos da informação financeira para as decisões de investimento e crédito (FASB 1978a, § 24 e § 30). Ele entende que é provável que a informação que responda às necessidades daqueles utilizadores seja geralmente útil aos restantes grupos de utilizadores. Acrescenta ainda que existe um maior conhecimento sobre as decisões e necessidades de informação daqueles utilizadores e que as suas decisões influenciam significativamente a afectação de recursos na economia<sup>29</sup>.

Do exposto podemos concluir que a configuração dos objectivos da informação financeira procura acompanhar as necessidades dos seus diferentes utilizadores e tende a dar-lhes respostas, não obstante, esses objectivos serem influenciados pelos interesses informativos de utentes privilegiados.

### ***2.3. Os utilizadores e as características qualitativas da informação financeira***

Atendendo às necessidades dos utilizadores, afigura-se-nos importante perceber qual é, de entre as duas características da informação financeira analisadas, aquela que eventualmente preferem. Porém, interessa referir que, assim como os organismos normalizadores não estabelecem uma hierarquia entre a fiabilidade e a relevância, os utilizadores também o não

---

<sup>28</sup> cf. IASB (1989, § 10) e ASB (1999, § 1.11 - § 1.12).

<sup>29</sup> cf. FASB (1978a, § 30).

fazem. Estes, atendendo ao tipo de necessidade que pretendem ver satisfeita, poderão preferir apoiar-se numa informação mais relevante e menos fiável, ou vice-versa, não prescindindo nunca de qualquer daquelas características.

Nestas circunstâncias, os diferentes utilizadores podem ser agrupados da seguinte forma: os que privilegiam predominantemente a relevância e os que privilegiam predominantemente a fiabilidade.

No primeiro grupo podemos incluir, por exemplo, os investidores, uma vez que a relevância, conforme analisamos anteriormente, apresenta como atributos o valor preditivo e confirmatório e a tempestividade. Dado que as decisões que estes utilizadores tomam têm, maioritariamente, impactos a longo prazo torna-se necessário que os mesmos tenham acesso a informação útil, actualizada, que lhes permita fazer previsões e ajustar os seus investimentos, as suas estratégias. Para tal, a informação tem de ser oportunamente divulgada e apresentar os factos que afectem a tomada de decisões, as quais são suportadas em valores actuais.

Num segundo grupo de utilizadores podemos associar, por exemplo, os credores, os governos (administração fiscal), os empregados, os fornecedores e os clientes. Estes tenderão a preferir a fiabilidade à relevância da informação, uma vez que a primeira apresenta como atributos a verificabilidade, a neutralidade, a representação fidedigna, a plenitude e a prudência. Todos estes utilizadores procuram uma maior segurança na informação que analisam já que, e apesar de também poderem estar envolvidos com a empresa a longo prazo, as decisões que tomam têm normalmente impactos a curto prazo. Desta forma, pretendem assentar as suas decisões em informação verificável, facilmente comprovável, isenta de erros e preconceitos e que tem patente um certo grau de precaução aquando da elaboração de estimativas.

## ***2.4. As bases de mensuração e as características qualitativas da informação financeira***

No quadro do nosso trabalho, importa agora analisar de que modo as bases de mensuração se inter-relacionam com as características qualitativas da informação financeira e, em

especial, procuraremos estabelecer a relação do custo histórico e do justo valor com a fiabilidade e relevância da informação, identificando as principais vantagens e limitações de cada uma daquelas bases, alguns dos seus proponentes e opositores, de modo a podermos aferir dos principais contributos de cada uma daquelas bases de mensuração para a relevância e fiabilidade da informação e, deste modo, podermos traçar caminhos futuros no modelo de mensuração contabilística que melhor respondam às actuais necessidades dos utilizadores.

### **2.4.1. O custo histórico, a fiabilidade e a relevância**

O custo histórico, enquanto base de mensuração, traduz o sacrifício efectuado por uma entidade no momento da aquisição de um activo, ou o montante do reembolso no momento da assunção de um passivo. É caracterizado pela objectividade<sup>30</sup>, imparcialidade e verificabilidade da informação que permite gerar. Porque a informação produzida assenta, na generalidade dos casos, em documentos juridicamente relevantes, e que comprovam o valor da transacção, os utilizadores sentem uma maior segurança na informação prestada.

Para muitos, a informação gerada numa base de custo histórico é mais dificilmente manipulada. Barlev e Haddad (2003) têm, contudo, opinião diferente quando defendem que o custo histórico permite ocultar a verdadeira situação financeira e os resultados operacionais da empresa, propiciando um amplo espaço para a manipulação. No mesmo sentido, Barrett, Beaver *et al.* (1991) salientam que a importância que é dada à realização dos ganhos ou perdas na base de mensuração do custo histórico pode permitir a manipulação dos resultados por parte da gestão.

A fiabilidade de mensuração é assegurada com a utilização desta base sempre que for suportada por preços de transacções actuais e objectivamente mensurados<sup>31</sup> reduzindo,

---

<sup>30</sup> Carqueja (1998, p. 26) refere que “a objectividade, implicando a possibilidade de verificação, pode deixar-nos com o custo histórico, o valor realizado testemunhado pelos comprovantes contabilísticos, como único valor determinável sem dependência de julgamento de avaliadores”. E acrescenta ainda que a “preferência pela objectividade do custo histórico é uma preferência pela alternativa menos subjectiva e não o desconhecimento das suas insuficiências (Carqueja 1998, p. 48). O custo histórico fornece, pois, informação objectiva sobre o que aconteceu mas deve apenas ser tido como indicador quando se pretende informar acerca da situação actual.

<sup>31</sup> Naturalmente que isto não significa que não existam áreas de subjectividade quando se efectua a aplicação estrita do custo histórico. Tal acontece, por exemplo, quando se estima a depreciação ou se determina o custo de um activo produzido pela própria entidade. Na realidade, o custo histórico quase nunca é um preço de entrada (passado) puro, já que muitas vezes é ajustado pela aplicação de regras, convenções e decisões. Barth (2007) refere que os elementos das demonstrações financeiras são inicialmente reconhecidos pelo custo

desta forma, o risco de conflitos de interesses aquando da distribuição dos resultados. A *contrário*, a utilização de bases de mensuração que incorporem maiores doses de subjectividade incrementarão, tendencialmente, aquele conflito de interesses (ICAEW 2006).

Ora, a base de mensuração a custo histórico reúne especiais potencialidades para retratar informação passada e, nos casos em que não exista grande oscilação na unidade de medida, pode considerar-se uma base simples e económica para o relato financeiro.

Nestas circunstâncias, em que a unidade de medida não sofre grandes oscilações, é inquestionável que a utilização do custo histórico pode ser associada à produção de informação fiável e, por isso, pode também ser reconhecida como base preferencial de relato por todos aqueles que encaram a fiabilidade como característica primordial da informação financeira. A este respeito Ferreira (2003a, p. 2) é de opinião que “*sempre nos ancorámos na ideia de que é de usar na contabilidade valores controláveis e objectivos, preferindo para o efeito o recurso ao custo histórico*” por reconhecer nele essas qualidades.

No mesmo sentido, Lorca Fernández e Andrés Suárez (2001) reconhecem a fiabilidade do custo histórico enquanto base de mensuração, que, aliás, consideram de aplicação generalizada, e destacam a sua objectividade e independência.

Como se referiu antes, a adopção do custo histórico não dá lugar ao reconhecimento de ganhos não realizados em activos, o que pode significar uma informação com maior utilidade para alguns tipos de utilizadores. Com efeito, como decorre do documento “*Information for Better Markets - Measurement in Financial Reporting*” elaborado pelo *Institute of Chartered Accountants in England & Wales* (ICAEW) (2006):

- para os mutuantes e outros credores, a utilização de uma base de mensuração mais conservadora permite acautelar de uma forma mais significativa os seus interesses, já que a distribuição de ganhos não realizados fica eliminada, o que reduz substancialmente o seu risco de crédito;

---

histórico e, subsequentemente, mensurados por quantias amortizadas ou imparidades. Contudo, acrescenta que “*estas não são custo histórico*” (Barth 2007, p. 12). Pixley (2004) (*in* Perry e Nöke (2006)) refere que numa contabilidade ao custo histórico a valorização é feita no passado, pelo comprador e vendedor e validada por uma transacção. À luz da contabilidade a justo valor essa valorização é feita hoje, pelo mercado ou por um avaliador que conheça o mercado e não é necessariamente validada por uma transacção. No entanto, a incerteza é inevitável em ambos os cenários.

- para os accionistas (e demais proprietários), a adopção desta base de mensuração, ao potenciar um maior volume de crédito, permite alavancar o crescimento da empresa. Por outro lado, ao perspectivar a questão pela óptica da tributação, caso esta seja efectuada tendo por base o resultado contabilístico, tende a reduzir os níveis de carga fiscal, ao evitar o pagamento de impostos sobre ganhos não realizados;
- para os investidores, esta base de mensuração pode ser relevante, nomeadamente quando os gestores são recompensados com base nos lucros relatados. Neste caso, os investidores têm todo o interesse que os resultados apurados sejam calculados em bases prudentes, uma vez que o contrário significará distribuição de resultados que se poderão nunca realizar e cuja recuperação se revelará, tendencialmente, impossível.

Sem prejuízo do acima referido, é muitas vezes assumido que a adopção do custo histórico está associada à diminuição, ou mesmo perda, da relevância da informação produzida com base neste critério<sup>32</sup>. Nesse sentido pode ver-se, por exemplo, Barth (2007) que, apesar de reconhecer que a mensuração a custo histórico pode ser fiável, vem depois salientar que a mesma pode não ser economicamente relevante para os utilizadores aquando da tomada de decisões.

Contudo, a asserção anterior nem sempre é verdadeira, pois, como refere Cooper (2007), apesar de o custo histórico não ser provavelmente relevante aquando da tomada de decisão económica em relação a um activo específico, uma vez que nem todas as decisões económicas são tomadas individualmente, activo a activo, mas antes baseadas na rendibilidade global do negócio, a *“mensuração a custo histórico e o foco sobre as transacções podem muito bem ser o melhor meio de medir o desempenho e, consequentemente, de tomar decisões económicas relacionadas com esse negócio”* (Cooper 2007, p. 18).

As grandes críticas formuladas ao custo histórico podem alinhar-se nos seguintes termos:

- face à própria definição de custo histórico, a informação produzida naquela base é, por regra, irrelevante para a tomada de decisões actuais, uma vez que fornece

---

<sup>32</sup> Excepto, claro, no momento da aquisição, a informação que é disponibilizada garante ambas as características: relevância e fiabilidade (Arias Alvarez 1997).

informação “fora do prazo”, que pode já não reflectir a actual situação económico-financeira da empresa;

- a mensuração com base no custo histórico dos activos intangíveis gerados internamente, que são cada vez mais críticos para as empresas, bem como dos instrumentos financeiros que têm custo nulo ou quase nulo, face às actuais regras de reconhecimento, expressa uma quantia sem qualquer significado económico; e,
- a não contemplação dos ganhos não realizados pode subestimar, significativamente, tanto os activos líquidos como os rendimentos, ou afectar rendimentos a determinados anos com base em pressupostos que deveriam ser irrelevantes para a sua mensuração.

Barth (2004) refere, ainda, que a mensuração a custo histórico também pode induzir volatilidade nas demonstrações financeiras, quando, por exemplo, ocorre uma transacção cujo ganho ou a perda é reconhecido num único período, mas em termos económicos foram formados e acumulados ao longo de vários períodos<sup>33</sup>.

Importa, pois, saber se é razoável a ideia de que associado ao custo histórico está uma perda de relevância da informação. Para Ijiri (1975), a falta de relevância do custo histórico aquando da tomada de decisões não constitui argumento determinante para a sua apreciação<sup>34</sup>, não obstante considerar que a ideia tem um peso muito importante. Para o autor, a identificação de um conjunto de recursos ocorre através do conhecimento da sua história passada. Daí considerar fundamental que, na contabilidade a custo histórico, a história do conjunto de recursos faça parte integrante do sistema de avaliação. Mesmo numa contabilidade baseada em custos correntes cujo sistema de avaliação não exige a história do conjunto de recursos, a “chave de entrada” nesse sistema de avaliação não pode ser determinada sem os registos históricos desses recursos.

No mesmo sentido, Carqueja (1998) reforça que os valores históricos traduzem informação útil, cabendo ao relato financeiro expressar e medir aquilo que aconteceu para justificar o que existe.

---

<sup>33</sup> A autora apresenta como exemplo a alienação de um activo a longo prazo, em que o ganho é reconhecido no período da venda. No entanto, este ganho é resultado de um acumular de aumentos de valor ocorridos ao longo de vários anos e que foram ignorados. Essa volatilidade decorre, pois, do atrasado reconhecimento dos eventos económicos. (Barth 2004)

<sup>34</sup> Ijiri (1975) considera ainda o custo histórico relevante para a tomada de decisões uma vez que ele tem influência na avaliação e selecção de regras de decisão, contribui para a noção de “satisfação”; e, é utilizado como a base para o objectivo de decisão imposto sobre o decisor pela sua envolvente.

O ICAEW (2006) refere que o custo histórico não está concebido para lidar com a contabilização de operações complexas<sup>35</sup>, embora estas sejam claramente relevantes para a compreensão da posição financeira e do desempenho empresarial.

Do exposto, denota-se que, apesar da fiabilidade estar associada à mensuração a custo histórico, esta encerra um conjunto de limitações que impedem, na generalidade das situações, a produção de informação útil para a tomada de decisões dos diferentes utilizadores. A falta de relevância parece ser o seu ponto mais fraco. Torna-se, pois, necessário recorrermos a outras bases de mensuração que consigam suprimir as limitações daquela sem perder de vista o objectivo último do relato financeiro, a utilidade da informação para a tomada de decisões.

Várias são as alternativas<sup>36</sup> que poderíamos apresentar e analisar para tentar superar essas limitações. Porém, vamos centrar-nos de seguida na mensuração a justo valor já que esta é por muitos considerada a base de mensuração alternativa ao custo histórico<sup>37</sup>.

### **2.4.2. O justo valor, a fiabilidade e a relevância**

A mensuração a justo valor, ao invés da mensuração a custo histórico, tende a produzir uma informação mais actualizada já que assenta, normalmente, em valores correntes de mercado.

Quando existe um mercado activo, que serve de referência à determinação do justo valor, aquele confere-lhe, regra geral, um elevado grau de objectividade, fiabilidade e neutralidade (Zijl e Whittington 2006), assim como uma mensuração transparente e razoável, embora dependa da perspectiva de valor e da fonte da informação (Allatt 2001).

Cabedo Samper e Tirado Beltrán (2003) e Barlev e Haddad (2003) reforçam a relevância da mensuração a justo valor nessas condições, acrescentando que este oferece um melhor e maior conteúdo informativo, sendo por isso a informação produzida mais relevante.

Segundo Barth (2006) o justo valor cumpre com vários dos atributos da informação financeira, como sejam a relevância, a comparabilidade, a consistência e a tempestividade. Considera-o relevante porque reflecte as actuais condições económicas, *i.e.*, as condições

---

<sup>35</sup> Por exemplo, instrumentos financeiros, dívidas a longo prazo que não têm nenhum custo definido no momento em que são incorridas (por exemplo, garantias, benefícios de pensões).

<sup>36</sup> Anteriormente analisadas no ponto 1.2.1..

<sup>37</sup> *cf.* Cabedo Samper e Tirado Beltrán (2003).

em que os diferentes utilizadores vão tomar as suas decisões; comparável, porque o justo valor de qualquer activo e passivo depende apenas das características desse mesmo activo ou passivo e não das características da entidade que o detém ou quando o mesmo foi adquirido; consistente, porque o justo valor reflecte o mesmo tipo de informação em cada período; e tempestivo, porque espelha mudanças nas condições económicas.

Na mesma linha, o *CFA Institute for Financial Market Integrity* (2007, p. 8) para além de reforçar que “a informação ao justo valor é informação mais relevante para a tomada de decisões financeiras” refere ainda que os investidores,<sup>38</sup> que não têm acesso a informação a justo valor, fazem um esforço adicional para tentar refazer para aquela base as informações que consideram relevantes (normalmente mensuradas a custo histórico) para lhes permitir tomar decisões.

No mesmo sentido, Perry e Nölke (2006) defendem que em qualquer situação em que a contabilidade a justo valor seja aplicada, tal significará que os investidores serão menos surpreendidos, devido à sua transparência e portanto, menor incerteza e menor risco. Desta forma, e atendendo ao estabelecido pelas teorias financeiras dominantes de que baixo risco se traduz em baixas rendibilidades exigidas pelos investidores, a transparência da contabilidade a justo valor reduzirá o custo do capital para as sociedades em geral.

Conclusões semelhantes podem inferir-se do relatório desenvolvido pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) (2008)<sup>39</sup>. Após ter analisado os comentários, a SEC denotou que a maioria dos investidores e demais utilizadores referem que a contabilidade ao justo valor é mais transparente e reproduz, nas condições económicas actuais, o valor dos activos e passivos das empresas nas quais eles investem. E acrescentam que a suspensão da contabilidade a justo valor implicará uma perda não só de informação mas também de confiança por parte dos mesmos (SEC 2008).

Bernstein (2002) refere que a escolha entre mensuração a custo histórico e a justo valor é uma escolha entre a realidade económica e a comparabilidade. Segundo ele, a mensuração

---

<sup>38</sup> Como se infere do relatório do ICAEW (2006) os investidores e os credores poderão ter interesse nesta base de mensuração na medida em que serão capazes de analisar o que poderia ser realizado com a alienação de activos separáveis, bem como saber a medida do custo de oportunidade de exploração dos activos.

<sup>39</sup> A SEC solicitou aos investidores e outros utilizadores das demonstrações financeiras que manifestassem opinião acerca do papel da contabilidade a justo valor e se entendiam que a utilização dessa contabilidade melhorava ou prejudicava a sua compreensão da informação financeira.



a justo valor retrata melhor a realidade económica actual de uma entidade<sup>40</sup> e, em termos teóricos, tem um maior valor preditivo<sup>41</sup>. Contudo, também refere que a elaboração das demonstrações financeiras numa base de justo valor exige, por vezes, avaliações complexas e subjectivas das quais resultam informações que não são comparáveis entre diferentes períodos de tempo e mesmo entre diferentes entidades<sup>42</sup>.

Brandon (2004) também considera que a mensuração a justo valor proporciona informação mais relevante acerca dos activos e passivos financeiros, em comparação com os valores determinados com base no custo histórico. Reflectindo o justo valor as actuais condições de mercado, ele proporciona a comparabilidade de valores dos elementos (nomeadamente dos instrumentos financeiros) comprados em momentos diferentes. Acrescenta ainda que as divulgações financeiras a justo valor tendem a proporcionar aos investidores um maior conhecimento dos valores de mercado contribuindo, desta forma, para garantir a utilidade das demonstrações financeiras.

O mesmo autor refere ainda que críticos ao justo valor alegam que a sua utilização poderá introduzir volatilidade<sup>43</sup> nos resultados, facto que poderá assustar os investidores. Já os proponentes encaram a volatilidade como forma de reconquistar a confiança dos investidores, uma vez que os valores a custo histórico limitam-se a traduzir os valores precisos e relevantes no dia em que os elementos são registados, e as reservas, que são utilizadas para reconhecer alterações nos preços desses elementos, não são transparentes e estão sujeitas a manipulação. Daí considerar que a *“transparência é um dos principais benefícios do relato a justo valor”* (Brandon 2004, p. 5).

<sup>40</sup> O autor defende também que a contabilidade a justo valor só faz sentido no que respeita aos activos disponíveis para venda e para os quais existe um mercado líquido. Refere que não é adequado reavaliar os activos ao justo valor em cada período contabilístico, e muito menos o é se não há uma intenção de os vender num futuro próximo (por considerar que até lá o justo valor pode mudar muitas vezes) ou se não existe um mercado líquido (pela ausência de uma medida objectiva para determinar o seu justo valor).

<sup>41</sup> Correia (2000, p. 36) também realça que o justo valor representa *“uma melhor base de previsão dos futuros cash flows a serem gerados pelos activos e passivos financeiros, já que reflecte o valor actual que o mercado atribui aos cash flows futuros”*. Teixeira e Alves (2003) reforçam esta ideia e acrescentam ainda que a utilização do justo valor reduz a complexidade e torna consistente o tratamento contabilístico e permite efectuar uma melhor gestão de risco e uma avaliação mais correcta do desempenho empresarial.

<sup>42</sup> Teixeira e Alves (2003) também corroboram o aumento da volatilidade dos resultados, e acrescentam que o justo valor é uma solução, normalmente, mais dispendiosa, dificulta a comparação entre activos e passivos financeiros e não financeiros e permite ainda reflectir potenciais transacções especulativas.

<sup>43</sup> cf. Barth (2004) que identifica as fontes de volatilidade nas quantias existentes nas demonstrações financeiras derivada da utilização da mensuração a justo valor, analisando se essa produz informação útil para os investidores, e se não, o que é que os organismos normalizadores podem fazer para mitigá-la e para melhorar o entendimento da mesma.

Contrariamente, McEnally (2007a) apesar de concordar com o aumento da relevância da informação mensurada a justo valor, discorda que a incorporação do justo valor nas demonstrações financeiras possa fazer aumentar a volatilidade. Isto porque, refere, se a mensuração a justo valor resulta em maior volatilidade do que a utilização da mensuração a custo histórico, então tais mensurações apenas revelam a volatilidade económica subjacente, já presente nas operações da empresa.

As críticas ao justo valor podem agrupar-se nas ideias seguintes.

Ernest & Young (2005) refere que mensuração ao justo valor é feita tendo por base uma alternativa rejeitada, uma vez que apresenta os valores que teriam sido realizados se os activos fossem vendidos e os passivos liquidados à data do Balanço. Ora, como esses elementos constam no Balanço significa que a opção de vender os activos ou liquidar os passivos foi rejeitada nessa data. Face ao exposto, questionam se será esta base de mensuração a mais relevante para a divulgação ou a mais adequada para mensurar o desempenho de uma empresa.

Uma outra crítica à relevância do justo valor prende-se com o facto dos activos vendidos conjuntamente atingirem, normalmente, valores mais elevados do que os vendidos separadamente. Para os utilizadores interessados em valores de mercado, o justo valor para activos separados parece pouco provável que sejam muito relevantes (ICAEW 2006).

Por seu lado, Ferreira (2003b) refere que uma prática de mensuração sustentada no justo valor compromete a observância dos princípios da realização, prudência e da protecção dos credores, constituindo estes últimos, dois dos pilares fundamentais dos sistemas contabilísticos de influência continental. Segundo o mesmo autor, os novos critérios (nomeadamente o justo valor e o valor real actual) apesar de terem cada vez mais adeptos, introduzem valorizações incertas e algo imprudentes e até informações contrárias à elaboração tradicional da prestação de contas (Ferreira 2002). Mostra-se ainda receoso que estas evoluções doutrinárias sirvam interesses menos legítimos de quem controla a gestão ou detém posições sociais dominantes.

Do exposto, podemos concluir que o justo valor pode ser considerado uma base de mensuração verificável e objectiva sempre que seja determinado tendo por base um mercado activo. Contudo, uma vez que este mercado nem sempre existe, importa avaliar as consequências desta situação para o relato financeiro.

Na ausência de um mercado activo torna-se necessário recorrer a técnicas e modelos de avaliação<sup>44</sup> para auxiliar a determinação da melhor estimativa do preço de mercado corrente. Desta forma, a objectividade, fiabilidade e neutralidade conferida à informação produzida pela mensuração a justo valor será menor com o aumento da subjectividade, e maior a propensão para a manipulação da informação.

Aliás, uma crítica frequente à mensuração a justo valor é o facto de esta introduzir subjectividade adicional nas demonstrações financeiras. Contudo, Barth (2007) considera útil o facto das estimativas do justo valor reflectirem informações da gestão que não estão necessariamente disponíveis para todos os utilizadores. Refere ainda que o facto das demonstrações financeiras reflectirem esta informação atenua a necessidade dos restantes utilizadores em desenvolverem estimativas enviesadas, baseadas apenas em informação pública.

Cooper (2007) considera que este é um argumento muito convincente e reforça-o, mas reconhece a dificuldade para os utilizadores chegarem a um valor independente para os activos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras. Sugere, por isso, a criação de mecanismos de controlo para assegurar que as estimativas do justo valor sejam o mais imparcial possível, assim como a divulgação de mais informação adicional, para que a subjectividade na mensuração possa ser entendida pelos diferentes utilizadores da informação financeira.

Neste seguimento, a criação de mecanismos que ajudem a reduzir a subjectividade da informação financeira revela-se essencial para que esta continue a ser útil à tomada de decisões. Este facto não dispensa a necessidade de se complementar a mensuração a justo valor com as divulgações dos pressupostos subjacentes e dos julgamentos efectuados, particularmente quando não existe mercado activo onde são necessárias estimativas para determinar o justo valor (SEC 2008).

Uma outra problemática associada à mensuração a justo valor prende-se com o tratamento contabilístico dos seus ajustamentos, temática que não aprofundaremos por considerarmos que a mesma não é essencial às finalidades a que nos propusemos com o presente estudo<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Esta dificuldade relacionada com o cálculo do justo valor tem sido objecto de debate por autores preocupados com estas questões. É o caso, por exemplo, de Barth e Landsman (1995) e de Gray (2003).

<sup>45</sup> Maiores detalhes podem ser vistos, por exemplo, em Arias Alvarez (1997) e Lorca Fernández e Andrés Suárez (2001).

No entanto, e porque também este é um forte argumento na discussão em volta do justo valor, apresentamos duas referências que bem traduzem aquela preocupação.

Assim, e segundo Reis (2003), a aplicação da mensuração a justo valor não é pacífica essencialmente quando se pretende enquadrar a perspectiva de ajustamentos periódicos no princípio da prudência. E acrescenta que sempre que seja necessário efectuar correcções das quais resultem ganhos, não realizados, passíveis de afectarem imediatamente os resultados, essas correcções poderão ser contrárias ao referido princípio, já que este só contempla o registo de perdas potenciais. Já Bandeira e Ferreira (1998, p. 62) defendem que a contabilização destes ganhos potenciais, quando se está perante mercados líquidos, não afectam de forma significativa os “*níveis de precaução exigidos por estimativas realizadas em condições de incerteza*” e consideram que esta atitude é sempre preferível à contabilização dos ganhos por defeito, facto que penaliza a “*imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados da empresa*”.

## ***2.5. Algumas perspectivas para a evolução do modelo de mensuração contabilística***

Face ao exposto, e atendendo a que o objectivo das demonstrações financeiras é proporcionar informação relevante para a tomada de decisões, qual das duas bases de mensuração anteriormente analisadas poderá dar uma resposta mais satisfatória a esta problemática?

### **2.5.1. O ponto de partida**

Não obstante as estruturas conceptuais dos diferentes organismos normalizadores que temos vindo a referir considerarem o custo histórico como base de mensuração predominante no relato financeiro, as mesmas não impedem a adopção de bases de mensuração combinadas. Neste sentido, não obrigam à utilização de um modelo mono-base (o custo histórico), permitindo a adopção de um modelo multi-base de mensuração<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> IASB (1989, § 101), FASB (1984a, § 70) e ASB (1999, § 6.1 - § 6.5).

É nesta combinação de bases de mensuração que assenta actualmente o modelo de relato financeiro da grande maioria das empresas e, como diz Ball (2006, p. 14) *“é simplesmente incorrecto encarar o modelo dominante do relato financeiro como “contabilidade a custo histórico”. O relato financeiro (...) é um processo combinado que envolve tanto o custo histórico (...) como o justo valor”*.

Apesar do predomínio continuar a ser o do custo histórico, o espectro de aplicação do justo tem-se vindo a alargar, como adiante melhor se constatará<sup>47</sup>.

Como todos os modelos existentes, o actual modelo de relato financeiro não está isento de críticas. Barth (2006) refere que a *“utilização de bases de mensuração combinadas não só é conceptualmente indesejável, como cria dificuldades para os utilizadores das demonstrações financeiras”*<sup>48</sup> (Barth 2006, p. 274). Essa dificuldade está patente na interpretação das quantias correspondentes a rubricas agregadas, mas também em rubricas individuais<sup>49</sup>. E, acrescenta, *“utilizando diferentes bases de mensuração também significa que acontecimentos económicos similares podem receber tratamentos contabilísticos bastante diferentes”* (Barth 2006, p. 274).

Com efeito, a actual forma combinada de relato financeiro pode traduzir maior dificuldade para os utilizadores na interpretação e compreensão da informação financeira, obrigando-os a conhecerem quais as bases de mensuração aplicadas a cada elemento. A interpretação da informação que consta nas demonstrações financeiras deve então ser analisada atendendo às bases de mensuração utilizadas<sup>50</sup>. As práticas de mensuração diferem de item para item, mas são, regra geral, consistentes em todas as entidades.

Mas como poderemos superar estas limitações? Como se poderá desenvolver no futuro o modelo de mensuração do relato financeiro?

Não equacionamos uma solução única, mas antes alguns percursos alternativos:

<sup>47</sup> A mensuração a justo valor é utilizada, por exemplo, nos instrumentos financeiros, nos activos biológicos, nas propriedades de investimento. Já a mensuração a custo histórico é normalmente utilizada, por exemplo, na grande maioria dos elementos detidos pela empresa com carácter de permanência e continuidade, nos inventários (devido à sua elevada rotação) e nos *cash flows*.

<sup>48</sup> Barth (2007) menciona também que a mensuração combinada irá persistir até que o justo valor seja utilizado para todos os activos e passivos.

<sup>49</sup> Por exemplo, na linha dos inventários a entidade apresenta uma quantia que traduz o mais baixo valor do custo e o valor realizável líquido, mas não é divulgado item a item.

<sup>50</sup> Bernstein (2002) refere que existe um elevado número de utilizadores que considera as demonstrações financeiras desprovidas de significado, dada a sua complexidade e subjectividade. Menciona ainda que muitos dos valores reflectidos nos activos são temporários e não serão necessariamente realizados.

- deixar de contemplar a combinação de bases de mensuração, actualmente preconizadas no relato financeiro, podendo, nesta opção, considerar dois cenários:
  - a. passar a utilizar apenas um única base de mensuração e, neste caso, considerar como alternativas, relatar toda a informação a custo histórico, ou relatar toda a informação a justo valor; ou,
  - b. passar a utilizar simultaneamente as duas bases de mensuração para todos os elementos relatados (informação a custo histórico e a justo valor), ou
- manter a combinação de bases de mensuração<sup>51</sup>, dando-se mais ênfase ao custo histórico ou ao justo valor.

De salientar que, dado o carácter exploratório da nossa dissertação, não é o nosso objectivo apresentar soluções definitivas à questão da mensuração no relato financeiro, mas antes referir alternativas que se nos afiguram possíveis face ao actual modelo de relato, realçando as contribuições e limitações de cada solução para o incremento da fiabilidade e relevância da informação para a tomada de decisões económicas, assim como as dificuldades subjacentes à sua implementação.

### **2.5.2. Selecção da base de mensuração: factores a considerar**

O entendimento acerca de uma base única de mensuração ou de uma combinação de bases de mensuração não é uma questão pacífica e, de acordo com o que se pode inferir do relatório elaborado pelo ICAEW (2006), são várias as razões para que tal aconteça:

- cada base de mensuração contabilística existente apresenta forças e fraquezas. Por sua vez, ao optar-se por uma base de mensuração em detrimento de outra o relato financeiro irá transmitir informação útil de alguns itens e de outros nem tanto<sup>52</sup>;
- a utilização de uma base de mensuração única poderá simplificar a análise da informação financeira disponibilizada, porém, é passível de alcançar uma menor coerência, podendo levar ao aumento da variabilidade e inconsistência das

---

<sup>51</sup> Refira-se que esta combinação de bases de mensuração centra-se apenas nas duas bases de mensuração em estudo, não obstante poderem ser conciliadas com outras bases de mensuração, as quais nos escusamos de abordar por não ser o objectivo principal do nosso estudo.

<sup>52</sup> Por exemplo, a inexistência de um mercado activo pode representar uma fraqueza para a determinação do justo valor; ou a existência de itens com custo nulo ou quase nulo pode também traduzir uma fraqueza, agora para o custo histórico.

mensurações e, no limite, não ser perceptível pelos diferentes utilizadores<sup>53</sup>. Já a utilização de bases de mensuração combinadas, como anteriormente referimos, pode ser criticada pelo facto de reunirmos numa demonstração financeira diferentes bases de mensuração que poderá gerar confusão para os utilizadores.

Além destes, existem outros factores que poderão influenciar a escolha da base de mensuração mais adequada para o relato financeiro. Não sendo nosso objectivo elencar todos, vamos destacar alguns que nos parecem ser os mais relevantes, tendo por base o relatório do ICAEW (2006). Assim, a escolha da base de mensuração pode depender ainda do tipo de elemento que se está a mensurar e da localização dos mesmos. Se existem elementos com mercados activos, pode ser mais relevante e fiável optar-se por uma determinada base de mensuração (por exemplo, o justo valor), caso contrário, pode existir propensão para se optar por outra base de mensuração (por exemplo, o custo histórico); contudo, estando esses elementos cotados no mercado, pode existir diferença no tipo de mercado, uma vez que existem mercados mais líquidos do que outros para o mesmo tipo de elemento (por exemplo, os mercados imobiliários). Este facto pode condicionar a escolha da base de mensuração e deverá ser conjugado com o custo/benefício de preparação da informação financeira.

Há outras situações, porém, em que é o próprio sector de actividade que estabelece a utilização de bases de mensuração para as actividades que regula. Isto justifica-se pelas características particulares do sector, da actividade desenvolvida e, por vezes, também do tipo de utilizadores da informação financeira, devendo para tal atender-se, uma vez mais, à relação custo/benefício aquando da preparação da informação financeira.

A estrutura societária também pode ter influência na escolha da base de mensuração<sup>54</sup>. Aliás, existem fortes argumentos que contrariam a dependência da escolha da base de mensuração do facto, por exemplo, da sociedade ter ou não valores cotados. Para muitos, será razoável que os valores dos relatórios devam ser apurados segundo as mesmas bases, independentemente do tipo de sociedade. Se existirem diferenças significativas na forma como as sociedades com valores cotados ou sem valores cotados mensuram os lucros, os

---

<sup>53</sup> Por exemplo, se utilizarmos o justo valor como base única para a mensuração contabilística e uma vez que não existe mercado activo para todos os elementos das demonstrações financeiras, o justo valor só é passível de ser determinado com recurso a modelos de avaliação e estimativas, com toda a subjectividade que acarretam.

<sup>54</sup> A não existência de uma forma única de mensurar o lucro, pode levar a que sociedades com diferentes estruturas societárias adoptem diferentes convenções de mensuração.

preparadores e utilizadores da informação financeira necessitam de especializar-se na compreensão de uma ou de outra base. Mais, se existem diferenças significativas em termos de mensuração entre ambos os tipos de sociedades, este facto é um obstáculo para que as sociedades sem valores cotados possam passar a ter valores cotados (ou vice-versa), uma vez que para além de terem de aprender a utilizar uma nova base de mensuração teriam ainda de reexpressar a informação anterior para que esta seja comparável. A ponderação da relação custo/benefício na obtenção da informação financeira é mais um factor a ter em conta<sup>55</sup>.

### **2.5.3. Base única de mensuração**

As limitações que constam do actual modelo de relato poderão, em parte, ser superadas com a utilização de uma base única de mensuração para todos os elementos das demonstrações financeiras. A adopção desta solução poderá, por um lado, permitir aliviar algumas das dificuldades associadas à utilização de bases de mensuração combinadas conferindo uma maior clareza na interpretação dos itens mensurados mas, por outro lado, poderá encerrar algumas desvantagens.

Se o caminho a seguir for a mensuração de todos os elementos das demonstrações financeiras a custo histórico, esta opção encerra todas as vantagens e limitações a seu tempo referidas. Não nos escusamos, no entanto, de reforçar o facto de se estar a privilegiar a fiabilidade e objectividade da informação, assente em princípios mais conservadores, mais prudenciais, em detrimento da relevância da informação. Se, por um lado, esta base de mensuração pode, eventualmente, simplificar a preparação e interpretação da informação financeira produzida, por outro lado, pode traduzir-se pouco relevante para a tomada de decisões.

Em alternativa, poder-se-á utilizar como base única de mensuração para o relato financeiro o justo valor. Este seria utilizado para todos os elementos das demonstrações financeiras independentemente de existir ou não um mercado activo que sirva de base à sua determinação. Se, por um lado, esta base de mensuração preconiza, tendencialmente, uma informação mais relevante para a tomada de decisões, pelo facto de se apoiar em valores de

---

<sup>55</sup> Por exemplo, se uma sociedade sem valores cotados tiver de aplicar as mesmas bases de mensuração das sociedades com valores cotados que não são eficazes em termos de custos, ou as sociedades com valores cotados aplicarem práticas de mensuração das sociedades sem valores cotados que também podem não se ajustar a este tipo de sociedades.



mercado actuais, por outro, pode traduzir informação menos fiável (essencialmente, se não existir um mercado activo) e mais subjectiva. Aliás, e como já anteriormente referimos, uma das grandes dificuldades neste modelo prende-se com a determinação do justo valor para elementos que não têm preços de referência num mercado activo. Tal facto obriga ao recurso a técnicas e modelos de avaliação, alguns dos quais envolvem grande subjectividade<sup>56</sup>.

Constata-se, pois, que quer se opte pela base de mensuração a custo histórico, quer pela de justo valor, existirão sempre limitações. Estas, contudo, poderão ser minimizadas através do incremento de divulgações adicionais dos itens apresentados numa dada base, mas cuja informação relativa à outra se revele importante para a tomada de decisão. Ou seja, se tomarmos como ponto de partida a base de relato a custo histórico, para efeitos de divulgação, e de forma diminuir algumas das limitações deste, dever-se-ão divulgar informações preparadas segundo a outra base (justo valor) quanto aos itens que sejam considerados relevantes no processo de tomada de decisão.

Vários são os autores que têm manifestado opinião em relação a esta temática. Todavia, e conforme se poderá perceber de seguida, as opiniões ainda não se podem considerar consensuais.

Bernstein (2002) é de opinião que as demonstrações financeiras devam traduzir o mais realisticamente possível o valor económico das empresas. Neste sentido, sugere que se deva proceder a uma avaliação do que foi feito no passado, isto é, analisar se a contabilização a custo histórico com todas as suas limitações será ou não a melhor opção; e equacionar a incorporação do passado nos caminhos contabilísticos futuros.

Na mesma linha Ferreira (2003a), defensor das vias reformistas na procura de novas soluções, refere que esta procura deve passar pelo aperfeiçoamento daquilo que já existe, respeitando-se os passos dados no passado, para que os retrocessos e perdas inerentes às novas soluções revolucionárias sejam menores. Acrescenta que a contabilidade não deve subverter-se aos interesses ou objectivos de gestão contrários à ética. Desta forma, defende que a informação deste tipo deve ser prestada complementarmente, para que se possa

---

<sup>56</sup> Autores como Ijiri (1975) e Barth e Landsman (1995) apontam que em muitos casos o cálculo do justo valor implica a utilização de informação privada e específica da empresa.

olhar, em simultâneo, para cada parcela e para o seu todo (não se escondendo nesse todo parcelas dele).

Já Richard C. Breeden em 1990, e então presidente da SEC, declarou que o justo valor era a única medida relevante, sugerindo que todas as instituições financeiras fossem obrigadas a comunicar todos os seus investimentos financeiros a valores de mercado<sup>57</sup> (Barlev e Haddad 2003). Porém, Lorca Fernández e Andrés Suárez (2001) fazem referência a sete estudos desenvolvidos no Estados Unidos da América (EUA), que tinham como objectivo avaliar o efeito (essencialmente sobre as cotações) que a introdução dos *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS)<sup>58</sup>, que admitiam o justo valor, tiveram nas empresas americanas. Esses estudos recaíram, essencialmente, na análise das empresas do sector financeiro, mais concretamente, dos principais bancos americanos. Da análise comparativa das conclusões dos diferentes estudos, os referidos autores concluíram que existiam resultados contraditórios, uma vez que os estudos apresentavam conclusões distintas. Desta forma, concluem que não fica claro se a introdução do justo valor tem um maior poder explicativo que o custo histórico. Contudo, referem que os SFAS analisados não foram neutros, *i.e.*, tiveram repercussões na cotação das acções (Lorca Fernández e Andrés Suárez 2001).

Robert Herz, actual presidente do FASB, acredita que a mensuração a justo valor poderá produzir informação financeira mais relevante e útil para a tomada de decisões. Contudo, é cauteloso e não defende necessariamente a utilização do justo valor na ausência de um mercado activo, a não ser que existam razões suficientes para considerar que a mensuração é fiável (Fink 2006). Quando questionado para se manifestar sobre a manutenção do custo histórico no relato financeiro e a complementação do mesmo com divulgações adicionais mencionando o justo valor, responde que essa é apenas uma abordagem possível. E refere que para ele a problemática não se coloca em escolher uma ou outra base de mensuração (custo histórico ou justo valor). Antes, refere outras abordagens, baseadas na teoria

---

<sup>57</sup> Hendriksen e van Breda (1991, p. 575) referem que esta afirmação foi classificada como a “*a iniciativa mais importante no desenvolvimento dos princípios contabilísticos em mais de 50 anos*”.

<sup>58</sup> Nomeadamente, o SFAS 105 - “*Disclosure of Information about Financial Instruments with Off-Balance-Sheet Risk and Financial Instruments with Concentrations of Credit Risk*” e o SFAS 119 (ambos substituídos, actualmente, pelo SFAS 133 - “*Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*” (FASB 1998a)), o SFAS 107 - “*Disclosures about Fair Value of Financial Instruments*” (FASB 1991) e o SFAS 115 - “*Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*” (FASB 1993b), por serem os que regulam a introdução do justo valor.

económica e na própria estrutura conceptual do FASB, que indicam que ambas as bases podem ser combinadas dentro do modelo contabilístico (Kranacher e Morris 2007).

Barth (2006) defende que a utilização de uma única base de mensuração na elaboração das demonstrações financeiras, poderia aliviar muitos dos problemas associadas à utilização de bases de mensuração combinadas. Considera que o justo valor é uma base de mensuração adequada para o relato financeiro e refere que este “*é a única abordagem abrangente e consistente identificada pelo IASB*” (Barth 2006, 274).

Cooper (2007) é da mesma opinião, contudo, pondera a existência de boas razões para existirem diversas bases de mensuração, considerando as distintas abordagens adoptadas na análise dos diferentes elementos<sup>59</sup>. Acrescenta ainda que a mensuração utilizando bases de mensuração combinadas só será um problema se o total do Balanço e do resultado extensivo for visto como a única informação importante visto que, na prática, a maior parte das análises centram-se nas componentes desses totais.

Cabedo Samper e Tirado Beltrán (2003)<sup>60</sup> consideram também a aplicação do justo valor como uma boa base de mensuração aquando do relato financeiro. Fazem ainda referência a resultados de estudos empíricos que evidenciam que a mensuração pelo justo valor de instrumentos financeiros, baseados num mercado regulamentado, possui um maior conteúdo informativo para os investidores do que a mensuração pelo custo histórico.

Na mesma linha, Standard & Poor’s Ratings Direct (2008) suporta a premissa que o justo valor, quando conjugado com amplas divulgações é uma base de mensuração contabilística relevante para activos e passivos financeiros.

Barlev e Haddad (2003) são defensores da mensuração a justo valor. Consideram que o desenvolvimento das normas contabilísticas revela que a contabilidade a custo histórico está a ser substituída pelo paradigma da contabilidade a justo valor. São ainda de opinião

---

<sup>59</sup> cf. Cooper (2007, p. 18).

<sup>60</sup> Os autores apresentam algumas regras e métodos a utilizar na obtenção do justo valor dos elementos do Balanço. Referem, nomeadamente, que a mensuração baseada no custo histórico constitui uma boa aproximação do justo valor de determinados elementos, como sejam os meios financeiros líquidos, os devedores e as dívidas a curto prazo. Relativamente aos elementos do activo e passivo a longo prazo referem que o justo valor deve ser calculado, sempre que possível, com referência ao valor de mercado. Quando este não existir, o valor actual poderá ser uma alternativa, contudo, tem a desvantagem da subjectividade que está associada na estimativa de certos parâmetros e variáveis necessárias para o cálculo do valor actual. (Cabedo Samper e Tirado Beltrán 2003)

que “o paradigma da contabilidade a justo valor proporciona uma divulgação total mais completa e é compatível com a transparência”<sup>61</sup> (Barlev e Haddad 2003, p. 385).

Mais recentemente, o SEC no relatório que emitiu em Dezembro de 2008, recomenda que a norma justo valor (SFAS 157 – “*Fair Value Measurements*” (FASB 2006c)) deva ser melhorada, mas não suspensa. E acrescenta que a suspensão da contabilidade ao justo valor para implementar a contabilidade baseada no custo histórico, ou em outra base de mensuração, não é aconselhável. A suspensão, ou eliminação, da actual necessidade da contabilidade ao justo valor iria provavelmente aumentar a incerteza do investidor e teria um impacto negativo na confiança do mesmo investidor pelo acesso distanciado à informação atempada, numa altura em que a informação é provavelmente mais útil aos investidores (SEC 2008).

Do exposto, constata-se que a opção de utilizar em exclusivo uma base de mensuração (custo histórico ou justo valor) não parece, por si só, ser a mais viável. Maior consenso parece existir pela selecção de uma base de mensuração predominante e fornecer informação complementar aquando da divulgação nas notas anexas.

#### **2.5.4. Duas bases de mensuração em simultâneo**

A opção por este cenário, de utilizar em simultâneo as duas bases de mensuração (custo histórico e justo valor) para todos os elementos relatados é, do ponto de vista teórico, a melhor solução, pois elimina as desvantagens decorrentes da aplicação de partes de cada uma delas. Consequentemente, a informação produzida vai permitir satisfazer um mais vasto leque de necessidades dos diferentes utilizadores e elimina a necessidade de efectuar opções com vista à satisfação das necessidades de utilizadores preferenciais, bem como a importante problemática do tratamento contabilístico das diferenças de justo valor.

Sem prejuízo destes aspectos positivos, não desprezar a relação custo/benefício decorrente da obrigatoriedade de elaboração desta informação. Este é, talvez, o maior entrave à concretização desta alternativa, pois, se por um lado permite fornecer mais informação a

---

<sup>61</sup> Explicam ainda o que entendem por “transparência” na contabilidade, considerando-a uma característica que garante demonstrações financeiras com informação verdadeira, precisa e completa acerca das actividades e da situação financeira da empresa. Desta forma, acrescentam que as demonstrações financeiras baseadas no justo valor fornecem informação transparente, uma vez que a Demonstração dos Resultados reflectiria o valor económico real da actividade empresarial e o Balanço espelharia os activos, passivos e capital próprio mensurados pelo justo valor (Barlev e Haddad 2003).

todos os utilizadores, por outro, é mais trabalhoso, mais dispendioso, e poderá também gerar confusão nos utilizadores menos informados. É, pois, importante, conhecer bem os utilizadores da informação financeira, e quais as suas necessidades específicas, para que se possa ajustar o sistema de relato financeiro para ir de encontro às suas necessidades, e não se estejam a suportar gastos em vão (gastos a produzir informação que não vai ser utilizada).

## **2.5.5. Bases combinadas de mensuração**

### **2.5.5.1. Estrutura do modelo**

Alternativamente à solução de utilizarmos uma única base de mensuração pode admitir-se a utilização de bases de mensuração combinadas (custo histórico e justo valor). Neste caso, esta solução preconiza a elaboração de demonstrações com parte dos elementos mensurados a custo histórico e outra parte a justo valor. Apesar da confusão que possa gerar nos utilizadores da informação financeira, esta configuração de mensurar os elementos poderá revelar-se útil para a tomada de decisões, já que contempla itens mensurados a valores actuais.

Ijiri (1999), grande apoiante do custo histórico, mostra-se contrário à eliminação do mesmo das demonstrações financeiras e defende a sua reposição em todas as contas<sup>62</sup>. Todavia, reconhece algumas vantagens na divulgação de valores de mercado para alguns utilizadores e para alguns fins, sendo desta forma favorável à combinação de bases de mensuração aquando do relato financeiro. Mas acrescenta que as *“acções efectuadas pela entidade são os elementos principais a ser registados e relatados (...) na contabilidade (...). Informação sobre o que poderia ter sido também pode ser registada e relatada mas esta é apenas um suplemento”* (Ijiri 1999, p. 121). Daí, sugerir relatar o custo de aquisição dos diferentes elementos nas demonstrações financeiras e separadamente os acumulados ganhos/perdas considerados, dando a soma dos dois o valor de mercado. Desta forma, os utilizadores poderão optar por aquela informação que mais auxilie a sua tomada de decisões.

---

<sup>62</sup> Entende que o custo histórico oferece um ponto de referência para comparação com as variações dos valores de mercado.

Day (2000) é de opinião que os investidores preferem informação financeira mensurada ao justo valor mas não necessariamente à custa do abandono do custo histórico. E acrescenta que considera importante que os investidores sejam educados sobre o que no contexto da informação financeira significa a mensuração pelo justo valor.

Teixeira e Alves (2003, p. 15) também entendem que o melhor caminho a seguir é aquele que está a ser percorrido: “*o custo histórico e diferentes critérios, para elementos específicos*”, desde que exista garantia que a comparabilidade das demonstrações financeiras fica assegurada bem como a possibilidade dos utilizadores tomarem decisões.

Já para Gonçalves e Sousa (2005), a diferente valorização que pode aparecer no Balanço, devido à utilização do justo valor, não será um dos maiores obstáculos para os organismos normalizadores, senão os efeitos positivos que podem representar nos resultados. Desta forma, e segundo os mesmos autores, o verdadeiro obstáculo à aceitação da aplicação do justo valor de uma forma generalizada baseia-se na interpretação rígida do princípio da prudência, segundo o qual é possível considerar-se nos resultados perdas potenciais, mas os ganhos potenciais não são reconhecidos no mesmo.

McEnally (2007b) faz referência ao modelo que o CFA *Institute Centre Market Integrity* tem vindo a propor para modificar o actual modelo de relato financeiro, para melhor servir os investidores e adaptar o sistema de mensuração combinado, que se espera que seja um longo caminho de transição para um modelo pleno de relato financeiro ao justo valor.

O ICAEW (2006) sugere que as empresas devem fazer distinção nas suas divulgações entre os factos e as estimativas apresentando, por exemplo, nas demonstrações financeiras colunas separadas para quantias realizadas e quantias esperadas. Deste modo, a informação adicional pode permitir aos utilizadores fazer os seus próprios cálculos que entendam que lhes fornece uma informação mais fiável e mais relevante.

Segundo Ijiri (1975), o argumento de que o custo histórico é irrelevante para a tomada de decisão é uma visão míope. Deve-se tentar melhorar o sistema contabilístico baseado no custo histórico e não abandoná-lo, mas modificando-o e complementá-lo com dados baseados em outros métodos de avaliação.

Ronen (2008) também considera benéfica a utilização combinada das bases de mensuração, pois entende que elas se complementam, contrariamente ao que acontece quando são usadas isoladamente. A utilização isolada do custo histórico, por exemplo,

fornece uma informação pouco preditiva dos fluxos de caixa futuros ou do risco, mas combinada com outras permite efectuar comparações, ajustar e fazer previsões dos fluxos de caixa.

Trussel e Rose (2009) realçam a existência de estudos que sugerem que a utilização em exclusivo de uma única base de mensuração pode não ser eficaz, por exemplo, para os instrumentos financeiros. Defendem que, tanto a contabilidade a custo histórico, como a contabilidade a justo valor, devem ser aplicadas dependendo da situação, da natureza do activo e do passivo. Tratando-se de um activo financeiro líquido a curto prazo, deverá ser mensurado pelo justo valor e os ganhos não realizados ou perdas relatadas devem fazer parte do resultado. No que respeita aos activos e passivos financeiros ilíquidos a longo prazo, devem ser mensurados pelo custo histórico (amortizado) e os ajustamentos não devem ser imputados a resultados ou fazer parte do resultado extensivo. Defendem ainda que os demais activos e passivos devem ser mensurados a um justo valor ajustado com ganhos e perdas relatados como parte integrante do resultado extensivo. Daí, os autores sugerirem um sistema híbrido, que incorpore ambos os modelos contabilísticos e que mitigue as ineficiências de utilizar apenas uma única base de mensuração contabilística.

#### **2.5.5.2. Variantes do modelo**

Atendendo ao exposto, e nesta última alternativa apresentada, de combinação de bases de mensuração, podemos ainda equacionar duas perspectivas distintas:

- combinar as duas bases de mensuração com ênfase da mensuração ao justo valor; ou,
- alternativamente, combinar as duas bases de mensuração enfatizando o custo histórico.

A primeira consiste, pois, em combinar as duas bases de mensuração dando mais ênfase ao justo valor, *i.e.*, mensurar mais elementos a justo valor do que aqueles que actualmente são mensurados no presente modelo de relato.

Neste contexto importa avaliar quais as razões que justificam esta opção e quais os elementos das demonstrações financeiras que deverão deixar de ser mensurados a custo histórico e passar a ser mensurados a justo valor.

Até ao momento, uma importante área em que, para a generalidade das empresas<sup>63</sup>, não se encontra preconizado o justo valor, e que por vezes apresenta um grande peso na estrutura dos activos, é a dos inventários. Estes encontram-se mensurados pelo custo de produção ou de aquisição ou valor de mercado, dos dois o mais baixo. Todavia, aqueles critérios poderão não traduzir a melhor forma para mensurar os diferentes elementos dos inventários. Com efeito, há várias situações que ocorrem na envolvente e que afectam significativamente o valor dos mesmos, como por exemplo, a escassez do produto que tem impactos no seu preço. Se a empresa, aquando da prestação de contas, não contempla nas suas demonstrações financeiras o valor de mercado dos seus inventários, vai estar a fornecer aos utilizadores uma informação desajustada da realidade da empresa, que por sua vez, vai afectar a tomada de decisões.

O mesmo pode acontecer aquando da produção de inventários, quando seja dilatada no tempo. No término da sua produção o custo da mesma pode estar muito desfasado do seu valor de mercado e, uma vez mais, a informação a custo histórico fica desajustada da realidade, com impactos na tomada de decisão.

As exigências de informação actualizada por parte, senão de todos, da maioria dos utilizadores, poderão ser o mote para seguirmos este caminho. Atendendo ao desenvolvimento dos mercados de capitais, à internacionalização da economia, à rapidez com que se fazem negócios, os utilizadores atentos à envolvente e não querendo perder oportunidades de investimento exigem, cada vez mais, uma informação tempestiva e relevante para os auxiliar na sua tomada de decisões.

Contrapondo esta perspectiva, temos como alternativa um outro caminho, *i.e.*, combinar as duas bases de mensuração mas agora dando mais ênfase ao custo histórico face ao actual modelo de relato, *i.e.*, limitar a aplicação do justo valor.

Actualmente o justo valor pode ser utilizado para mensurar, entre outros, vários elementos das demonstrações financeiras e, de entre eles, os instrumentos e investimentos financeiros, os activos biológicos, as propriedades de investimentos, activos fixos tangíveis e intangíveis. Como se sabe, não existem para todos estes elementos mercados activos ou regulamentados que possam servir de referência na determinação dos seus justos valores, pelo que esta é efectuada com recurso a técnicas e a modelos de avaliação, baseados em

---

<sup>63</sup> Excluem-se, por exemplo, as empresas do sector agrícola.



assunções e julgamentos acerca do futuro, incorporando-se, como vimos anteriormente, um maior grau de subjectividade naquele cálculo, o que, tendencialmente, poderá fazer diminuir a fiabilidade e a própria relevância da informação financeira produzida.

Analisando a actual conjuntura económico-financeira<sup>64</sup> denota-se um grande pessimismo na sociedade em geral. Os próprios utilizadores da informação financeira tendem a valorizar uma informação apoiada em critérios mais prudentes, mais objectivos, mais verificáveis e fiáveis. Consequentemente, e procurando satisfazer estas necessidades, o espectro de aplicação do justo valor tenderá a ser reduzido, devendo apenas aplicar-se aos elementos para os quais exista um mercado activo ou regulamentado<sup>65</sup>, para conferir maior objectividade e fiabilidade à informação financeira produzida.

Atendendo ao exposto, importa então conhecer quais são as necessidades actuais dos utilizadores da informação financeira.

A possibilidade de valorizar todos os elementos das demonstrações financeiras a preços correntes é, de há muito, encarada com alguma apreensão por parte dos utilizadores – veja-se a este propósito o estudo empírico, realizado pelo AICPA “*Special Committee on Financial Reporting*”, publicado em 1994, sobre as necessidades de informação dos investidores e credores, citado em Lourenço (2003). Este estudo demonstrou que a maior parte dos utilizadores, embora considerem importante a divulgação do justo valor de alguns elementos do activo e do passivo, são contrários à substituição do actual modelo baseado no custo histórico. Revelaram ainda preocupações não só com a subjectividade mas também com a potencial volatilidade dos resultados que caracterizam a valorização pelo justo valor.

No relatório que desenvolveu em 2008, a SEC refere que os investidores, em geral, acreditam que o justo valor aumenta a transparência no relato financeiro e facilita a melhor tomada de decisões de investimento (SEC 2008).

---

<sup>64</sup> O relatório realizado pela SEC (2008) refere que a utilização do justo valor não parece ter desempenhado um papel significativo na falência de importantes bancos americanos, que ocorreram no ano de 2008 e que contribuíram para o despoletar da crise económico-financeira que abalou os mercados e a economia. Antes, refere que a falência dos bancos nos EUA parece ser o resultado do provável crescimento de perdas de crédito, das preocupações com a qualidade de activos e, em certos casos, da perda de confiança por parte dos financiadores e investidores. Para os bancos falidos que reconheceram perdas de justo valor bastante elevadas, este facto não foi apresentado como razão para a falência dos mesmos. (SEC 2008)

<sup>65</sup> É o caso, por exemplo, do Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas, que presta informação sobre o preço dos produtos agrícolas e faz análises de mercados agrícolas.

Nesse mesmo relatório são apresentadas algumas conclusões sumárias de estudos académicos que analisaram o impacto da contabilidade a justo valor na qualidade da informação disponibilizada para os investidores. Esses estudos evidenciam que a informação ao justo valor aumenta a qualidade da informação disponível para os investidores e que quantias de justo valor diferentes não são uniformemente úteis para os investidores. Os justos valores obtidos tendo por base mercados activos são mais fiáveis do que aqueles que se obtêm em mercados ilíquidos ou através de estimativas. Fica ainda claro que, neste último caso, os investidores necessitam de mais informação adicional para que a informação divulgada seja mais útil para a tomada de decisões.

A SEC (2008) faz ainda referência que quaisquer alternativas de mensuração que existam à mensuração ao justo valor irão sempre apresentar pontos fortes e pontos fracos. Atendendo às evidências dos estudos que analisou e, considerando a utilidade da informação a justo valor para os investidores, refere que a suspensão da contabilidade a justo valor para regressar à mensuração baseada no custo histórico iria provavelmente aumentar a incerteza do investidor e teria um impacto adverso no acesso à informação, numa altura em que a informação é provavelmente mais útil para os investidores.

Em suma, nota-se que não existe uma solução óptima, ou sequer consensual, no que respeita à temática da mensuração contabilística. Nenhum dos caminhos possíveis sugeridos e que se podem tomar como rumo a seguir estão isentos de limitações, de críticas. É, pois, necessário promover boas práticas reguladoras para assegurar que qualquer mudança a existir na mensuração contabilística seja devidamente ponderada, de modo a não desacreditar o relato financeiro e todos quanto procuram a credibilidade e a qualidade da informação financeira.

A este respeito, ICAEW (2006) já referia que não existe um caminho claramente definido nas práticas de mensuração e, como tal, essas práticas evoluirão por caminhos instáveis. E acrescenta que, actualmente, tende-se a analisar as insuficiências de mensuração no presente modelo de relato financeiro e os presumíveis benefícios da mudança, que tenderão a ser, expectavelmente, melhores do que os actuais. Contudo, isto nem sempre acontece, pois os benefícios da mudança acabam por não ser tão satisfatórios como inicialmente se previa. E o processo de análise volta-se a iniciar, entrando-se num ciclo.

O que justifica este procedimento? A realidade está em constante mutação. Os utilizadores inserem-se numa envolvente concreta e instável que influencia fortemente as suas necessidades. Sendo, como a seu tempo referimos, o objectivo da Contabilidade identificar, medir e comunicar a informação financeira para auxiliar a tomada de decisões, esta terá de se adaptar à envolvente para poder dar resposta às necessidades dos utilizadores. Foi, aliás, este o processo percorrido pelos organismos normalizadores, no que respeita às questões de mensuração, que adiante analisaremos. Tendo em vista a envolvente, o custo histórico deixou de dar uma resposta satisfatória às necessidades de um grupo de utilizadores, que passou a ser representativo face aos demais. Isso levou a que os organismos normalizadores ajustassem os seus normativos tendo em vista a satisfação dessas necessidades, sem negligenciar a relação custo/benefício na preparação da informação financeira. Em síntese, o que se verificou e continua a verificar-se, é que a realidade altera-se, as necessidades modificam-se e os organismos normalizadores tendem necessariamente a ajustar-se às novas necessidades dos utilizadores.

Para Barlev e Haddad (2003) o desenvolvimento do paradigma do justo valor é uma consequência natural do processo de globalização e integração económica internacional, e não pode ser parado, quanto muito, retardado. A informação relevante fornecida por esta base de mensuração poderá, segundo os mesmos autores, trazer uma mudança da filosofia e das estratégias de gestão das empresas, onde o risco de gestão terá de ser parte integrante da gestão empresarial. Referem ainda que um sistema de relato dual onde o custo histórico vai dando lugar ao justo valor, parece-lhes ser o caminho mais promissor, no qual uma demonstração dos resultados extensivos seria uma boa alternativa ou mesmo um complemento desse sistema de relato.

# III

## CAPÍTULO

### A POSIÇÃO DE ALGUNS ORGANISMOS COM PODER DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

Tomando como ponto de partida o estágio de desenvolvimento teórico antes referido, e a análise dicotómica baseada no custo histórico e em manifestações de justo valor, vamos analisar a introdução e evolução destes conceitos nos normativos contabilísticos do IASB, do FASB e da UE <sup>66</sup>.

### ***3.1. IASB: o justo valor nas normas emitidas***

O IASB é um organismo normalizador privado, independente e, como já referimos, que sofreu uma reestruturação em 2001, tendo assumido a partir dessa data a responsabilidade pela normalização contabilística que anteriormente era da responsabilidade do IASC<sup>67</sup>. Os seus objectivos são, entre outros, a formulação e publicação de normas de contabilidade de interesse público, a promoção da sua aceitação a nível mundial, bem como o desenvolvimento de esforços (trabalhando activamente com as comissões de normalização contabilística de vários países) com vista à promoção da convergência da normalização contabilística entre países.

As normas que o IASB cria raramente são originais e resultam, muitas vezes, da utilização das melhores soluções contidas em normas idênticas existentes nos diversos países.

No que respeita às questões de mensuração, e como anteriormente referimos, estas são tratadas de uma forma mais explícita na respectiva estrutura conceptual, que define diversos critérios ou bases de mensuração, que são posteriormente desenvolvidos e, algumas vezes até, renomeados em sede das diversas normas. Esses critérios são utilizados em variadas combinações, o que leva a que todos eles possam estar aplicados numa mesma demonstração financeira, mas em rubricas distintas.

---

<sup>66</sup> Vamos analisar estas três entidades pois consideramos serem estes os mais representativos e importantes organismos de normalização contabilística a nível mundial, sendo também os mais referenciados na literatura.

<sup>67</sup> O IASC foi criado em 1973, em Londres, pelos profissionais de contabilidade de dezasseis organismos profissionais de nove países, e desenvolveu um conjunto de normas contabilísticas internacionais, que não sendo juridicamente vinculativas, foram utilizadas por diversas empresas de grande dimensão e por multinacionais em todo o mundo. Actualmente, estão representados no IASB mais de cento e cinquenta organismos de mais de cem países.

A base de mensuração privilegiada pelo IASB<sup>68</sup> foi, e continua a ser, o custo histórico. Deste modo, as demonstrações financeiras reflectiam os elementos mensurados nesta base, embora alguns deles fossem corrigidos para outras bases, tendo em consideração o atributo da prudência, com vista a reflectir nas demonstrações financeiras eventuais descidas dos valores de mercado. Analisando o actual corpo normativo do IASB, verificamos a existência de diversas orientações relacionadas com o justo valor que se encontram dispersas pelas diferentes IAS, embora nem sempre de forma consistente (IASB 2007).

Contudo, o termo “justo valor” (*“fair value”*) foi utilizado pela primeira vez pelo IASB em 1982, na primeira versão da IAS 16 – *“Accounting for Property, Plant and Equipment”*, e surgiu como alternativa ao critério do custo histórico para a mensuração dos activos fixos tangíveis adquiridos por troca de outro activo. Esta norma definia então justo valor como *“a quantia pela qual um activo poderia ser trocado entre um comprador disposto e bem informado e um vendedor disposto e bem informado, numa transacção ao seu alcance”* (IAS 16 (1982, § 6) in Cairns 2006, p. 7). Este conceito, e de acordo com Cairns (2006), passou a constar em outras normas entretanto emitidas, como sejam a IAS 17 – *“Accounting for Leases”* (versão de 1982), a IAS 18 – *“Revenue Recognition”* (versão de 1982), a IAS 25 – *“Accounting for Investments”* (versão de 1986), entre outras.

Em 1988, aquando do início da elaboração do projecto de norma sobre os instrumentos financeiros (E40 – *“Financial Instruments”* in Cairns (2006)), o IASB alargou a definição de justo valor. Por um lado, quando se quer fazer referência a “comprador” e “vendedor” passou a utilizar um termo mais genérico, *i.e.*, “partes”; por outro lado, deixou de fazer-se referência só aos activos, passando a constar na própria definição também os passivos. Desta forma, as normas que já tinham sido emitidas e que faziam referência ao justo valor foram revistas e passaram a contemplar a nova definição contida na E40 (§ 4) (in Cairns (2006)) que estabelece que o justo valor *“é a quantia pela qual um activo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não existe relacionamento entre elas”*<sup>69</sup>.

---

<sup>68</sup> O *staff* do *Canadian Accounting Standards Board* (AcSB) fez, a pedido do IASB, uma análise das características das alternativas bases de mensuração e emitiu um projecto em discussão onde conclui que o justo valor deve ser uma base de mensuração para o reconhecimento inicial de todos os activos e passivos (AcSB 2005).

<sup>69</sup> Esta definição consta, actualmente, nas definições apresentadas por várias IAS do IASB que fazem referência ao justo valor, como por exemplo, a IAS 16 (IASB 2003d, § 6) (esta não menciona o passivo na definição), a IAS 17 (IASB 2003e, § 4), a IAS 18 (IASB 1993b, § 7), a IAS 39 (IASB 2004c, § 9), entre outras.

Posteriormente, e com o objectivo de tratar as matérias que compreendem uma transacção de pagamento com base em acções, o IASB alargou uma vez mais a definição de justo valor, a qual consta na IFRS 2 – “*Share-based Payment*” (IASB 2004d, apêndice A) e o justo valor passa a ser definido como “*a quantia pela qual um activo pode ser trocado, um passivo liquidado, ou um instrumento de capital próprio concedido trocado*”<sup>70</sup>, *entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transacção em que não existe relacionamento entre as partes*”.

É, assim, frequente encontrarmos a utilização do termo “justo valor”, de uma forma genérica, nas mais diversas IAS, podendo ser aplicado tanto a activos, como a passivos ou a instrumentos de capital próprio.

Questão especialmente importante tem a ver com o modo como é determinado o justo valor e, neste domínio, embora o IASB privilegie a sua determinação como referência a um mercado activo, permite que na ausência de tal mercado ou na falta de liquidez do mesmo, a entidade possa estimar o justo valor utilizando outra informação de mercado<sup>71</sup> ou técnicas de avaliação, quando estas permitirem determinar o justo valor com fiabilidade.

Importa, pois, perceber qual o entendimento que o IASB tem de mercado activo. A noção é expressa na IAS 36 – “*Impairment of Assets*” (IASB 2004a, § 6) que define mercado activo<sup>72</sup> como um mercado que cumpra cumulativamente as seguintes condições: “(a) *sejam homogéneos os elementos adentro do mercado; (b) compradores e vendedores dispostos a negociar podem ser encontrados em qualquer momento; e (c) os preços estão disponíveis ao público*”. Quando este mercado existe para os diferentes elementos do activo, passivo e instrumentos de capital próprio, o justo valor a utilizar na mensuração desses elementos é o valor de mercado<sup>73</sup>.

Nos casos em que não exista um mercado activo para os diferentes elementos do activo, do passivo e instrumentos de capital próprio (que serão a maior parte), não sendo possível

---

<sup>70</sup> O Regulamento (CE) n.º 1126/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Novembro, na sua versão em língua portuguesa apresenta a definição tal como consta acima. Contudo, na sua versão em língua inglesa apenas consta a palavra “*exchanged*”, tal como aliás é referido na IFRS 2.

<sup>71</sup> Por exemplo, a utilização de taxas de juro de mercado para determinar o justo valor de um instrumento de dívida, de acordo com a IAS 39 (IASB 2004c, § AG77). Para além desta, outras normas também contemplam esta abordagem, como sejam a IFRS 2 (IASB 2004d), a IFRS 3 – “*Business Combinations*” (IASB 2008c), a IAS 16 (IASB 2003d), a IAS 40 (IASB 2003l), IAS 41 (IASB 2000c).

<sup>72</sup> cf. IAS 38 (IASB 2004b, § 8) e IAS 41 (IASB 2000c, § 8).

<sup>73</sup> cf., por exemplo, com o previsto na IAS 39 (IASB 2004c), na IFRS 2 (IASB 2004d), na IFRS 3 (IASB 2008c) e na IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” (IASB 2005).

determinar o justo valor com fiabilidade, a sua utilização é proibida, como é referido nas disposições relativas a mensuração subsequente, designadamente, nas IAS 38 (IASB 2004b) e IAS 39 (IASB 2004c).

Da análise das IAS, conforme quadro resumo que se encontra no Anexo 1, constatámos vinte e duas das trinta e sete normas que se encontravam em vigor em 1 de Janeiro de 2009 contemplam a utilização do justo valor como critério de mensuração seja de forma obrigatória, seja como opção.

São, assim, diversas as utilizações do justo valor que se encontraram preconizadas nas referidas normas, podendo nós agrupá-las, de um modo geral, em quatro momentos distintos de mensuração, concretamente:

- na mensuração das transacções no reconhecimento inicial;
- na atribuição das quantias iniciais de uma transacção aos seus elementos constitutivos;
- na determinação das quantias recuperáveis de activos; e,
- na mensuração subsequente de activos e de passivos.

Algumas destas utilizações do justo valor, em particular das três primeiras, ocorrem mesmo quando uma entidade prepara as suas demonstrações financeiras tendo como critério base de mensuração o custo histórico.

Não obstante o IASB prever diferentes utilizações do justo valor, não faz qualquer alusão explícita ao preço em que aquele se deve basear, *i.e.*, se em preços de entrada ou em preços de saída. Cairns (2006) é da opinião que os preços de entrada devem ser utilizados quando o justo valor é usado para determinar o custo<sup>74</sup>, e os preços de saída quando o justo valor é usado para analisar a imparidade dos elementos nas demonstrações financeiras.

Conforme podemos constatar no Quadro 2, são várias as normas que prevêm a utilização do justo valor na mensuração inicial das transacções. Por exemplo, a IAS 16 (IASB 2003d) prevê a sua utilização aquando da troca de um activo fixo tangível por um activo ou activos não monetários, ou pela combinação de activos monetários e não monetários, a não ser que a transacção careça de substância comercial ou que, nem o justo valor do recebido, nem o do activo cedido, sejam fiavelmente mensurados.

---

<sup>74</sup> O que acontece na mensuração das transacções no momento inicial, na atribuição das quantias iniciais de uma transacção aos seus elementos constitutivos.



Já a IFRS 1 – “*First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*” (IASB 2008b) permite, mas não obriga, mensurar um activo fixo tangível na data de transição para as IAS ao seu justo valor e considerar esse valor como custo nessa data.

Em nenhum dos casos apresentados (quer na utilização do justo valor para determinar o custo, quer na transição para as IAS) o IASB obriga à utilização do justo valor na respectiva mensuração subsequente.

### Quadro 2 – Utilização do justo valor na mensuração inicial das transacções

IAS 16	No custo de um item de um ou mais activo(s) fixo(s) tangível(eis) adquirido(s) em troca de um activo ou activos não monetários, ou na combinação de activos monetários e não monetários, admitindo que a transacção tem substância comercial (IASB 2003d, § 24).
IAS 17	Na mensuração de activos e passivos resultantes de locações financeiras que constam nas demonstrações financeiras dos locatários (excepto se o justo valor seja superior ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação, que serão reconhecidos por este último valor) (IASB 2003e, § 20).
IAS 18	Na mensuração do rédito da retribuição recebida ou a receber (excluindo a troca de bens ou serviços por outros que sejam de valor e natureza semelhante) (IASB 1993b, § 9 e § 12).
IAS 20	Na mensuração dos subsídios governamentais, incluindo os subsídios não monetários, atribuído à entidade. Na mensuração dos subsídios governamentais não monetários há a opção de os contabilizar por uma quantia nominal. (IASB 1994a, § 7 e § 23).
IAS 38	Na mensuração de um activo intangível adquirido numa concentração de actividades empresariais (à data da aquisição); na mensuração de um activo intangível adquirido por meio de um subsídio governamental (opcional); e, na mensuração de um ou mais activos intangíveis adquiridos em troca de um activo ou activos não monetários, ou de uma combinação de activos monetários e não monetários (desde que a transacção tenha substância comercial) (IASB 2004b, § 33, § 44 e § 45).
IAS 39	Na mensuração de um activo financeiro ou de um passivo financeiro (IASB 2004c, § 43).
IAS 41	Na mensuração de um activo biológico e de produtos agrícolas colhidos dos activos biológicos da entidade (esse justo valor deve ser subtraído dos custos de vender) (IASB 2000c, § 12 e § 13).
IFRS 1	Na mensuração de activos fixos tangíveis na data de transição para as IAS (opção) (IASB 2008b, § 16).
IFRS 2	Na mensuração de bens e serviços recebidos, e o correspondente aumento no capital próprio, relativamente a transacções de pagamento com base em acções e liquidadas com capital próprio; e, na mensuração dos bens e serviços recebidos e do passivo incorrido relativamente a transacções de pagamento com base em acções e liquidadas financeiramente (IASB 2004d, § 10 e § 30).
IFRS 3	Na mensuração de activos cedidos, de passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos pela adquirente (IASB 2008c, § 24).

**Quadro 2 – Utilização do justo valor na mensuração inicial das transacções (cont.)**

IFRS 5	Na mensuração inicial dos activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda os mesmos devem ser escriturados pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor menos os custos para vender (IASB 2004f, § 15).
--------	--

**Fonte:** Adaptado de Cairns (2006, p. 12)

Outra forma de utilização do justo valor está patente, como anteriormente referimos, na afectação do custo de uma transacção aos elementos que a constituem. O exemplo mais evidente que representa esta utilização é a concentração de actividades empresariais. A entidade adquirente reconhece os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida pelos seus justos valores à data de aquisição (IFRS 3 (IASB 2008c)), contudo, não fica obrigada à utilização do justo valor na respectiva mensuração subsequente.

O uso do justo valor nestas circunstâncias tem por base o princípio de que os elementos que constituem a transacção são mensurados, aproximadamente, pelas mesmas quantias que seriam se fossem adquiridos separadamente. No Quadro 3 apresentamos, resumidamente, as normas que contemplam o uso do justo valor na atribuição das quantias iniciais de uma transacção aos seus elementos constitutivos.

**Quadro 3 – Utilização do justo valor na atribuição das quantias iniciais de uma transacção aos seus elementos constitutivos**

IAS 32	Na mensuração do passivo de um instrumento financeiro composto (à componente do capital próprio é atribuída a quantia residual) (IASB 2003j, § 31).
IFRS 3	Na mensuração de activos, passivos e passivos contingentes identificáveis adquiridos, à data de aquisição, numa concentração de actividades empresariais (o goodwill tem um valor residual) (IASB 2008c, § 36).

**Fonte:** Adaptado de Cairns (2006, p. 14)

Uma terceira forma de utilização do justo valor ocorre no processo de realização dos testes de imparidade. Aliás, este conceito aparece incluído nas normas que versam sobre os activos, e tem subjacente um princípio nada novo em Contabilidade: os activos não devem estar escriturados por uma quantia superior àquela que se espera recuperar através do seu uso ou venda (designada actualmente nas normas internacionais por quantia recuperável).

O IASB desenvolveu uma IAS, a IAS 36 (IASB 2004a), que versa exclusivamente sobre o tratamento da imparidade de activos, muito embora esta temática seja também analisada em outras normas devido às especificidades dos activos envolvidos<sup>75</sup>.

O justo valor entra na problemática da imparidade dos activos uma vez que a quantia recuperável de um activo (ou de uma unidade geradora de caixa) representa “o valor mais elevado de entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso” (IASB 2004a, § 6). O justo valor assume, assim, um papel de destaque aquando da realização dos testes de imparidade, porquanto a quantia recuperável de um activo pode ser determinada pela hipotética venda do mesmo, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, *i.e.*, pelo justo valor (menos os custos para vender).

No Quadro 4 apresentamos uma síntese das principais utilizações do justo valor aquando da realização dos testes de imparidade dos activos. Da sua análise podemos constatar que a quantia recuperável nem sempre tem por referência um justo valor “puro”.

**Quadro 4 – Utilização do justo valor na determinação da imparidade de activos**

Norma	Elementos do activo	Quantia recuperável
IAS 2	Inventários	Valor realizável líquido
IAS 11	Activos provenientes de contratos de construção	Excesso do rédito do contrato sobre os custos do contrato.
IAS 36	Activos fixos tangíveis	Valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o valor de uso
	Propriedades de investimento (modelo do custo)	
	Activos biológicos (modelo do custo)	
	Activos intangíveis	
IAS 39	Empréstimos concedidos e contas a receber	Valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original
	Contas a receber comerciais	
	Investimentos detidos até à maturidade	
	Investimentos detidos para negociação	Justo valor

<sup>75</sup> É o caso dos inventários, tratados na IAS 2 – “*Inventories*” (IASB 2003a); dos activos provenientes de contratos de construção (IAS 11 – “*Construction Contracts*” (IASB 1993a)); das propriedades de investimento mensuradas pelo justo valor (IAS 40 (IASB 2003l)); dos activos financeiros tratados na IAS 39 (IASB 2004c), entre outros.

**Quadro 4 – Utilização do justo valor na determinação da imparidade de activos (cont.)**

<b>Norma</b>	<b>Elementos do activo</b>	<b>Quantia recuperável</b>
IAS 39	Activos financeiros disponíveis para venda	
	Derivados	
	Equivalentes de caixa	
IAS 40	Propriedades de investimento (modelo do justo valor)	Justo valor
IAS 41	Activos biológicos (modelo do justo valor)	Justo valor menos os custos para vender
	Produto agrícola colhido dos activos biológicos	

**Fonte:** Adaptado de Cairns (2006, pp. 20-21)

Por fim, uma quarta forma de utilização do justo valor nas IAS ocorre na mensuração subsequente dos activos e passivos.

De acordo com Cairns (2006), já na primeira versão da IAS 16 (1982) o IASB permitia a utilização de quantias revalorizadas (desde que não excedessem a quantia recuperável) para os activos fixos tangíveis, contudo, não obrigava a que as quantias revalorizadas fossem, ou baseassem-se em, justos valores.

Só com a revisão de 1993, que continuava a preconizar o modelo de revalorização para a mensuração subsequente dos activos fixos tangíveis, a IAS 16 passou a exigir pela primeira vez que essas revalorizações fossem feitas para o justo valor, de modo que a nova quantia escriturada não diferisse do justo valor.

Mas, a primeira utilização explícita do justo valor na mensuração subsequente surgiu, pela primeira vez, em 1986, na então IAS 25, que permitia a utilização de valores de mercado ou de quantias revalorizadas para os investimentos (incluindo as propriedades de investimento). Esse valor de mercado era definido na norma como a quantia obtida pela venda de um investimento num mercado activo (IAS 25 (1986), § 3 *in* Cairns (2006)), *i.e.*, o justo valor era determinado com referência a um mercado activo. Quanto à quantia revalorizada, esta não era definida pela norma, embora sugerisse a utilização do justo valor (IAS 25 (1986), § 22 e § 25 *in* Cairns (2006)).

No que respeita aos activos e passivos financeiros, ainda de acordo com Cairns (2006), a proposta de mensuração subsequente daqueles elementos pelo justo valor surgiu no E40 – “*Financial Instruments*”, emitido em 1992, e mais tarde no E48 – “*Financial Instruments*”, que substituiu o E40. Ambos os projectos propunham que a mensuração de activos e passivos financeiros que resultam das actividades operacionais da empresa, deviam ser mensurados ao justo valor, admitindo ainda a opção do justo valor para todos os activos e passivos financeiros.

Esses projectos de norma, com algumas actualizações e algumas diferenças, foram vertidos na IAS 39 (IASB 2004c), que estabelece, por exemplo, que os derivados devem ser mensurados ao justo valor quando utilizados como instrumentos de cobertura.

A IAS 38 (IASB 2004b) também prevê o modelo da revalorização para a mensuração subsequente dos activos intangíveis. Neste caso, contudo, a utilização deste modelo tem um uso mais restrito do que o previsto na IAS 16 (IASB 2003d). Já a IAS 41 (IASB 2000c) exige a utilização do justo valor (menos os custos de vender) na mensuração subsequente dos activos biológicos e dos produtos agrícolas colhidos dos activos biológicos.

No Quadro 5 apresentamos, resumidamente, as principais utilizações do justo valor na mensuração subsequente, preconizadas nas IAS.

**Quadro 5 – Utilização do justo valor na mensuração subsequente**

IAS 16	Na mensuração de um activo fixo tangível (opção) (IASB 2003d, § 31).
IAS 26	Na mensuração dos investimentos do plano de benefícios de reforma nas demonstrações financeiras (IASB 1994b, § 32).
IAS 27	Na mensuração de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas nas demonstrações financeiras separadas (opção) (IASB 2008a, § 37) <sup>76</sup> .
IAS 38	Na mensuração de um activo intangível (desde que inicialmente reconhecido pelo custo e o justo valor determinado com referência a um mercado activo) (opção) (IASB 2004b, § 75).
IAS 39	Na mensuração de activos financeiros disponíveis para venda e passivos financeiros, incluindo todos os derivados; e, na mensuração de outros activos financeiros e passivos financeiros (sujeito a condições) (opção) (IASB 2004c, § 9 e § 46).
IAS 40	Na mensuração das propriedades de investimento (opção) (IASB 2003l, § 33).

<sup>76</sup> cf. IAS 28 – “*Investments in Associates*” (IASB 2003h, § 35) e IAS 31 – “*Interests in Joint Ventures*” (IASB 2003i, § 46).

### Quadro 5 – Utilização do justo valor na mensuração subsequente (cont.)

IAS 41	Na mensuração de activos biológicos, excepto se o justo valor não poder ser fiavelmente mensurado, e na mensuração de produtos agrícolas colhidos dos activos biológicos da entidade (o justo valor deve ser subtraído dos custo de vender) (IASB 2000c, § 12, § 13 e § 30).
--------	--

**Fonte:** Adaptado de Cairns (2006, p. 16).

Do exposto, podemos constatar que o uso do justo valor na mensuração subsequente de activos e passivos é na maior parte dos casos opcional, ou então limitada, estando sujeito à verificação de alguns requisitos.

Em síntese, a utilização do justo valor nas IAS não é uma novidade dos tempos mais recentes, pois, como referimos, aquele conceito começou a ser introduzido nas IAS em 1982 como um critério alternativo. Contudo, e com o passar dos tempos, este tem vindo a ser utilizado de uma forma mais generalizada, de tal modo que várias normas já o prevêm como tratamento de referência.

No que respeita à utilização do justo valor na mensuração subsequente dos activos e passivos, esta é ainda limitada. Ou seja, o IASB ainda está bastante longe da adopção de critérios de *full fair value*.

## 3.2. FASB

Desde 1973 que o FASB é o organismo responsável pela emissão de normas contabilísticas e de relato financeiro para o sector privado americano. Essas normas são oficialmente reconhecidas pela SEC e pelo AICPA.

### 3.2.1. O justo valor nas normas emitidas

O FASB foi um dos primeiros organismos a publicar documentos que abordam a temática da mensuração contabilística. Como já referimos anteriormente, as bases de mensuração por ele previstas vêm descritas no SFAC 5 (FASB 1984a), um dos seis<sup>77</sup> SFAC

---

<sup>77</sup> No SFAC 1, datado de 1978, o FASB aborda os objectivos do relato financeiro para as entidades com finalidades lucrativas, que vêm previstos no SFAC 4 – “*Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness*

actualmente em vigor e que compõem a sua estrutura conceptual. Contudo, apenas no SFAC 7 (FASB 2000a) são efectuadas referências explícitas ao conceito de justo valor, sendo a definição aqui adoptada a seguinte, *“quantia pela qual o activo (ou passivo) poderia ser comprado (ou incorrido) ou vendido (ou liquidado), numa transacção corrente entre partes conhecedoras, isto é, para além de uma venda forçada ou liquidação”*<sup>78</sup> (FASB 2000a, glossário de termos). Acrescenta ainda o SFAC 7 (FASB 2000a) que o SFAC 5 (FASB 1984a), apesar de não referenciar claramente o conceito de justo valor quando define as bases de mensuração contabilísticas, descreve alguns atributos de mensuração que podem ser consistentes com o justo valor (FASB 2000a, § 7)<sup>79</sup>.

Porém, não foi através do SFAC 7 (FASB 2000a) que o conceito de justo valor apareceu referenciado pela primeira vez nas normas emitidas por este organismo, pois, tal conceito já havia sido tido em conta em várias normas muito antes do ano 2000 (Anexo 2).

Num primeiro momento, ele foi definido no SFAS 13 – *“Accounting for Leases”* (FASB 1976, § 5c) como *“o preço pelo qual uma propriedade poderia ser vendida numa transacção ao alcance entre partes não relacionadas”*. Mais tarde, e com a emissão do SFAS 67 – *“Accounting for Costs and Initial Rental Operations of Real Estate Projects”* (FASB 1982i, § 28) foi introduzida uma definição mais ampla de justo valor onde este representava *“a quantia em dinheiro ou valor equivalente de outra natureza, que uma parte de um bem imóvel renderia hoje numa venda entre um comprador e um vendedor*

---

*Organizations”*, publicado em 1980. No SFAC 2, emitido também em 1980, são enumeradas e apresentadas as características qualitativas da informação financeira, e no SFAC 6 – *“Elements of Financial Statements”*, publicado em 1985, é tratada a definição dos elementos das demonstrações financeiras (substituindo o SFAC 3 – *“Elements of Financial Statements of Business Enterprises”*, de 1983). O último SFAC incluído na estrutura conceptual do FASB – o SFAC 7 – *“Using Cash Flow Information and Present Value in Accounting Measurements”*, emitido no ano 2000, estabelece um entendimento geral sobre o objectivo do valor presente na mensuração contabilística, assim como um enquadramento para a utilização dos fluxos de caixa futuros. Quanto a este último aspecto, fornece os princípios gerais que regulam a utilização do justo valor, essencialmente quando existe incerteza do montante de fluxos de caixa futuros ou do seu aparecimento (cf. FASB (2000a, destaques)).

<sup>78</sup> Segundo o ICAEW (2006) esta definição apresenta uma característica notável, pois considera o preço de compra e venda de um activo como se fossem idênticos. Na prática, para qualquer um dos intervenientes no mercado estes dois preços são susceptíveis de serem diferentes. Desta forma refere que o *“efeito da definição, portanto, é que o justo valor não é nem um preço real de compra nem de venda, mas um valor teórico algures entre os dois”* (ICAEW 2006, p. 28).

<sup>79</sup> Relativamente a esses atributos refere que o valor realizável líquido e o valor presente, descritos no SFAC 5 (FASB 1984a), não são compatíveis com o justo valor ao contrário do que ocorre com o custo actual e o valor de mercado actual; e que, na mensuração inicial, a quantia de caixa ou equivalente paga ou recebida é normalmente assumida como sendo próxima do justo valor, na falta de prova em contrário (FASB 2000a, § 7).

*dispostos (i.e., preço de venda), ou seja, com exclusão de uma venda ou liquidação forçada”.*

Esta definição foi utilizada, com pequenas modificações, no SFAS 87 – “*Employers' Accounting for Pensions*” (FASB 1985d). Só em 1991, com a emissão do SFAS 107 (FASB 1991), o FASB faz referência aos preços de mercado, se disponíveis, como a melhor prova do justo valor para os instrumentos financeiros. Quando estes não estiverem disponíveis, refere que a melhor estimativa do justo valor pode ser baseada no preço de mercado de um instrumento financeiro com características semelhantes (*cf.* FASB (1991, § 11)).

Mais recentemente, em 2006, o justo valor foi definido no SFAS 157 como o “*preço que seria recebido na venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção ordenada entre participantes no mercado na data de mensuração*” (FASB 2006c, § 5).

Do exposto constatamos que, antes da emissão do SFAS 157 (FASB 2006c), os princípios para a mensuração ao justo valor não apareciam definidos de forma consistente numa única norma, o que permitia a utilização de diferentes práticas de mensuração contabilísticas consoante a norma aplicada. Deste modo, com a emissão do SFAS 157 (FASB 2006c) pretendeu-se apresentar, não só uma definição de justo valor, mas também estabelecer uma estrutura para a sua mensuração e incrementar as suas divulgações. Este normativo não veio alterar os critérios de mensuração dos activos ou dos passivos que estavam sujeitos ao justo valor ou definir quando é que tal critério deve ser aplicado, mas proporciona, tão só, um conjunto de princípios de mensuração para serem uniformemente aplicados aquando da mensuração ao justo valor, quando esta for exigida ou permitida pelos *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US-GAAP).

Fica então patente que o conceito de justo valor tem implícito a utilização de um preço de saída e, para além disso, infere-se que o preço de troca (de um activo ou passivo) traduz o seu valor. Porém, na prática isto nem sempre acontece, essencialmente quando não existe um mercado activo para os activos e passivos. Nestas situações é pois necessário encontrar alternativas para a mensuração.

Comparando esta definição do SFAS 157 (FASB 2006c, § 5) com aquela que consta nas IAS emitidas pelo IASB, por exemplo na IFRS 2 (IASB 2004d, apêndice A), verificamos



que, para além de utilizar diferentes expressões, a definição do IASB não é totalmente convergente com a do FASB nos seguintes aspectos:

- o IASB não faz claramente referência se o justo valor se baseia em preços de entrada ou de saída. Já o FASB, indicia que o conceito de justo valor está baseado na noção de preço de saída numa hipotética transacção de troca;
- o IASB faz apenas referência a partes conhecedoras, dispostas a isso numa transacção ao seu alcance, enquanto que o FASB faz referência aos participantes no mercado, estando estes definidos na norma; e,
- quanto aos passivos, enquanto que o IASB associa a definição à noção de liquidação dos mesmos, o FASB relaciona a definição com a noção de transferência.

Inicialmente o FASB foi menos permissivo do que o IASB no que respeita à utilização do justo valor. Contudo, a partir da década de setenta do século passado, fruto de um conjunto de situações que ocorreram nesse período, e que seguidamente analisaremos, verificaram-se diversas alterações nomeadamente no tratamento a dar aos instrumentos financeiros derivados<sup>80</sup>.

Com efeito, diversos acontecimentos ocorridos no século passado determinaram o surgimento do paradigma do justo valor no pensamento contabilístico. Apresentamos de seguida uma breve resenha daqueles que consideramos de maior relevo para aquela mudança de paradigma, tendo por base o *“Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-to-Market Accounting”* (SEC 2008), elaborado pela SEC em conjunto com o Conselho de Governadores da Reserva Federal dos EUA e o Secretário do Tesouro.

Antes do período da Grande Depressão, que ocorreu no século passado, não existia a obrigatoriedade das empresas aplicarem normas de contabilidade, levando a que as mesmas tivessem grande liberdade na selecção, não só das suas políticas, mas também das suas práticas contabilísticas. Era frequente encontrarem-se registos de reavaliações positivas nos activos das empresas, essencialmente nos activos a longo prazo.

Após a Grande Depressão, ocorreu um movimento geral no sentido de uma contabilidade mais cautelosa, mais prudencial, onde a utilização do custo histórico para os activos a

---

<sup>80</sup> A SEC considerou não fazer sentido utilizar o custo histórico para mensurar estes instrumentos financeiros.

longo prazo voltou a ser prática corrente. Verificou-se, então, um afastamento dos valores correntes que foi fortemente apoiado pelo primeiro Chefe de Contabilidade da SEC, Robert Healy. Em 1940, a prática comum durante os anos vinte – efectuar reavaliações ascendentes para os activos fixos – encontrava-se praticamente extinta do relato financeiro nos EUA<sup>81</sup>.

Contudo, alterações de contexto relevantes ocorreram para preconizar o tratamento contabilístico mais adequado a dar aos instrumentos financeiros e de capital próprio, impulsionando, aliás, o desenvolvimento do paradigma do justo valor. Com efeito, até meados da década de setenta do século passado, existia uma grande diversidade nas práticas contabilísticas utilizadas no tratamento desses instrumentos, consequência da falta de consistência na literatura contabilística de então. Alguns instrumentos de capital próprio eram mensurados pelo custo, outros pelo valor de mercado, e outros por uma combinação de ambas as bases para diferentes classes desses instrumentos. Estas inconsistências levaram, em 1975, à emissão de um corpo normativo mais autoritário, que contemplava em certas circunstâncias, a obrigatoriedade de utilizar o justo valor como base de mensuração para os instrumentos de capital próprio. Isto resultou da descida significativa do valor de mercado de muitos instrumentos de capital próprio (nos anos de 1973 e 1974) que não estava reflectida, na maior parte dos casos, nas demonstrações financeiras. Posteriormente, com a subida do mercado, em 1975, e na ausência de orientações claras sobre a forma como apresentar nas demonstrações financeiras esses instrumentos (*i.e.*, se deveriam manter-se os preços anteriores ou serem actualizados para o valor de mercado), e para dar resposta a esse problema, o FASB emitiu o SFAS 12 – “*Accounting for Certain Marketable Securities*”<sup>82</sup>, que exigia que todos os instrumentos de capital próprio deveriam ser registados pelo mais baixo valor – do custo ou do justo valor e, desta forma, alargou a utilização do justo valor como base de mensuração dos instrumentos financeiros.

A percepção, por parte do FASB, das insuficiências no modelo de relato predominantemente baseado numa abordagem pelo rendimento<sup>83</sup>, conduziu a uma revisão geral do modelo contabilístico no início dos anos oitenta do século passado. Abandonou-se

---

<sup>81</sup> *cf.* Zeff (2007).

<sup>82</sup> Este SFAS foi mais tarde, em 1993, substituído pelo SFAS 115 – “*Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*” (FASB 1993b).

<sup>83</sup> *cf.* Hitz (2007). Nesta abordagem pelo rendimento a Demonstração dos Resultados é considerada a principal demonstração financeira e o Balanço é visto como uma demonstração residual (contém os custos não balanceados).

a abordagem pelo rendimento e adoptou-se uma abordagem pelo Balanço ou uma abordagem activo/passivo<sup>84</sup>, que encerra em si a evolução para uma contabilidade a justo valor. O FASB adoptou esta abordagem aquando da emissão do SFAC 3<sup>85</sup>, em 1980, onde implementou definições económicas de activos e passivos, fazendo referência aos benefícios económicos futuros e saída desses benefícios, respectivamente, e relacionando o resultado estritamente com alterações nos activos líquidos. Dá-se, desta forma, início ao desenvolvimento do paradigma do justo valor.

Um outro acontecimento que também impulsionou o desenvolvimento deste paradigma foi a crise das instituições financeiras (associada essencialmente com as poupanças e os empréstimos) que ocorreu nos EUA na década de oitenta do século passado. Esta crise, juntamente com a mudança do ambiente de negócios que ocorreu na mesma altura, foi determinante para revelar algumas deficiências da contabilidade baseada no paradigma do custo histórico e para reforçar a mudança para o paradigma do justo valor.

Segundo Allen e Carletti (2008) a contabilidade baseada no custo histórico permitiu “mascarar” os problemas das instituições financeiras da altura, ao possibilitar que as perdas fossem apresentadas gradualmente através de resultados líquidos negativos. Os mesmos autores são da opinião que a abordagem utilizando valores de mercado (*mark-to-market*) teria ajudado a revelar, não só aos reguladores, mas também aos investidores, que essas instituições estavam com problemas. E, acrescentam, que se poderia ter invertido o problema se se tivesse procedido às alterações necessárias mais cedo do que aquilo que veio a acontecer.

O citado relatório, refere que a contabilidade baseada no custo histórico dificultou a identificação apropriada de algumas situações praticadas pelas instituições financeiras. Por exemplo, estas aceitavam depósitos a curto prazo e utilizavam-nos para financiar empréstimos a médio e longo prazo com taxas fixas, sendo estes os seus activos principais. Contudo, com o aumento da inflação nos finais da década de setenta e inícios da década de

---

<sup>84</sup> Nesta abordagem activo/passivo o Balanço é considerado a demonstração financeira principal e este procura assegurar que todos os activos e passivos são identificados e medidos. Aqui o resultado é visto como uma alteração no valor obtido pela subtracção dos passivos aos activos no início e no fim do período e os gastos e os rendimentos são vistos como resultado de alterações no valor dos activos e passivos.

<sup>85</sup> Substituído, em 1985, pelo SFAC 6 (FASB 1985a). Segundo Lorca Fernández e Andrés Suárez (2001), este SFAC 3 já fazia referência ao tratamento dos ganhos ou perdas resultantes da aplicação de bases de mensuração diferentes do custo histórico (compreendidos, para além de outras variações, no conceito de “*comprehensive income*”, entendido como o resultado extensivo).

oitenta, as taxas de juro aumentaram e muitas instituições financeiras ficaram numa posição desfavorável, pois praticavam taxas de juro mais elevadas para remunerar os depósitos do que aquelas que tinham fixado relativamente aos empréstimos concedidos. Em alguns casos, o valor actual dos seus activos era inferior ao valor dos seus passivos, encontrando-se essas instituições financeiras economicamente insolventes. Porém, essas perdas não estavam reflectidas nas demonstrações financeiras e a transparência relacionada com a solvabilidade dessas instituições era, desta forma, diminuta.

A grande volatilidade das taxas de juro existente nessa época, concedeu às instituições financeiras uma poderosa ferramenta de gestão dos resultados. Isto porque tinham a possibilidade de escolher, em períodos contabilísticos específicos, que activos vender ou que passivos liquidar, aproveitando as oportunidades criadas pelo mercado. Desta forma, retinham instrumentos financeiros menos vantajosos, que apresentavam nas demonstrações financeiras avaliados a preço de custo, cuja rendibilidade de mercado era muito inferior, e libertavam outros com rendibilidades elevadas, realizando ganhos consideráveis.

Motivada essencialmente pela desregulamentação das taxas de juro verificada nesse período, a forma das instituições financeiras fazerem negócios alterou-se. Até então era caracterizada pela ausência de estratégias dinâmicas de gestão e pela manutenção de grande parte dos seus investimentos até à maturidade.

Ante todo este cenário, e também perante a criação nesse período de novos instrumentos financeiros, os organismos normalizadores não ficaram indiferentes, e o FASB reconheceu a necessidade de desenvolver divulgações e requisitos contabilísticos numa base mais alargada para todas as classes de instrumentos financeiros.

Desta forma, e numa primeira fase, a utilização do justo valor foi preconizada pelo FASB para as entidades que possuíam instrumentos financeiros<sup>86</sup> proporcionarem informação sobre os mesmos, através da divulgação de um conjunto de informações sobre certos instrumentos financeiros, atendendo ao estabelecido em diversas normas. As mais importantes são o SFAS 105, que foi substituído pelo SFAS 133 (FASB 1998a); o SFAS 107 (FASB 1991) que exige, não só informação acerca do justo valor dos instrumentos financeiros, como dos métodos utilizados para o seu cálculo; e, o SFAS 119 que também

---

<sup>86</sup> São várias as normas emitidas pelo FASB que obrigam a divulgações ou reconhecimentos contabilísticos utilizando quantias a justo valor. Dessas, as mais significativas são as que dizem respeito aos instrumentos financeiros.

foi substituído pelo SFAS 133 (FASB 1998a), que exige a divulgação, entre outras, das estimativas de justo valor utilizadas para instrumentos financeiros derivados, incluindo futuros, *forward*, *swap* e opções.

Posteriormente, o FASB foi mais longe na sua tomada de posição a favor do justo valor. Por um lado, estendeu a sua utilização a outros elementos das demonstrações financeiras; por outro lado, a sua utilização deixou apenas de ser divulgada e passou a ser igualmente contabilizada.

No que respeita ao reconhecimento ao justo valor, as normas mais significativas emitidas pelo FASB foram o SFAS 115 (FASB 1993b) que exige o reconhecimento pelo justo valor dos instrumentos de capital próprio e instrumentos de dívida classificados como detidos para negociação ou disponíveis para venda<sup>87</sup>; o SFAS 123 (revisto) – “*Share-Based Payment*” (FASB 2004a) que exige que o custo das opções de acções a entregar aos empregados seja reconhecido no resultado, a justo valor à data da entrega, pela amortização do custo durante o período de serviço; o SFAS 124 – “*Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations*” (FASB 1995b), o SFAS 133 (FASB 1998a) que exige que todos os derivados sejam reconhecidos pelo seu justo valor<sup>88</sup> e o SFAS 159 – “*The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities - Including an amendment of FASB Statement n.º 115*” (FASB 2007b), que confere às entidades a opção de mensurarem muitos instrumentos financeiros e outros itens, pelo justo valor, para os quais não existia, até ao momento, tal obrigatoriedade<sup>89</sup>.

Do exposto, podemos destacar que o SFAC 7 (FASB 2000a) parece generalizar o critério do justo valor ao referir que “*para mensurações de reconhecimento inicial ou mensurações iniciais, o justo valor fornece a mensuração mais completa e fielmente representativa das*

---

<sup>87</sup> A mudança do justo valor para os primeiros afecta os resultados e, para os segundos, é excluída dos resultados e é uma componente do resultado extensivo. Os instrumentos de dívida detidos até à maturidade devem ser reconhecidos pelo custo amortizado.

<sup>88</sup> A emissão deste SFAS 133 (FASB1998a) foi considerado muito importante para a promoção do justo valor. Ele padroniza a contabilização de derivados e das actividades de cobertura, indicando que os derivados devem ser reconhecidos no Balanço pelo seu justo valor e que as mudanças no seu justo valor, exceptuando as relacionadas com a cobertura de certas actividades, devem afectar os resultados quando ocorrerem.

<sup>89</sup> O objectivo com a emissão desta norma é melhorar o relato financeiro permitindo às entidades a possibilidade de atenuar a volatilidade nos resultados relatados, causados pela mensuração diferenciada de activos relacionados e de passivos, sem termos que aplicar regras complexas da chamada contabilidade de cobertura. Espera-se que esta norma permita expandir a utilização da mensuração ao justo valor, em consistência com os objectivos do FASB (cf. FASB (2007b, § 1)).

*características económicas de um activo ou passivo” (FASB 2000a, § 36). Neste documento, o FASB, ao fornecer os princípios gerais que regem a utilização do valor presente, também fornece um entendimento comum dos objectivos do valor presente na mensuração contabilística, ao referir que “o único objectivo do valor presente, quando utilizado na mensuração contabilística no reconhecimento inicial ou reconhecimentos iniciais, é estimar o justo valor” (FASB 2000a, § 25). Desta forma, e segundo Hitz (2007, p. 330),*

*“com a adopção do SFAC 7, o FASB atribui carácter institucional ao objectivo de mensuração ao justo valor: dada a função normativa da estrutura conceptual, a mensuração contabilística ao justo valor é uma alternativa a considerar em quaisquer iniciativas futuras de estabelecimento de normas”.*

Também Barlev e Haddad (2003) consideram que o SFAC 7 (FASB 2000a) tem um grande alcance, ao fornecer quer instruções para a determinação do justo valor de activos e passivos, na ausência de um preço de mercado observável, quer um mecanismo para generalizar o paradigma do justo valor, além de instituir a sua utilização para todos os activos e passivos nos diferentes relatórios financeiros.

Outro passo importante dado pelo FASB, que traduziu mais um avanço no paradigma do justo valor, foi a recente emissão do SFAS 157 (FASB 2006c), que veio fornecer uma orientação ampla na definição e determinação do justo valor, fornecendo um conceito autoritário baseado em princípios, aplicável a qualquer norma que utilize a mensuração ao justo valor; e do SFAS 159 (FASB 2007b) que possibilita a utilização do justo valor para outros activos e passivos financeiros que não os instrumentos financeiros.

### **3.2.2. Técnicas de determinação do justo valor nas normas emitidas**

Com o objectivo de aumentar a consistência e a comparabilidade na mensuração ao justo valor e nas divulgações relacionadas, o SFAS 157 (FASB 2006c, § 22 a § 31) identifica uma hierarquia que estabelece prioridades dos *inputs* para a mensuração ao justo valor. Essa hierarquia estabelece três níveis:

- nível 1: *inputs* são “preços cotados (não ajustados) em mercados activos para idênticos activos ou passivos” (FASB 2006c, § 24), *i.e.*, o justo valor dos activos e passivos tem como referência um mercado activo, com preços de mercado observáveis num mercado regulamentado, por exemplo, numa bolsa de valores;

- nível 2: *inputs* são “*inputs que não estejam incluídos nos preços cotados do nível 1, que são observáveis para activos e passivos, directa ou indirectamente*” (FASB 2006c, § 28), *i.e.*, o justo valor a ser tomado como referência para activos e passivos que não tenham preços de mercado directamente observáveis num mercado activo, deverá ser o preço de mercado de activos e passivos semelhantes observável num mercado activo; e,
- nível 3: *inputs* são “*inputs não observáveis para activos ou passivos*” (FASB 2006c, § 30), *i.e.*, aplica-se a todos aqueles activos e passivos para os quais não existem preços de mercado observáveis num mercado activo para o activo e passivo ou activos e passivos semelhantes, ou existem mas esses preços foram obtidos num mercado sem liquidez.

Dos três níveis previstos, este último é o mais polémico, pois é o mais subjectivo, uma vez que para se determinar o justo valor é necessário recorrer-se a pressupostos, juízos de valor da própria gestão e, desta forma, a fiabilidade da informação obtida poderá ser colocada em causa. À medida em que nos afastamos do nível 1, a fiabilidade e credibilidade da estimativa do justo valor diminui (Hitz 2007).

### **3.2.3. O processo de convergência do FASB e do IASB em matéria de mensuração**

As exigências das bolsas de valores, personalizadas nos organismos reguladores dos mercados de valores mobiliários, nomeadamente, da *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO) e da SEC, tiveram um papel determinante no desenvolvimento de parcerias entre o FASB e o IASB (Santos e Ferreira 2003).

Em Outubro de 2002, após um encontro que reuniu os representantes do FASB e do IASB, foi celebrado um acordo entre ambos, designado de “*The Norwalk Agreement*” (FASB e IASB 2002a). Este constituiu um importante marco tendo em vista o estabelecimento de políticas de convergência em matéria de normalização. Há um compromisso assumido pelos dois organismos de trabalharem em conjunto para aproximarem os US-GAAP e as IAS, e estabelecerem normas contabilísticas globais, de alta qualidade. Ou seja, pretende-se que o texto e o estilo das normas do FASB e do IASB sejam semelhantes para tornar

possível a comparação da informação financeira dos diversos intervenientes no mercado global.

O actual presidente do FASB, Robert H. Herz, num comunicado à imprensa, comentou que o FASB estava empenhado em trabalhar em conjunto com o IASB com o objectivo de produzir normas de relato financeiro de grande qualidade, aceites mundialmente em todos os mercados de capitais. Referiu ainda que para alcançarem esse objectivo comum, esse projecto de convergência irá envolver esforços não só a curto mas também a longo prazo (FASB e IASB 2002b).

Seguindo a mesma linha, o actual presidente do IASB, Sir David Tweedie, sublinhou nesse comunicado à imprensa, que aquele acordo representou outro passo significativo na associação do IASB com outros organismos normalizadores para alcançar um conjunto de normas contabilísticas verdadeiramente globais. Referiu, ainda, que o IASB, além de estar consciente do desafio, está também extremamente confiante de que é possível eliminar as principais diferenças entre as normas nacionais e internacionais. Além disso, e baseando-se no melhor dos US-GAAP, das IAS e de outras normas nacionais, os mercados de capitais mundiais disporiam de um conjunto de normas contabilísticas globais nas quais os investidores pudessem confiar. (FASB e IASB 2002b)

Ambos os organismos reconheceram a importância desta convergência, pelo que tiveram lugar encontros semelhantes com outros organismos normalizadores, de modo que os seus esforços tivessem não só uma natureza mas também um alcance global. Em 2005, os dois organismos reafirmaram, em diversas reuniões que mantiveram, que o desenvolvimento de um conjunto de normas globais de alta qualidade continuava a ser uma prioridade estratégica (FASB e IASB 2006).

Já em Fevereiro de 2006, foi dado um outro passo significativo nesse processo de convergência, que resultou na assinatura de um *Memorandum of Understanding* (MoU) (FASB e IASB 2006) referente às prioridades estabelecidas no âmbito do programa de trabalho conjunto entre estes organismos, tendo-se definidos metas a atingir até 2008.

O projecto de convergência encontra-se dividido em oito fases, uma das quais versa exclusivamente sobre as questões de mensuração (fase C). A este respeito, e em Novembro de 2006, o IASB emitiu um documento preliminar (“*discussion paper*”) baseado no SFAS 157 (FASB 2006c), para discussão pública, continuando desta forma a consolidar a



convergência com o FASB no que respeita à definição e determinação do justo valor. Como introdução deste documento, Sir David Tweedie reforçou a importância da utilização do justo valor no relato financeiro, não só para os preparadores como também para os auditores, reguladores e demais utilizadores. Dessa forma, considerou importante abrir-se um debate para estabelecer uma definição clara e internacional de justo valor e orientações para a sua mensuração, que actualmente se encontram dispersas pelas diferentes IAS (IASB 2006a).

Tendo por base os cento e trinta e seis comentários recebidos ao documento preliminar o IASB desenvolveu um projecto de norma<sup>90</sup> (“*exposure draft*”) sobre orientações na mensuração ao justo valor, publicado em Maio de 2009. Prevê-se a publicação da respectiva norma na parte final de 2010, de acordo com o relatório de progressos emitido pelo FASB e pelo IASB, em Setembro de 2008 (FASB e IASB 2008).

### **3.3. UE**

A UE é uma das áreas do mercado mundial com grande dinamismo económico. O forte desenvolvimento e crescimento dos mercados de capitais, verificado nas últimas décadas, elevou as exigências colocadas ao nível do funcionamento destes mercados. A realidade económica alterou-se e necessita de ser relatada contabilisticamente de uma forma adequada para auxiliar a tomada de decisões.

#### **3.3.1. Algumas notas acerca da harmonização contabilística comunitária**

As Directivas Contabilísticas são o principal instrumento de harmonização contabilística utilizado pela UE.

---

<sup>90</sup> Com este projecto de norma o IASB tem como objectivo: (a) estabelecer uma orientação ímpar para todas as mensurações ao justo valor exigidas ou permitidas pelas actuais IAS, bem como reduzir a sua complexidade e conceder uma maior coerência na sua aplicação; (b) clarificar a definição de justo valor e divulgar os objectivos de mensuração de uma forma mais clara; e (c) reforçar a divulgação do justo valor para permitir que os utilizadores das demonstrações financeiras consigam avaliar em que medida o justo valor é utilizado para mensurar os elementos das mesmas e conceder-lhes ainda informação acerca dos *inputs* utilizados para obter esses valores (IASB 2009a).

As Directivas são aprovadas pelo Conselho (ou, pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho), mediante proposta da Comissão Europeia, e dirigem-se aos Estados-Membros, ficando estes obrigados a transpô-las para o seu ordenamento jurídico nacional, utilizando para o efeito os meios e formas que considerarem ser mais apropriados e cumprindo os prazos estabelecidos nas próprias Directivas.

Das diversas Directivas Contabilísticas destacam-se a Quarta Directiva do Conselho (78/660/CEE)<sup>91</sup>, de 25 de Julho de 1978, e a Sétima Directiva do Conselho (83/349/CEE)<sup>92</sup>, de 13 de Junho de 1983, sobre o direito das sociedades, que vieram a revelar-se importantes instrumentos de harmonização. Com efeito, procuram estabelecer uma base harmonizada para a elaboração das contas das sociedades e dos grupos de empresas da UE. Nelas estão estabelecidas as regras relativas à equivalência das condições jurídicas de elaboração da informação financeira, a prestar ao público pelas sociedades obrigadas à sua aplicação, assim como as regras relativas à protecção dos interesses dos sócios, accionistas e terceiros. Com a sua implementação, foi possível introduzir nos países de influência continental conceitos de natureza anglo-saxónica que, até então, não eram utilizados, como é exemplo o conceito de “imagem verdadeira e apropriada” (“*true and fair view*”). Mas, por outro lado, permitiu também introduzir nos países anglo-saxónicos formatos harmonizados de demonstrações financeiras, prática não corrente até então.

Com a emissão destas Directivas procurou-se incrementar a qualidade das normas contabilísticas, contribuindo para um aumento da comparabilidade das contas das empresas da UE. Contudo, o elevado número de opções que delas constava levaram a que os Estados-Membros, aquando da transposição das mesmas para o seu direito interno, escolhessem as opções que fossem mais próximas das práticas que utilizavam até àquela data. Desta forma, a harmonização pretendida não foi totalmente conseguida, não tendo sido suficiente para promover uma adequada harmonização do relato contabilístico na

---

<sup>91</sup> Em diante designada de Quarta Directiva, é relativa às contas individuais, exigindo que todas as empresas de responsabilidade limitada elaborem contas anuais.

<sup>92</sup> Diz respeito às contas consolidadas e exige que as empresas-mãe elaborem, para além das suas contas individuais, contas consolidadas, bem como um relatório anual consolidado, que apresente a situação financeira do grupo como se de uma única entidade se tratasse, adiante designada de Sétima Directiva.

UE<sup>93</sup> e levando a que a Comissão Europeia equacionasse uma estratégia que conduzisse a tal objectivo.

### **3.3.2. A mensuração ao custo histórico nas Directivas Comunitárias**

Como foi referido, o objectivo das Directivas não é a normalização das regras contabilísticas, mas antes contribuir para o incremento da qualidade da informação financeira e, como consequência, melhorar a sua comparabilidade.

A Quarta Directiva estabelece no n.º 3 do art. 2.º que *“as contas anuais devem dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, assim como dos resultados da sociedade”*, princípio que é de novo enunciado pela Sétima Directiva no n.º 3 do art. 16.º (*“as contas consolidadas devem dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, bem como dos resultados do conjunto das empresas compreendidas na consolidação”*). Estas Directivas Contabilísticas abordam, para além dos requisitos em matéria de apresentação, os princípios que devem ser cumpridos pelas empresas dos Estados-Membros e que estão na base da valorização das diferentes rubricas que figuram nas suas contas anuais e consolidadas.

Assim, e num primeiro momento, a Quarta Directiva refere no seu artigo 32.º que a valorimetria das rubricas que figuram nas contas anuais deve ser baseada no princípio do preço de aquisição<sup>94</sup> ou do custo de produção<sup>95</sup>. O mesmo se aplica às contas consolidadas (art. 29.º Sétima Directiva). Ou seja, ambas as Directivas apontam o custo histórico como critério valorimétrico basilar, permitindo, contudo, que os Estados-Membros autorizem ou obriguem as empresas a utilizar, em dadas circunstâncias e quanto a alguns elementos, outros critérios. Esta possibilidade de utilizar vários critérios vem reflectir o carácter político das Directivas, por acolherem diferentes sensibilidades.

---

<sup>93</sup> A UE conseguia reunir através das práticas contabilísticas vigentes em alguns países, como a França, Itália, Holanda, Alemanha ou Reino Unido, a quase totalidade da diversidade contabilística mundial, dadas as diferenças existentes nessas mesmas práticas (Góis 2001).

<sup>94</sup> Obtém-se *“adicionando as despesas acessórias ao preço de compra”* (n.º 2, art. 35.º Quarta Directiva).

<sup>95</sup> Obtém-se *“adicionando ao preço de aquisição das matérias-primas e de consumo os custos directamente imputáveis ao produto considerado”* (alínea a), n.º 3, art. 35.º Quarta Directiva). É ainda possível imputar ao custo de produção os juros sobre os capitais emprestados para financiar a produção de imobilizações, sempre que estas estejam em processo de fabricação (n.º 4, art. 35.º Quarta Directiva).

É deixado então ao critério dos Estados-Membros a autorização, ou imposição, a todas ou a parte das sociedades de:

- valorizar as imobilizações corpóreas (cuja utilização seja limitada no tempo) e as existências, com base no valor de substituição;
- valorizar todas as rubricas que figuram nas contas anuais das empresas utilizando outros métodos diferentes do valor de substituição, que tenham em conta a inflação;
- reavaliar as imobilizações corpóreas bem como as imobilizações financeiras;

ficando esses mesmos Estados-Membros responsáveis por determinar o conteúdo, limites e modalidades de aplicação dos critérios de valorimetria identificados (art. 33.º Quarta Directiva).

A Quarta Directiva contempla ainda outras derrogações ao critério de valorimetria do custo histórico, aplicáveis tanto aos elementos do activo imobilizado (art. 35.º) como ao activo circulante (art. 39.º). No que respeita aos primeiros, o preço de aquisição ou o custo de produção dos elementos do activo imobilizado com vida útil limitada deve ser diminuído das correcções de valor que representam a sua amortização sistemática durante o período de utilização dos mesmos. Esses elementos do activo imobilizado, quer tenham ou não vida útil limitada no tempo, devem também ser objecto de correcções de valor sempre que à data de encerramento de contas lhes seja atribuído um valor inferior àquele pelo qual se encontrem registados, e seja de prever que essa depreciação seja duradoura. O mesmo está contemplado para o valor das imobilizações financeiras, que também deve ser ajustado sempre que, à data de encerramento de contas, lhes seja atribuído um valor inferior àquele pelo qual se encontrem registados. Nestes últimos dois casos, a avaliação por valor inferior não pode manter-se quando as razões que motivaram as correcções de valor deixem de existir.

No que respeita aos elementos do activo circulante, estes também devem ser avaliados ao preço de aquisição ou ao custo de produção, não obstante a mesma Directiva prever algumas derrogações. Esses elementos do activo circulante podem ser objecto de correcções de valor sempre que o valor de mercado (ou outro valor que lhes seja atribuído na data de encerramento de contas) seja inferior ao valor pelo qual os mesmos estão valorizados. Podem ainda os Estados-Membros autorizar correcções de valor excepcionais

para esses elementos, contudo, e em ambas as situações, a avaliação a valor inferior não se pode manter quando as razões que originaram as correcções de valor deixarem de existir.

É ainda concedida a possibilidade aos Estados-Membros, de acordo com o art. 40.º da Quarta Directiva, de calcularem o preço de aquisição ou o custo de produção das existências de objectos da mesma categoria, bem como de todos os elementos fungíveis (incluindo os valores mobiliários), tendo por base os preços médios ponderados, ou de acordo com os métodos “primeira entrada – primeira saída” ou “última entrada – primeira saída” (oriundos dos termos em inglês: “*First in, First out*” – FIFO e “*Last in, First out*” – LIFO, respectivamente).

Do exposto constata-se que as Directivas Contabilísticas assentam no critério valorimétrico do custo histórico e na adopção do princípio da prudência, o que justifica muitas das derrogações a este critério que se encontram previstas, o que conjugado com as derrogações relativas às revalorizações das imobilizações corpóreas e financeiras e à possibilidade do tratamento da inflação leva a que as demonstrações financeiras das empresas apresentem rubricas mensuradas por um custo histórico mitigado.

A circunstância de as Directivas não terem sofrido alterações de vulto durante cerca de vinte e três anos, levou a que as mesmas não contemplassem o tratamento contabilístico de algumas situações, facto que, por si só, dificultou todo o processo de harmonização.

### **3.3.3. Do custo histórico ao justo valor**

Reconhecendo-se, por um lado, a falta de eficácia das Directivas e, por outro, a importância da harmonização do relato financeiro das empresas comunitárias, a UE não ficou de braços cruzados e procurou encontrar soluções para fazer face a essa situação. Neste sentido, a Comissão Europeia fez uma análise das diversas soluções possíveis, chegando a ponderar, entre outras, a possibilidade de criar um organismo de normalização próprio da UE. Esta solução foi abandonada porquanto, para além da inevitabilidade de criar legislação específica, seria necessário um longo período de tempo para desenvolver as normas contabilísticas.

Todas as soluções analisadas pela Comissão constam de uma Comunicação emitida em 1995, intitulada de “Harmonização Contabilística: uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional” (COM 95 (508) PT), que, como o próprio nome indica,

menção a nova estratégia da Comissão quanto à harmonização contabilística. Nesta Comunicação foi realçada a necessidade da UE reforçar o seu contributo no processo de normalização internacional e facilitar o acesso dos operadores europeus aos mercados internacionais de capitais, sem que os mesmos infringam o quadro contabilístico comunitário. Neste sentido, a Comissão expressou a sua preferência pelas IAS e propôs-se a agir com vista a garantir que essas normas existentes até à data estivessem em conformidade com as Directivas Comunitárias, e que as futuras normas que viessem a ser definidas continuassem compatíveis com a legislação comunitária.

A partir daí, a UE apoiou os esforços conjuntos do IASB e da IOSCO, com vista à criação de um conjunto de normas de relato financeiro que deveriam ser utilizadas pelas empresas dos diferentes Estados-Membros e susceptíveis de serem aceites nos diferentes mercados de capitais a nível mundial. A UE passou, deste modo, a estar envolvida em todo o processo de estabelecimento de novas normas contabilísticas.

Entre 1996 e 2000 a Comissão Europeia realizou vários estudos com o objectivo de examinar a compatibilidade das Directivas Comunitárias com as IAS tendo, em Junho de 2000, emitido uma Comunicação denominada "Estratégia da UE para o Futuro em Matéria de Informações Financeiras a Prestar pelas Empresas" (COM (2000) 359 final PT). Nesta Comunicação propôs que todas as empresas da UE cotadas num mercado regulamentado passassem a elaborar, o mais tardar a partir de 2005, as suas contas consolidadas de acordo com um único referencial contabilístico, as IAS.

Em Abril de 2001 foi elaborado, pelo Comité de Contacto das Directivas Contabilísticas<sup>96</sup>, um documento para uso interno da Comissão, resultado de um trabalho no âmbito da estratégia contabilística adoptada pela Comissão Europeia em 1995, designado por "Análise da Conformidade entre as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) 1 a 41 e as Directivas Contabilísticas da União Europeia". O objectivo deste documento consistiu em analisar o grau de conformidade entre os requisitos das IAS e as Directivas Contabilísticas da UE, de modo a que as empresas europeias que pretendessem aplicar as IAS nas suas contas consolidadas o pudessem fazer sem que surgissem incompatibilidades com as Directivas Contabilísticas. Na generalidade, o Comité de Contacto concluiu que

---

<sup>96</sup> É um órgão consultivo composto por representantes dos Estados-Membros e por representantes da Comissão, que tem como missão facilitar uma aplicação harmonizada das Directivas Contabilísticas e aconselhar, quando solicitada, a Comissão sobre alterações ou aditamentos a introduzir nas Directivas Contabilísticas.

não existiam diferenças significativas entre as IAS e as Directivas Contabilísticas. Excepciona-se, como adiante melhor se explanará, a matéria relativa à adopção do critério de mensuração pelo justo valor.

Muito embora as Directivas Contabilísticas permaneçam na base das regras contabilísticas aplicáveis às empresas de responsabilidade limitada na UE, o facto é que as mesmas deixaram de se adequar às exigências dos mercados financeiros internacionais. As empresas europeias que pretendessem obter capital em mercados internacionais ou admitir os seus títulos à negociação num desses mercados, viam-se obrigadas a elaborar dois conjuntos de contas: um em conformidade com as Directivas Contabilísticas e a legislação do seu país e, outro, adaptado às exigências dos mercados internacionais de capitais. Esta situação criava algumas barreiras, não só para as empresas que tinham de suportar custos acrescidos, mas para todos os utilizadores, para quem a diferente informação gerada podia originar confusão.

As Directivas Contabilísticas contemplavam, como já referimos, um excessivo número de opções, com o objectivo de possibilitar a sua aplicação a países com sistemas contabilísticos muito distintos. A globalização dos espaços financeiros e das bolsas de valores, o aparecimento de novos produtos financeiros, o grande desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, entre outros factores, vieram evidenciar que as Directivas Contabilísticas se encontravam desajustadas da realidade económica, estando “obsoletas” face aos desenvolvimentos na normalização internacional, por não acompanharem os desenvolvimentos técnicos verificados nos US-GAAP e nas IAS.

Com o objectivo de ajustar a harmonização contabilística europeia, não só às novas práticas económicas mas também à evolução das normas contabilísticas reconhecidas internacionalmente, foi elaborada pela Comissão Europeia uma proposta para modernizar as Directivas Contabilísticas. Pretendeu-se com esta proposta de modernização atenuar o risco de conflitos entre as Directivas e as IAS e assegurar que as primeiras se coadunam com a evolução contabilística moderna, tornando-as mais flexíveis e evitar futuras incompatibilidades. Ou seja, pretende-se que a actualização das Directivas acompanhe não só a evolução dos mercados mas também a elaboração das IAS. O objectivo é permitir que as empresas europeias, que operam à escala internacional, consigam adaptar-se às

exigências dos mercados de capitais, quanto às necessidades de informação financeira, evitando desta forma a reexpressão das suas demonstrações financeiras.

O grande dinamismo que ocorreu nos mercados financeiros internacionais veio incrementar não só a utilização dos instrumentos financeiros primários (como as acções e obrigações) mas também dos instrumentos financeiros derivados (como os *swaps*, os futuros e as opções). Face ao exposto, os principais organismos de normalização contabilística a nível mundial começaram a valorizar esses instrumentos financeiros utilizando um modelo de contabilidade pelo justo valor, afastando-se do modelo do custo histórico. Com o objectivo de acompanhar os desenvolvimentos internacionais, a UE deliberou alterar as suas Directivas estruturantes (Quarta e Sétima) para que estas pudessem acolher a contabilização e mensuração pelo justo valor de determinados activos e passivos financeiros.

Para o efeito, emitiu a Directiva 2001/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Setembro de 2001, que altera a Quarta e Sétima Directivas relativamente às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como as Directivas dos Bancos e de Outras Instituições Financeiras.

A UE considerou importante permitir a adopção do justo valor mas não encontrou condições para impor a sua utilização por parte dos Estados-Membros. Neste sentido, concedeu-lhes liberdade para exigirem, ou permitirem, que todas, ou determinadas, categorias de empresas adoptassem a contabilidade pelo justo valor, não estabelecendo, porém, regras muito específicas para a utilização deste critério. O custo histórico manteve-se, deste modo, como o critério valorimétrico de base.

### **3.3.4. A Directiva do Justo Valor**

A emissão da Directiva 2001/65/CE, também conhecida por “Directiva do Justo Valor”, foi um passo importante da UE no processo de modernização das Directivas Contabilísticas, nomeadamente, da Quarta e Sétima Directivas que, como anteriormente referimos, durante cerca de vinte anos não sofreram qualquer tipo de actualização.



À Quarta Directiva foi aditada uma nova secção, intitulada “Avaliação pelo justo valor”, que se inicia com o art. 42.º – A que veio admitir a derrogação do disposto no art. 32.º<sup>97</sup>. Esta nova disposição contempla, como referimos acima, a possibilidade dos Estados-Membros autorizarem, ou exigirem, a todas, ou certas categorias de sociedades, a avaliação dos instrumentos financeiros (incluindo os derivados) pelo justo valor. Desta forma, passa a ser possível mensurar pelo justo valor todos os elementos do Balanço, à excepção daqueles que não constituem instrumentos financeiros e a maior parte dos elementos do passivo.

As modalidades de determinação do justo valor vêm fixadas no art. 42.º – B da mesma secção, que indica, de forma muito geral, como se determina o justo valor para os investimentos financeiros. Esse valor é determinado por referência a um valor de mercado identificado num mercado fiável, ou, não sendo isso possível, recorrendo a modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites e que assegurem uma aproximação razoável ao valor de mercado. Caso não seja possível obter-se uma mensuração fiável com os métodos enumerados, deverá então utilizar-se a valorimetria tradicional<sup>98</sup> para mensurar os instrumentos financeiros.

Contudo, e encontrando-se os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor, qualquer variação no mesmo deve ser incluída numa conta de ganhos e perdas ou, cumprindo com certos requisitos, ser imputada directamente aos capitais próprios numa reserva de justo valor.

Uma vez mais se verifica, à semelhança do que já vinha sendo habitual nas Directivas Contabilísticas, que se continua a dar a possibilidade aos Estados-Membros de autorizarem ou exigirem determinados procedimentos, o que em nada facilita a comparabilidade da informação financeira. Isto não foi excepção, como acabámos de verificar, nesta nova secção que introduziu a avaliação pelo justo valor. Contudo, e uma vez mais, a comparabilidade da informação financeira só é possível através da divulgação de informação adicional no anexo às contas (prevista no art. 42.º – D). Sempre que os instrumentos financeiros sejam mensurados pelo justo valor, passa a ser obrigatório divulgar no anexo às contas, entre outra informação, os pressupostos subjacentes aos

---

<sup>97</sup> Este artigo prevê que a “valorimetria das rubricas que figuram nas contas anuais faz-se segundo as disposições dos artigos 34.º a 42.º, baseadas no princípio do preço de aquisição ou do custo de produção”.

<sup>98</sup> Artigos 34.º a 42.º da Quarta Directiva.

modelos e técnicas de avaliação utilizados para a sua determinação quando o mercado não for fiável; a indicação, por categoria de instrumentos financeiros, do seu justo valor, das variações de valor que foram inscritas nas contas de ganhos e perdas e aquelas que foram inscritas na reserva de justo valor.

Caso não tenha sido aplicado o justo valor na mensuração dos instrumentos financeiros é também obrigatório divulgar<sup>99</sup>, para cada categoria de instrumentos financeiros derivados, o seu justo valor, sempre que seja possível determiná-lo com fiabilidade, e ainda o volume e a natureza dos instrumentos. Sempre que as imobilizações financeiras<sup>100</sup> se mantenham inscritas por um montante superior ao seu justo valor, sem que exista possibilidade de se proceder a uma correcção de valor<sup>101</sup>, é também obrigatório<sup>102</sup> as empresas divulgarem no anexo o valor contabilístico e o respectivo justo valor dos activos em questão, assim como as razões que motivaram a não redução do valor contabilístico e a natureza dos elementos que permitiram presumir que o valor contabilístico será recuperado.

Dado que a utilização de instrumentos financeiros derivados encerra em si riscos significativos e possibilita um grande efeito de alavancagem, pois aumenta tanto os ganhos como as perdas dos activos que lhe estão subjacentes, a Directiva vem ainda exigir que sejam divulgadas no relatório de gestão informações quanto aos objectivos e às estratégias de gestão do risco financeiro da empresa, no que se refere à sua utilização, bem como a sua exposição face ao risco de preço, de crédito, de liquidez, e de fluxos de caixa, independentemente de se ter recorrido ou não à avaliação dos instrumentos financeiros pelo justo valor.

De referir que as alterações à Sétima Directiva decorrem directamente das alterações introduzidas na Quarta Directiva, uma vez que estas estão interligadas, com o objectivo de manter a sua coerência.

Com todas as críticas que podem ser feitas à Directiva do Justo valor, há que lhe reconhecer a importância de ter introduzido no acervo jurídico comunitário aquele conceito e de ter possibilitado a aprovação do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento

---

<sup>99</sup> cf. alínea a), n.º 14, art. 43.º da Quarta Directiva.

<sup>100</sup> Abrangidas pelo art. 42.º - A da Quarta Directiva.

<sup>101</sup> Nos termos do n.º 1, alínea c), subalínea aa) do art. 35.º da Quarta Directiva.

<sup>102</sup> cf. alínea b), n.º 14, art. 43.º da Quarta Directiva.

Europeu e do Conselho, de 19 de Junho, que veio permitir a algumas empresas comunitárias a adopção das IAS.

Do exposto conclui-se que actualmente, os organismos com poderes de normalização contabilística estudados se encontram na fase de indefinição que assinalámos no estudo teórico apresentado nos capítulos I e II. As perspectivas para a evolução do modelo contabilístico que assinalámos anteriormente (*cf.* ponto 2.5), embora os organismos não as tenham colocado em cima da mesa nos precisos termos que assinalámos, não deixam de estar consideradas como demonstram os estudos efectuados, designadamente, pelo IASB em matéria de adopção e mensuração do justo valor.

Não se vislumbram contudo, posições que sejam susceptíveis de no curto prazo se passar a adoptar o critério de *full fair value*, pelo que ainda haverá necessidade de a disciplina contabilística consolidar conceitos nesta área para que vejamos a sua aplicação nas empresas.

# PARTE II



ESTUDO EMPÍRICO

# IV

CAPÍTULO

## METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

## **4.1. Introdução**

Com o propósito de procuramos responder aos objectivos formulados no nosso enquadramento teórico, e aferir da validade e pertinência das reflexões que foram expressas ao longo do nosso trabalho, realizámos o estudo empírico que aqui se apresenta.

O nosso estudo será desenvolvido seguindo a metodologia inerente aos estudos exploratórios e utilizando uma abordagem qualitativa. O objectivo deste tipo de estudos, segundo Ketele e Roegiers (1999), é o de numa fase heurística, gerar ideias, hipóteses ou propostas de soluções, passíveis de seres testadas empiricamente no futuro. Com efeito, pretende-se que este estudo contribua para identificar situações susceptíveis de serem analisadas e alertar para novos factos merecedores de uma reflexão, tanto quanto possível aprofundada.

Assim, vamos efectuar uma investigação, não na perspectiva de conseguir uma representatividade estatística, mas no sentido de aprofundar conceptualmente a problemática em estudo.

## **4.2. Objectivos do estudo**

O objectivo geral do estudo consiste em conhecer a opinião de vários tipos de interessados na informação financeira produzida pelas empresas acerca da importância dos critérios de mensuração actualmente adoptados na preparação daquela informação e da eventual alteração do modelo normativo no sentido do acolhimento, ou não, de critérios assentes no justo valor, *maxime* do *full fair value*.

No que respeita aos objectivos específicos, retivemos os que a seguir apresentamos, os quais podem ser agrupados nos quatro blocos de análise que conduziram a nossa reflexão:

### 1. Características qualitativas

- 1.1. Identificar, de entre as características da relevância e fiabilidade, a que melhor contribui para a qualidade da informação financeira.

## 2. Custo histórico

- 2.1. Obter opiniões sobre o custo histórico como critério de mensuração contabilística, bem como avaliar quais são as suas principais vantagens e desvantagens e se são aplicáveis a todos os utilizadores da informação financeira.
- 2.2. Obter opiniões sobre a mudança para outros critérios de mensuração e identificar quais as razões subjacentes à mesma.
- 2.3. Obter opiniões sobre se a mudança, a existir, se justifica para todos os elementos das demonstrações financeiras e para todo o tipo de empresas.

## 3. Surgimento do justo valor e a sua determinação

- 3.1. Recolher opiniões sobre o surgimento do justo valor.
- 3.2. Obter opiniões sobre as vantagens e desvantagens do justo valor e se são aplicáveis a todos os utilizadores da informação financeira.
- 3.3. Recolher opiniões sobre a adequação, ou não, da forma de cálculo do justo valor que consta nas IAS e se a mesma influencia as características qualitativas da informação financeira.

## 4. Evolução na utilização do justo valor

- 4.1. Identificar a tendência futura na utilização do justo valor.
- 4.2. Perceber qual será o impacto na qualidade da informação financeira resultante da utilização do *full fair value*.
- 4.3. Obter opiniões sobre o tratamento contabilístico das diferenças de justo valor preconizadas pelos organismos normalizadores.
- 4.4. Recolher opiniões sobre os mecanismos de *enforcement* e a aplicação do justo valor e identificar se a adopção do mesmo garante a neutralidade da informação financeira ou privilegia alguns utilizadores.
- 4.5. Obter opiniões sobre a abordagem que é feita ao justo valor no novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

### ***4.3. Metodologia de recolha dos dados e sua análise***

No intento de melhor percebermos o estudo empírico realizado, explicamos de seguida a metodologia utilizada, desde o instrumento de recolha de dados eleito, passando pela selecção e caracterização da amostra e culminando com o processo de recolha e modelo de análise dos dados.

#### **4.3.1. Instrumento de recolha dos dados**

Atendendo aos objectivos apresentados no início do nosso estudo e a sua natureza fez com que seguíssemos uma das técnicas mais utilizadas em investigação qualitativa e optássemos por conduzir entrevistas em profundidade<sup>103</sup> (Carmo e Ferreira 1998).

Estas entrevistas em profundidade são recomendadas, segundo Bogdan e Biklen (1994), entre outras, para situações em que o investigador tem questões relevantes para as quais não encontra resposta na documentação disponível, recorrendo a informadores qualificados<sup>104</sup>. É neste contexto que se enquadra o nosso estudo.

Relativamente ao grau de estruturação, uma entrevista pode adquirir várias modalidades. A nossa opção recaiu na entrevista semi-directiva, que visa a produção de um discurso contínuo sobre uma dada problemática mantendo constantes aspectos essenciais pelo investigador (Ghiglione e Matalon 2005). Este tipo de entrevista, normalmente utilizado na recolha de dados de opinião, tem como objectivo aprofundar um determinado domínio, cujos temas essenciais conhecemos, mas que não consideramos suficientemente explicados. Desta forma, ela encerra um grande potencial de gerar uma riqueza de respostas e proporcionar resultados que permitam auxiliar a uma melhor compreensão da problemática em análise (Quivy e Campenhoudt 1998).

Todavia, apesar das potencialidades e da riqueza dos dados fornecidos, esta técnica também revela algumas fraquezas que o investigador necessita conhecer. Se, por um lado, exige da parte do investigador maior especialização e um período de tempo alargado, não só na concepção e realização da entrevista mas também nos procedimentos de transcrição posteriores e categorização da informação recolhida, por outro lado, também apresenta

---

<sup>103</sup> De sublinhar que a nossa apresentação segue, de perto, a metodologia utilizada por Carvalho (2003).

<sup>104</sup> No presente trabalho, os informadores qualificados são os sujeitos que participaram no estudo empírico, na qualidade de entrevistados.



alguns inconvenientes. Estes encontram-se associados à relação do entrevistado com o entrevistador e à presença deste último, que pode ser um factor inibidor de respostas. (Carvalho 2003)

### **4.3.2. Selecção e caracterização da amostra**

Considerando a natureza exploratória do nosso estudo, os informadores devem ser investigadores da especialidade e agentes privilegiados e qualificados, *i.e.*, indivíduos que pela sua acção, posição ou contacto com o terreno, tenham conhecimento do problema e possuam uma atitude dialogante (Pardal e Correia 1995). Neste sentido, o universo do nosso estudo contempla vários tipos de interessados na informação financeira produzida pelas empresas desde, normalizadores, reguladores, produtores e utilizadores com o objectivo de acolher diferentes perspectivas sobre a problemática em estudo. O nosso universo, não determinável, acolhe as seguintes categorias de informadores nacionais:

- organismos de normalização contabilística;
- entidades reguladoras do mercado bolsista;
- auditores;
- investigadores/académicos;
- preparadores da informação contabilística;
- utilizadores: investidores/credores<sup>105</sup>.

No que respeita ao tamanho da amostra, e tendo em atenção as opções metodológicas tomadas, uma vez escolhida a entrevista em profundidade como processo de recolha de dados, o número de entrevistados a incluir no estudo terá de ser reduzido. De facto, e atendendo a que não estamos numa situação em que a inferência de tipo estatístico seja legítima, considerámos adequada uma amostra constituída por catorze entrevistados, pois, de acordo com Ghiglione e Matalon (2005), a qualidade da pesquisa será muito pouco melhorada com a previsão de um grande número de entrevistas.

Existem dois grandes tipos de técnicas de amostragem aquando da selecção dos elementos da amostra: a probabilística e a não probabilística. Na técnica de amostragem probabilística os elementos da população são seleccionados de modo a que cada um tenha uma probabilidade real de ser incluído na amostra. Já na técnica de amostragem não

---

<sup>105</sup> Como anteriormente constatámos, os investidores/credores são considerados utilizadores privilegiados da informação financeira, pelo que representam aqui a categoria de “Utilizadores”.

probabilística a amostra é seleccionada de acordo com um ou mais critérios julgados importantes pelo investigador, tendo em conta os objectivos do trabalho. Uma vez que não pretendemos extrapolar para o universo os resultados e conclusões obtidas com a amostra vamos socorrer-nos da técnica de amostragem não probabilística para seleccionar os elementos da nossa amostra, sendo aliás esta técnica muito utilizada para fazer estudos em profundidade (Carmo e Ferreira 1998).

Tendo em vista assegurar a adequação da amostra aos objectivos estabelecidos, a técnica de selecção da amostra utilizada foi a amostragem por quotas. Pretendeu-se que aquela fosse, tanto quanto possível, representativa, de modo que cada categoria estivesse igualmente representada na mesma. Os critérios que estiveram na base da selecção dos entrevistados de cada categoria foram aqueles que constam no Quadro 6.

#### Quadro 6 – Quadro-critério para a selecção da amostra

Profissional, representativo ou reconhecido, competente em cada categoria
Conhecedor das matérias abordadas, nomeadamente das normas contabilísticas e do tratamento do justo valor
Com experiência na função em que foi entrevistado
Com disponibilidade e interessado no estudo

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Carvalho (2003, p. 152)

Do processo de selecção descrito resultou a caracterização dos entrevistados que participaram no presente estudo, conforme se apresenta no Quadro 7.

#### Quadro 7 – Caracterização dos entrevistados<sup>106</sup>

Código	Categoria	Entidade	Função (na entidade/categoria)
N1	Normalizadores	CNC <sup>107</sup>	Membro da Comissão Executiva
R2	Reguladores	CMVM <sup>108</sup>	Quadro do Departamento de Supervisão
SR3	Auditores	OROC <sup>109</sup>	Membro do Conselho Directivo da OROC

<sup>106</sup>Todas as entrevistas foram individuais. No sentido de preservar o mais possível o anonimato dos sujeitos do estudo, os entrevistados serão sempre referidos no masculino e no singular.

<sup>107</sup> Comissão de Normalização Contabilística.

<sup>108</sup> Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

<sup>109</sup> Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

**Quadro 7 – Caracterização dos entrevistados (cont.)**

<b>Código</b>	<b>Categoria</b>	<b>Entidade</b>	<b>Função (na entidade/categoria)</b>
SR4	Auditores	SROC <sup>110</sup>	ROC <sup>111</sup>
SR5		Multinacional de auditoria	<i>Partner</i>
I/A6	Investigadores/ Académicos	-	Investigador/Académico
I/A7		-	Investigador/Académico
I/A8		-	Investigador/Académico
P9	Preparadores	CTOC <sup>112</sup>	Membro do Conselho Técnico
P10		Empresa	Responsável pelo Departamento de Contabilidade e Fiscalidade
P11		Empresa	Responsável pela Área Financeira
I/C12	Utilizadores (Investidores/ Credores)	Instituição Financeira	Director Planeamento, Contabilidade e Estatísticas
I/C13		Instituição Financeira	Consultor
I/C14		Empresa (SGPS <sup>113</sup> )	Adjunto da Administração e Área Financeira

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Carvalho (2003, p. 152)

### 4.3.3. Processo de recolha dos dados

Tendo por base a literatura da especialidade e após terem sido definidos os objectivos da entrevista é necessário formular as questões mais adequadas ao fim que se pretende atingir. Essas questões são parte integrante do plano de entrevista a concretizar junto dos intervenientes no estudo.

Com o objectivo de permitir que os entrevistados pudessem participar na conversa e emitir juízos de valor sobre a temática em causa, foi elaborado um referencial de perguntas-guias, razoavelmente abertas, apropriadas para questões de opinião, para auxiliar na condução da entrevista. O guião, que esteve na base dessa condução (Anexo 3), foi elaborado tendo em consideração o quadro de preocupações que resultam dos objectivos específicos da nossa investigação.

Após a concretização das tarefas atrás mencionadas, seguiu-se a planificação da entrevista. Esta planificação consistiu em contactar previamente todos os entrevistados no sentido de lhes transmitir o objectivo da entrevista, os motivos por que foram escolhidos, o tempo de

<sup>110</sup> Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

<sup>111</sup> Revisor Oficial de Contas.

<sup>112</sup> Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

<sup>113</sup> Sociedade Gestora de Participações Sociais.

duração previsto para a realização da mesma e de combinar a data, a hora e o local mais adequado para a sua realização.

As entrevistas foram todas realizadas por um único entrevistador<sup>114</sup>, nos meses de Setembro a Novembro de 2008, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, com o entrevistador a visitar os entrevistados, por regra, nas instalações da entidade que representam.

Na realização das entrevistas, as perguntas foram sendo colocadas à medida da oportunidade e não foi seguida, necessariamente, a ordem estabelecida no guião. Procurou-se assumir, no decurso das mesmas, uma postura não só de disponibilidade mas também de interesse por tudo aquilo que os entrevistados diziam, evitando-se emitir qualquer tipo de juízo no que respeita às ideias manifestadas.

Com o objectivo de conservar integralmente o que foi dito, tanto pelo entrevistador como pelo entrevistado, condição indispensável para efeitos de validade da análise, todas as entrevistas, excepto cinco<sup>115</sup>, foram gravadas, após prévia autorização e tiveram uma duração que variou entre os vinte e cinco minutos e os setenta minutos, sendo o tempo médio de quarenta minutos.

Importa ainda ressaltar um importante acontecimento, decorrente da envolvente, ocorrido no período da realização das entrevistas, relacionado com a falência de importantes bancos norte-americanos que desencadearam uma grave crise económico-financeira. Esta ocorrência não foi de todo indiferente para os entrevistados que, de uma forma mais explícita ou menos, foi referenciada durante a entrevista.

#### **4.3.4. Modelo de análise dos dados**

A análise de conteúdo é, hoje em dia, uma das técnicas ou métodos mais comuns utilizada pelas diferentes ciências humanas e sociais na investigação empírica. Ela traduz um conjunto de técnicas de análise que descreve, segundo procedimentos objectivos e sistemáticos, o conteúdo das mensagens. Utilizámos a análise de conteúdo do tipo qualitativo para tratarmos a informação produzida pelos entrevistados.

---

<sup>114</sup> A autora desta dissertação.

<sup>115</sup> A pedido dos entrevistados.

Após a realização das entrevistas, foi efectuada uma sistematização da informação recolhida junto dos entrevistados num formato que permitisse resumir e organizar os dados e torná-los compreensíveis, sem perder informação significativa e fora do contexto, sendo a redacção de um resumo uma forma de redução dos dados qualitativos (Miles e Huberman 1994). Atendendo ao objectivo da nossa investigação, à metodologia utilizada, e ao facto de termos elaborado uma grelha de análise de conteúdo (Anexo 5) que contém, de modo condensado e bastante completo, todas as informações pertinentes para o estudo, fez com que não reduzíssemos a escrito todas as entrevistas, apenas uma, para exemplificar<sup>116</sup> (Anexo 4). A execução da análise do conteúdo resultou da aplicação dos passos a seguir descritos.

Após escutar e transcrever uma das nove entrevistas gravadas, e de se fazer uma leitura atenta da mesma, desenvolveu-se uma primeira grelha de análise (que ensaiámos aplicando-a à entrevista) dividida por categorias mistas de análise do conteúdo, *i.e.*, categorias cuja construção resultou da interacção entre o material empírico, constituído pelo discurso do entrevistado, e os objectivos específicos definidos para a investigação, pelo que a classificação geral da informação coincide, até certo ponto, com os tópicos de desenvolvimento da entrevista.

Depois ouviram-se as restantes gravações e procedeu-se à afectação dos excertos do discurso de cada entrevistado a cada uma das categorias que consideramos ser a mais adequada. Neste processo, recortámos as entrevistas em redor de cada tema-objecto, ou seja, tudo o que foi afirmado acerca de cada categoria no decorrer da entrevista foi transcrito, por meio de resumo, para a grelha de análise, na respectiva categoria, independentemente do momento em que a afirmação teve lugar (Bardin 2000).

A cada um dos entrevistados e, em consequência, a cada uma das entrevistas, foi atribuído um código, constituído por uma ou duas letras, correspondentes às iniciais das categorias

---

<sup>116</sup> De salientar que procurámos ser o mais fiáveis possível, quer na transcrição da entrevista, quer na redução dos dados de todas elas, de forma a não alterar o sentido do discurso, ressaltando, contudo, as diferenças entre o discurso oral e o discurso escrito. Desta forma, aquando da transcrição, eliminaram-se as frases de reforço, a utilização dos sinais de pontuação foi reduzida aos casos em que nos pareceu necessário desfazer ambiguidades e, os aspectos de tipo fonético, como por exemplo, os gaguejos, os risos ou a extensão das pausas, não foram considerados. Na transcrição, todas as intervenções, quer do entrevistador quer do entrevistado, são identificadas com uma letra, P e R respectivamente, seguida do número de ordem da intervenção.

da amostra e por um número que corresponde à ordem da entrevista no total de entrevistados.

A repetição na escuta das gravações das entrevistas permitiu que a grelha de análise fosse progressivamente melhorada, e da qual resultou a grelha final que se apresenta no Anexo 5. As categorias de análise de conteúdo foram inicialmente determinadas pelo próprio investigador e depois por ele verificadas e reformuladas, procurando conjugar o quadro teórico e o protocolo das entrevistas, e posteriormente validadas pelo professor orientador, particularmente no que respeita a aspectos de homogeneidade, exclusividade, pertinência e objectividade das categorias (Bardin 2000).

A análise em concreto dos dados recolhidos e a sua interpretação vai ser desenvolvida no capítulo seguinte. Nele iremos apresentar os resultados de forma bastante descritiva, atendendo à natureza qualitativa da análise realizada. Estes resultados serão apresentados, de forma sequencial, de acordo com as áreas temáticas e respectivas categorias de conteúdo, mencionadas na grelha de análise de conteúdo (Anexo 5).

Após a apresentação dos resultados relativos a cada uma das categorias será efectuada uma síntese e um comentário crítico sobre o seu conteúdo, procurando-o relacionar tanto quanto possível com o enquadramento teórico da dissertação.

# V

## CAPÍTULO

# APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

## **5.1. Características qualitativas**

### **5.1.1. Característica de entre a relevância e a fiabilidade que melhor contribui para a qualidade da informação financeira**

Quando solicitados a elencar a característica que melhor contribui para a qualidade da informação financeira, cinco dos catorze entrevistados elegem a fiabilidade (N1, I/A8, P9, I/C13 e I/C14) e os restantes consideram que ambas as características são importantes para a qualidade da informação financeira. Todavia, neste último grupo conseguimos identificar três tendências: aqueles que defendem que nenhuma das características é melhor do que a outra (R2, SR4, I/A6, P9, P10 e I/C12); outros que tendem mais para a fiabilidade (SR3 e I/A7); e, outros ainda que tendem mais para a relevância da informação financeira (SR5 e P11).

Como argumentos principais, os que identificam a fiabilidade como a característica que melhor contribui para a qualidade da informação financeira, referem que a informação para ser relevante para a tomada de decisões tem de ser fiável e estar isenta de erros e de aspectos subjectivos.

Aqueles que não conseguem identificar qual das duas características melhor contribui para a qualidade da informação financeira, referem que ambas se complementam já que nenhuma informação será relevante se não for fiável e a fiabilidade só será útil se for relevante. Daí, ser necessário encontrar um ponto de equilíbrio e um balanceamento entre ambas, por vezes com sinal contrário, para se conseguir satisfazer as necessidades dos utilizadores. O entrevistado SR4 refere ainda que não se deve entender a fiabilidade como um valor absoluto (confundir fiabilidade com objectividade) nem a relevância deve ser reduzida à tempestividade da informação.

Já os entrevistados que, não obstante considerarem importante a relevância da informação, tendem mais para a característica da fiabilidade, entendem que, sendo esta baseada em dados mais objectivos e complementada com dados adicionais será mais vantajosa. Outros, porém, entendem que a informação relevante confere mais qualidade à informação desde que a fiabilidade esteja suficientemente assegurada.



Em síntese, não existe um consenso quanto à eleição da característica que melhor contribui para a qualidade da informação financeira, corroborando, aliás, o disposto no nosso enquadramento teórico. Constatamos ainda que 29% dos entrevistados elegeram a fiabilidade como aquela característica que melhor contribui para a qualidade da informação financeira, ao passo que nenhum referiu exclusivamente a relevância, o que contraria, de algum modo, a tendência que se vinha a verificar em termos normativos. Consideramos que esta tendência nas respostas poderá estar influenciada pelo clima de recessão económica que atinge a sociedade actual, argumento aliás muitas vezes utilizado por vários entrevistados para justificar as suas actuais opiniões sobre determinados aspectos da entrevista.

## **5.2. *Custo histórico***

### **5.2.1. Vantagens**

Quando solicitados a identificarem as principais vantagens inerentes à utilização do custo histórico, a objectividade foi, de entre as várias mencionadas, aquela que reuniu maior consenso, tendo sido referenciada pela quase totalidade dos entrevistados.

Além desta, foram ainda identificadas as seguintes vantagens:

- fiabilidade;
- facilidade na sua determinação;
- verificabilidade;
- comparabilidade (essencialmente no espaço);
- estabilidade.

Do exposto, constatamos que as vantagens apresentadas pelos entrevistados não divergem, no essencial, daquelas que fomos apresentando ao longo da dissertação, coincidindo na essência com os predicados utilizados pela doutrina contabilística, como analisámos nos anteriores capítulos, para caracterizar o custo histórico.

### **5.2.2. Desvantagens**

Relativamente às desvantagens do custo histórico, a desactualização dos valores apurados segundo esta base de mensuração, foi a mais referenciada pelos entrevistados. De salientar, contudo, a opinião dos entrevistados SR3, I/A8 e P11, que consideram que esta desvantagem pode ser minimizada através da divulgação de informação adicional.

As demais desvantagens da mensuração a custo histórico mencionadas pelos entrevistados, que não deixam de estar relacionadas com a primeira, foram:

- a falta de relevância;
- o não acompanhamento das características do mercado e, por conseguinte,
- a não representação do valor actual dos bens.

Em suma, a desactualização do valor dos elementos mensurados a custo histórico foi indicada pelos entrevistados como uma das principais desvantagens associadas a esta base de mensuração, que poderá conferir falta de relevância à informação aquando da tomada de decisões económicas. Esta e as restantes desvantagens indicadas pelos entrevistados não se distanciam das por nós referenciadas aquando do enquadramento teórico.

### **5.2.3. Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores**

A generalidade dos entrevistados considera que as vantagens e as desvantagens do custo histórico afectam de forma distinta os diferentes utilizadores da informação financeira. Apenas o entrevistado I/A8 agrupa os utilizadores em internos e externos, referindo que os primeiros necessitam de informação actualizada, enquanto que os segundos, necessitam de informação não só actualizada mas acima de tudo fiável. Os restantes entrevistados identificam vários dos utilizadores afectados com a utilização da mensuração a custo histórico, começando, regra geral, por analisar a forma como esta os afecta na categoria em que foram entrevistados.

Da análise de conteúdo das respostas, podemos constatar que:

- o investidor, tendo sido um dos utilizadores mais referenciados, é prejudicado com a utilização do custo histórico porque este não fornece uma informação suficiente para a tomada de decisões, não espelha o valor actual dos elementos das demonstrações financeiras e os riscos associados. Não obstante, o

entrevistado P9 considera que a objectividade do custo histórico é uma grande vantagem para o investidor, pois no momento em que compra sabe se faz um bom ou um mau negócio. Na mesma linha, o entrevistado P11 entende que o investidor que participa na entidade e, portanto, tem acesso a outras informações, sai beneficiado face àquele que se limita a investir e a analisar a informação que é disponibilizada.

- o preparador sai beneficiado pela objectividade do custo histórico, ao simplificar e facilitar o seu trabalho;
- a gestão sai prejudicada por não ter acesso a uma informação tão relevante, todavia, poderá beneficiar com a simplicidade da análise da informação. Por exemplo, o entrevistado P9 realça que a gestão independente poderá sentir-se defraudada uma vez que os eventuais ganhos das operações, reflexo do seu desempenho, só serão reflectidos nas demonstrações financeiras no momento da venda;
- a administração fiscal, considerada durante muito tempo como um dos principais utilizadores, sai beneficiada com a objectividade do custo histórico;
- os credores, segundo a opinião dos entrevistados R2 e SR4, saem prejudicados por este produzir informação insuficiente para a tomada de decisões, contrariamente à opinião de SR3 e I/C13 que consideram que fornece informação útil uma vez que permite saber que o património da entidade vale pelo menos aquele valor;
- os trabalhadores e accionistas maioritários não saem muito prejudicados uma vez que têm acesso a outra informação.

Em síntese, e em consonância com o que foi por nós constatado no capítulo II, a utilização do custo histórico afecta de forma distinta os diferentes utilizadores da informação financeira atendendo ao tipo de necessidade de cada utilizador. Com efeito, constata-se que a *praxis* contabilística, representada aqui pelos nossos entrevistados, coincide com a doutrina contabilística e os próprios organismos normalizadores, quando identificam os investidores como os utilizadores que mais valorizam o valor actual dos bens e, por conseguinte, mais prejudicados se sentem pela utilização do custo histórico. Por outro lado, o preparador e o estado são os mais beneficiados, dada a simplicidade e objectividade da informação, em concordância com o que, a seu tempo, foi por nós analisado.

#### **5.2.4. Adequação do critério de mensuração para a divulgação da informação financeira**

Constatámos que não existe consenso sobre a adequação do critério de mensuração do custo histórico para divulgar a informação financeira, o que, de algum modo, era por nós esperado. Com efeito, da análise das respostas obtidas a esta pergunta podemos identificar três grupos. Num primeiro, podemos incluir as respostas dos entrevistados N1, R2, SR3, SR5, I/A7 e I/C14, que não consideram o critério de mensuração a custo histórico suficiente, ou mesmo o mais adequado, para divulgar a informação financeira, porque:

- não evolui no tempo, retrata insuficientemente a realidade e não reflecte, tendencialmente, o valor dos bens; e,
- não é capaz de retratar os negócios, nem a forma de os fazer, sendo necessário um critério que contribua para uma maior transparência, actualidade e conhecimento efectivo do negócio da entidade, embora não afecte de igual modo todas as rubricas das demonstrações financeiras.

Num segundo grupo, podemos agregar as respostas dos entrevistados que fazem depender a adequação do custo histórico da combinação de activos e passivos da entidade ou das rubricas a avaliar. Neste sentido, o entrevistado SR4 considera o critério de mensuração a custo histórico muito adequado para divulgar os activos comprados e fruídos ou vendidos num contexto de continuidade e pouco influenciados pela globalização ou volatilidade dos mercados. Pelo contrário, para os activos e passivos cuja realização ou liquidação possa ser influenciada por outros critérios de valor, considera que o custo histórico já pode não ser tão adequado. Já o entrevistado I/C12 considera que o custo histórico é mais adequado para divulgar activos permanentes, do que para divulgar activos com maior liquidez. Salienta, porém, que poderá ser adequado se ocorrer a divulgação de informação adicional sobre os diferentes elementos das demonstrações financeiras.

Por fim, num terceiro grupo, podemos incorporar as respostas dos entrevistados que consideram a mensuração a custo histórico adequada para divulgar a informação financeira. Importa, todavia, destacar três tipos de respostas:

- aqueles que o consideram completamente adequado e até mesmo o critério de base: é o caso dos entrevistados P9 e I/A8, que defendem que, quando muito, se poder-se-á exigir informação complementar. O entrevistado I/A8 admite, contudo,

pedir informação exclusiva a outro critério que não o custo histórico, quando este não for suficientemente conhecido;

- os que consideram a mensuração a custo histórico adequada se fornecer informação adicional: é o caso dos entrevistados I/A6 e P10; e,
- por fim, aqueles que consideram a mensuração a custo histórico adequada face à actual envolvente de crise financeira: é o caso do entrevistado I/C13, pois entende ser um critério mais prudente; e do entrevistado P11, que refere que anteriormente à crise tinha uma opinião contrária.

Em suma, a adequação do critério de mensuração do custo histórico para a divulgação da informação financeira não é consensual, dividindo-se as opiniões entre aqueles que o consideram completamente adequado, outros que o consideram adequado para alguns elementos, e outros ainda que o consideram inadequado ou insuficiente. Esta diversidade de opiniões pode ser explicada, eventualmente, pelas necessidades específicas de cada utilizador e pelo tipo de decisão que cada um tem de tomar, corroborando a ausência de consenso por nós constatada aquando do enquadramento teórico.

### **5.2.5. Razões que podem levar à mudança para outros critérios de mensuração**

Quando solicitados a manifestar opinião acerca das razões subjacentes à mudança para outros critérios de mensuração, várias foram as considerações apresentadas pelos entrevistados, que podem ser assim resumidas:

- insuficiências de relato, face à crescente necessidade de se conhecer o negócio a cada momento, e de se obter informação mais relevante e actualizada para a tomada de decisões;
- alteração da teoria dominante na preparação da informação financeira, motivada pelo crescente financiamento das economias dominantes junto dos mercados financeiros, passando a Contabilidade a estar influenciada pelas exigências do mercado financeiro às quais pretende dar resposta, socorrendo-se de outras bases de mensuração;
- volatilidade dos mercados, não reflectida pelo custo histórico;

- inflação e falta de correlação entre os valores contabilísticos e os valores de mercado; e,
- razões de oportunidade e oportunismo.

Não obstante as opiniões apresentadas, o entrevistado SR4 refere que o custo histórico será suficiente para mensurar os diversos elementos das demonstrações financeiras para aqueles utilizadores cujos interesses não sejam afectados pelas bolsas de valores.

Do exposto, podemos concluir que segundo a opinião dos entrevistados, existem várias razões que podem justificar a mudança para outras bases de mensuração. Essas razões encontram-se relacionadas, em grande medida, com as limitações inerentes à utilização da base de mensuração do custo histórico. E, tal como demos conta ao longo do nosso trabalho, existe uma forte influência da envolvente nas necessidades dos utilizadores e, por conseguinte, na selecção dos critérios de mensuração.

### **5.2.6. Aplicação da mudança a todos os elementos das demonstrações financeiras**

Da análise do conteúdo das respostas dos entrevistados acerca da aplicação da mudança (abandono do custo histórico e adopção de outra base de mensuração) a todos os elementos das demonstrações financeiras, podemos constatar que nenhum deles é a favor da mudança sem qualquer restrição.

Os entrevistados I/A6 e I/A7, não respondendo directamente à questão, referiram que o ideal será uma só base de mensuração para todos os elementos, não obstante, salientarem que é uma posição pouco pacífica.

Os entrevistados N1, P9 e I/C13 referem que há situações em que se deve manter o custo histórico, essencialmente quando não existe um mercado activo.

Já os entrevistados R2, SR3, P11 e I/C12 referem que se deve atender à forma como se desenvolvem os negócios e à relevância e características dos elementos. Se a forma de desenvolver o negócio depender do comportamento dos elementos, são favoráveis à mudança. Para outros elementos, que geram benefícios económicos pelo uso, com carácter de longo prazo, poder-se-á ponderar a manutenção do custo histórico.

Para o entrevistado SR4 o ideal será evitar utilizar regras de mensuração significativamente diferentes, obtendo-se, desta forma, informação razoavelmente homogénea para activos e passivos que constituam o *core business* da entidade.

Por sua vez o entrevistado SR5 considera que a mudança para outros critérios de mensuração, nomeadamente o justo valor, deve restringir-se aos elementos que actualmente estão previstos. Opinião mais restritiva é a do entrevistado P10 que defende que a mudança apenas se deve aplicar aos elementos que apresentem muita volatilidade de preços.

Opinião discordante foi a manifestada pelo entrevistado I/A8 que não apoia a mudança em termos globais, independentemente da classe de elementos patrimoniais em causa. Porém, sendo consciente que a Contabilidade deve informar sobre valores actuais, defende um alargamento do modelo contabilístico, cujo relato deve assentar no custo histórico e ser complementado pela divulgação das alterações de valor. Desta forma, refere que o Balanço deve apresentar três (ou quatro) colunas, tanto no activo como no passivo: custo histórico, alterações (para mais/para menos) e valor líquido.

Em suma, verificamos que não existe uma solução única, e várias são as razões identificadas pelos entrevistados que os levam, ou não, a defender a mudança a todos os elementos das demonstrações financeiras. A existência, ou não, de um mercado activo, a forma como os negócios se desenvolvem bem como as características dos elementos são algumas das razões a ter em consideração.

### **5.2.7. Aplicação da mudança a todo o tipo de empresas**

Quando solicitados a manifestar opinião acerca da aplicação da mudança (abandono do custo histórico e adopção de outra base de mensuração) várias foram as considerações tecidas a esse respeito. Alguns dos entrevistados (N1, P11, I/C12 e I/C13) entendem que a aplicação da mudança deve atender à dimensão da empresa, e, desta forma, apenas se deve aplicar às grandes empresas, por exemplo, da área financeira e seguradoras, vocacionadas ou que actuem no mercado bolsista.

Outros, porém, não obstante concordarem que a mudança não se deve aplicar a todo o tipo de empresas, entendem que deve atender-se, não à dimensão, mas antes ao sector de actividade a que pertencem. É o caso do entrevistado I/C14. No mesmo sentido, o

entrevistado R2 defende que a bem da comparabilidade regional e sectorial, seria desejável aplicar a mudança a todas as empresas, independentemente de terem ou não valores cotados. Admite, contudo, que para alguns negócios possa existir simplificação e ajustes da informação às necessidades dos principais utilizadores.

O entrevistado P9 considera que a mudança deve aplicar-se especialmente às empresas que possuem uma gestão profissional, tendo estas de justificar o porquê da mudança. Defende, para tal, a criação de mecanismos mais apertados de regulação e supervisão.

Outros entrevistados (SR3, SR4, SR5, I/A7, I/A8 e P10) consideram ainda que a mudança, a existir, deverá aplicar-se a todo o tipo de empresas. Destacamos o entrevistado SR3 que refere que o corpo doutrinário terá de ser o mesmo, embora admita que possa ser simplificado em alguns aspectos. Na mesma linha, o entrevistado SR4 sublinha que a mudança não é um problema de dimensão mas de tipicidade de activos e passivos, e acrescenta que o referencial contabilístico a adoptar, apesar de poder combinar diferentes bases de mensuração, deverá ser único e aplicável a todas as empresas.

Para o entrevistado I/A6 a aplicação da mudança a todo o tipo de empresas dependerá da necessidade dos principais utilizadores (nomeadamente, os investidores).

Em síntese, podemos concluir que a maioria dos entrevistados considera que a mudança não deve ser generalizada, mas antes diferenciada em função de diversos factores, concretamente a dimensão da empresa, o sector de actividade a que pertence, o tipo de gestão, a tipicidade de activos e passivos e a necessidade dos principais utilizadores. A diversidade de opiniões vem reforçar que esta é uma temática muito sensível, para a qual ainda não é fácil chegar a um consenso.

### ***5.3. Surgimento do justo valor e sua determinação***

#### **5.3.1. O princípio da prudência como um primeiro passo na aplicação do justo valor**

Mais uma vez se verifica a falta de consenso na opinião dos entrevistados quanto à presente questão.



Dos catorze entrevistados, seis (N1, SR3, I/A7, P11, I/C13 e I/C14) referem que o princípio da prudência pode ser entendido como um primeiro passo na aplicação do justo valor, porquanto implica uma abordagem do justo valor em sentido descendente. Para o entrevistado P11 o princípio da prudência veio, em seu entender, travar o avanço mais rápido para o justo valor.

Por sua vez, o entrevistado I/C14 salienta que o princípio da prudência é um factor crítico de sucesso na aplicação do justo valor.

Os restantes entrevistados (R2, SR4, SR5, I/A6, I/A8, P9, P10 e I/C12) não consideram que o princípio da prudência seja o primeiro passo na aplicação do justo valor, pois, e de acordo com o entrevistado I/A8, o princípio da prudência surgiu, em grande medida, para salvaguardar o interesse dos credores. Os demais argumentos apresentados e quanto a esta posição, são os que a seguir sistematizamos:

- a prudência nunca significou completa certeza, pelo que a aplicação do justo valor contraria a prudência;
- os entrevistados SR4, I/A6 e P10 consideram que o próprio justo valor, enquanto critério de mensuração subsequente, colide muitas vezes com o princípio da prudência, uma vez que este apenas permite reconhecer custos potenciais e não ganhos não realizados. O entrevistado P10 acrescenta que o justo valor só é prudente quando corrige o valor para baixo, pois o inverso a ocorrer já é, no seu entender, contra-prudente. O entrevistado I/A6 considera ainda exagerado quando se diz que o princípio da prudência é o grande obstáculo a que as demonstrações financeiras sejam relevantes.
- não foi a prudência que contribuiu para a actual relevância do justo valor, uma vez que aquela terá de existir aquando da valorização de qualquer elemento do activo e do passivo;
- o princípio da prudência terá de existir num ambiente tanto de custo histórico como de justo valor;
- a actual crise financeira pesa na opinião do entrevistado I/C12 e, nessa medida, considera que o justo valor não está associado à prudência.

Do exposto, denota-se uma divisão de opiniões acerca da relação entre o princípio da prudência e a aplicação do justo valor, em que a maioria dos entrevistados considera que o

princípio da prudência é um primeiro passo para a aplicação do justo valor, existindo outros que não encontram sequer relação entre aqueles conceitos.

### **5.3.2. Razões, factos ou situações que levaram ao seu surgimento**

No que respeita a esta questão, várias foram as razões e factos, mencionados pelos entrevistados, quanto à génese do seu aparecimento, as quais podem ser assim sintetizadas:

- a inflação que persistiu na Europa e nos EUA durante um período de tempo prolongado, que tirou relevância à informação, e a necessidade de informação relevante para auxiliar a tomada de decisões económicas mais conscientes;
- o paradigma utilitarista, patente nos mercados financeiros;
- a não aderência da informação divulgada à realidade e a tentativa que as demonstrações financeiras espelhassem o real valor dos activos de forma a diminuir o *gap* entre o valor fornecido pelo sistema contabilístico e o valor de mercado;
- a necessidade de relato das empresas com valores cotados;
- a necessidade dos mercados financeiros e dos accionistas saberem o actual valor da empresa com uma periodicidade maior;
- a oportunidade ou oportunismo das administrações remuneradas em função dos resultados.

Em suma, podemos concluir que as razões elencadas pelos entrevistados, embora diversas, têm em comum o facto de estarem intimamente relacionadas com a envolvente económica, surgindo o justo valor como forma de dar resposta às necessidades dos utilizadores da informação. Esta constatação está em consonância com a abordagem que efectuámos anteriormente, aquando da evolução da incorporação do justo valor nos normativos contabilísticos, a qual caminhou sempre em paralelo com a evolução da própria envolvente.

### **5.3.3. Vantagens**

De entre as vantagens identificadas pelos entrevistados relativamente à utilização da base de mensuração a justo valor, destaca-se aquela que foi referenciada pela maioria dos entrevistados – capacidade de fornecer informação mais actualizada e relevante para a tomada de decisões económicas. O justo valor contribui em toda a sua plenitude para essa tomada de decisões e concorre para uma maior transparência e actualidade da informação e denota-se um conhecimento efectivo das necessidades do investidor.

As demais vantagens referidas podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- maior aproximação à realidade, ao valor real dos bens, permitindo acompanhar as características e evolução do mercado;
- facilidade e fiabilidade de determinação quando existem mercados activos para os diferentes activos e passivos da entidade;
- melhor percepção do valor, facilitando uma mais rápida tomada de decisões de gestão, e contribuindo para o crescimento do mercado de aquisições e fusões.

Uma outra vantagem referenciada pelo entrevistado R2, e considerada por muitos como desvantagem, é a subjectividade do justo valor, que considera ser só aparente uma vez que ela tem de ser evidenciada, demonstrada. O entrevistado P9 particulariza ainda uma outra vantagem inerente à utilização do justo valor associada aos activos com liquidez, por permitir evitar que se façam operações simultâneas de compra e venda só para reconhecer o resultado nas contas..

Denota-se, do exposto, que a relevância da informação produzida tendo por base de mensuração o justo valor tende a aumentar, essencialmente, quando existe um mercado activo. A própria subjectividade que por vezes está inerente à determinação do justo valor pode também ela ser encarada como uma vantagem, uma vez que obriga à divulgação de informação adicional que justifique o valor apurado. As vantagens identificadas pelos entrevistadores aproximam-se, na generalidade, às por nós referenciadas aquando do enquadramento teórico, sendo quase coincidentes com as desvantagens atribuídas ao custo histórico, anteriormente analisadas.

### **5.3.4. Desvantagens**

Relativamente às desvantagens da utilização da mensuração a justo valor referidas pelos entrevistados, a dificuldade de determinação na inexistência de mercados activos, frequente para a maioria dos activos e passivos, aliada à grande subjectividade inerente à sua determinação, podendo dar lugar à manipulação, foram duas das mais referenciadas.

Além destas, foram ainda indicadas pelos entrevistados outras desvantagens associadas à utilização do justo valor, designadamente:

- volatilidade, associada aos instrumentos financeiros, e as diferenças por ela geradas;
- susceptibilidade de má utilização, não obstante também poder acontecer com as outras bases de mensuração;
- falta de fiabilidade dos valores, nomeadamente, quando assentam em estimativas;
- excessiva focalização no investidor;
- reconhecimento de ganhos e perdas não realizados;
- onerosidade de cálculo/determinação;
- ausência de uma interacção social resultando, por vezes, de uma apreciação da situação porque alguém assim o entendeu;
- remuneração de certos quadros superiores, quando dependentes do valor da empresa.

### **5.3.5. Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores**

Quando solicitados a manifestar opinião sobre a forma como as vantagens e desvantagens do justo valor afectam os diferentes utilizadores, a generalidade dos entrevistados considera que afectam mais uns do que outros. Contudo, posições diferentes têm os entrevistados I/A8 e I/C12. Enquanto que este último considera que as vantagens e desvantagens do justo valor afectam de igual modo todos os utilizadores, o primeiro (I/A8) entende que sendo o justo valor dirigido ao mercado de capitais ele prejudica todos os utilizadores sem excepção.

Os restantes entrevistados aludem a forma como os diferentes utilizadores são afectados pela utilização do justo valor, dois quais destacamos os dois utilizadores mais referenciados:

- o investidor, que sai privilegiado uma vez que tem uma informação mais actualizada. Contudo, o entrevistado I/C13 entende que o pequeno investidor fica desguarnecido pois terá mais dificuldade em analisar essa informação; e,
- o gestor, que também é beneficiado, pois o conhecimento dos riscos de aplicação do justo valor num determinado investimento ajudá-lo-á a ponderar se avança ou não com o mesmo.

Outros utilizadores indicados, mas não tão referenciados, foram, resumidamente, os seguintes:

- o preparador: pode ter problemas aquando da determinação do justo valor. Porém, o entrevistado P11 considera que o preparador sai beneficiado porque conhece os pressupostos que estão na base da determinação do justo valor;
- os credores: enquanto o entrevistado SR3 entende que a informação a justo valor não é tão benéfica para os credores, o entrevistado I/C14, pelo contrário, considera que aqueles saem beneficiados;
- a administração fiscal: poderá sair prejudicada com a utilização do justo valor.

De salientar que o entrevistado R2 entende que o justo valor privilegiará todos os utilizadores que actualmente não têm acesso a essa informação e apenas prejudica aqueles que o vêem como ameaça, por não quererem revelar tanta informação. Já o entrevistado SR4 considera que a utilização do justo valor para os utilizadores da informação financeira das pequenas entidades é inócuo.

Em suma, as vantagens e desvantagens associadas à utilização do justo valor afectam de formas distintas os diferentes utilizadores. Se, por um lado, permite o acesso a informação útil à tomada de decisão, que até então poderia estar privada a alguns utilizadores, por outro, também poderá dificultar a sua análise, caso não estejam divulgados claramente os pressupostos que estiveram na base para a sua determinação. Esta evidência vem reforçar o nosso entendimento, frisado no enquadramento teórico do nosso trabalho, de que a bondade do justo valor está muito dependente das necessidades dos utilizadores preferenciais da informação financeira.

### **5.3.6. Adequação da opção dos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto**

Relativamente a esta questão a generalidade dos entrevistados<sup>117</sup> considera adequada a opção preconizada pelos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto.

Porém, e contrariamente à maioria, o entrevistado I/A8 apresenta uma opinião divergente, pois não considera aquela opção adequada, nomeadamente, para as propriedades de investimento (dada a subjectividade de determinação do justo valor) e para os derivados (em que o comprador e o vendedor têm diferentes visões do justo valor).

De entre os que consideram ser uma opção adequada, destacamos a resposta do entrevistado R2 quando refere ser uma área cada vez mais enfatizada e que afecta o desempenho das entidades, uma vez que considera que a forma como os utilizadores avaliam o negócio depende da aplicação concreta do justo valor. O entrevistado N1 refere, ainda, que devem existir critérios definidos para auxiliar a determinação do justo valor, caso contrário, deverá manter-se o custo histórico. Na mesma linha, o entrevistado SR5 entende que o alargamento do justo valor a outros elementos torna mais subjectiva a sua aplicação, e acrescenta que as normas internacionais deveriam evoluir no sentido de obrigar todas as entidades que cumpram determinados requisitos a adoptar o justo valor, pois entende que a opção preconizada pelos organismos normalizadores não faz sentido. Já o entrevistado I/C12 considera que em algumas rubricas o justo valor é discutível e equaciona se não se está a ir mais além do que o desejável. O entrevistado I/C13 acrescenta que se verifica actualmente um recuo por parte dos organismos normalizadores na aplicação do justo valor, pois pondera-se a manutenção (ou não) do justo valor para alguns elementos. Também o entrevistado P9 considera que tem existido, e continuará a existir, alguma prudência na adopção do justo valor, e, desta forma, entende que não se avançará com o justo valor tão rapidamente como se pensava a alguns anos atrás.

Em síntese, embora a generalidade dos entrevistados entenda que a opção dos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações

---

<sup>117</sup> O entrevistado I/A6 não respondeu directamente à questão.

financeiras seja adequada, esta opção não está isenta de críticas. Por outro lado, da análise das respostas podemos verificar uma certa tendência para uma não progressão na utilização do justo valor a outros elementos para além dos actualmente previstos nos normativos, eventualmente dado o ambiente de desconfiança que se vive nos dias de hoje, fruto da recente crise económica de nível mundial.

### **5.3.7. Opinião sobre a forma de cálculo preconizado nas normas internacionais**

Da análise do conteúdo das entrevistas constatamos que existem opiniões divergentes relativamente à forma de cálculo do justo valor preconizado nas normas internacionais. Aliás, e como refere o entrevistado SR4, este problema só se coloca quando não existe um mercado activo.

A generalidade dos entrevistados consideram que a forma de cálculo do justo valor é tratada de forma razoável pelas normas internacionais, para as diferentes rubricas em que ele é aplicável. Não obstante, destacamos o entrevistado P10 que acrescenta que as empresas deveriam divulgar *cash flows* adicionais actualizados, bem como as técnicas de actualização utilizadas, de modo a poder comparar-se o valor do mercado com os *cash flows* actualizados, e as diferenças serem adequadamente justificadas. O entrevistado P11 embora considere a forma de cálculo mais ou menos ajustada e concorde com os modelos de avaliação, salienta que quando o justo valor assenta em juízos e estimativas faz com que a sua validação, por vezes, seja difícil.

Contrariamente a estes, os entrevistados I/A7 e I/C12 consideram que a forma de cálculo do justo valor preconizada nas normas é muito subjectiva, por vezes de difícil compreensão e pode dar origem a várias interpretações. Na mesma linha, o entrevistado I/A6 considera que quando não existe mercado activo, o que acontece na generalidade dos casos, os modelos teóricos de mensuração propostos pelas normas são pouco utilizados, por serem complexos.

Por sua vez, o entrevistado P9 refere que o facto do justo valor assentar essencialmente em modelos de avaliação, estes podem ser bons num contexto e maus em outros, e como tal, apresentam um reduzido grau de fiabilidade. Refere ainda que no actual contexto de crise,

os modelos aplicados ao longo de muitos anos perderam completamente todo o seu significado.

Por fim, o entrevistado R2 considera que as metodologias de avaliação do justo valor têm vindo a evoluir cautelosamente para assegurar uma aplicação consistente e defende que existem julgamentos que têm de ser responsabilmente assumidos e adequadamente divulgados.

Em suma, são várias as críticas apontadas à forma de cálculo do justo valor, nomeadamente a complexidade e subjectividade inerentes sempre que não existe um mercado activo. Esta evidência não é surpreendente, porquanto, para além de já ter sido por nós anteriormente discutida, são também duas das desvantagens, identificadas pelos próprios entrevistados, do justo valor enquanto base de mensuração.

### **5.3.8. Necessidade de maior discriminação na forma de cálculo**

Quando questionados sobre a necessidade (ou não) de maior discriminação na forma de cálculo do justo valor, os entrevistados não tiveram respostas consonantes. O entrevistado N1 considera suficientes as orientações preconizadas nas normas internacionais para determinar o justo valor na ausência de um mercado activo. Já o entrevistado I/A8 entende que a discriminação existente é excessiva, traz custos adicionais para a empresa e, por vezes, pouco informa.

Os restantes entrevistados, apesar de defenderem uma maior discriminação na forma de cálculo do justo valor, são conscientes das dificuldades associadas a esse processo. Dos diferentes argumentos apresentados, destacamos os que se seguem. O entrevistado R2 refere que as orientações necessárias para ajudar a balizar o julgamento não passa exclusivamente pela elaboração de regras, mas sim pela responsabilização dos órgãos de gestão encarregues da prestação de contas. Já o entrevistado I/A7 sugere a existência, a nível nacional ou europeu, de um trabalho conjunto entre os organismos normalizadores e as associações representativas dos diferentes sectores de actividade, tendo em vista a criação de regras que ajudem a balizar os julgamentos de justo valor e auxiliem no seu cálculo. Na mesma linha, o entrevistado P10 defende a uniformização dos métodos de cálculo do justo valor a utilizar pelas empresas do mesmo sector nas diversas situações.



O entrevistado I/A6 refere ainda que, mais do que criar modelos complicados de cálculo do justo valor que produzem informação complexa, o importante será divulgar informação adicional, uma vez que, e segundo o entrevistado P9, a informação demasiado complexa perde objectividade e, consequentemente, relevância.

Do exposto, denota-se que a generalidade dos entrevistados defende a existência de uma maior discriminação da forma de cálculo do justo valor quando não existe um mercado activo. Essa discriminação pode passar, não só por divulgações adicionais de informação ou pelo estabelecimento de regras entre os diferentes organismos normalizadores e os diferentes sectores de actividade, que ajudem a balizar os julgamentos aquando da determinação do justo valor, mas também pela responsabilização dos órgãos de gestão responsáveis pela prestação de contas.

### **5.3.9. Influência da forma de cálculo nas características qualitativas da informação financeira**

Quando solicitados a manifestar opinião acerca do impacto da forma de cálculo do justo valor nas características qualitativas da informação financeira, constatámos que todos os entrevistados consideram que a mesma não é inócua e influencia, de uma forma geral, todas, ou quase todas, as suas características, embora a percepção dos entrevistados seja distinta.. Destacamos, seguidamente, os principais argumentos referidos, em função das correspondentes características qualitativas influenciadas.

Enquanto que os entrevistados N1 e SR5 consideram que a forma de cálculo do justo valor faz aumentar a fiabilidade da informação financeira, os entrevistados SR4, I/A7, I/A8, P9 e P10 consideram que ela diminui, essencialmente quando não existe mercado activo, uma vez que não existindo parâmetros comprováveis, falta objectividade e, consequentemente, aumenta a subjectividade, com eventual distorção no cálculo do justo valor.

Relativamente à relevância, os entrevistados N1 e SR5 entendem que ela aumenta, não obstante os entrevistados SR4, P11 e I/C13 considerarem que aquela diminui, pois se a forma de cálculo do justo valor não for fiável, dificilmente o valor apurado produzirá informação relevante.

Quanto à comparabilidade da informação financeira, a generalidade dos entrevistados que a referenciou consideram que esta será diminuída. Destacamos as opiniões do entrevistado

SR4, que exemplifica essa situação com a modificação da forma de cálculo do justo valor entre diferentes períodos ou até entre empresas, e do entrevistado SR5, que considera que a comparabilidade da informação é, essencialmente, diminuída no primeiro ano de aplicação.

No que respeita à compreensibilidade, não existem grandes divergências nos argumentos apresentados pelos entrevistados. Destacamos a opinião do entrevistado SR4 que refere que quanto mais complexa for a forma de determinação do justo valor, menos compreensível será a informação produzida, o que afectará transversalmente as demais características da informação financeira. Essa complexidade obriga, na opinião do entrevistado P10, a um maior conhecimento e acesso à informação.

O cálculo inadequado e a ausência de divulgação apropriada dos pressupostos inerentes à determinação do justo valor, afectam, de acordo com o entrevistado R2, negativamente a qualidade da informação financeira produzida.

Em suma, a forma de cálculo do justo valor tem impactos nas características qualitativas da informação financeira. A qualidade da informação financeira será tanto maior quanto mais objectiva for a forma de cálculo do justo valor e menor se se utilizarem modelos ou técnicas de avaliação subjectivos. Porém, o decréscimo na qualidade da informação poderá ser travado através da divulgação dos pressupostos que estiveram na base da sua determinação.

## ***5.4. Evolução na utilização do justo valor***

### **5.4.1. Tendência futura na utilização do justo valor**

Se há algum tempo atrás se poderia admitir estar a caminhar-se em direcção ao *full fair value*, não é este o caminho percepcionado pelos entrevistados quando solicitados a manifestarem opinião sobre qual a tendência futura na utilização do justo valor. Com efeito, todos os entrevistados foram unânimes em considerar que não se caminhará para o *full fair value*. Como expressa aliás o entrevistado R2, chegar ao *full fair value* talvez seja uma utopia.

Da análise do conteúdo das entrevistas, conseguimos inferir alguns cenários possíveis. Um primeiro, apresentado por N1, é de que a utilização do justo valor manter-se-á sem grandes

alterações. Um outro cenário é de que se caminhará para um modelo de justo valor dominante (e.g. SR4 e I/A7).

Um terceiro cenário é apresentado por aqueles (e.g. P10 e I/C13) que, em consequência de uma maior regulamentação na aplicação do justo valor, consideram que a utilização do justo valor poderá sofrer pequenos recuos. Um cenário mais ousado é o proposto pelo entrevistado I/A8, que admite um regresso às origens, com indicações dos valores históricos e de algumas diferenças. Este entrevistado particulariza mesmo algumas situações da forma como percebe que o relato financeiro irá decorrer no futuro, conforme se pode constatar na grelha de análise de conteúdos (Anexo 5). Também o entrevistado I/A6 é de opinião que o custo histórico não deixará de ser contemplado nas demonstrações financeiras, pois entende que as demonstrações financeiras devem ser mais fluidas e simples de analisar por todos os utilizadores.

Do exposto, denota-se que face à actual envolvente não é expectável que se caminhe para um cenário de *full fair value*. Contudo, o justo valor vai continuar a ter um papel de relevo no relato financeiro, não se prevendo grandes recuos na sua utilização, não obstante a especulação e polémica actualmente existente sobre esta temática, agravada pela actual crise económica.

#### **5.4.2. Opinião sobre essa tendência**

Da análise de conteúdo das entrevistas, verifica-se uma total concordância entre a percepção que os entrevistados têm acerca da tendência do desenvolvimento futuro na utilização do justo valor e a opinião destes sobre essa mesma tendência. Ou seja, não é para eles expectável caminhar-se na direcção do *full fair value*, cenário com que aliás concordam e apresentam alguns argumentos, dos quais destacamos aqueles que consideramos ser mais pertinentes.

O entrevistado N1 entende que se deva fazer um compasso de espera, uma avaliação à forma como se determina e utiliza actualmente o justo valor. No mesmo sentido, o entrevistado SR3 refere que a experiência adquirida vai permitir ajustar algumas normas, para que estas se tornem mais perceptíveis e exequíveis.

O entrevistado SR4 concorda que não se caminhe para o *full fair value*, considerando mesmo que para muitos negócios o justo valor não será, necessariamente, a forma mais

adequada para mensurar os elementos das suas demonstrações financeiras. Porém, não crê que se volte, por completo, ao modelo do custo histórico.

Já o entrevistado SR5 defende que se deva eliminar as opções da aplicação do justo valor actualmente preconizadas nas normas internacionais, enquanto que o entrevistado P10 entende que se deva balizar mais a sua utilização. Por sua vez o entrevistado I/C14 considera que a opção do justo valor pelos organismos internacionais foi precipitada e acredita que vai ser dado um passo atrás na utilização do mesmo.

A concordância dos entrevistados relativamente à utilização do justo valor apenas para certos elementos, tal como é actualmente preconizado nas normas contabilísticas, não se devendo caminhar para o *full fair value*, vem confirmar as conclusões a que chegámos anteriormente, aquando da análise das respostas à questão 5.3.6., pelo que já era, de algum modo, por nós expectável a tendência nas respostas à questão ora analisada.

### **5.4.3. Impacto do *full fair value* na qualidade da informação financeira**

Quando solicitados a manifestar opinião sobre o impacto do hipotético cenário do *full fair value* na qualidade da informação financeira constatámos que as respostas dos entrevistados não são consensuais. Enquanto uns recusam-se a admitir esse cenário, outros entendem que a qualidade da informação seria afectada, sendo que a maioria considera que a qualidade iria ser tendencialmente inferior.

Por exemplo, o entrevistado R2 considera utópico esse cenário, mas a verificar-se, teriam de se criar mecanismos que assegurassem a qualidade da informação financeira. Já o entrevistado N1 entende que a utilização do *full fair value* teria um impacto positivo na qualidade da informação, porquanto traduziria melhor a realidade.

Os demais entrevistados, exceptuando os entrevistados I/A8 e I/C13 (que não admitem esse cenário), consideram que não ocorreria um aumento na qualidade da informação utilizando-se o *full fair value*. Destacamos, de seguida, alguns dos argumentos apresentados pelos entrevistados. Para o entrevistado SR5 o impacto seria reduzido pois considera que já são poucas as rubricas que não se encontram nas demonstrações financeiras a justo valor. O entrevistado P9 considera que a credibilidade da informação seria colocada em causa. Já o entrevistado I/A6 considera que existiria um maior ou menor

impacto dependendo se a informação financeira fosse ou não auditada. No mesmo sentido, os entrevistados I/A7 e P10 referem que se existissem regras bem definidas na determinação desse justo valor, por exemplo, um mercado activo, a qualidade seria maior; ao invés, se esse cálculo fosse subjectivo, a qualidade tenderia a diminuir.

Em síntese, apesar do *full fair value* ser considerado um cenário utópico, a existir, a sua utilização iria ter impactos na qualidade da informação financeira. Tendencialmente esses impactos seriam negativos, a não ser que se criassem mecanismos que ajudassem a garantir a qualidade na determinação do justo valor, conferindo, desta forma, qualidade à informação financeira.

#### **5.4.4. Tratamento das diferenças de justo valor pelos organismos normalizadores**

O tratamento contabilístico das diferenças de justo valor pode actualmente assumir dois tratamentos distintos: ser reflectidos directamente nos resultados ou afectar os capitais próprios numa rubrica diferente da de resultados. Da análise de conteúdo das entrevistas infere-se que para a generalidade dos entrevistados a problemática desta questão coloca-se ao nível dos resultados distribuíveis e não distribuíveis. Vários são os entrevistados (SR4, P11, I/C12 e I/C13) que consideram o tratamento preconizado pelos organismos normalizadores adequado. Destacamos o entrevistado I/C12, que refere que tendo o resultado líquido do período muita visibilidade para os utilizadores tomarem decisões, é importante distinguir qual é a parte do resultado que está realizada daquela que não se encontra realizada. Outros, porém, apresentam uma opinião contrária. É o caso dos entrevistados I/A6 e I/A7 que não consideram adequado o reconhecimento dessas diferenças de justo valor no resultado, pois, como refere o entrevistado I/A6, as questões de valorimetria farão pouco sentido na formação do resultado. Os entrevistados N1 e SR5 consideram que essas diferenças deverão afectar os resultados e ser tidas em consideração aquando da sua distribuição. Contrariamente a estes, o entrevistado I/C14 defende que as diferenças de justo valor não devem afectar resultados mas o capital próprio.

O entrevistado P9 considera que o tratamento contabilístico a dar às diferenças de justo valor apuradas num mercado activo devem ser reflectidas nos resultados podendo, na sua opinião ser distribuível. Já as diferenças apuradas fora desse mercado devem ser reflectidas

no capital próprio e não ser susceptível de distribuição. Para o entrevistado P10 as diferenças de justo valor relacionadas com o desempenho operacional da entidade devem afectar resultados e as demais afectar os capitais próprios.

Para o entrevistado I/A8, mais do que o tratamento contabilístico das diferenças de justo valor considera importante que aquelas diferenças, bem como qualquer outro ajustamento, sejam devidamente explicados aos diferentes utilizadores da informação financeira.

Em suma, a análise das respostas a esta questão é bem elucidativa quanto à polémica em torno da problemática do tratamento das diferenças de justo valor, dividindo-se as opiniões entre a sua afectação a resultados (todas as diferenças ou só algumas em certas circunstâncias), e a afectação a capitais próprios que não resultados.

#### **5.4.5. A aplicação do justo valor e a existência de mecanismos de *enforcement***

Quando solicitados a manifestar opinião sobre se a aplicação do justo valor poderia ser melhorada com a existência de mecanismos de *enforcement*, a generalidade dos entrevistados entende que a existência daqueles mecanismos auxilia a aplicação do justo valor.

Destacamos os entrevistados R2 e I/A8, para quem a melhor forma de *enforcement* passa, num primeiro momento, pela responsabilização da gestão, defendendo ainda o entrevistado R2 que a partir de certa dimensão da entidade, poderão existir autoridades de supervisão dado o interesse público que está em causa. Os entrevistados N1, I/A6 e I/A7 defendem a existência não só de mecanismos internos (da responsabilidade da gestão) mas também de mecanismos externos independentes (como sejam, a administração pública, os revisores e os auditores). O entrevistado SR4 vai mais longe ao acrescentar que, independentemente da existência ou não de justo valor, devem existir mecanismos de *enforcement* assegurados por autoridades públicas e um alargamento do modelo de auditoria, de segundo nível e de revisão limitada, extensível a pequenas e médias entidades. O entrevistado P9 defende a existência de mecanismos, obrigatoriamente externos.

Ao invés, os entrevistados SR3, I/C13 e I/C14 consideram que aqueles mecanismos não virão ajudar a melhorar a aplicação do justo valor pois, a existirem, teriam de ser feitos por pessoas internas à entidade, logo não independentes.

Por fim, o entrevistado P11 considera que o valor acrescentado na utilização desses mecanismos de *enforcement* seria nulo, uma vez que as entidades que aplicam o justo valor têm, regra geral, as demonstrações financeiras auditadas. Defende, por isso, que caberá a cada entidade definir os seus próprios mecanismos para aplicar adequadamente o justo valor.

Em síntese, para a generalidade dos entrevistados deverão existir mecanismos de *enforcement* para permitir uma melhor aplicação do justo valor. Esses mecanismos, tendencialmente, deverão ser independentes à empresa (auditores, revisores, administração pública). Importa, porém, não menosprezar o papel primordial da gestão, que deverá ser responsabilizada para assegurar a transparência dos julgamentos efectuados relativos ao justo valor.

#### **5.4.6. A adopção do justo valor garante a neutralidade da informação**

Da análise de conteúdo das entrevistas, denota-se que a percepção dos entrevistados acerca da neutralidade da informação proporcionada pelo justo valor não é coincidente.

À excepção do entrevistado N1, todos os demais consideram que a adopção do justo valor não garante a neutralidade da informação. Contudo, os argumentos apresentados são distintos.

Para o entrevistado R2 a informação, por definição, nunca é neutra porque influencia sempre a tomada de decisão. No mesmo sentido, encontram-se as opiniões dos entrevistados P9, P10, P11, I/C12, I/C13 e I/C14 que defendem que a informação a justo valor privilegia uns utilizadores em detrimento de outros.

Os entrevistados SR4 e I/A7 defendem que a neutralidade da informação só seria garantida se o justo valor fosse determinado em mercados activos, regulamentados e credíveis. Já o entrevistado SR5 entende que se fossem feitas divulgações adequadas, o justo valor poderia fornecer uma informação mais neutra do que, por exemplo, a informação a custo histórico. Isto porque, se fosse utilizado o custo histórico, a diferença deste para o justo valor era pertença de um grupo restrito de utilizadores, não estando garantida dessa forma a neutralidade.

Por fim, o entrevistado I/A6 considera que a informação a justo valor propicia o conflito de interesses entre os utilizadores.

Em suma, sendo a neutralidade um atributo associado à fiabilidade da informação financeira, como anteriormente verificamos, se a forma de determinação do justo valor não for fiável, a neutralidade não está assegurada. É então importante, e necessário, assegurar a neutralidade no momento de produzir a informação, não obstante na fase da formulação dos princípios basilares, inerentes à adopção da base de mensuração a justo valor, existir uma certa dose de escolha (por exemplo, dos destinatários).

#### **5.4.7. Opinião sobre a abordagem do justo valor na proposta do novo SNC**

Quando solicitados a manifestar opinião acerca da abordagem dada ao justo valor na proposta do novo SNC (que à data ainda não tinha sido aprovado), parte dos entrevistados (N1, R2, SR3, SR4, SR5, P10, P11) considera-a adequada. Resultando o SNC de uma adaptação das IAS à realidade portuguesa, procurando ir ao encontro das necessidades dos utilizadores, tem em consideração a relação custo benefício na produção da informação financeira e promove a comparabilidade da informação.

Já os entrevistados I/A6 e I/A8 não consideram adequada a abordagem dada ao justo valor pois entendem estar pouco fundamentada. Todavia, o entrevistado I/A6 concorda que exista uma aproximação às IAS mas com alguns cuidados. Na mesma linha, o entrevistado I/C14 não considera essa abordagem adequada (assim como a das IAS), não obstante admitir que será esse o caminho a seguir.

O entrevistado P9 entende que se avançou demais e defende uma posição mais conservadora do que as que estão previstas, e antevê alguns cenários caso o SNC seja aprovado tal como está. Por fim, o entrevistado I/C13 considera que face à realidade portuguesa o justo valor vai ter uma aplicação muito restrita, não tendo, por isso, grande impacto na normalização contabilística.

De um modo geral, as conclusões que podemos retirar desta questão coincidem grosso modo com as opiniões anteriormente analisadas sobre o justo valor em geral, sem consideração de uma realidade em concreto. Ora, sendo a abordagem do justo valor



prevista no novo SNC muito próxima da constante nas IAS, era esperado que as opiniões ora analisadas divergissem quanto a esta problemática.

---

## CONCLUSÕES

## ***Resumo e principais conclusões***

Em seguimento das profundas alterações verificadas no mundo actual, nomeadamente ao nível da economia e das tecnologias de informação, e a necessidade de informação cada vez mais relevante para a tomada de decisões, veio justificar alterações no mundo da Contabilidade, de forma a reconhecer e a valorizar os elementos patrimoniais de acordo com critérios de mensuração mais adequados com a sua natureza.

Sendo propósito da Contabilidade produzir e comunicar informação com o intuito de possibilitar aos destinatários realizarem juízos e tomarem decisões informadas, torna-se necessário encontrar uma base de homogeneização – por regra, a unidade monetária – para que o sistema contabilístico consiga captar os elementos heterogêneos que compõem a realidade económica e, desta forma, tornar a informação mais útil.

Nem todos os elementos que integram essa realidade económica são passíveis de serem reconhecidos nas demonstrações financeiras, pois tal facto só acontece se esse item satisfizer a definição de activo, de passivo, de gasto ou de rendimento, e ao mesmo tempo cumprir com os critérios de reconhecimento: *i.e.*, que seja provável que qualquer benefício económico futuro associado ao item flua de ou para a entidade e que o item tenha um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade.

Assim sendo, o processo de mensuração assume-se como indispensável ao próprio processo contabilístico, pelo que se torna necessário encontrar uma técnica de relevação desses elementos, suportada em princípios, postulados e convenções que permita acompanhar o devir valorativo das coisas.

É, pois, fundamental quando se inicia o desenvolvimento de um processo de mensuração escolher, isoladamente ou em combinação, a base de mensuração a adoptar, sendo que tal escolha não se irá revelar inócua.

Os organismos normalizadores, nomeadamente, o IASB, o FASB e o ASB, preconizam nas suas estruturas conceptuais (que, nesta matéria, não se distanciam significativamente entre si) diferentes bases de mensuração. Tome-se como exemplo a estrutura conceptual do IASB que prevê como bases de mensuração o custo histórico, o custo corrente, o valor realizável e o valor presente. Apesar desta não fazer, explicitamente, qualquer referência

ao justo valor como base de mensuração, não podemos, contudo, deixar de referir que as bases do custo corrente, do valor realizável e do valor presente, podem ser assumidas como manifestações daquele conceito.

Porém, apesar dos organismos referenciarem diferentes bases de mensuração, estabelecem, como regra geral, a utilização do custo histórico como base de mensuração mais geralmente adoptada para preparar as demonstrações financeiras, embora refiram que essa base é normalmente combinada com outras para melhor responder às necessidades dos utilizadores da informação financeira.

Por outro lado, sendo o objectivo das demonstrações financeiras proporcionar informação útil para a tomada de decisões, é requisito essencial que a informação financeira seja dotada de utilidade, *i.e.*, possua um conjunto de atributos, designados por características qualitativas da informação financeira, para auxiliar a tomada de decisões e, de entre essas, assumem-se, geralmente, como características principais: a fiabilidade, a relevância, a comparabilidade e a compreensibilidade, e, de entre estas, destacam-se duas, a relevância e a fiabilidade. O ideal seria produzir informação que, simultaneamente, maximizasse ambas e cada uma das características da fiabilidade e da relevância. Contudo, isto nem sempre é exequível e, muitas vezes, torna-se necessário sacrificar parte de cada uma das características, no sentido de maximizar o binómio relevância – fiabilidade.

Não se pode, verdadeiramente, estabelecer uma hierarquia entre estas duas características, o que leva, por vezes, à existência de conflito entre elas. O desafio consiste pois em encontrar um ponto de equilíbrio entre ambas, tendo em atenção o objectivo maior das demonstrações financeiras que é o de prestar informação útil aos seus utilizadores.

Assim como os organismos normalizadores não estabelecem uma hierarquia entre a fiabilidade e a relevância, os utilizadores também o não fazem. Estes, atendendo ao tipo de necessidade que pretendem ver satisfeita, poderão preferir apoiar-se numa informação mais relevante e menos fiável, ou vice-versa, não prescindindo nunca de qualquer daquelas características.

A base de mensuração a custo histórico é comumente caracterizada pela objectividade, imparcialidade e verificabilidade da informação que permite gerar. Esta base de mensuração reúne ainda especiais potencialidades para retratar informação passada, e nos casos em que não exista grande oscilação na unidade de medida, pode considerar-se uma

base simples e económica para o relato financeiro. E quando isso acontece é inquestionável a associação da utilização do custo histórico à produção de informação fiável e, por isso, pode também ser reconhecida como base preferencial de relato por todos aqueles que encaram a fiabilidade como característica primordial da informação financeira.

Essa base permite ainda acautelar, de uma forma mais significativa, os interesses dos mutuantes e outros credores e dos accionistas (e demais proprietários). Os investidores também poderão considerar esta base relevante quando os gestores são recompensados com base nos lucros relatados.

A fiabilidade está, normalmente, associada à mensuração a custo histórico, porém, este encerra um conjunto de limitações que impedem, na generalidade das situações, a produção de informação útil para a tomada de decisões dos diferentes utilizadores. A falta de relevância para a tomada de decisões revela-se uma forte crítica que lhe é apontada.

Ao invés, a mensuração a justo valor, tende a produzir uma informação mais actualizada já que assenta, normalmente, em valores correntes de mercado. A existência de um mercado activo, que serve de referência à sua determinação, confere-lhe, regra geral, um elevado grau de objectividade, fiabilidade e neutralidade. Porém, na ausência de um mercado activo torna-se necessário recorrer a técnicas e modelos de avaliação para auxiliar a determinação da melhor estimativa do preço de mercado corrente. Desta forma, a objectividade, fiabilidade e neutralidade conferida à informação produzida pela mensuração a justo valor será menor com o aumento da subjectividade, e maior a propensão para a manipulação da informação.

Utilizando esta base de mensuração na presença de um mercado activo, os investidores serão menos surpreendidos devido à sua transparência, menor incerteza e risco. Ela permite ainda reproduzir o valor económico dos diferentes elementos onde eles investiram, fornecendo, desta forma, uma informação mais relevante.

O actual modelo de relato financeiro assenta numa combinação de bases de mensuração, e embora o predomínio continue a ser o do custo histórico, o espectro de aplicação do justo valor tem-se vindo a alargar. Este modelo actual pode traduzir maior dificuldade para os utilizadores na interpretação e compreensão da informação financeira, obrigando-os a conhecerem as bases de mensuração aplicáveis a cada elemento.

Atendendo ao modelo actual de mensuração contabilística, equacionamos alguns percursos alternativos no desenvolvimento futuro do modelo de mensuração. Passar a utilizar apenas uma única base de mensuração, assente no custo histórico, está-se a privilegiar a fiabilidade e objectividade da informação, assente em princípios mais conservadores, mais prudenciais, em detrimento da relevância da informação. Se, por um lado, esta base de mensuração pode, eventualmente, simplificar a preparação e interpretação da informação financeira produzida, por outro lado, pode traduzir-se pouco relevante para a tomada de decisões.

Alternativamente, poder-se-á utilizar o justo valor como uma base única de mensuração para o relato financeiro. A informação produzida por esta base de mensuração tenderá a ser mais relevante, pelo facto de se apoiar em valores de mercado mas traduzirá informação menos fiável se tender a ser subjectiva, o que acontecerá se não existir um mercado activo.

Constatámos que a opção de utilizar em exclusivo uma base de mensuração (custo histórico ou justo valor) não parece ser por si só a mais viável. Maior consenso parece existir na escolha de uma base de mensuração predominante e fornecer informação complementar aquando das divulgações adicionais.

Um outro percurso alternativo será a utilização simultânea de cada uma das bases de mensuração, e desta forma garantir a satisfação das necessidades de um leque mais alargado de necessidades dos utilizadores e suprimir-se as desvantagens associadas à utilização individual ou combinada de cada uma dessas bases de mensuração. Porém, o maior entrave para a concretização desta alternativa reside na relação custo/benefício decorrente da obrigatoriedade de elaboração desta informação.

Alternativamente à solução de se utilizar uma única base de mensuração, poderá admitir-se a utilização de bases de mensuração combinadas (custo histórico e justo valor). Deste modo, as demonstrações financeiras serão elaboradas com parte dos elementos mensurados a custo histórico e outra parte a justo valor. Se por um lado esta alternativa pode fornecer informação fiável por apresentar alguns elementos mensurados a valores actuais, por outro lado, também pode gerar confusão nos utilizadores da informação. Neste cenário é ainda possível equacionarmos duas perspectivas distintas, através da ênfase ou na mensuração a custo histórico, ou na mensuração a justo valor.

Cada uma destas opções trará consigo vantagens e limitações para os utilizadores da informação financeira. Entendemos ser essencial conhecer quais são as suas necessidades actuais para que a solução a seguir consiga cumprir com o objectivo do relato financeiro, que consiste em proporcionar informação útil para a tomada de decisões.

Não existe uma solução óptima, ou sequer consensual, no que respeita à temática da mensuração contabilística. Nenhum dos caminhos possíveis sugeridos e que se podem tomar como rumo a seguir estão isentos de limitações, de críticas. É, pois, necessário promover boas práticas reguladoras para assegurar que qualquer mudança a existir na mensuração contabilística seja devidamente ponderada, de modo a não desacreditar o relato financeiro e todos quanto procuram a credibilidade e a qualidade da informação financeira.

Também para os próprios organismos com poderes de normalização contabilística, que foram por nós referenciados ao longo do trabalho, ainda não existe um caminho claro a seguir e encontram-se também eles numa fase de indefinição. As perspectivas para a evolução do modelo contabilístico que anteriormente referimos, embora não sejam abordados nos precisos termos por nós apresentados, não deixam de estar presentes em estudos efectuados, designadamente pelo IASB em matéria de adopção e mensuração a justo valor. Porém, não se vislumbra que num curto prazo sejam adoptadas posições em direcção ao critério de *full fair value* pois consideramos necessário que a disciplina contabilística consolide conceitos nesta área fulcral da Contabilidade.

O mesmo foi inferido por nós resultado do estudo exploratório que realizamos a diferentes utilizadores da informação financeira com estas questões de base sobre a importância dos critérios de mensuração actualmente adoptados na preparação daquela informação e da eventual alteração do modelo normativo no sentido do acolhimento, ou não, de critérios assentes no justo valor, *maxime* do *full fair value*.

Destacamos, de seguida, algumas conclusões que vêm de certa forma corroborar muito do que foi por nós analisado ao longo da dissertação.

No que diz respeito às características qualitativas da informação financeira, nomeadamente, à relevância e à fiabilidade, não existiu consenso quanto à eleição da característica que melhor contribui para a qualidade da informação financeira. Curiosamente, nenhum dos utilizadores da informação financeira referiu exclusivamente a

relevância, o que contraria, de algum modo, a tendência que se vinha a verificar em termos normativos. Consideramos que essa tendência nas respostas poderá estar influenciada pelo actual clima de recessão económica que atinge a sociedade actual.

Quanto às vantagens do custo histórico, enquanto base de mensuração, a objectividade foi de todas a mais referenciada enquanto que a desactualização dos valores apurados associada à falta de relevância da informação para a tomada de decisões foram apontadas como as principais desvantagens. Estas vantagens e desvantagens afectam de forma distinta os diversos utilizadores da informação financeira atendendo ao tipo de necessidade de cada um.

A adequação da base de mensuração do custo histórico para a divulgação da informação financeira não é consensual entre os diferentes utilizadores da informação financeira que fizeram parte do nosso estudo, dividindo-se as opiniões entre aqueles que o consideram completamente adequado para divulgar a informação financeira, outros que apenas o consideram adequado para alguns elementos, e outros ainda que o consideram inadequado ou insuficiente. Novamente esta divergência de opiniões pode ser explicada, eventualmente, pelas necessidades específicas de cada utilizador e pelo tipo de decisão que cada um tem que tomar, vindo também corroborar a ausência de consenso aquando do enquadramento teórico.

As razões identificadas que poderão estar na base da mudança para outros critérios de mensuração encontram-se em grande medida relacionados com as limitações inerentes à utilização da base de mensuração do custo histórico. Porém, nenhum dos utilizadores da informação financeira é a favor da aplicação da mudança para todos os elementos das demonstrações financeiras sem qualquer restrição, devendo ter-se em consideração se existe ou não um mercado activo, atender à forma como se desenvolvem os negócios bem como às características dos elementos. Essa mudança não deve ser generalizada, mas antes diferenciada em função de diversos factores, concretamente, a dimensão da empresa, o sector de actividade, o tipo de gestão e a tipicidade dos elementos e a necessidade de informação dos principais utilizadores.

No que respeita às razões que estiveram no surgimento do justo valor, embora os diferentes utilizadores da informação financeira tenham elencado razões diversas, apresentam em comum o facto de estarem intimamente relacionadas com a envolvente económica,



surgindo o justo valor como forma de dar resposta às necessidades dos utilizadores da informação.

Relativamente às vantagens do justo valor, a relevância da informação produzida para a tomada de decisões foi a mais referenciada pelos utilizadores, essencialmente, se existir um mercado activo. A própria subjectividade, entendida por alguns como desvantagem, pode também ser encarada como vantagem pelo facto de obrigar a divulgar informação adicional que justifique o valor apurado.

Quanto à adequação da opção dos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto verifica-se uma certa tendência para uma não progressão na utilização do justo valor a outros elementos para além dos actualmente previstos nos normativos resultado, eventualmente, do ambiente de desconfiança da sociedade actual fruto da recente crise económico-financeira mundial.

Quanto à percepção que os diferentes utilizadores têm relativamente à tendência futura na utilização do justo valor, face à actual envolvente, não é expectável que se caminhe para um cenário de *full fair value*. E esta é, aliás, a opinião deles sobre essa mesma tendência. Contudo, entendem que o justo valor vai continuar a ter um papel de relevo no relato financeiro, não se prevendo grandes recuos na sua utilização, não obstante a especulação e polémica actualmente existente sobre esta temática agravada pela actual crise económico-financeira.

Apesar do *full fair value* ser considerado um cenário utópico, a existir, a sua utilização irá ter impactos na qualidade da informação financeira que, tendencialmente, seriam negativos, a menos que se criassem mecanismos que ajudassem a garantir a qualidade na determinação do justo valor.

No que respeita aos mecanismos de *enforcement* a generalidade dos diferentes utilizadores da informação financeira que participaram no estudo empírico consideraram importante a existência desses mecanismos para permitir uma melhor aplicação do justo valor. Tendencialmente, esses mecanismos deverão ser independentes à empresa, sem contudo, menosprezar o papel primordial da gestão que deverá ser responsabilizada para assegurar a transparência dos julgamentos efectuados relativos ao justo valor.

Relativamente à abordagem do justo valor na proposta do novo SNC, e sendo esta muito próxima daquela que consta nas IAS, a opinião dos diferentes utilizadores da informação financeira é, também aqui, coincidente, de grosso modo com as opiniões anteriormente defendidas sobre o justo valor em geral.

Em suma, as principais conclusões desse estudo revelaram que, de um modo geral, os utilizadores da informação financeira apesar de reconhecerem as insuficiências da base de mensuração a custo histórico não estão dispostos a mudar para o *full fair value*. Têm consciência das dificuldades, das limitações da mensuração a custo histórico e sabem que existe uma panaceia para suprir as dificuldades.

Verdadeiramente, entendemos que a base de mensuração a justo valor pode ser encarada como uma forma de complementar as insuficiências da base de mensuração a custo histórico mas a elevada subjectividade inerente não constitui verdadeiramente uma alternativa, pelo menos para todos os elementos das demonstrações financeiras.

### ***Possíveis desenvolvimentos do estudo***

Enquadrando-se a nossa dissertação num estudo exploratório, e atendendo às suas limitações, consideramos que as propostas nela apresentadas poderão ser objecto de um estudo mais aprofundado, constituindo um campo aberto a possíveis desenvolvimentos a levar a efeito no futuro.

Reconhecidas as vantagens na utilização da base de mensuração a justo valor, é de continuar a investigar o modo de superar um dos seus grandes inconvenientes – a subjectividade. Desta forma, consideramos ser importante tentar identificar todos os factores de subjectividade inerentes à utilização do justo valor, essencialmente quando não existe um mercado activo ou um mercado regulamentado, e tentar encontrar alguma alternativa a utilizar para, e uma vez que não sendo possível eliminá-la, tentar diminuí-la aquando da determinação do justo valor.

Um outro tópico para investigação futura poderá consistir na análise da relação que existe entre a mensuração no relato financeiro e a estabilidade financeira das entidades.

---

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ACCOUNTING STANDARDS BOARD (ASB).** (1999). Statement of Principles for Financial Reporting. December. London: ASB.
- ALLATT, G.** (2001). Fair-Value Accounting: Examining the Consequences. *Balance Sheet*. 9(4): 22-25.
- ALLEN, F. e CARLETTI, E.** (2008). Mark-to-Market Accounting and Liquidity Pricing. *Journal of Accounting and Economics*. 45(2-3): 358-378.
- ARIAS ALVAREZ, A. M.** (1997). Aplicación del Valor de Mercado Frente al Coste Histórico en el Reflejo Contable de las Inversiones Financieras. *IX Congreso AECA - La Unión Europea, un Reto para las Empresas y los Profesionales Españoles*. 25-27 de Septiembre. Universidad de Salamanca.
- BALL, R.** (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. *Accounting & Business Research*. 36: 5-27.
- BANDEIRA, L. e FERREIRA, J. M.** (1998). *Contabilidade e Fiscalidade de Futuros e Opções*. Porto: Associação da Bolsa de Derivados.
- BARDIN, L.** (2000). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARLEV, B. e HADDAD, J. R.** (2003). Fair Value Accounting and the Management of the Firm. *Critical Perspectives on Accounting*. May. 14(4): 383-415.
- BARRETT, M. J., BEAVER, W. H., COOPER, W. W., et al.** (1991). American Accounting Association Committee on Accounting and Auditing Measurement, 1989-90. *Accounting Horizons*. September. 5(3): 81-105.
- BARTH, M. E.** (2004). *Fair Values and Financial Statement Volatility*. Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/721AD4A0-42BB-4A09-9A91-140D27D65B84/0/FairValuesandFinancialStatementVolatility.pdf>, 12-01-2009.
- \_\_\_\_\_. (2006). Including Estimates of the Future in Today's Financial Statements. *Accounting Horizons*. September. 20(3): 271.
- \_\_\_\_\_. (2007). Standard-Setting Measurement Issues and the Relevance of Research. *Accounting and Business Research*. September. 37(3): 7-15.
- BARTH, M. E. e LANDSMAN, W. R.** (1995). Fundamental Issues Related to Using Fair Value Accounting for Financial Reporting. *Accounting Horizons*. December. 9(4): 97-108.
- BERNSTEIN, D. W.** (2002). Is Fair Value Accounting Really Fair? *International Financial Law Review*. August. 21(8): 17.
- BILD, M.** (2001). Theory of Goodwill – and its Measurement According to IAS 36. *24th Annual Congress of the European Accounting Association*. April. Athens.
- BOGDAN, R. C. e BIKLEN, S. K.** (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- BRANCO, M. E. M. A. C.** (2000). *Estruturas Conceptuais da Informação Financeira - Uma Análise Comparativa*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre. Mestrado em Contabilidade e Administração. Universidade do Minho. Braga.

**BRANDON, K. L.** (2004). Fair Value in Financial Reporting. *SIA Research Reports*. March. 5(2): 3-9.

**CABEDO SAMPER, D. e TIRADO BELTRÁN, J.** (2003). ¿Cómo Extender el Valor Razonable a Todas las Partidas de los Estados Financieros? *Técnica Contable*. Marzo. (651): 18-26.

**CAIRNS, D.** (2006). The Use of Fair Value in IFRS. *Accounting in Europe*. October. 3(1): 5.

**CANADIAN ACCOUNTING STANDARDS BOARD (ACSB).** (2005). *Discussion Paper: Measurement Bases for Financial Accounting - Measurement on Initial Recognition*. Toronto: IASCF.

**CAÑIBANO CALVO, L.** (1995). *Contabilidad - Análisis Contable de la Realidad Económica*. Séptima Edición. Madrid: Ediciones Pirámide.

**CARMO, H. D. A. e FERREIRA, M. M. D.** (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

**CARQUEJA, H. O.** (1998). A Medida Contabilística: Introdução. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Julho/Setembro. 55(Anexo ao n.º 219): 1.

**CARVALHO, C. M. T.** (2003). *Goodwill e Capital Intelectual: Contributos do Conceito de Capital Intelectual no Estabelecimento de uma Nova Noção de Goodwill*. Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Mestre. Mestrado em Contabilidade e Auditoria. Universidade Aberta. Coimbra.

**CFA INSTITUTE CENTRE FOR FINANCIAL MARKET INTEGRITY.** (2007). *A Comprehensive Business Reporting Model: Financial Reporting for Investors*. Disponível em: <http://www.cfapubs.org/doi/pdf/10.2469/ccb.v2007.n6.4818>, 11-12-2008.

**CLOSE, A. E.** (2007). GAAP: An Accounting Revolution. *Journal of Insurance Regulation*. Fall. 26(1): 37-51.

**COMISSÃO EUROPEIA (CE).** (1995). *Harmonização Contabilística: uma Nova Estratégia Relativamente à Harmonização Internacional*. COM 95 (508) PT. Disponível em: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/docs/com-95-508/com-95-508\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/com-95-508/com-95-508_pt.pdf), 03-03-2008.

\_\_\_\_\_. (2000). *Estratégia da UE para o Futuro em Matéria de Informações Financeiras a Prestar pelas Empresas*. COM (2000) 359 Final PT. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2000:0359:FIN:PT:PDF>, 03-03-2008.

**COMITÉ DE CONTACTO DAS DIRECTIVAS CONTABILÍSTICAS.** (2001). *Análise da Conformidade entre as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) 1 a 41 e as Directivas Contabilísticas da União Europeia*. Disponível em: [http://ec.europa.eu/internal\\_market/accounting/docs/markt-2001-6926/6926\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/internal_market/accounting/docs/markt-2001-6926/6926_pt.pdf), 03-03-2008.

**CONSELHO DA COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA (CCEE).** (1978). Contas Anuais de Certas Formas de Sociedades. *Directiva 78/660/CEE*. 25 de Julho. Bruxelas: Quarta Directiva, publicada no Jornal Oficial n.º L 222 de 14/08/1978.

\_\_\_\_\_. (CCEE). (1983). Relativa às Contas Consolidadas. *Directiva 83/349/CEE*. 13 de Junho. Bruxelas: Sétima Directiva, publicada no Jornal Oficial n.º L 193 de 18/07/1983.

COOPER, S. (2007). Discussion of 'Standard-Setting Measurement Issues and the Relevance of Research'. *Accounting and Business Research*. September. 37(3): 17-18.

CORREIA, M. L. A. (2000). *Instrumentos Financeiros Derivados : Enquadramento Contabilístico e Fiscal* Lisboa: Universidade Católica.

CRAVO, D. J. S. (1990). *Activos Intangíveis*. Trabalho Final do Curso de Estudos Superiores Especializados em Auditoria. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro. Aveiro.

\_\_\_\_\_. (1991). Considerações em Torno do Paradigma da Utilidade. *IV Jornadas de Contabilidade*. 17-19 de Outubro. Aveiro.

DAY, J. M. (2000). *Speech by SEC Staff: Fair Value Accounting - Let's Work Together and Get it Done!* Disponível em: <http://www.sec.gov/news/speech/spch436.htm>, 11-12-2008.

ERNEST & YOUNG. (2005). *How Fair Is Fair Value?* Disponível em: [http://www2.eycom.ch/publications/items/ifrs/single/200506\\_fair\\_value/en.pdf](http://www2.eycom.ch/publications/items/ifrs/single/200506_fair_value/en.pdf), 11-12-2008.

FERREIRA, R. F. (2002). Comentário a Actuais Tendências Contabilísticas. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Dezembro. 58(232): 759.

\_\_\_\_\_. (2003a). Contabilidade e Questões Actuais. *XV Encontro Nacional da ADCES - Contabilidade e Valor: Novos Contextos?* 30-31 de Maio. Leiria.

\_\_\_\_\_. (2003b). *Fiscalidade e Contabilidade : Estudos Críticos, Diagnósticos, Tendências* Lisboa: Editorial Notícias.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB). (1974). Statement of Financial Accounting Standards n.º 2 - *Accounting for Research and Development Costs*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1975a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 5 - *Accounting for Contingencies*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1975b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 6 - *Classification of Short-Term Obligations Expected to Be Refinanced - an amendment of ARB n.º 43, Chapter 3A*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1975c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 7 - *Accounting and Reporting by Development Stage Enterprises*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1975d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 11 - *Accounting for Contingencies: Transition Method - an amendment of FASB Statement n.º 5*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1976). Statement of Financial Accounting Standards n.º 13 - *Accounting for Leases*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1977a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 15 - *Accounting by Debtors and Creditors for Troubled Debt Restructurings*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1977b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 16 - *Prior Period Adjustments*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1977c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 19 - *Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1978a). Statement of Financial Accounting Concepts n.º 1 - *Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1978b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 22 - *Changes in the Provisions of Lease Agreements Resulting from Refundings of Tax-Exempt Debt - an amendment of FASB Statement n.º 13*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1978c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 23 - *Inception of the Lease - an amendment of FASB Statement n.º 13*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1979a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 25 - *Suspension of Certain Accounting Requirements for Oil and Gas Producing Companies - an amendment of FASB Statement n.º 19*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1979b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 27 - *Classification of Renewals or Extensions of Existing Sales-Type or Direct Financing Leases - an amendment of FASB Statement n.º 13*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1979c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 28 - *Accounting for Sales with Leasebacks - an amendment of FASB Statement n.º 13*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1979d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 29 - *Determining Contingent Rentals - an amendment of FASB Statement n.º 13*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1979e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 34 - *Capitalization of Interest Cost*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1980a). Statement of Financial Accounting Concepts n.º 2 - *Qualitative Characteristics of Accounting Information*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1980b). Statement of Financial Accounting Concepts n.º 4 - *Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1980c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 35 - *Accounting and Reporting by Defined Benefit Pension Plans*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1980d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 37 - *Balance Sheet Classification of Deferred Income Taxes - an amendment of APB Opinion n.º 11*. July. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1980e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 38 - *Accounting for Preacquisition Contingencies of Purchased Enterprises - an amendment of APB Opinion n.º 16*. September. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1980f). Statement of Financial Accounting Standards n.º 42 - *Determining Materiality for Capitalization of Interest Cost - an amendment of FASB Statement n.º 34*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1980g). Statement of Financial Accounting Standards n.º 43 - *Accounting for Compensated Absences*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 45 - *Accounting for Franchise Fee Revenue*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 47 - *Disclosure of Long-Term Obligations*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 48 - *Revenue Recognition When Right of Return Exists*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 49 - *Accounting for Product Financing Arrangements*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 50 - *Financial Reporting in the Record and Music Industry*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981f). Statement of Financial Accounting Standards n.º 51 - *Financial Reporting by Cable Television Companies*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1981g). Statement of Financial Accounting Standards n.º 52 - *Foreign Currency Translation*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 57 - *Related Party Disclosures*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 58 - *Capitalization of Interest Cost in Financial Statements That Include Investments Accounted for by the Equity Method - an amendment of FASB Statement n.º 34*. April. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 60 - *Accounting and Reporting by Insurance Enterprises*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 61 - *Accounting for Title Plant*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 62 - *Capitalization of Interest Cost in Situations Involving Certain Tax-Exempt Borrowings and Certain Gifts and Grants - an amendment of FASB Statement n.º 34*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982f). Statement of Financial Accounting Standards n.º 63 - *Financial Reporting by Broadcasters*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982g). Statement of Financial Accounting Standards n.º 65 - *Accounting for Certain Mortgage Banking Activities*. September. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982h). Statement of Financial Accounting Standards n.º 66 - *Accounting for Sales of Real Estate*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1982i). Statement of Financial Accounting Standards n.º 67 - *Accounting for Costs and Initial Rental Operations of Real Estate Projects*. October. Connecticut: FASB.



\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1982j). Statement of Financial Accounting Standards n.º 68 - *Research and Development Arrangements*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1982k). Statement of Financial Accounting Standards n.º 69 - *Disclosures about Oil and Gas Producing Activities - an amendment of FASB Statements 19, 25, 33, and 39*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1982l). Statement of Financial Accounting Standards n.º 71 - *Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1983). Statement of Financial Accounting Standards n.º 72 - *Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions - an amendment of APB Opinion n.º 17, an interpretation of APB Opinions 16 and 17, and an amendment of FASB Interpretation n.º 9*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1984a). Statement of Financial Accounting Concepts n.º 5 - *Recognition and Measurement in Financial Statements of Business Enterprises*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1984b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 79 - *Elimination of Certain Disclosures for Business Combinations by Nonpublic Enterprises - an amendment of APB Opinion n.º 16*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1985a). Statement of Financial Accounting Concepts n.º 6 - *Elements of Financial Statements - a replacement of FASB Concepts Statement n.º 3 (incorporating an amendment of FASB Concepts Statement n.º 2)*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1985b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 84 - *Induced Conversions of Convertible Debt - an amendment of APB Opinion n.º 26*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1985c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 86 - *Accounting for the Costs of Computer Software to Be Sold, Leased, or Otherwise Marketed*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1985d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 87 - *Employers' Accounting for Pensions*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1985e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 88 - *Employers' Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Pension Plans and for Termination Benefits*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1986a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 89 - *Financial Reporting and Changing Prices*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1986b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 90 - *Regulated Enterprises-Accounting for Abandonments and Disallowances of Plant Costs - an amendment of FASB Statement n.º 71*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1986c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 91 - *Accounting for Nonrefundable Fees and Costs Associated with Originating or Acquiring Loans and Initial Direct Costs of Leases - an amendment of FASB Statements n.º 13, 60, and 65 and a rescission of FASB Statement n.º 17*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1987a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 92 - *Regulated Enterprises-Accounting for Phase-in Plans - an amendment of FASB Statement n.º 71*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1987b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 93 - *Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1987c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 94 - *Consolidation of All Majority-owned Subsidiaries - an amendment of ARB n.º 51, with related amendments of APB Opinion n.º 18 and ARB n.º 43, Chapter 12*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1987d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 95 - *Statement of Cash Flows*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1987e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 97 - *Accounting and Reporting by Insurance Enterprises for Certain Long-Duration Contracts and for Realized Gains and Losses from the Sale of Investments*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1988a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 98 - *Accounting for Leases: Sale-Leaseback Transactions Involving Real Estate, Sales-Type Leases of Real Estate, Definition of the Lease Term, and Initial Direct Costs of Direct Financing Leases - an amendment of FASB Statements n.º 13, 66, and 91 and a rescission of FASB Statement n.º 26 and Technical Bulletin n.º 79-11*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1988b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 99 - *Deferral of the Effective Date of Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations - an amendment of FASB Statement n.º 93*. September. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1988c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 101 - *Regulated Enterprises-Accounting for the Discontinuation of Application of FASB Statement n.º 71*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1989a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 102 - *Statement of Cash Flows-Exemption of Certain Enterprises and Classification of Cash Flows from Certain Securities Acquired for Resale - an amendment of FASB Statement n.º 95*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1989b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 104 - *Statement of Cash Flows-Net Reporting of Certain Cash Receipts and Cash Payments and Classification of Cash Flows from Hedging Transactions - an amendment of FASB Statement n.º 95*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1990). Statement of Financial Accounting Standards n.º 106 - *Employers' Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1991). Statement of Financial Accounting Standards n.º 107 - *Disclosures about Fair Value of Financial Instruments*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1992a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 109 - *Accounting for Income Taxes*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1992b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 110 - *Reporting by Defined Benefit Pension Plans of Investment Contracts - an amendment of FASB Statement n.º 35*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1992c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 111 - *Rescission of FASB Statement n.º 32 and Technical Corrections*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1992d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 112 - *Employers' Accounting for Postemployment Benefits - an amendment of FASB Statements n.º 5 and 43*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1992e). Statement of Financial Accounting Standards n.º 113 - *Accounting and Reporting for Reinsurance of Short-Duration and Long-Duration Contracts*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1993a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 114 - *Accounting by Creditors for Impairment of a Loan - an amendment of FASB Statements n.º 5 and 15*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1993b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 115 - *Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1993c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 116 - *Accounting for Contributions Received and Contributions Made*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1993d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 117 - *Financial Statements of Not-for-Profit Organizations*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1994). Statement of Financial Accounting Standards n.º 118 - *Accounting by Creditors for Impairment of a Loan-Income Recognition and Disclosures - an amendment of FASB Statement n.º 114*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1995a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 120 - *Accounting and Reporting by Mutual Life Insurance Enterprises and by Insurance Enterprises for Certain Long-Duration Participating Contracts - an amendment of FASB Statements 60, 97, and 113 and Interpretation n.º 40*. January. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1995b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 124 - *Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1996). Statement of Financial Accounting Standards n.º 126 - *Exemption from Certain Required Disclosures about Financial Instruments for Certain Nonpublic Entities - an amendment to FASB Statement n.º 107*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1997a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 128 - *Earnings per Share*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1997b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 129 - *Disclosure of Information about Capital Structure*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_**(FASB)**. (1997c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 130 - *Reporting Comprehensive Income*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1997d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 131 - *Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1998a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 133 - *Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1998b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 134 - *Accounting for Mortgage-Backed Securities Retained after the Securitization of Mortgage Loans Held for Sale by a Mortgage Banking Enterprise - an amendment of FASB Statement n.º 65*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1999a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 135 - *Rescission of FASB Statement n.º 75 and Technical Corrections*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1999b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 136 - *Transfers of Assets to a Not-for-Profit Organization or Charitable Trust That Raises or Holds Contributions for Others*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (1999c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 137 - *Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities - Deferral of the Effective Date of FASB Statement n.º 133 - an amendment of FASB Statement n.º 133*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2000a). Statement of Financial Accounting Concepts n.º 7 - *Using Cash Flow Information and Present Value in Accounting Measurements*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2000b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 138 - *Accounting for Certain Derivative Instruments and Certain Hedging Activities-an amendment of FASB Statement n.º 133*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2000c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 139 - *Rescission of FASB Statement n.º 53 and amendments to FASB Statements n.º 63, 89, and 121*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2000d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 140 - *Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities-a replacement of FASB Statement n.º 125*. September. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2001a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 142 - *Goodwill and Other Intangible Assets*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2001b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 143 - *Accounting for Asset Retirement Obligations*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2001c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 144 - *Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets*. August. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2002a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 145 - *Rescission of FASB Statements n.º 4, 44, and 64, Amendment of FASB Statement n.º 13, and Technical Corrections*. April. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2002b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 146 - *Accounting for Costs Associated with Exit or Disposal Activities*. June. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2002c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 147 - *Acquisitions of Certain Financial Institutions - an amendment of FASB Statements n.º 72 and 144 and FASB Interpretation n.º 9*. October. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2002d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 148 - *Accounting for Stock-Based Compensation - Transition and Disclosure - an amendment of FASB Statement n.º 123*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2003a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 132 - *Employers' Disclosures about Pensions and Other Postretirement Benefits - an amendment of FASB Statements n.º 87, 88, and 106*. Revised December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2003b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 149 - *Amendment of Statement 133 on Derivative Instruments and Hedging Activities*. April. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2003c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 150 - *Accounting for Certain Financial Instruments with Characteristics of both Liabilities and Equity*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2004a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 123 - *Share-Based Payment*. Revised December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2004b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 151 - *Inventory Costs - an amendment of ARB n.º 43, Chapter 4*. November. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2004c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 152 - *Accounting for Real Estate Time-Sharing Transactions - an amendment of FASB Statements n.º 66 and 67*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2004d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 153 - *Exchanges of Nonmonetary Assets - an amendment of APB Opinion n.º 29*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2005). Statement of Financial Accounting Standards n.º 154 - *Accounting Changes and Error Corrections - a replacement of APB Opinion n.º 20 and FASB Statement n.º 3*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2006a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 155 - *Accounting for Certain Hybrid Financial Instruments - an amendment of FASB Statements n.º 133 and 140*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2006b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 156 - *Accounting for Servicing of Financial Assets - an amendment of FASB Statement n.º 140*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2006c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 157 - *Fair Value Measurements*. September. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2006d). Statement of Financial Accounting Standards n.º 158 - *Employers' Accounting for Defined Benefit Pension and Other Postretirement Plans - an amendment of FASB Statements n.º 87, 88, 106, and 132(R)*. September. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2007a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 141 - *Business Combinations*. Revised December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2007b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 159 - *The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities - Including an amendment of FASB Statement n.º 115*. February. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2007c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 160 - *Noncontrolling Interests in Consolidated Financial Statements - an amendment of ARB n.º 51*. December. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2008a). Statement of Financial Accounting Standards n.º 161 - *Disclosures about Derivative Instruments and Hedging Activities - an amendment of FASB Statement n.º 133*. March. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2008b). Statement of Financial Accounting Standards n.º 162 - *The Hierarchy of Generally Accepted Accounting Principles*. May. Connecticut: FASB.

\_\_\_\_\_. (FASB). (2008c). Statement of Financial Accounting Standards n.º 163 - *Accounting for Financial Guarantee Insurance Contracts - an interpretation of FASB Statement n.º 60*. May. Connecticut: FASB.

**FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (FASB) e INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB).** (2002a). *The Norwalk Agreement*. Disponível em: <http://www.fasb.org/news/memorandum.pdf>, 21-02-2008.

\_\_\_\_\_. (2002b). *Press Release: FASB and IASB Agree to Work Together toward Convergence of Global Accounting Standards*. Disponível em: <http://www.fasb.org/news/nr102902.shtml>, 21-02-2008.

\_\_\_\_\_. (2006). *Memorandum of Understanding between the FASB and the IASB: a Roadmap for Convergence between IFRSs and US GAAP - 2006/2008*. Disponível em: <http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/874B63FB-56DB-4B78-B7AF-49BBA18C98D9/0/MoU.pdf>, 21-02-2008.

\_\_\_\_\_. (2008). *Completing the February 2006 Memorandum of Understanding: a Progress Report and Timetable for Completion*. Disponível em: [http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/F9E80EE5-EBD7-4ABA-927F-C2D4B5701D8A/0/MoU\\_progress\\_report\\_and\\_timetable.pdf](http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/F9E80EE5-EBD7-4ABA-927F-C2D4B5701D8A/0/MoU_progress_report_and_timetable.pdf), 13-11-2008.

**FINK, R.** (2006). Will Fair Value Fly? *CFO*. September. 22(10): 54-62.

**GHIGLIONE, R. e MATALON, B.** (2005). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Quarta Edição. Oeiras: Celta Editora.

**GÓIS, C. M. G. G.** (2001). Sector Segurador Português: Reconhecimento ao Justo Valor. *XI Congreso AECA - Empresa, Euro y Nueva Economía*. 26-28 de Septiembre. Madrid.

**GONÇALVES, A. e SOUSA, J. B.** (2005). Criterios de Valoración. Fair Value, Valor Razonable ou Justo Valor. *XIII Congreso AECA - Armonización y Gobierno de la Diversidad*. 22-24 de Septiembre. Oviedo.

**GONZALO ANGULO, J. A.** (2000). *Criterios de Valorización y Mantenimiento del Capital*. em El Marco Conceptual para la Información Financeira: Análisis y Comentarios - Cordinador: Jorge Tua. Madrid: AECA.

**GRAY, R. P.** (2003). Research Note: Revisiting Fair Value Accounting--Measuring Commercial Banks' Liabilities. *Abacus*. June. 39(2): 250-261.

**HENDRIKSEN, E. S. e VAN BREDA, M. F.** (1991). *Accounting Theory*. Boston: Irwin.

**HITZ, J.-M.** (2007). The Decision Usefulness of Fair Value Accounting - A Theoretical Perspective. *European Accounting Review*. 16(2): 323.

**IJIRI, Y.** (1975). *Theory of Accounting Measurement*. Sarasota: American Accounting Association.

\_\_\_\_\_. (1999). The Risks of Market Value and the Rewards of Historical Cost. In: M.J. Mumford and M.J. Page, Editors. *Trying Again: Proceedings of the ACCA Conference on the ASB's 1999 Revised Draft Statement of Principles*. London: 119-124.

**INSTITUTE OF CHARTERED ACCOUNTING IN ENGLAND & WALES (ICAEW).** (2006). *Information for Better Markets - Measurement in Financial Reporting*. Disponível em: [http://www.icaew.com/index.cfm/route/142887/icaew\\_ga/pdf](http://www.icaew.com/index.cfm/route/142887/icaew_ga/pdf), 11-12-2008.

**INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB).** (1989). Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements. April. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1992). International Accounting Standard 7 - *Statement of Cash Flows*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1993a). International Accounting Standard 11 - *Construction Contracts*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1993b). International Accounting Standard 18 - *Revenue*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1993c). International Accounting Standard 23 - *Borrowing Costs*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1994a). International Accounting Standard 20 - *Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance*. Reformatted. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1994b). International Accounting Standard 26 - *Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans*. Reformatted. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_ (**IASB**). (1994c). International Accounting Standard 29 - *Financial Reporting in Hyperinflationary Economies*. Reformatted. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (1998a). International Accounting Standard 34 - *Interim Financial Reporting*. June. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (1998b). International Accounting Standard 37 - *Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*. September. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2000a). International Accounting Standard 12 - *Income Taxes*. Revised October. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2000b). International Accounting Standard 19 - *Employee Benefits*. Revised October. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2000c). International Accounting Standard 41 - *Agriculture*. December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003a). International Accounting Standard 2 - *Inventories*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003b). International Accounting Standard 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003c). International Accounting Standard 10 - *Events After the Balance Sheet Date*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003d). International Accounting Standard 16 - *Property, Plant and Equipment*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003e). International Accounting Standard 17 - *Leases*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003f). International Accounting Standard 21 - *The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003g). International Accounting Standard 24 - *Related Party Disclosures*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003h). International Accounting Standard 28 - *Investments in Associates*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.



\_\_\_\_\_. (IASB). (2003i). International Accounting Standard 31 - *Interests in Joint Ventures*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003j). International Accounting Standard 32 - *Financial Instruments: Presentation*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003k). International Accounting Standard 33 - *Earnings per Share*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2003l). International Accounting Standard 40 - *Investment Property*. Revised December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004a). International Accounting Standard 36 - *Impairment of Assets*. Revised March. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004b). International Accounting Standard 38 - *Intangible Assets*. Revised March. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004c). International Accounting Standard 39 - *Financial Instruments: Recognition and Measurement*. Revised March. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004d). International Financial Reporting Standard 2 - *Share-based Payment*. February. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004e). International Financial Reporting Standard 4 - *Insurance Contracts*. March. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004f). International Financial Reporting Standard 5 - *Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations*. March. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2004g). International Financial Reporting Standard 6 - *Exploration for and evaluation of Mineral Resources*. December. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2005). International Financial Reporting Standard 7 - *Financial Instruments: Disclosures*. August. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2006). International Financial Reporting Standard 8 - *Operating Segments*. November. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2007). International Accounting Standard 1 - *Presentation of Financial Statements*. Revised September. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2008a). International Accounting Standard 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*. Revised January. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2008b). International Financial Reporting Standard 1 - *First-time Adoption of International Financial Reporting Standards*. Revised and Restructured. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (IASB). (2008c). International Financial Reporting Standard 3 - *Business Combinations*. Revised January. London: in International Accounting Standards Board. (2009). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

**INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB)**. (2006a). *Discussion Paper: Fair Value Measurements - Part 1: Invitation to Comment and Relevant IFRS Guidance*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (2006b). *Discussion Paper: Fair Value Measurements - Part 2: SFAS 157 Fair Value Measurements*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (2006c). *Discussion Paper: Preliminary Views on an Improved Conceptual Framework for Financial Reporting: the Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics of Decision-useful Financial Reporting Information*. London: IASCF.

\_\_\_\_\_. (2009a). *Exposure Draft - Fair Value Measurements*. ED 2009/5. Disponível em: [http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C4096A25-F830-401D-8E2E-9286B194798E/0/EDFairValueMeasurement\\_website.pdf](http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/C4096A25-F830-401D-8E2E-9286B194798E/0/EDFairValueMeasurement_website.pdf), 01-06-2009.

\_\_\_\_\_. (2009b). *IFRS Official Pronouncements as Issued at 1 January 2009*. London: IASCF.

**KETELE, J.-M. e ROEGIERS, X.** (1999). *Metodologia da Recolha de Dados: Fundamentos dos Métodos de Observação, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.

**KRANACHER, M. e MORRIS, T.** (2007). An Exclusive Interview with FASB Chairman Robert H. Herz. *The CPA Journal*. November. 77(11): 20-26.

**LORCA FERNÁNDEZ, P. e ANDRÉS SUÁREZ, J.** (2001). La Irrupción del Valor Razonable en la Doutrina Contable. *XI Congreso AECA - Empresa, Euro y Nueva Economía*. 26-28 de Septiembre. Madrid.

**LOURENÇO, I.** (2003). Valorização de Activos e Passivos nas Demonstrações Financeiras: uma Revisão da Literatura. *XV Encontro Nacional da ADCES - Contabilidade e Valor: Novos Contextos?* 30-31 de Maio. Leiria.

**MCENALLY, R.** (2007a). Fair Value Financial Reporting: An Investor's Perspective (part 1). *CFA Magazine*. May/June. 18(3): 28-30.

\_\_\_\_\_. (2007b). Fair Value Financial Reporting: An Investor's Perspective (part 2). *CFA Magazine*. January/February. 18(1): 25-26.

MILES, M. B. e HUBERMAN, A. M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*. Second Edition. Thousand Oaks: Sage Publications.

MOCK, T. J. (1976). *Measurement and Accounting Information Criteria*. Sarasota: American Accounting Association.

PARDAL, L. A. e CORREIA, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal.

PARLAMENTO EUROPEU E CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2001). Altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE e 86/635/CEE Relativamente às Regras de Valorimetria Aplicáveis às Contas Anuais e Consolidadas de Certas Formas de Sociedades, bem como dos Bancos e de Outras Instituições Financeiras. *Directiva 2001/65/CE*. 27 de Setembro. Bruxelas: publicada no Jornal Oficial n.º L 283 de 27/10/2001.

\_\_\_\_\_. (2002). Relativo à Aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade. *Regulamento (CE) n.º 1606/2002*. 19 de Julho. Bruxelas: publicado no Jornal Oficial n.º L 243 de 11/09/2002. Rectificação: Jornal Oficial n.º L 051 de 26/02/2003.

\_\_\_\_\_. (2008). Que Adota Determinadas Normas Internacionais de Contabilidade nos Termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. *Regulamento (CE) n.º 1126/2008*. 3 de Novembro. Bruxelas: publicado no Jornal Oficial n.º L 320 de 29/11/2008.

PERRY, J. e NÖLKE, A. (2006). The Political Economy of International Accounting Standards. *Review of International Political Economy*. October. 13(4): 559-586.

QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Tradução: João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Segunda Edição. Lisboa: Gradiva.

REIS, J. F. P. (2003). O Justo Valor como Critério Valorimétrico dos Instrumentos Financeiros. XV *Encontro Nacional da ADCES - Contabilidade e Valor: Novos Contextos?* 30-31 de Maio. Leiria.

RONEN, J. (2008). To Fair Value or Not to Fair Value: A Broader Perspective. *Abacus*. June. 44(2): 181-208.

SANTOS, A. I. L. e FERREIRA, C. A. (2003). Normalização Contabilística e Eficiência do Mercado de Capitais. *XIII Jornadas Hispano-Lusas de Gestión Científica - La Empresa Familiar en un Mundo Globalizado*. 12-14 Febrero. Lugo.

SARMENTO, J. A. (1959). Problemática da Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Comércio*. Outubro/Dezembro. 27(108): 415.

SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION (SEC). (2008). *Report and Recommendations Pursuant to Section 133 of the Emergency Economic Stabilization Act of 2008: Study on Mark-to-Market Accounting*. Disponível em: <http://www.sec.gov/news/studies/2008/marktomarket123008.pdf>, 15-01-2009.

STANDARD & POOR'S RATINGS DIRECT. (2008). Fair Value Accounting Works Well, But is Not Perfect. *The CPA Journal*. July. 78(7): 9-10.

**TEIXEIRA, A. B. e ALVES, M. T.** (2003). A Contabilidade e o Valor, na Perspectiva dos Utilizadores da Informação Financeira. *XV Encontro Nacional da ADCES - Contabilidade e Valor: Novos Contextos?* 30-31 de Maio. Leiria.

**TRUSSEL, J. M. e ROSE, L. C.** (2009). Fair Value Accounting and the Current Financial Crisis. *The CPA Journal*. 79(6): 26-30.

**ZEFF, S. A.** (2007). The SEC Rules Historical Cost Accounting: 1934 to the 1970s. *Accounting and Business Research*. September. 37(3): 49-62.

**ZIJL, T. v. e WHITTINGTON, G.** (2006). Deprival Value and Fair Value: a Reinterpretation and a Reconciliation. *Accounting and Business Research*. June. 36(2): 121-130.

# Anexo 1

---

## QUADRO RESUMO COM AS NORMAS DO IASB

## Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo IASB

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
International Accounting Standard 41	Agriculture	02/2001			X	
International Accounting Standard 40	Investment Property	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 39	Financial Instruments: Recognition and Measurement	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 38	Intangible Assets	Revista 03/2004			X	
International Accounting Standard 37	Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets	09/1998			X	
International Accounting Standard 36	Impairment of Assets	Revista 03/2004			X	
International Accounting Standard 35	Discontinuing Operations	06/1998	Substituída pela IFRS 5			
International Accounting Standard 34	Interim Financial Reporting	02/1998				X
International Accounting Standard 33	Earnings per Share	Revista 12/2003				X
International Accounting Standard 32	Financial Instruments: Presentation	Revista 12/2003				X
International Accounting Standard 31	Interests in Joint Ventures	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 30	Disclosures in the Financial Statements of Banks and Similar Financial Institutions	Reformatada 1994	Substituída pela IFRS 7			
International Accounting Standard 29	Financial Reporting in Hyperinflationary Economies	Reformatada 1994	X			
International Accounting Standard 28	Investments in Associates	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 27	Consolidated and Separate Financial Statements	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 26	Accounting and Reporting by Retirement Benefit Plans	Reformatada 1994		X		
International Accounting Standard 25	Accounting for Investments	03/1986	Substituída pela IAS 39 e IAS 40			
International Accounting Standard 24	Related Party Disclosures	Revista 12/2003				X
International Accounting Standard 23	Borrowing Costs	Revista 03/2007	X			
International Accounting Standard 22	Business Combinations	Revista 09/1998	Substituída pela IFRS 3			
International Accounting Standard 21	The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 20	Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance	Reformatada 1994		X		
International Accounting Standard 19	Employee Benefits	Revista 10/2000			X	
International Accounting Standard 18	Revenue	Revista 12/1993		X		
International Accounting Standard 17	Leases	Revista 12/2003		X		
International Accounting Standard 16	Property, Plant and Equipment	Revista 12/2003			X	
International Accounting Standard 15	Information Reflecting the Effects of Changing Prices	Reformatada 1994	Retirada em 2003			
International Accounting Standard 14	Segment Reporting	Revista 08/1997	Substituída pela IFRS 8			
International Accounting Standard 13	Presentation of Current Assets and Current Liabilities	Reformatada 1994	Substituída pela IAS 1			
International Accounting Standard 12	Income Taxes	Revista 10/2000				X
International Accounting Standard 11	Construction Contracts	Revista 12/1993	X			
International Accounting Standard 10	Events After the Balance Sheet Date	Revista 12/2003				X
International Accounting Standard 9	Accounting for Research and Development Activities	Revista 12/1993	Substituída pela IAS 38			
International Accounting Standard 8	Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors	Revista 12/2003				X
International Accounting Standard 7	Statement of Cash Flows <sup>1</sup>	Revista 12/1992				X
International Accounting Standard 6	IAS 6 Accounting Responses to Changing Prices	06/1977	Substituída pela IAS 15 que foi retirada em 2003			
International Accounting Standard 5	Information to Be Disclosed in Financial Statements Originally	Reformatada 1994	Substituída pela IAS 1			
International Accounting Standard 4	Depreciation Accounting	1976	Retirada em 1999, substituída pela IAS 16, IAS 22 e IAS 38			
International Accounting Standard 3	Consolidated Financial Statements Originally	1976	Substituída pela IAS 27 e IAS 28			
International Accounting Standard 2	Inventories	Revista 12/2003	X			
International Accounting Standard 1	Presentation of Financial Statements	Revista 09/2007				X

### **Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo IASB (cont.)**

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
<i>International Financial Reporting Standard 8</i>	<i>Operating Segments</i>	11/2006				X
<i>International Financial Reporting Standard 7</i>	<i>Financial Instruments: Disclosures</i>	08/2005				X
<i>International Financial Reporting Standard 6</i>	<i>Exploration for and evaluation of Mineral Resources</i>	12/2004			X	
<i>International Financial Reporting Standard 5</i>	<i>Non-current Assets Held for Sale and Discontinued Operations</i>	03/2004			X	
<i>International Financial Reporting Standard 4</i>	<i>Insurance Contracts</i>	03/2004			X	
<i>International Financial Reporting Standard 3</i>	<i>Business Combinations</i>	Revista 01/2008			X	
<i>International Financial Reporting Standard 2</i>	<i>Share-based Payment</i>	02/2004		X		
<i>International Financial Reporting Standard 1</i>	<i>First-time Adoption of International Financial Reporting Standards</i>	Revista e reestruturada 11/2008			X	

**Fonte:** Elaboração própria com base em IASB (2009b)

**Legenda e notas:**

- A data refere-se à data de emissão, revisão ou reformatação
- CH – custo histórico
- IAS – International Accounting Standard(s) / Norma(s) Internacional(ais) de Contabilidade
- IFRS – International Financial Reporting Standard(s) / Norma(s) Contabilística(s) e de Relato Financeiro
- JV – justo valor
- N/A – não aplicável

# Anexo 2

---

## QUADRO RESUMO COM AS NORMAS DO FASB



## Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo FASB

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
Statement of Financial Accounting Standards n.º 163	Accounting for Financial Guarantee Insurance Contracts - an interpretation of FASB Statement n.º 60	05/2008		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 162	The Hierarchy of Generally Accepted Accounting Principles	05/2008				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 161	Disclosures about Derivative Instruments and Hedging Activities - an amendment of FASB Statement n.º 133	03/2008		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 160	Noncontrolling Interests in Consolidated Financial Statements - an amendment of ARB n.º 51	12/2007		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 159	The Fair Value Option for Financial Assets and Financial Liabilities - Including an amendment of FASB Statement n.º 115	02/2007		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 158	Employers' Accounting for Defined Benefit Pension and Other Postretirement Plans - an amendment of FASB Statements n.º 87, 88, 106, and 132(R)	09/2006		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 157	Fair Value Measurements	09/2006		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 156	Accounting for Servicing of Financial Assets - an amendment of FASB Statement n.º 140	03/2006		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 155	Accounting for Certain Hybrid Financial Instruments - an amendment of FASB Statements n.º 133 and 140	02/2006		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 154	Accounting Changes and Error Corrections - a replacement of APB Opinion n.º 20 and FASB Statement n.º 3	05/2005		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 153	Exchanges of Nonmonetary Assets - an amendment of APB Opinion n.º 29	12/2004		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 152	Accounting for Real Estate Time-Sharing Transactions - an amendment of FASB Statements n.º 66 and 67	12/2004				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 151	Inventory Costs - an amendment of ARB n.º 43, Chapter 4	11/2004				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 150	Accounting for Certain Financial Instruments with Characteristics of both Liabilities and Equity	05/2003		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 149	Amendment of Statement 133 on Derivative Instruments and Hedging Activities	04/2003		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 148	Accounting for Stock-Based Compensation - Transition and Disclosure - an amendment of FASB Statement n.º 123	12/2002		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 147	Acquisitions of Certain Financial Institutions - an amendment of FASB Statements n.º 72 and 144 and FASB Interpretation n.º 9	10/2002		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 146	Accounting for Costs Associated with Exit or Disposal Activities	06/2002		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 145	Rescission of FASB Statements n.º 4, 44, and 64, Amendment of FASB Statement n.º 13, and Technical Corrections	04/2002		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 144	Accounting for the Impairment or Disposal of Long-Lived Assets	08/2001		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 143	Accounting for Asset Retirement Obligations	06/2001		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 142	Goodwill and Other Intangible Assets	06/2001			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 141	Business Combinations	Revista 12/2007			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 140	Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities-a replacement of FASB Statement n.º 125	09/2000			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 139	Rescission of FASB Statement n.º 53 and amendments to FASB Statements n.º 63, 89, and 121	06/2000				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 138	Accounting for Certain Derivative Instruments and Certain Hedging Activities-an amendment of FASB Statement n.º 133	06/2000		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 137	Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities - Deferral of the Effective Date of FASB Statement n.º 133 - an amendment of FASB Statement n.º 133	06/1999				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 136	Transfers of Assets to a Not-for-Profit Organization or Charitable Trust That Raises or Holds Contributions for Others	06/1999		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 135	Rescission of FASB Statement n.º 75 and Technical Corrections	02/1999		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 134	Accounting for Mortgage-Backed Securities Retained after the Securitization of Mortgage Loans Held for Sale by a Mortgage Banking Enterprise - an amendment of FASB Statement n.º 65	10/1998		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 133	Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities	06/1998		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 132	Employers' Disclosures about Pensions and Other Postretirement Benefits - an amendment of FASB Statements n.º 87, 88, and 106	Revista 12/2003		X		

## Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo FASB (cont.)

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
Statement of Financial Accounting Standards n.º 131	Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information	06/1997				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 130	Reporting Comprehensive Income	06/1997		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 129	Disclosure of Information about Capital Structure	02/1997				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 128	Earnings per Share	02/1997		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 127	Deferral of the Effective Date of Certain Provisions of FASB Statement n.º 125 - an amendment to FASB Statement n.º 125	12/1996	Substituído pelo SFAS 140			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 126	Exemption from Certain Required Disclosures about Financial Instruments for Certain Nonpublic Entities - an amendment to FASB Statement n.º 107	12/1996		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 125	Accounting for Transfers and Servicing of Financial Assets and Extinguishments of Liabilities	06/1996	Substituído pelo SFAS 140			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 124	Accounting for Certain Investments Held by Not-for-Profit Organizations	11/1995		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 123	Share-Based Payment	Revista 12/2004			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 122	Accounting for Mortgage Servicing Rights - an amendment of FASB Statement n.º 65	05/1995	Substituído pelos SFAS 125 e SFAS 140			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 121	Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and for Long-Lived Assets to Be Disposed Of	03/1995	Substituído pelo SFAS 144			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 120	Accounting and Reporting by Mutual Life Insurance Enterprises and by Insurance Enterprises for Certain Long-Duration Participating Contracts - an amendment of FASB Statements 60, 97, and 113 and Interpretation n.º 40	01/1995				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 119	Disclosure about Derivative Financial Instruments and Fair Value of Financial Instruments	10/1994	Substituído pelo SFAS 133			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 118	Accounting by Creditors for Impairment of a Loan-Income Recognition and Disclosures - an amendment of FASB Statement n.º 114	10/1994		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 117	Financial Statements of Not-for-Profit Organizations	06/1993				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 116	Accounting for Contributions Received and Contributions Made	06/1993		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 115	Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities	05/1993			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 114	Accounting by Creditors for Impairment of a Loan - an amendment of FASB Statements n.º 5 and 15	05/1993		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 113	Accounting and Reporting for Reinsurance of Short-Duration and Long-Duration Contracts	12/1992				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 112	Employers' Accounting for Postemployment Benefits - an amendment of FASB Statements n.º 5 and 43	11/1992				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 111	Rescission of FASB Statement n.º 32 and Technical Corrections	11/1992				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 110	Reporting by Defined Benefit Pension Plans of Investment Contracts - an amendment of FASB Statement n.º 35	08/1992			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 109	Accounting for Income Taxes	02/1992		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 108	Accounting for Income Taxes-Deferral of the Effective Date of FASB Statement n.º 96 - an amendment of FASB Statement n.º 96	12/1991	Substituído pelo SFAS 109			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 107	Disclosures about Fair Value of Financial Instruments	12/1991		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 106	Employers' Accounting for Postretirement Benefits Other Than Pensions	12/1990			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 105	Disclosure of Information about Financial Instruments with Off-Balance-Sheet Risk and Financial Instruments with Concentrations of Credit Risk	03/1990	Substituído pelo SFAS 133			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 104	Statement of Cash Flows-Net Reporting of Certain Cash Receipts and Cash Payments and Classification of Cash Flows from Hedging Transactions - an amendment of FASB Statement n.º 95	12/1989				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 103	Accounting for Income Taxes-Deferral of the Effective Date of FASB Statement n.º 96 - an amendment of FASB Statement n.º 96	12/1989	Substituído pelos SFAS 108 e SFAS 109			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 102	Statement of Cash Flows-Exemption of Certain Enterprises and Classification of Cash Flows from Certain Securities Acquired for Resale - an amendment of FASB Statement n.º 95	02/1989			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 101	Regulated Enterprises-Accounting for the Discontinuation of Application of FASB Statement n.º 71	12/1988				X

## Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo FASB (cont.)

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
Statement of Financial Accounting Standards n.º 100	Accounting for Income Taxes-Deferral of the Effective Date of FASB Statement n.º 96 - an amendment of FASB Statement n.º 96	12/1988	Substituído pelos SFAS 103, SFAS 108 e SFAS 109			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 99	Deferral of the Effective Date of Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations - an amendment of FASB Statement n.º 93	09/1988				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 98	Accounting for Leases: Sale-Leaseback Transactions Involving Real Estate, Sales-Type Leases of Real Estate, Definition of the Lease Term, and Initial Direct Costs of Direct Financing Leases - an amendment of FASB Statements n.º 13, 66, and 91 and a rescission of FASB Statement n.º 26 and Technical Bulletin n.º 79-11	05/1988			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 97	Accounting and Reporting by Insurance Enterprises for Certain Long-Duration Contracts and for Realized Gains and Losses from the Sale of Investments	12/1987	X			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 96	Accounting for Income Taxes	12/1987	Substituído pelo SFAS 109			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 95	Statement of Cash Flows	11/1987				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 94	Consolidation of All Majority-owned Subsidiaries - an amendment of ARB n.º 51, with related amendments of APB Opinion n.º 18 and ARB n.º 43, Chapter 12	10/1987				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 93	Recognition of Depreciation by Not-for-Profit Organizations	08/1987			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 92	Regulated Enterprises-Accounting for Phase-in Plans - an amendment of FASB Statement n.º 71	08/1987	X			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 91	Accounting for Nonrefundable Fees and Costs Associated with Originating or Acquiring Loans and Initial Direct Costs of Leases - an amendment of FASB Statements n.º 13, 60, and 65 and a rescission of FASB Statement n.º 17	12/1986				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 90	Regulated Enterprises-Accounting for Abandonments and Disallowances of Plant Costs - an amendment of FASB Statement n.º 71	12/1986			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 89	Financial Reporting and Changing Prices	12/1986	X			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 88	Employers' Accounting for Settlements and Curtailments of Defined Benefit Pension Plans and for Termination Benefits	12/1985		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 87	Employers' Accounting for Pensions	12/1985		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 86	Accounting for the Costs of Computer Software to Be Sold, Leased, or Otherwise Marketed	08/1985				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 85	Yield Test for Determining whether a Convertible Security is a Common Stock Equivalent - an amendment of APB Opinion n.º 15	03/1985	Substituído pelo SFAS 128			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 84	Induced Conversions of Convertible Debt - an amendment of APB Opinion n.º 26	03/1985		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 83	Designation of AICPA Guides and Statement of Position on Accounting by Brokers and Dealers in Securities, by Employee Benefit Plans, and by Banks as Preferable for Purposes of Applying APB Opinion 20 - an amendment FASB Statement n.º 32 and APB Opinion n.º 30 and a rescission of FASB Interpretation n.º 10	03/1985	Substituído pelo SFAS 111			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 82	Financial Reporting and Changing Prices: Elimination of Certain Disclosures - an amendment of FASB Statement n.º 33	11/1984	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 81	Disclosure of Postretirement Health Care and Life Insurance Benefits	11/1984	Substituído pelo SFAS 106			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 80	Accounting for Futures Contracts	08/1984	Substituído pelo SFAS 133			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 79	Elimination of Certain Disclosures for Business Combinations by Nonpublic Enterprises - an amendment of APB Opinion n.º 16	02/1984				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 78	Classification of Obligations That Are Callable by the Creditor - an amendment of ARB n.º 43, Chapter 3A	12/1983				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 77	Reporting by Transferors for Transfers of Receivables with Recourse	12/1983	Substituído pelos SFAS 125 e SFAS 140			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 76	Extinguishment of Debt-an amendment of APB Opinion n.º 26	11/1983	Substituído pelos SFAS 125 e SFAS 140			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 75	Deferral of the Effective Date of Certain Accounting Requirements for Pension Plans of State and Local Governmental Units - an amendment of FASB Statement n.º 35	11/1983	Substituído pelo SFAS 135			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 74	Accounting for Special Termination Benefits Paid to Employees	08/1983	Substituído pelo SFAS 88			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 73	Reporting a Change in Accounting for Railroad Track Structures - an amendment of APB Opinion n.º 20	08/1983	Substituído pelo SFAS 154			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 72	Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions - an amendment of APB Opinion n.º 17, an interpretation of APB Opinions 16 and 17, and an amendment of FASB Interpretation n.º 9	02/1983		X		

## Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo FASB (cont.)

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
Statement of Financial Accounting Standards n.º 71	Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation	12/1982			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 70	Financial Reporting and Changing Prices: Foreign Currency Translation - an amendment of FASB Statement n.º 33	12/1982	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 69	Disclosures about Oil and Gas Producing Activities - an amendment of FASB Statements 19, 25, 33, and 39	11/1982				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 68	Research and Development Arrangements	10/1982			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 67	Accounting for Costs and Initial Rental Operations of Real Estate Projects	10/1982		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 66	Accounting for Sales of Real Estate	10/1982		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 65	Accounting for Certain Mortgage Banking Activities	09/1982		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 64	Extinguishments of Debt Made to Satisfy Sinking-Fund Requirements - an amendment of FASB Statement n.º 4	09/1982	Substituído pelo SFAS 145			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 63	Financial Reporting by Broadcasters	06/1982		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 62	Capitalization of Interest Cost in Situations Involving Certain Tax-Exempt Borrowings and Certain Gifts and Grants - an amendment of FASB Statement n.º 34	06/1982				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 61	Accounting for Title Plant	06/1982		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 60	Accounting and Reporting by Insurance Enterprises	06/1982		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 59	Deferral of the Effective Date of Certain Accounting Requirements for Pension Plans of State and Local Governmental Units - an amendment of FASB Statement n.º 35	04/1982	Substituído pelo SFAS 75			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 58	Capitalization of Interest Cost in Financial Statements That Include Investments Accounted for by the Equity Method - an amendment of FASB Statement n.º 34	04/1982				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 57	Related Party Disclosures	03/1982				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 56	Designation of AICPA Guide and Statement of Position (SOP) 81-1 on Contractor Accounting and SOP 81-2 concerning Hospital-Related Organizations as Preferable for Purposes of Applying APB Opinion 20 - an amendment of FASB Statement n.º 32	02/1982	Substituído pelo SFAS 111			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 55	Determining whether a Convertible Security is a Common Stock Equivalent - an amendment of APB Opinion n.º 15	02/1982	Substituído pelo SFAS 111			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 54	Financial Reporting and Changing Prices: Investment Companies - an amendment of FASB Statement n.º 33	01/1982	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 53	Financial Reporting by Producers and Distributors of Motion Picture Films	12/1981	Substituído pelo SFAS 139			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 52	Foreign Currency Translation	12/1981	X			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 51	Financial Reporting by Cable Television Companies	11/1981				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 50	Financial Reporting in the Record and Music Industry	11/1981				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 49	Accounting for Product Financing Arrangements	06/1981				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 48	Revenue Recognition When Right of Return Exists	06/1981				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 47	Disclosure of Long-Term Obligations	03/1981				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 46	Financial Reporting and Changing Prices: Motion Picture Films	03/1981	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 45	Accounting for Franchise Fee Revenue	03/1981			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 44	Accounting for Intangible Assets of Motor Carriers - an amendment of Chapter 5 of ARB n.º 43 and an interpretation of APB Opinions 17 and 30	12/1980	Substituído pelo SFAS 145			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 43	Accounting for Compensated Absences	11/1980				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 42	Determining Materiality for Capitalization of Interest Cost - an amendment of FASB Statement n.º 34	11/1980				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 41	Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets-Income-Producing Real Estate - a supplement to FASB Statement n.º 33	11/1980	Substituído pelo SFAS 89			

## Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo FASB (cont.)

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
Statement of Financial Accounting Standards n.º 40	Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets-Timberlands and Growing Timber - a supplement to FASB Statement n.º 33	11/1980	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 39	Financial Reporting and Changing Prices: Specialized Assets-Mining and Oil and Gas - a supplement to FASB Statement n.º 33	10/1980	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 38	Accounting for Preacquisition Contingencies of Purchased Enterprises - an amendment of APB Opinion n.º 16	09/1980		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 37	Balance Sheet Classification of Deferred Income Taxes - an amendment of APB Opinion n.º 11	07/1980				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 36	Disclosure of Pension Information - an amendment of APB Opinion n.º 8	05/1980	Substituído pelo SFAS 87			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 35	Accounting and Reporting by Defined Benefit Pension Plans	03/1980			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 34	Capitalization of Interest Cost	10/1979	X			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 33	Financial Reporting and Changing Prices	09/1979	Substituído pelo SFAS 89			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 32	Specialized Accounting and Reporting Principles and Practices in AICPA Statements of Position and Guides on Accounting and Auditing Matters - an amendment of APB Opinion n.º 20	09/1979	Substituído pelo SFAS 111			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 31	Accounting for Tax Benefits Related to U.K. Tax Legislation Concerning Stock Relief	09/1979	Substituído pelos SFAS 96 e SFAS 109			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 30	Disclosure of Information about Major Customers - an amendment of FASB Statement n.º 14	08/1979	Substituído pelo SFAS 131			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 29	Determining Contingent Rentals - an amendment of FASB Statement n.º 13	06/1979				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 28	Accounting for Sales with Leasebacks - an amendment of FASB Statement n.º 13	05/1979			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 27	Classification of Renewals or Extensions of Existing Sales-Type or Direct Financing Leases - an amendment of FASB Statement n.º 13	05/1979				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 26	Profit Recognition on Sales-Type Leases of Real Estate - an amendment of FASB Statement n.º 13	04/1979	Substituído pelo SFAS 98			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 25	Suspension of Certain Accounting Requirements for Oil and Gas Producing Companies - an amendment of FASB Statement n.º 19	02/1979	X			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 24	Reporting Segment Information in Financial Statements That Are Presented in Another Enterprise's Financial Report - an amendment of FASB Statement n.º 14	12/1978	Substituído pelo SFAS 131			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 23	Inception of the Lease - an amendment of FASB Statement n.º 13	08/1978		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 22	Changes in the Provisions of Lease Agreements Resulting from Refundings of Tax-Exempt Debt - an amendment of FASB Statement n.º 13	06/1978				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 21	Suspension of the Reporting of Earnings per Share and Segment Information by Nonpublic Enterprises - an amendment of APB Opinion n.º 15 and FASB Statement n.º 14	04/1978	Substituído pelo SFAS 131			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 20	Accounting for Forward Exchange Contracts - an amendment of FASB Statement n.º 8	12/1977	Substituído pelo SFAS 52			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 19	Financial Accounting and Reporting by Oil and Gas Producing Companies	12/1977			X	
Statement of Financial Accounting Standards n.º 18	Financial Reporting for Segments of a Business Enterprise: Interim Financial Statements - an amendment of FASB Statement n.º 14	11/1977	Substituído pelo SFAS 131			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 17	Accounting for Leases: Initial Direct Costs - an amendment of FASB Statement n.º 13	11/1977	Substituído pelo SFAS 91			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 16	Prior Period Adjustments	06/1977				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 15	Accounting by Debtors and Creditors for Troubled Debt Restructurings	06/1977		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 14	Financial Reporting for Segments of a Business Enterprise	12/1976	Substituído pelo SFAS 131			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 13	Accounting for Leases	11/1976		X		
Statement of Financial Accounting Standards n.º 12	Accounting for Certain Marketable Securities	12/1975	Substituído pelo SFAS 115			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 11	Accounting for Contingencies: Transition Method - an amendment of FASB Statement n.º 5	12/1975				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 10	Extension of "Grandfather" Provisions for Business Combinations - an amendment of APB Opinion n.º 16	10/1975	Substituído pelo SFAS 141			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 9	Accounting for Income Taxes: Oil and Gas Producing Companies - an amendment of APB Opinions n.º 11 and 23	10/1975	Substituído pelo SFAS 19			

### Critérios de mensuração nas normas emitidas pelo FASB (cont.)

Norma	Nome	Data	Mensuração			
			CH	JV	CH/JV	N/A
Statement of Financial Accounting Standards n.º 8	Accounting for the Translation of Foreign Currency Transactions and Foreign Currency Financial Statements	10/1975	Substituído pelo SFAS 52			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 7	Accounting and Reporting by Development Stage Enterprises	06/1975				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 6	Classification of Short-Term Obligations Expected to Be Refinanced - an amendment of ARB n.º 43, Chapter 3A	05/1975				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 5	Accounting for Contingencies	03/1975				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 4	Reporting Gains and Losses from Extinguishment of Debt - an amendment of APB Opinion n.º 30	03/1975	Substituído pelo SFAS 145			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 3	Reporting Accounting Changes in Interim Financial Statements - an amendment of APB Opinion n.º 28	12/1974	Substituído pelo SFAS 154			
Statement of Financial Accounting Standards n.º 2	Accounting for Research and Development Costs	10/1974				X
Statement of Financial Accounting Standards n.º 1	Disclosure of Foreign Currency Translation Information	12/1973	Substituído pelos SFAS 8 e SFAS 52			

**Fonte:** Elaboração própria com base no site do FASB in [www.fasb.org](http://www.fasb.org), em 15 Janeiro 2009.

**Legenda e notas:**

- A data refere-se à data de emissão, revisão ou reformatação
- CH – custo histórico
- JV – justo valor
- N/A – não aplicável
- SFAS – Statements of Financial Accounting Standards

# Anexo 3

---

GUIÃO DA ENTREVISTA

**Objectivo:** conhecer a opinião de vários tipos de interessados na informação financeira produzida pelas empresas acerca da importância dos critérios de mensuração actualmente adoptados na preparação daquela informação e da eventual alteração do modelo normativo no sentido do acolhimento, ou não, de critérios assentes no justo valor, *maxime* do *full fair value*.

### Objectivos Específicos e Estratégia

Designação dos Blocos	Objectivos Específicos	Questões Orientadoras
<b>A.</b> Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Legitimar a entrevista</li> <li>♦ Motivar o entrevistado a participar</li> <li>♦ Obter alguns dados pessoais</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Informar o entrevistado sobre os objectivos do estudo.</li> <li>2. Assegurar o carácter confidencial das informações bem como, que a resposta é vista a nível pessoal e não institucional, excepto se o entrevistado expressamente pretender o contrário.</li> <li>3. Obter autorização para a gravação da entrevista.</li> <li>4. Dados pessoais (idade, habilitações académicas, anos de experiência profissional e concretamente na função que actualmente desempenha).</li> </ol>
<b>B.</b> Características qualitativas	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Identificar, de entre as características da relevância e fiabilidade, a que melhor contribui para a qualidade da informação financeira</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Na actual envolvente económica, de entre as características da informação financeira, relevância e fiabilidade, qual considera que melhor contribui para a qualidade da informação financeira?</li> </ol>
<b>C.</b> Custo histórico	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Obter opiniões sobre o custo histórico como critério de mensuração contabilística, bem como avaliar quais são as suas principais vantagens e desvantagens e se são aplicáveis a todos os utilizadores da informação financeira</li> <li>♦ Obter opiniões sobre a mudança para outros critérios de mensuração e identificar quais as razões subjacentes à mesma</li> <li>♦ Obter opiniões se a mudança, a existir, se justifica para todos os elementos das demonstrações financeiras e para todo o tipo de empresas</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Quais são, na sua opinião, as principais vantagens subjacentes à utilização do custo histórico?</li> <li>2. E as principais desvantagens?</li> <li>3. As vantagens e desvantagens do custo histórico que enumerou abrangem, no seu entender, todos os utilizadores da informação financeira (desde o preparador, o investidor, a gestão da empresa e os restantes utilizadores) ou privilegia algum(ns) deles? Se sim, quais?</li> <li>4. Na actual envolvente económica, considera o custo histórico um critério de mensuração contabilística adequado para a divulgação da informação financeira?</li> <li>5. Quais são, no seu entender, as razões que podem levar à mudança para outros critérios de mensuração contabilística?</li> <li>6. No seu entendimento, a mudança (a existir) justifica-se para todos os elementos das demonstrações financeiras ou apenas para alguns? Neste caso, quais?</li> <li>7. Essa mudança (a existir) justifica-se, no seu entendimento, para todo o tipo de empresas ou só para alguns? Neste caso, quais?</li> </ol>
<b>D.</b> Surgimento do justo valor e a sua determinação	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Recolher opiniões sobre o surgimento do justo valor</li> <li>♦ Obter opiniões sobre as vantagens e desvantagens do justo valor e se são</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Poderá, em sua opinião, a aplicação do princípio da prudência ser entendido como um primeiro passo na aplicação do justo valor?</li> <li>2. Em sua opinião, quais são as razões/factos/situações que levaram ao surgimento do justo valor?</li> </ol>



### Objectivos Específicos e Estratégia (cont.)

Designação dos Blocos	Objectivos Específicos	Questões Orientadoras
<b>D.</b> Surgimento do justo valor e a sua determinação	<p>aplicáveis a todos os utilizadores da informação financeira</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Recolher opiniões sobre a adequação, ou não, da forma de cálculo do justo valor que consta nas IAS e se a mesma influencia as características qualitativas da informação financeira</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Quais são, para si, as principais vantagens subjacentes à utilização do justo valor?</li> <li>E as principais desvantagens e/ou inconvenientes subjacentes à utilização do justo valor?</li> <li>As vantagens e desvantagens do justo valor que enumerou abrangem, no seu entender, todos os utilizadores da informação financeira (desde o preparador, o investidor, a gestão da empresa e os restantes utilizadores) ou privilegia algum(ns) deles? Se sim, quais?</li> <li>Com vê a opção dos organismos normalizadores na adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto? Porquê? E se não, para quais elementos?</li> <li>Qual o seu entendimento acerca da forma como as normas internacionais preconizam o cálculo do justo valor?</li> <li>Considera que essa forma de cálculo do justo valor é suficiente ou deveria ser mais discriminada? E quando não existe um mercado activo?</li> <li>Em sua opinião, a forma de cálculo do justo valor tem influência nas características qualitativas da informação financeira? Se sim, em quais e de que forma as influencia? Se não, porquê?</li> </ol>
<b>E.</b> Evolução na utilização do justo valor	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar a tendência futura na utilização do justo valor</li> <li>Perceber qual será o impacto na qualidade da informação financeira com a utilização do <i>full fair value</i></li> <li>Obter opiniões sobre o tratamento contabilístico das diferenças de justo valor preconizadas pelos organismos normalizadores</li> <li>Recolher opiniões sobre os mecanismos de <i>enforcement</i> e a aplicação do justo valor e identificar se a adopção do mesmo garante a neutralidade da informação financeira ou privilegia alguns utilizadores</li> <li>Obter opiniões sobre a abordagem que é feita ao justo valor no novo SNC</li> </ul>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Considera que, no futuro, a utilização do justo valor irá ser, do ponto de vista de aplicação, mais abrangente, caminhando-se para o <i>full fair value</i>?</li> <li>O que pensa desse processo/movimento? Em caso negativo, como acha que deveria ser?</li> <li>Numa situação de tendência para o <i>full fair value</i>, qual será, do seu ponto de vista, o impacto na qualidade da informação financeira?</li> <li>Como considera que devem ser tratados pelos organismos normalizadores as diferenças de justo valor?</li> <li>Acha que o justo valor seria melhor aplicado se existissem mecanismos de <i>enforcement</i>? Se sim, quais os tipos de mecanismos que preconiza? Se não, porquê?</li> <li>Considera que a adopção do justo valor garante a neutralidade da informação financeira ou privilegia alguns dos utilizadores da mesma?</li> <li>Em termos nacionais, como qualifica a abordagem que é feita ao justo valor no novo SNC? Porquê?</li> </ol>

# Anexo 4

---

TRANSCRIÇÃO DA  
ENTREVISTA A *P9*

P – Perguntas do entrevistador

R – Respostas do entrevistado

***P1 – Na actual envolvente económica, de entre as características da informação financeira, relevância e fiabilidade, qual considera que é melhor contribui para a qualidade da informação financeira?***

**R1** – Elas complementam-se. Eu não estou a ver que alguma coisa seja relevante se não for fiável... e a fiabilidade só é interessante se tiver relevância, porque se não tiver também a fiabilidade acaba por não ter nenhum tipo de significado. Quer dizer, uma sem a outra não é possível, não existem, não têm interesse... Só convivem as duas em conjunto e só as duas em conjunto é que funcionarão.

***P2 – E nenhuma mais do que outra?***

**R2** – Não, não... Porque a falta de uma elimina a outra, elimina o interesse da outra.

***P3 – Quais são, na sua opinião, as principais vantagens subjacentes à utilização do custo histórico?***

**R3** – A principal vantagem é a objectividade... é essa a maior vantagem que eu identifico.

***P4 – E as principais desvantagens?***

**R4** – De desvantagens, em economias super-inflacionárias é a perda de relevância da informação... perde relevância, imediatamente. Mas em economias com uma inflação baixa, tem alguma desvantagem... mas há modelos que ultrapassam essas desvantagens.

***P5 – Face a essa vantagem e desvantagem considera elas afectam da mesma forma todos os utilizadores da informação financeira (desde o preparador, o investidor, a gestão da empresa e restantes utilizadores) ou privilegia algum(ns) deles em detrimento de outros?***

**R5** – Primeiro, em relação ao preparador, o custo histórico acarreta pouca conflituosidade com os outros utentes. Os outros quais são?

***P6 – O investidor, a gestão...***

**R6** – Em relação ao investidor eu penso que ele tem uma grande vantagem pois é um dado objectivo e na perspectiva de que quando eu compro qualquer coisa faço um bom ou um mau negócio, mas só ganho quando vendo, e aí o custo histórico em função de outros tipos de valorimetria eu penso que é mais objectivo. Em relação à gestão, vai depender do tipo

de gestão: se for uma gestão contratada, uma gestão profissional que não se confunda com os investidores, se calhar esses gestores poderão sentir-se algo defraudados. Porquê? Porque eles podem ter feito um bom negócio, mas ele não aparece, o resultado não aparece nas contas enquanto não venderem. É a única desvantagem que eu vejo para os gestores, são aqueles que são contratados e que têm um mandato reduzido no tempo. Mas na maior parte das empresas portuguesas o investidor como se confunde com a gestão da empresa, enfim, aí as coisas são mais mitigadas.

***P7 – Considera o custo histórico um critério de mensuração contabilística adequado para a divulgação da informação financeira, na actual envolvente económica?***

**R7** – Sim, completamente adequado, quando muito poderá exigir que se divulgue informação complementar, nomeadamente a época em que... a idade do custo histórico, e com isso já não vejo grandes desvantagens.

***P8 – No seu entender, que razões poderão existir para levar à mudança para outros critérios de mensuração contabilística?***

**R8** – Que razões poderão existir?... Eu penso que as razões que eu consigo identificar são essencialmente as razões de oportunidade ou de oportunismo. Não sei se uma se outra mais, ou uma mais do que outra, não mais do que isso. Agora mais do que nunca. Acho que esta crise que estamos a passar, se os critérios valorimétricos fossem menos avançados, fossem mais clássicos, que as coisas não teriam chegado ao ponto onde chegaram.

***P9 – A mudança (a existir) justifica-se para todos os elementos das demonstrações financeiras ou apenas para alguns?***

**R9** – O nosso normativo contabilístico, apesar de já ter anos, começou em 1977 e depois em 1989, já tem muitos anos, mas o nosso normativo contabilístico já contém uma série de excepções, nomeadamente, quando a liquidez existe em relação à maior parte dos elementos dos nossos activos que se tornam líquidos, o próprio Plano Oficial de Contabilidade (POC), tão velhinho, já contempla essas excepções. Quer dizer, eu penso que se houver activos com um mercado activo, aí não vejo nenhum inconveniente que se abandone o custo histórico. Agora não havendo mercado activo, completamente contra o abandono do custo histórico, completamente.

**P10 – Essa mudança (a existir) justifica-se, no seu entendimento, para todo o tipo de empresas ou só para alguns?**

**R10 –** Não, não, só para algumas. E teriam que justificar o porquê dessa mudança, não vejo que se queira mudar só por uma questão de moda.

**P11 – E nessas algumas, quais seriam de identificar?**

**R11 –** Eu aceitaria numa óptica de que se tem que privilegiar a gestão profissional, essas mas com mecanismos de regulação e de supervisão e de vigilância mais apertados. Aí penso que é um caso em que se justifica esse tipo de alteração.

**P12 – Poderá, em sua opinião, a aplicação do princípio da prudência ser entendido como um primeiro passo na aplicação do justo valor?**

**R12 –** Eu penso que não se pode estabelecer nenhuma ligação directa entre o princípio da prudência e o justo valor, ou o princípio da prudência e o custo histórico. Eu penso que o princípio da prudência é importante mas tanto se aplica o princípio da prudência num ambiente de custo histórico como num ambiente de justo valor. Eu penso que o princípio da prudência tem aplicação em ambos os ambientes e não se aplica só a um.

**P13 – Quais são, em sua opinião, as razões/factos/situações que levaram ao surgimento do justo valor?**

**R13 –** Essa tal... enfim... essa tal oportunidade ou oportunismo e que as administrações que são remuneradas em função dos seus resultados viram que era-lhes mais fácil mostrar resultados num contexto de justo valor para justificar depois os prémios que as administrações se habituaram a receber.

**P14 – Quais são, para si, as principais vantagens subjacentes à utilização do justo valor?**

**R14 –** Algumas vantagens?

**P15 – Sim.**

**R15 –** Se alongarmos o justo valor a outros activos que não tenham liquidez não vejo nenhuma vantagem, antes pelo contrário. Se forem activos com liquidez vejo a vantagem que é não ter que fazer uma operação de venda e compra simultânea para introduzir o resultado nas contas, porque se o mercado é activo, se tem liquidez, eu ultrapasso o problema do justo valor, fazendo operações de compra e venda com alguma rapidez, desde

que os custos não sejam desadequados. E é apenas essa a única vantagem de evitar esses custos, de transacção.

***P16 – E as principais desvantagens e/ou inconvenientes subjacentes à utilização do justo valor?***

**R16** – A desvantagem é o inverso. A não existência de mercado activo.

***P17 – As vantagens e desvantagens do justo valor que identificou afectam, no seu entender, todos os utilizadores da informação financeira (desde o preparador, o investidor, a gestão da empresa e os restantes utilizadores) ou privilegia algum(ns) deles?***

**R17** – Não, abrange aqueles que carecem... abrange principalmente aqueles que sentem a necessidade de manifestar nas suas contas os resultados com maior rapidez e é apenas isso.

***P18 – Como vê a opção dos organismos normalizadores na adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto?***

**R18** – A opção pelo justo valor? Eu apesar de tudo vejo os organismos normalizadores até agora têm tido alguma prudência em relação à adopção do justo valor. E se formos ver aqueles que podiam estar mais avançados, que é o caso das empresas financeiras e de seguros, em Portugal pelo menos, essa prudência tem-se mantido. Em relação às empresas, às outras empresas que não as financeiras e as de seguros, eu penso que, enfim, que o bom senso irá prevalecer e não vamos avançar com o justo valor assim tão rapidamente quanto há alguns anos se pensaria nisto.

***P19 – Relativamente à forma de cálculo do justo valor qual é o seu entendimento acerca da forma como as normas internacionais preconizam o seu cálculo?***

**R19** – Qual é o tratamento?...

***P20 – Qual o seu entendimento acerca da forma como as normas internacionais preconizam o cálculo do justo valor?***

**R20** – Assentam essencialmente em modelos, modelos de avaliação, e, como todos os modelos não passam disso, não passam de modelos... quando um modelo é bom num determinado contexto passa a ser mau num outro contexto diferente, e tudo o que são modelos, enfim, têm um grau de... não fiabilidade mais ou menos grande, porque se

alguém puser em causa o modelo pode por em causa as demonstrações financeiras, e neste momento tenho quase a certeza, não tenho nada objectivamente, mas tenho quase a certeza que modelos que foram aplicados ao longo de muitos anos, neste momento, neste contexto, perderam completamente todo o seu significado. Por isso assente em modelos a fiabilidade é capaz de não ser muito grande.

***P21 – Considera que essa forma de cálculo do justo valor é suficiente ou deveria ser mais discriminada?***

**R21** – Eu penso que qualquer informação desde que seja demasiado complexa perde objectividade e nesse caso perde relevância também. E os modelos ou são suficientemente simples para serem entendidos com rapidez porque o sistema contabilístico é dos sistemas de informação que eu conheço mais sofisticados e que foram criados em toda a humanidade. E porquê? Porque permite em “duas folhas de papel A4” colocar lá um manancial de informação que toda a gente entende e até é a grande virtude das demonstrações financeiras, que estar a depois fazer valer a utilidade dessas, vá lá, desse sistema de informação que é tão avançado, para coisas tão complexas que a pessoa perde a noção... da utilidade por via demasiado complexo, penso que é uma asneira enorme.

***P22 – E quando não existe um mercado activo?***

**R22** – Sim, sim. Existindo um mercado activo não vejo que haja nenhum inconveniente nisso, e já não são necessários modelos, aí é o custo histórico no momento, havendo custo histórico em cada momento é o modelo usando o custo histórico nesses momentos todos.

***P23 – Em sua opinião, a forma de cálculo do justo valor tem influência nas características qualitativas da informação financeira?***

**R23** – Sim, tem.

***P24 – Se sim, em quais e de que forma as influencia?***

**R24** – A fiabilidade, essencialmente a fiabilidade. Quer dizer... porque o grande defeito do justo valor é a sua subjectividade. Sendo subjectivo torna-se pouco fiável porque cada um tem a sua opinião e normalmente em tudo o que é negócios é difícil de quem está a comprar tenha a mesma opinião de quem está a vender em relação aos valores.

**P25 – Considera que, no futuro, a utilização do justo valor irá ser, do ponto de vista de aplicação, mais abrangente, caminhando-se para o full fair value?**

**R25 –** Espero que não.

**P26 – Porque...**

**R26 –** Porquê? Porque não vejo que o justo valor se possa aplicar a todos os activos sem pôr em causa a credibilidade da informação que é divulgada.

**P27 – Concorda com esse processo/movimento?**

**R27 –** Sim, quando muito se alguém pensar em caminhar para o full fair value, eu se for utente da informação financeira, ou se eu precisar da informação financeira, eu vou pedir sempre que me construam uma outra coluna de balanço em que me ponham lá o custo histórico, está a entender? Se o Balanço passar a ser quadripartido... aí tudo bem.

**P28 – Numa situação de tendência para o full fair value, qual será, do seu ponto de vista, o impacto na qualidade da informação financeira?**

**R28 –** Já foi respondido.

**P29 – Como considera que devem ser tratados pelos organismos normalizadores as diferenças de justo valor?**

**R29 –** Depende, depende. Se forem mercados activos não me repugna nada que vá para resultados e que sejam distribuíveis porque se não forem, eu resolvo isso rapidamente fazendo transacções no final do ano e assunto arrumado. Se não houver mercado activo, quando muito vão aos capitais próprios, mas sem serem susceptíveis de distribuição.

**P30 – Acha que o justo valor seria melhor aplicado se existissem mecanismos de enforcement?**

**R30 –** O que é que se entende por mecanismos de enforcement?

**P31 – Existirem organismos que vão verificar, vão ver se está a ser aplicado correctamente, vão fiscalizar...**

**R31 –** Portanto, enforcement não é no sentido de induzir a atenção dos outros... é no sentido regulador.



**P32 – Exacto.**

**R32 –** A pergunta é?

**P33 –** *Se considera que o justo valor seria melhor aplicado se existissem mecanismos de enforcement?*

**R33 –** Ah, sim. Se seria melhor aplicado ou não, não sei, mas que seria mais susceptível de ser pacificamente aceite, sim.

**P34 –** *Estes mecanismos de enforcement partiriam de algum organismo externo, ou começariam na própria empresa? Seriam ambos?*

**R34 –** Obrigatoriamente externo, obrigatoriamente externo.

**P35 –** *Do género de auditoria?*

**R35 –** Do género de auditoria independente, nem sequer auditoria interna, seria auditoria externa.

**P36 –** *Considera que a adopção do justo valor garante a neutralidade da informação financeira ou privilegia alguns dos utilizadores da mesma?*

**R36 –** Privilegia alguns utentes da mesma. O justo valor não é neutro. Nunca será neutro porque senão seria... seria consensual a atribuição do justo valor e não acredito que haja duas pessoas que atribuam o mesmo justo valor à mesma coisa.

**P37 –** *Para finalizarmos, e em termos nacionais, como qualifica a abordagem que é feita ao justo valor no novo SNC?*

**R37 –** Eu penso que se avançou demais. Eu prefiro uma posição mais conservadora do que as funções que estão no SNC. Estão para além daquilo que eu acho que é razoável e entendo que se o SNC for para a frente tal e qual está, e não estou a responder a isto na qualidade de membro do Conselho Técnico, acho que o grau de conflituosidade entre os TOC e os seus clientes vai aumentar enormemente. As pressões vão ser enormes, os maus profissionais vão vender a sua assinatura ao preço que entenderem e os bons só daqui a alguns anos é que vão saber... é que eventualmente vão saber que são bons; estamos perante uma profissão em que o bom profissional não tem nenhum tipo de visibilidade, o mau profissional é aquele que se expõe no mercado. Ou seja, é um pouco como os árbitros de futebol. O árbitro de futebol actua tanto melhor quanto menos ele seja notado, e em

relação aos TOC é um pouco isso, se ele fizer tudo bem, se ele cumprir rigorosamente com tudo sobre ponto de vista ético, profissional, deontológico, etc., ninguém falará nele. Porquê? Porque as pessoas não falam nas coisas que são bem feitas, quer dizer, irão falar quando houver, enfim, um desaire qualquer e isso venha para a praça pública, ou o cliente tenha um problema qualquer complicado com uma entidade qualquer e nessa altura ele vai acusar o TOC e as coisas vão ser faladas. Esta profissão de facto tem essa grande desvantagem, é quando as coisas são bem feitas, ninguém dá por ela, dão por ela se calhar num tempo mais ou menos distante, já quando as coisas correm mal, quando as coisas estão menos bem feitas.

***Muito obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.***

# Anexo 5

---

## **GRELHA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS**

**Grelha de análise de conteúdo das entrevistas**

Entrevistado	Dados Pessoais			1. Características qualitativas	2. Custo histórico			
	Habilitações Académicas	N.º Anos Experiência Profissional	N.º Anos na Função Actual	1.1 Característica, de entre a relevância e a fiabilidade, que melhor contribui para a qualidade da informação financeira	2.1 Vantagens	2.2 Desvantagens	2.3 Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores	2.4 Adequação do critério de mensuração para a divulgação da informação financeira
N1	Licenciatura em Finanças	29	3	A fiabilidade.	A objectividade e a facilidade de determinação.	Pode não proporcionar uma imagem verdadeira. Refere a tentativa existente de ajustar o custo histórico para o valor de mercado, através da reavaliação.	Privilegia o Estado. O investidor não tem uma imagem tão real.	Não é muito adequado; retrata insuficientemente a realidade.
R2	Licenciatura em Gestão	15	15	Considera difícil eleger uma delas porque interagem como um todo. É do balanceamento entre ambas, que por vezes têm sinais contrários, que se atinge a verdadeira essência da satisfação das necessidades de diferentes utilizadores. No contexto dos mercados, é fundamental para o investidor ter informação que seja relevante para a sua tomada de decisão. É, contudo, necessário assegurar a fiabilidade, que também essa informação seja assente em critérios que possam ser confiáveis, consistentes e verificáveis.	A objectividade da informação, a existência de dados observáveis e documentados. A aparente segurança porque, embora assente em factos verificáveis, há sempre o problema da sua razoabilidade económica, de poderem ser motivados por outros factores que não económicos, por exemplo, pela existência de partes relacionadas.	Não contribui para a tomada de decisões em toda a sua plenitude.	A administração fiscal, considerada durante muito tempo um dos principais utilizadores, sai beneficiada com o custo histórico. Os credores e investidores, e a própria gestão da empresa, necessitam de informação que os auxilie na tomada de decisões, que espelhe o valor actual e os riscos associados que afectam a empresa, para o que o custo histórico é insuficiente.	Começa por questionar o objectivo da Contabilidade: se serve só para registar factos históricos ou se vai mais longe. Actualmente a Contabilidade só é útil se responder às necessidades dos diferentes utilizadores. Deve procurar retratar os negócios, a forma de os fazer, para o que o custo histórico não é suficiente. É necessário um critério que contribua para uma maior transparência, actualidade e conhecimento efectivo do negócio da entidade.
SR3	Licenciatura em Economia	48	3	A informação deve ser relevante e ganha muito em o ser. Contudo, a informação assente em dados mais objectivos, complementada com outra adicional, é mais vantajosa. Reconhece, porém, que para alguns elementos não serve, designadamente para os produtos financeiros.	A demonstrabilidade. O custo histórico é objectivo, fácil de demonstrar e de comprovar.	A desactualização. Entende, contudo, que esta desvantagem pode ser minimizada com mais informação adicional.	O custo histórico é útil para o preparador, porque é simples de tratar, e para a gestão, porque lida com uma informação relativamente simples. Para os credores também será útil, pois eles sabem que o património vale pelo menos aquele valor. Para outras categorias de agentes económicos, nomeadamente para o investidor, já não será tão útil.	Não o considera suficiente, mas também entende que não afecta de igual modo todas as rubricas das demonstrações financeiras.
SR4	Mestrado em Gestão	25	19	Ambas são importantes e deve-se encontrar uma combinação adequada. Há muitas situações em que a relevância se deve sobrepor à fiabilidade, e outras em que a fiabilidade se deve sobrepor à relevância. Contudo, para que a informação possa ser relevante tem de ser minimamente fiável, porquanto a relevância faz apelo à utilidade da informação na tomada de decisões. Não entende a fiabilidade como um valor absoluto, ou seja, não confunde fiabilidade com objectividade, nem reduz a relevância à tempestividade.	Facilita a comparabilidade da informação, nomeadamente no espaço quando utilizado pela generalidade das entidades. É objectivo, fiável e seguro do ponto de vista do apuramento.	A desactualização. A certa altura o custo histórico afasta-se do valor real dos elementos, em cada contexto económico e geográfico concreto.	As desvantagens projectam-se mais no credor, investidor e no accionista que tem expectativas de ganhos (via dividendo e/ou mais valia). Para os trabalhadores, accionistas maioritários com influência significativa na gestão, e credores bancários que tenham posições a médio e longo prazo, o custo histórico já não será tão preocupante. Ou seja, prejudica mais os utilizadores que necessitem de tomar decisões de curtíssimo prazo, porque introduz algumas distorções.	Depende muito da combinação de activos e passivos da entidade. Assim, o custo histórico continua ser um critério de mensuração muitíssimo adequado para um conjunto significativo de activos e de passivos, essencialmente para os que são comprados e fruídos ou vendidos num contexto de continuidade, pouco influenciado pela globalização ou volatilidade dos mercados. Como tal, na maioria das pequenas e médias empresas, o custo histórico vai continuar ser a mais adequada e utilizada forma de mensuração. Já num contexto de activos e passivos cuja realização ou liquidação possa ser fortemente influenciada por outros critérios de valor, o custo histórico pode não ser adequado.
SR5	Licenciatura em Gestão	24	12	Tende mais para a relevância, desde que assegurada a fiabilidade de cálculo e certos parâmetros racionais.	A objectividade.	Com o passar do tempo, a desactualização e o afastamento face à realidade.	Prejudica o investidor e as instituições financeiras, pois não têm informação acerca do real valor dos bens.	O custo histórico não reflecte, tendencialmente, o valor real dos bens. Não é, de todo, o método mais adequado.
I/A6	Doutoramento em Organização e Gestão de Empresas	20	20	Depende do objectivo que se pretende atingir com as demonstrações financeiras. No paradigma da utilidade prevalece a relevância da informação. Contudo, para uma informação de qualidade, ambas as características devem ser interpretadas em conjunto, procurando-se um ponto de equilíbrio.	A certeza e a objectividade dos valores.	A falta de relevância da informação financeira.	Prejudica os operadores dos mercados e beneficia os preparadores das demonstrações financeiras, pois é mais fácil de determinar.	Considera o custo histórico adequado, mas é necessário fornecer informação adicional para que possa ser realmente útil a vários utilizadores.
I/A7	Doutoramento em Gestão - Ramo Contabilidade	17	10	São ambas importantes embora tenda mais para a fiabilidade, já que está associada ao custo histórico, enquanto que a relevância está mais associada ao justo valor.	A objectividade. Conhece-se toda a informação relacionada com o activo, o seu historial, o seu custo de aquisição. É um critério fiável.	Em épocas instáveis (hiper-inflacionistas ou o contrário) há uma desactualização dos valores face à realidade.	Privilegia os preparadores da informação financeira e prejudica essencialmente os investidores.	O custo histórico não é muito adequado porque não evolui no tempo.

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	Dados Pessoais			1. Características qualitativas	2. Custo histórico			
	Habilitações Académicas	N.º Anos Experiência Profissional	N.º Anos na Função Actual	1.1 Característica, de entre a relevância e a fiabilidade, que melhor contribui para a qualidade da informação financeira	2.1 Vantagens	2.2 Desvantagens	2.3 Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores	2.4 Adequação do critério de mensuração para a divulgação da informação financeira
I/A8	Licenciatura em Economia e Pós Graduação em Auditoria	48	19	Indiscutivelmente a fiabilidade, porquanto nenhuma informação é relevante quando não é fiável.	A fiabilidade da informação. Envolve duas partes (a compra e a venda), traduzindo-se numa interacção social e não propriamente numa apreciação da situação porque alguém o entendeu.	A desactualização. No momento da tomada de decisão, o custo histórico pode já ter pouco interesse havendo a necessidade de recorrer a informação adicional.	Afectam de forma distinta os diferentes utilizadores. Enquanto o decisor (interno) precisa de informação actualizada, o mercado externo precisa de informação não só actualizada mas, acima de tudo, fiável. Exceptuando situações de elevada inflação, ao mercado externo só interessa qualquer valor além do histórico se, simultaneamente, lhe for indicado o histórico.	Não só é um critério adequado, como é o critério de base. Toda a informação além do custo histórico deve ser considerada complementar e não substituta daquele. Só admite informação exclusiva a outro critério, que não ao custo histórico, quando este não é suficientemente conhecido, admitindo que aí seja necessário divulgar a base de custeio que se adoptou.
P9	Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais	31	11	As duas características complementam-se e só em conjunto serão úteis, pelo que a falta de uma elimina o interesse da outra. A informação não será relevante se não for fiável e a fiabilidade só será útil se for relevante.	A objectividade.	Em economias super-inflacionárias é a imediata perda de relevância. Em economias com uma inflação baixa, há algumas desvantagens mas também há já modelos que permitem ultrapassá-las.	O custo histórico acarreta pouca conflituosidade entre o preparador e os outros utentes. Para o investidor, a objectividade é uma grande vantagem: quando compra faz um bom ou mau negócio, mas só ganha quando vende. Quanto à gestão, depende: se for uma gestão independente do capital, poderá sentir-se algo defraudada porque o resultado de uma boa aquisição só se reflecte nas contas aquando da venda. Contudo, não é o que acontece na maior parte das empresas portuguesas: a gestão confunde-se com o investidor, sendo aquelas situações mais mitigadas.	É completamente adequado. Quando muito poderá exigir-se a divulgação de informação complementar e, nestes casos, já não encontra grandes desvantagens.
P10	Mestrado em Contabilidade e Finanças Empresariais	13	1	São ambas importantes. A informação para ser relevante tem de ser fiável. A fiabilidade aumenta a qualidade de qualquer informação, relevante ou não, funcionando a relevância como um sinal de alerta.	A objectividade. É fácil de documentar e de saber quanto custou.	A não evolução e a não flexibilidade no acompanhamento das características do mercado. É crítico para países com elevadas taxas de inflação e para activos com grande volatilidade de preços (por exemplo, instrumentos financeiros).	A objectividade ajuda o preparador. A não adequação às características do mercado é prejudicial aos destinatários da informação financeira, designadamente à própria gestão da empresa e ao investidor.	Não é um critério de mensuração plenamente adequado, devendo-se também divulgar informação previsional.
P11	Mestranda em Finanças Empresariais	20	8	São ambas importantes, embora a relevância assumia maior peso.	A comparabilidade e, especialmente, a objectividade.	Proporciona informação desactualizada, embora esta desvantagem possa ser ultrapassada com a divulgação de informação adicional.	Afectam de forma diferente cada um dos agentes. Facilita o trabalho do preparador. Quanto ao investidor, depende: é beneficiado o investidor que participa na empresa e tem acesso a outras informações, em comparação com o investidor que se limita a investir e a analisar a informação que a empresa disponibiliza.	Atendendo à actual crise financeira, é adequado. Mas reconhece que há uns tempos atrás tinha uma opinião contrária. Com os recentes escândalos e a crise que está a afectar os mercados financeiros, defende que as contas criativas têm de acabar.
I/C12	Licenciatura em Economia	16	5	São ambas importantes. A informação para ser relevante tem de ser fiável, sob pena de não servir para nada. Tem de haver um equilíbrio entre as duas.	A objectividade e a fiabilidade.	Não reflecte o valor actual dos activos e dos passivos.	Afecta da mesma forma o gestor e, provavelmente, o investidor e o credor, já que têm perspectivas semelhantes da informação financeira. Quanto à administração fiscal, tem sempre preferência pelo custo histórico.	Depende das rubricas a avaliar. Será mais adequado para activos permanentes e menos para activos com elevada liquidez. Em qualquer caso, entende que poderá ser adequado desde que seja fornecida informação adicional sobre os diferentes elementos das demonstrações financeiras.
I/C13	Doutoramento em Ciências Empresariais	30	10	Elege a fiabilidade, na medida em que entende que a informação deve estar isenta de erros e de aspectos subjectivos.	A objectividade e a estabilidade, porque não está sujeito a oscilações ao longo do tempo.	A desactualização. Num mundo em que a obsolescência tecnológica e a inflação podem ser marcantes, não permite qualquer aderência à realidade.	É importante para quem concede crédito. Prejudica o investidor, pois este pretende informação mais próxima do valor de mercado.	Face à actual envolvente, de crise financeira, o custo histórico é o critério mais prudente.
I/C14	Licenciatura em Gestão	5	2	A fiabilidade. Uma informação pode ser relevante, mas se não for fiável não tem qualquer utilidade.	A objectividade, vantajosa para a administração fiscal. Não existem duas opiniões sobre o seu valor e não há muita margem para contabilidade criativa.	Não reflecte o valor (real e intrínseco) de um bem.	É mais simples para o preparador. Para o investidor, se a informação for fiável, embora não tão relevante, pode ser favorável na medida em que sabe que o valor dos elementos será aquele ou mesmo superior. Para a gestão, não fornece uma informação tão relevante quanto desejável.	Embora lhe reconheça vantagens, considera que não é suficiente.

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	2. Custo histórico			3. Surgimento do justo valor e sua determinação			
	2.5 Razões que podem levar à mudança para outros critérios de mensuração	2.6 Aplicação da mudança a todos os elementos das demonstrações financeiras	2.7 Aplicação da mudança a todo o tipo de empresas	3.1 O princípio da prudência como um primeiro passo na aplicação do justo valor	3.2 Razões, factos ou situações que levaram ao seu surgimento	3.3. Vantagens	3.4 Desvantagens
N1	O insuficiente relato da realidade, porquanto o custo histórico dá a informação de um momento.	Há situações em que é preferível manter o custo histórico, quando, por exemplo, não há um mercado activo.	A dimensão das empresas portuguesas não justifica ter critérios muito sofisticados. O custo histórico será suficiente para uma boa parte delas.	Pode ser entendido como um primeiro passo. A própria prudência leva à utilização, em parte, do justo valor: custo ou mercado, dos dois o mais baixo.	A razão é que o custo histórico retrata algo estático, sem atender à evolução do mercado. Não mostra a realidade.	Proporciona uma imagem mais razoável do valor registado dos bens.	Pensando nos instrumentos financeiros, a volatilidade que existe e as diferenças que se criam.
R2	A necessidade de se conhecer melhor o negócio a cada momento.	É um tema complexo, devendo considerar-se a forma como se desenvolvem os negócios e a relevância dos elementos. Em tese, o desejável seria conhecer o valor económico de todos os activos deduzidos do passivos. Mas, nem sempre o benefício compensa o custo de utilizar outro critério de mensuração, além de que pode nunca conseguir-se determinar a exacta realidade económica da empresa. Se a forma de desenvolver o negócio depender do comportamento dos elementos, deve aplicar-se a mudança. Já relativamente aos elementos que geram benefícios económicos essencialmente pelo uso, com carácter de longo prazo, e não pelo preço, admite que se possa ponderar a manutenção do custo histórico, até pela dificuldade em utilizar preços de mercado.	Defende a comparabilidade sectorial e regional entre empresas, independentemente de estarem ou não cotadas. Desejavelmente, deveria aplicar-se a mudança a todas as empresas. Contudo, para alguns negócios, admite simplificações e ajustes da informação às necessidades dos principais utilizadores. Alerta ainda para os custos de preparação das contas consolidadas de sociedades cotadas, o que leva à utilização dos mesmos critérios de mensuração, aos que dão ênfase ao valor económico, nas correspondentes contas individuais.	A prudência nunca significou completa certeza, sendo as estimativas um bom exemplo. Neste sentido, não concorda que a aplicação do justo valor contrarie a, ou signifique a ausência de, prudência. Considera que uma aplicação excessiva da prudência é penalizante para todos: é-se muito reactivo à parte negativa, e à parte positiva pura e simplesmente não se reconhece. Prefere uma aplicação do justo valor quando os pressupostos são conhecidos, assim como as respectivas diferenças existentes, a ficar "nas mãos" do gestor que diz que vai ter prejuízos no futuro, criando uma provisão para responsabilidades de terceiros.	A necessidade dos utilizadores em conhecer uma informação mais relevante, que contribua para uma tomada de decisão mais consciente.	O poder de contribuir para a tomada de decisão em toda a sua plenitude. Contribui para uma maior transparência, actualidade, conhecimento efectivo das necessidades do investidor. Uma outra vantagem, considerada por muitos como desvantagem, é a subjectividade do justo valor, que é só aparente pois tem de ser evidenciada, demonstrada.	A susceptibilidade de má utilização, embora tal possa acontecer com outros critérios de mensuração.
SR3	A necessidade de tornar a informação mais relevante, de a actualizar.	Terá diferentes pesos consoante as características dos diversos elementos financeiros. O custo histórico apenas reflecte as descidas do mercado, enquanto outros modelos reflectem, quer as descidas, quer as subidas.	Considera que sim, o corpo doutrinário terá de ser o mesmo embora possa ser simplificado em alguns aspectos. Não é suportável a existência de contabilidades assentes em diferentes modelos. As situações mais complexas, pela sua própria natureza, também não se aplicam às empresas menos complexas.	Pode ser entendido como um primeiro passo, porquanto a aplicação do princípio da prudência implica, de facto, uma abordagem do justo valor no sentido descendente.	As necessidades de informação associadas à relevância.	Fornece uma informação mais actualizada dos diferentes elementos das demonstrações financeiras.	A falta de fiabilidade dos valores, nomeadamente quando estão assentes em estimativas. O cálculo do justo valor exige, por vezes, uma componente técnica elevada e assente em modelos complexos, obrigando a intervenção de pessoas qualificadas, que também devem ter características morais.
SR4	Uma alteração da teoria dominante na preparação da informação financeira. O financiamento das grandes economias passou a ser feito através dos mercados financeiros, nos quais a informação financeira influencia não só a cotação das acções mas também a captação de financiamento para as empresas. Ora, com a produção de normas internacionais, orientadas para o investidor, a Contabilidade passou a ser influenciada pelas exigências dos mercados financeiros, dirigindo-se para outro critério de mensuração em detrimento do custo histórico. Salienta que este apenas será suficiente para os utilizadores cujos interesses não sejam afectados pelas bolsas.	Sendo as demonstrações financeiras um todo, deve-se evitar utilizar regras de mensuração significativamente diferentes, embora seja favorável a um referencial contabilístico com vários critérios. O ideal será obter informação razoavelmente homogénea para os activos e passivos que constituam a base de uma actividade económica. Admite, contudo, que possam existir células de activos e de passivos cujo propósito ou modo de geração/diminuição de benefícios seja razoavelmente diverso daquilo que é o <i>core business</i> da entidade. Nestes casos, devem utilizar-se regras de mensuração diversas para evitar produzir distorções e volatilidades nefastas para os utilizadores.	Deve-se adoptar um referencial contabilístico que combine vários critérios, aplicável a todas as empresas. A aplicação da mudança não é um problema de dimensão, é um problema de tipicidade de activos e de passivos.	Entende que não é necessariamente assim porque o justo valor conflitua muitas vezes com o princípio da prudência. Como critério de mensuração subsequente, o justo valor pode contrariar o princípio da prudência por permitir a subida do valor dos activos, com repercussão nos resultados ou noutra rubrica de capital próprio. Ou seja, permite reconhecer ganhos não realizados, para os quais não existem geralmente indicadores probabilísticos que assegurem a sua realização, obtendo-se resultados assentes em ganhos que podem vir a ser anulados, ou mesmo transformados em perdas.	O paradigma utilitarista dos mercados financeiros e consequente necessidade de preparar informação financeira que possa ser lida pelos diferentes utilizadores, independentemente das nuances normativas das jurisdições a que pertencem. Quem manda actualmente na Contabilidade são as bolsas, de modo que as normas contabilísticas estão orientadas para um determinado tipo de utilizadores, em detrimento de outros.	A facilidade de determinação quando se está perante activos e passivos que têm mercados activos.	Não são muitos os activos e passivos para os quais existe um mercado activo. Não existindo, torna-se mais difícil determinar o justo valor, dando lugar à manipulação.
SR5	A volatilidade dos mercados, porquanto provoca alterações no valor dos activos que não reflectidas pelo custo histórico.	A mudança para outros critérios de mensuração, nomeadamente o justo valor, deve restringir-se aos elementos actualmente previstos. Alargar a outros elementos não faz, no seu entender, muito sentido.	A mudança deve ser aplicada a situações semelhantes em todas as empresas.	Este princípio alerta para a necessidade de se ter prudência na valorização dos activos. Como tal, entende que não terá sido a prudência que contribuiu para a actual relevância do justo valor.	O <i>gap</i> do mercado. A diferente percepção de valor dado pelas contas da empresa (valor contabilístico) e pelo mercado. A necessidade de aproximar o valor contabilístico do valor de mercado das empresas.	A maior aproximação à realidade, ao valor real dos bens.	A grande subjectividade inerente à sua determinação.
I/A6	Essencialmente por questões de relato, de divulgação da informação financeira.	O ideal seria um só critério de mensuração para todos os elementos, mas esta é uma posição susceptível de muitas críticas.	Dependerá das necessidades dos principais utilizadores, nomeadamente dos investidores. Alerta, contudo, para o facto de numa economia como a nossa não se dar privilégio a um outro qualquer investidor em detrimento do accionista.	O princípio da prudência não deve ser entendido como um primeiro passo na aplicação do justo valor porque permite reconhecer custos potenciais mas nunca ganhos potenciais. Considera exagerado que se diga que o princípio da prudência é o grande obstáculo a que as demonstrações financeiras sejam relevantes.	A "ditadura" do mercado financeiro que impera, que dita as regras.	A relevância da informação.	A excessiva focalização no investidor.
I/A7	A necessidade de informação actualizada.	O ideal seria um único critério de mensuração para todos os elementos das demonstrações financeiras, apesar de ser consciente de que esta não é uma questão pacífica.	A existir mudança, deve aplicar-se a todo o tipo de empresas.	Considera em parte que sim, que o princípio da prudência poderá ter dado um "empurrão" para a aplicação do justo valor, pois quando o custo é superior ao valor de mercado, dos dois aplica-se o mais baixo, neste caso, o valor de mercado. Contudo, o inverso não acontece.	A necessidade de relato das empresas cotadas.	Quando o valor dos activos evolui ao longo dos anos, o justo valor acompanha melhor aquela evolução. Quando existem mercados activos, existe uma base fiável que serve de critério para a mensuração.	A mensuração ao justo valor resulta no reconhecimento de ganhos e perdas não realizados. Poderá não existir preço de mercado para certos activos, e ser oneroso exigir valorização ao justo valor em cada data de balanço.

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	2. Custo histórico			3. Surgimento do justo valor e sua determinação			
	2.5 Razões que podem levar à mudança para outros critérios de mensuração	2.6 Aplicação da mudança a todos os elementos das demonstrações financeiras	2.7 Aplicação da mudança a todo o tipo de empresas	3.1 O princípio da prudência como um primeiro passo na aplicação do justo valor	3.2 Razões, factos ou situações que levaram ao seu surgimento	3.3. Vantagens	3.4 Desvantagens
I/A8	A inflação. A falta de correlação entre os valores contabilísticos e os valores de mercado tem levado a prática e os académicos a equacionar outras hipóteses de valorimetria, que considera não estarem muito bem estruturadas.	Discorda da mudança global, independentemente da classe de elementos patrimoniais em causa. A história da Contabilidade demonstra que a necessidade de informar sobre valores actuais, aliada à inerente subjectividade, deu origem a um relato assente no custo histórico mas complementado pela divulgação das alterações de valor. Entende que este modelo deve ser alargado aos diferentes itens em que for usado o custo não histórico, devendo o Balanço ter sempre três (ou quatro) colunas, tanto no activo como no passivo: custo histórico, alterações (para mais/para menos) e valor líquido.	A mudança deve ser estendida a todo o tipo de empresas, embora com diferentes níveis de alterações, que se prendem com a forma de calcular e explicitar as diferenças, entre o valor divulgado pela empresa a terceiros e o correspondente custo histórico.	Não considera que o princípio da prudência seja um primeiro passo na aplicação do justo valor. O princípio da prudência surgiu para defesa dos interesses dos credores e de certas empresas que têm um tratamento jurídico <i>sui generis</i> , o que conduziu a que fosse considerado para as existências o valor de mercado, se mais baixo do que o valor histórico.	A inflação, que persistiu na Europa e nos EUA durante um tempo muito prolongado, tirou relevância à informação, principalmente ao nível dos mercados de capitais.	Proporcionar informação relevante para a tomada de decisões.	Não traduz uma interacção social e, por vezes, resulta de uma apreciação da situação porque alguém o entendeu. Como tal, considera que a informação a valores actuais deve sempre partir da indicação do valor histórico e depois indicar a diferença e justificá-la.
P9	Essencialmente razões de oportunidade e de oportunismo.	Para os activos com um mercado activo, não vê nenhum inconveniente em abandonar o custo histórico. Para os demais, é completamente contra o abandono do custo histórico.	A mudança não deverá aplicar-se a todo o tipo de empresas. Só a algumas, especialmente naquelas onde vigora uma gestão profissional, e estas teriam que justificar o porquê dessa mudança. Defende, para tal, a criação de mecanismos mais apertados de regulação, supervisão e vigilância.	Não se pode estabelecer uma ligação directa entre o princípio da prudência e o justo valor ou o custo histórico. O princípio da prudência é importante e deve aplicar-se num ambiente tanto de custo histórico como de justo valor.	A oportunidade ou oportunismo das administrações remuneradas em função dos resultados. Para justificar o direito a receber prémios, aperceberam-se que lhes era mais fácil mostrar resultados num contexto de justo valor.	No caso de activos com liquidez, a vantagem reside no facto de não ser necessário fazer uma operação simultânea de compra e venda para reconhecer o resultado nas contas, evitando-se custos desadequados na compra e venda com alguma rapidez só para reconhecer resultados.	A não existência de mercado activo para todos os elementos.
P10	O facto de não traduzir o valor real dos activos e as grandes oscilações de valor.	Considera que a mudança só seja aplicada a alguns elementos, para aqueles que têm muita volatilidade de preços e não para os duradouros (com permanência na empresa).	A mudança justifica-se para todo o tipo de empresas.	Não existe uma relação entre o princípio da prudência e a aplicação do justo valor. O justo valor só é prudente quando corrige o valor para baixo; quando corrige para cima já não é prudente, é contra-prudente.	A não aderência da informação divulgada à realidade. A tentativa de que as demonstrações financeiras espelhem o real valor dos activos da empresa, o seu valor de mercado.	A relevância da informação. Acompanha as características e a evolução do mercado dos diferentes elementos.	A onerosidade no cálculo do justo valor para certos elementos e a subjectividade na sua determinação.
P11	A utilidade da informação financeira.	Entende que cada caso é um caso, pelo que a mudança não se deve aplicar a todos os elementos. Vai obrigar o utilizador a estar mais atento e a distinguir as diferentes bases de mensuração.	Atendendo à realidade portuguesa, a mudança só deve aplicar-se a certo tipo de empresas, com alguma dimensão.	Está relacionado. No seu entender, a prudência veio travar o avanço mais rápido para o justo valor.	A utilidade da informação.	A utilidade da informação. Proporciona uma informação mais actualizada.	A subjectividade, que pode dar origem à criatividade - nomeadamente na criação de "bolhas", na valorização de activos sem substância - permitindo fazer especulação e, desta forma, distorcer a realidade e a informação divulgada ao mercado.
I/C12	Considera que, os reguladores e a necessidade de informação para a gestão, são os dois motores que levam à avaliação de rubricas por outros critérios.	A mudança só se deve aplicar a alguns elementos. Para os activos estáveis na empresa, em que não há expectativa de realização no curto prazo, o mais adequado é a mensuração ao custo histórico.	A mudança só faz sentido para certo tipo de empresas. Não lhe parece razoável a utilização do justo valor por parte das pequenas empresas.	Refere que a recente crise financeira pesa na sua opinião e, nessa medida, considera que o justo valor não está associado à prudência. O custo histórico é um critério mais prudente porque é mais objectivo.	A necessidade de informação, de se ter uma visão mais adequada dos activos e passivos da empresa.	A relevância da informação quando o justo valor é fiavelmente determinado.	A dificuldade de determinação do justo valor.
I/C13	Uma maior aproximação da informação ao mercado.	Determinados elementos não devem estar sujeitos à mudança. Apenas aqueles para os quais existe um mercado activo deverão ser mensurados por outro critério de mensuração, que não o custo histórico.	A mudança apenas deve ser aplicada a grandes empresas da área financeira e seguradora, vocacionadas ou que actuem nos mercados bolsistas.	O princípio da prudência é um pouco contraditório com o justo valor porque só funciona no sentido da baixa do mercado, e não no sentido da alta. É nesta última situação que o princípio da prudência colide com o reconhecimento das alterações do justo valor.	A origem do justo valor está nos mercados americanos, onde tudo se compra e se vende, e nos quais a Contabilidade serve preferencialmente o investidor. Refere, contudo, que este não é o paradigma das economias mediterrâneas, onde a maior parte das empresas são familiares e não disponíveis para venda.	Permite que o retrato do mercado passe para o interior dos registos contabilísticos.	Quando os mercados não são activos, as grandes oscilações podem dar origem a negócios menos claros. Como exemplo, refere os gestores que inflacionam os preços de determinados activos para divulgarem resultados interessantes num exercício.
I/C14	A necessidade de ajustar o custo histórico ao valor intrínseco do bem, oferecendo aos investidores e gestores informação actualizada, mais qualitativa do que quantitativa.	A mudança não se deve aplicar a todos os elementos. Para determinado tipo de existências não faz sentido o justo valor.	A mudança só deve aplicar-se a certas empresas, em função não da sua dimensão mas sim do sector de actividade a que pertencem. Por exemplo, na indústria pode justificar-se ter tudo mensurado ao justo valor, enquanto nas empresas de serviços as existências poderão estar a custo histórico.	O princípio da prudência poderá ser um primeiro passo na aplicação do justo valor. Sem este princípio não se consegue o verdadeiro justo valor, é um factor crítico de sucesso na aplicação do justo valor.	A necessidade de saber o actual valor da empresa, com uma maior periodicidade (mensal, trimestral e não só anual). Esta necessidade foi criada também pelos mercados financeiros e accionistas.	Permitir percepção o valor que facilita uma mais rápida tomada de decisões de gestão. Contribui para o crescimento do mercado de aquisições e fusões.	O problema das remunerações de certos quadros superiores que dependem do valor da empresa.

## Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	3. Surgimento do justo valor e sua determinação					4. Evolução na utilização do justo valor
	3.5 Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores	3.6 Adequação da opção dos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto	3.7 Opinião sobre a forma de cálculo preconizado nas normas internacionais	3.8 Necessidade de maior discriminação na forma de cálculo	3.9 Influência da forma de cálculo nas características qualitativas da informação financeira	4.1 Tendência futura na utilização do justo valor
N1	Beneficia os gestores e os que arrecadarem as verbas.	Considera adequado. Tem que haver critérios: quando existe mercado activo torna-se mais fácil determinar o justo valor; quando não há, existem técnicas que ajudam a encontrar o valor; caso contrário, mantém-se o custo histórico.	A forma de cálculo é suficiente.	Quando não existe mercado activo, as normas dão orientações suficientes para encontrar outro valor, apresentando outras formas de cálculo.	Aumenta a fiabilidade e a relevância. Influencia também a comparabilidade.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> pois será exagerado. Entende que, nesta fase, o justo valor manter-se-á como está, sem grandes alterações.
R2	Privilegiará os utilizadores que actualmente não detêm essa informação e vão passar a ter, mas não os consultores. O aspecto essencial é a utilização de informação rica e relevante na tomada de decisões no seio das próprias empresas. O conhecimento, por parte do gestor, dos riscos da aplicação do justo valor num determinado investimento ajudá-lo-á a ponderar se avança ou não com o mesmo. Em suma, o justo valor beneficia todos numa unidade de produção e prejudica apenas aqueles que o vêem como uma ameaça, pois têm de revelar mais informação do que aquela que gostariam.	Concorda com a opção tomada, acrescentando que são áreas que tendem a ser cada vez mais enfatizadas e que afectam o desempenho das empresas. A forma como o gestor, e todos os outros utilizadores, avaliam o negócio depende da aplicação concreta do justo valor.	O justo valor nunca foi consensual. Tal como os mercados, as metodologias de avaliação do justo valor têm vindo a evoluir, mas de modo acautelado para assegurar uma aplicação consistente e baseada em modelos testados, que demonstrem ajudar a reflectir melhor a realidade. Defende que existem julgamentos que têm de ser responsabilmente assumidos e adequadamente divulgados.	O problema só se coloca quando não existe mercado activo. As normas apresentam algumas orientações, mas é necessário ajudar a balizar o julgamento, que é efêmero. Tal não passa pela transformação em regras, mas sim pela responsabilização de quem tem de prestar contas e pela fundamentação e divulgação de todos os pressupostos. As normas têm vindo a evoluir no sentido de serem consistentes na forma de obter o justo valor, embora existam ainda algumas inconsistências entre elas: umas vezes tomam por referência a natureza daquilo que se está a avaliar, outras vezes tomam os aspectos do negócio em si. Considera que é uma área que vai acompanhar a evolução da realidade.	Se existir um mau cálculo, e não existir uma adequada divulgação dos respectivos pressupostos, a informação acaba por ser pobre e os utilizadores desconfiam da mesma porque não percebem as alterações do justo valor. Nestas situações, a qualidade da informação é afectada. Considera que é fundamental que a aplicação do justo valor seja responsável e adequadamente divulgada.	A tendência será caminhar para o <i>full fair value</i> , mas chegar lá talvez seja uma utopia. Até porque há uma situação que o justo valor nunca poderá reflectir: as diferentes percepções que cada um tem, não se chegando nunca a um valor igual para todos. A evolução terá de ser feita passo a passo, procurando-se equilíbrios.
SR3	Privilegia mais os investidores porque lhes concede uma informação mais actualizada. Para os credores é mais complicado ter informação a justo valor. Considera, contudo, que a prazo estas diferenças deixarão de existir porque os agentes passarão a funcionar de uma mesma forma.	Considera adequada a opção efectuada pelos organismos normalizadores e para aqueles elementos em concreto.	As normas internacionais tratam de forma razoável o cálculo do justo valor, nas diferentes rubricas em que é aplicável. Apresenta, como exemplo, a norma sobre a agricultura. Esta norma, ao introduzir o justo valor, veio resolver um problema de difícil resolução.	Em muitas circunstâncias, a forma de cálculo do justo valor necessita de maior discriminação, embora não seja fácil fazê-lo. O que normalmente acontece é ir ver o que o mercado está a fazer: as BIG 4, os maiores bancos na Europa e nos Estados Unidos.	Tem influência nas características qualitativas. Para minimizar essa influência, considera que a forma de cálculo do justo valor deveria ser acompanhada de muita informação adicional, embora questione se os utilizadores têm capacidade para ler/interpretar essa informação.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> por diversas razões, designadamente operacionais: determinar o justo valor é, por vezes, complexo e acarreta custos elevados. Considera existirem zonas no Balanço onde dificilmente chegará o justo valor, nomeadamente, às existências.
SR4	Afecta mais uns do que outros. Nas pequenas entidades, onde os principais utilizadores são o dono do negócio, os trabalhadores, a administração fiscal e o banco, é perfeitamente inócuo adoptar ou não o justo valor. Entende, contudo, que nestas entidades deve ser adoptado preferencialmente o custo histórico, excepto para activos ou passivos cuja valorização esteja fortemente dependente do mercado.	A opção dos organismos normalizadores está minimamente adequada, porquanto o justo valor é tendencialmente mais adoptado nos activos e passivos mais facilmente transaccionáveis, e não nos que são para fluir ou usar numa perspectiva de continuidade.	Nem sempre o justo valor é calculado, é o caso da existência de um mercado activo. Quando não existe mercado activo procuram-se transacções semelhantes, ou que tenham ocorrido no mesmo espaço e em condições de oferta e procura semelhantes, ou, na falta destas, utilizam-se modelos de avaliação. Assim, à medida que a forma de cálculo do justo valor se afasta do mercado, perde-se fiabilidade e segurança e aumenta a possibilidade de manipulação. Esta situação é grave não só para o preparador da informação, mas mais ainda para o auditor, que tem que emitir opinião, e para o utilizador, que precisa de saber como é que o justo valor foi encontrado, tem que ler mais informação e confiar em mais pressupostos.	Tem de existir, obrigatoriamente, maior discriminação e divulgação da forma de cálculo, sob pena da informação não ser relevante nem fiável. A fiabilidade não tem a ver apenas com o processo de construção, porque este pode ser sério, prudente e sustentável mas, se não for divulgável, aquela fiabilidade não serve para nada. Considera que, em termos gerais, as normas já têm pormenorização suficiente, embora algumas ainda o pudessem ser mais. Mas acrescenta que algumas normas apresentam uma pormenorização excessiva, que poderia ser compactada.	Tem influência nas características qualitativas. Na comparabilidade, porque modifica-se o modo de cálculo, entre diferentes períodos ou empresas. Na fiabilidade quando o cálculo está distorcido. Também a neutralidade e a relevância são afectadas. Na compreensibilidade, porque quanto mais complexo for o apuramento do justo valor, menos compreensível será a informação por todos os utentes. A complexidade torna a informação mais técnica, mais densa, mais impenetrável, afectando transversalmente a generalidade das características qualitativas.	Comenta que numa fase da sua vida admitiu que o <i>full fair value</i> pudesse acontecer. Contudo, e atendendo à actual crise financeira mundial, tem dúvidas que esse modelo venha a alcançar-se nos próximos anos. Está-se a caminhar, a passos largos, para um modelo contabilístico de justo valor, não <i>full</i> , mas dominante. A situação actual vai permitir encontrar num futuro próximo, do ponto de vista do normalizador, soluções mais equilibradas e que eliminem as incongruências existentes em algumas normas contabilísticas.
SR5	Favorece o investidor e as instituições financeiras, porque têm uma noção mais real do valor de um importante conjunto de bens que figuram no Balanço. Para o gestor é mais ou menos indiferente, embora possa ficar com informação privilegiada: quando tem uma ideia do justo valor dos bens mas não divulga essa informação.	Considera adequado e que alargar a outros elementos torna mais subjectiva a sua aplicação. Entende que as normas internacionais deveriam evoluir no sentido de obrigar todas as entidades que cumprem determinados requisitos a utilizar o justo valor; a opção não faz sentido.	Concorda com a forma de cálculo apresentada nas normas.	A subjectividade inerente ao cálculo do justo valor não está nos métodos usados mas em alguns parâmetros utilizados. É necessária muita prudência na determinação desses parâmetros.	Influencia a comparabilidade, essencialmente no primeiro ano da aplicação do justo valor. Melhora a fiabilidade e a relevância, mas dificulta a compreensibilidade.	As normas internacionais sofreram avanços e recuos e já foi mais certo avançar-se para o <i>full fair value</i> . Era expectável que desaparecesse o custo histórico e que o justo valor fosse o único a ser utilizado. Contudo, nas normas que estão em revisão, não se espera que isso aconteça.
I/A6	Privilegia os investidores em detrimento de todos os outros utilizadores.	Não respondeu directamente à questão, alertando antes para o facto de os organismos de normalização serem altamente condicionados por grandes forças do poder e por grandes <i>lobbies</i> . Em consequência, privilegiam determinados utentes das demonstrações financeiras, em detrimento de outros.	Uma característica básica dos mercados é que só lidam com bens homogéneos. Como a generalidade dos bens das empresas não são homogéneos, dificilmente se encontram mercados activos para os mesmos. Quando não existe mercado activo, as normas propõem modelos de valorização meramente teóricos que poucas empresas utilizam, por serem complexos.	Considera que mais importante do que criar modelos muito complicados de cálculo do justo valor, será divulgar informação adicional.	Influencia necessariamente todas as características qualitativas. Por vezes, apuram-se valores que ninguém ou quase ninguém consegue perceber, afectando a compreensibilidade. É muito complicado encontrar o ponto de equilíbrio entre todas as características qualitativas da informação financeira.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> . O custo histórico continuará a existir nas demonstrações financeiras, as quais devem ser cada vez mais fluidas e mais simples de analisar, pois considera que actualmente estas estão feitas para serem percebidas apenas por pessoas altamente conhecedoras da área.
I/A7	Privilegia os investidores e cria alguns problemas aos preparadores.	Considera adequada a opção dos organismos normalizadores pelo justo valor, e para aqueles elementos em concreto.	É muito subjectiva e, por vezes, não é de fácil entendimento.	Deverá existir maior discriminação nas normas. Sugere a existência, a nível nacional ou europeu, de um trabalho conjunto entre os organismos normalizadores e as associações representativas dos diferentes sectores de actividade, de forma a criarem regras que balizem mais o justo valor, que auxiliem no seu cálculo e justificação. Seria, assim, mais fácil para as empresas de cada sector calcularem o justo valor.	Quando não existe mercado activo há mais subjectividade, influenciando a fiabilidade e a comparabilidade. Questiona como é possível comparar informação quando não se sabe, ou não se tem a certeza sobre, a forma de cálculo utilizada. Defende que devem existir regras bem definidas para se reduzir, na medida do possível, aquela subjectividade.	Irá caminhar-se, a longo prazo, para o <i>full fair value</i> . O justo valor é cada vez mais utilizado: começou por aplicar-se a alguns activos financeiros e estendeu-se a outros activos, não financeiros.



Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	3. Surgimento do justo valor e sua determinação					4. Evolução na utilização do justo valor
	3.5 Forma como as vantagens e desvantagens afectam os diferentes utilizadores	3.6 Adequação da opção dos organismos normalizadores pela adopção do justo valor só para alguns elementos das demonstrações financeiras e para aqueles em concreto	3.7 Opinião sobre a forma de cálculo preconizado nas normas internacionais	3.8 Necessidade de maior discriminação na forma de cálculo	3.9 Influência da forma de cálculo nas características qualitativas da informação financeira	4.1 Tendência futura na utilização do justo valor
I/A8	O justo valor tem sido dirigido ao mercado de capitais mas a sua adopção vai prejudicar todos os utilizadores, sem excepção, porque o investidor informado e o analista financeiro simplesmente não o consideram, embora o calculem de acordo com os seus parâmetros. O único que sairá beneficiado é quem for pago pelos cálculos do justo valor, que julga estar a fazer bem.	Não considera ser adequada, nomeadamente nas propriedades de investimento porque a determinação do justo valor é muito subjectiva. Mesmo nos derivados não considera adequado, porque o comprador e o vendedor têm uma visão diferente do justo valor e correspondentes expectativas de ganho. Toda esta desadequação começa com a própria designação e depois com o que se tem construído em volta do justo valor.	As normas internacionais têm sido desenvolvidas para a satisfação das necessidades de informação do mercado de capitais, estão assentes num tecnicismo próprio do analista financeiro. Considera que os modelos propostos, apesar de virem de académicos extremamente bem informados, têm o inconveniente de não terem em consideração o uso efectivo que é feito pelos analistas financeiros e decisores.	Considera que a discriminação é excessiva, que acrescenta custos às empresas e, por vezes, nada informa. Entende que a discriminação corresponderá a uma satisfação intelectual daqueles que fazem a norma, que não trabalham diariamente no mercado.	Considera que tem influência. Se os utilizadores não têm parâmetros comprováveis, falta objectividade à informação e, desta forma, falta-lhe fiabilidade.	Considera que vai haver um regresso à origem, com indicação dos valores históricos e de algumas diferenças. Estas diferenças corresponderão, por vezes, a ajustamentos conducentes ao justo valor e, outras vezes, a outro tipo de ajustamentos relacionados, por exemplo, com o valor que as coisas têm para a empresa. Cada vez se vai exigir mais transparência na gestão das empresas, o que implica a justificação de todos os valores que aquela atribui às coisas. A própria prestação de contas vai evoluir no sentido de generalizar a informação a custo histórico, mais eventuais ajustamentos conducentes a um valor, da responsabilidade do gestor e devidamente justificados.
P9	Não afecta todos os utilizadores da mesma forma. Afecta principalmente aqueles que têm necessidade de divulgar os seus resultados com maior rapidez.	Considera que os organismos normalizadores, nomeadamente do sector bancário e segurador nacional, têm tido alguma prudência em relação à adopção do justo valor. Em relação às empresas dos outros sectores, considera que o bom senso irá prevalecer e não se irá avançar com o justo valor tão rapidamente como se pensava há alguns anos atrás.	Assentam essencialmente em modelos de avaliação e, como todos os modelos, não passam disso mesmo. Um modelo pode ser considerado bom, num determinado contexto, e passar a ser mau, num outro contexto diferente. Dai terem um reduzido grau de fiabilidade. É da opinião que, no actual contexto de crise, os modelos que foram aplicados ao longo de muitos anos perderam completamente todo o seu significado.	Qualquer informação demasiado complexa perde objectividade e, consequentemente, relevância. Os modelos devem ser suficientemente simples para serem entendidos com rapidez. Mas os modelos só são necessários quando não existe um mercado activo; existindo, utiliza-se o correspondente valor do mercado.	Influencia essencialmente a fiabilidade, pois um grande defeito do justo valor é a sua subjectividade. Sendo o valor subjectivo, torna-se pouco fiável, divergindo ainda mais a opinião de quem está a comprar da de quem está a vender.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> porque não vê que o justo valor possa aplicar-se a todos os activos, sem por em causa a credibilidade da informação que é divulgada.
P10	As vantagens privilegiam mais os gestores e os investidores da informação financeira. As desvantagens afectam mais os preparadores.	Considera adequada a opção.	Considera ser mais ou menos adequado. As empresas deveriam divulgar <i>cash flows</i> adicionais actualizados, divulgando as técnicas de actualização utilizadas. Quando há mercado activo, devem comparar o valor do mercado com os <i>cash flows actualizados</i> e, existindo discrepâncias, devem justificá-las adequadamente.	A forma de cálculo do justo valor requer competências técnicas. Deveria existir uma uniformização dos métodos de cálculo do justo valor, a utilizar pelas empresas do mesmo sector nas diversas situações.	Afecta a comparabilidade no reporte de períodos homólogos, sendo necessários esclarecimentos adicionais sobre as alterações do justo valor. Reduz a fiabilidade quando o justo valor é determinado por modelos de avaliação; contudo, se o justo valor tiver por base valores de um mercado activo, a fiabilidade não é afectada e a relevância aumenta. Afecta também a compreensibilidade porque obriga a um maior conhecimento e acesso a mais informação.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> . Considera que a utilização do justo valor irá manter-se, ou até sofrer pequenos recuos em consequência de uma maior regulamentação na sua aplicação.
P11	Privilegia alguns utilizadores, como o preparador e a gestão que analisam os pressupostos que estão na base da sua determinação. Por muito que se divulgue, há dados que só quem prepara e faz os pressupostos conhece.	Apesar de tudo, concorda com a opção dos organismos normalizadores. Ou seja, embora considere que existem <i>lobbies</i> por detrás daquelas opções, é da opinião que interessa aos agentes económicos que se caminhe nesse sentido.	A forma de cálculo está mais ou menos ajustada. O justo valor assenta em juízos, em convicções. Embora concorde com os modelos de avaliação, o facto de se basearem em estimativas e julgamentos faz com que seja difícil, por vezes, validá-los.	Para as empresas não cotadas, os modelos de avaliação são adequados e ajudam na determinação do justo valor. E, se os pressupostos forem adequados, a informação aproxima-se do valor da empresa naquele momento.	Considera que a forma de cálculo do justo valor influencia todas as características da informação financeira.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> .
I/C12	Afecta todos os utilizadores da mesma forma.	Considera uma opção equilibrada. Contudo, em alguns casos é discutível a aplicação do justo valor a algumas rubricas, indo-se mais longe do que o desejável. Salaria que nas normas internacionais de contabilidade o princípio subjacente é sempre o justo valor; o custo histórico é um segundo princípio, para quando não há justo valor.	Considera que os critérios são totalmente subjectivos, que dão origem a várias interpretações.	A forma de cálculo deveria ser mais discriminada e deveriam existir orientações mais precisas quando não existe mercado activo, ou em situações como as actuais, de crise financeira, em que o mercado está numa situação perturbada.	Influencia as características da informação financeira. Entre duas empresas que utilizam o justo valor, é quase certo que cheguem a diferentes valores para um mesmo activo, afectando a comparabilidade da informação. A análise de uma empresa que utiliza o justo valor é totalmente diferente da análise de outra empresa que utiliza o custo histórico.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> .
I/C13	Afecta distintamente os diferentes utilizadores. O pequeno investidor fica mais desguarnecido porque não tem tanta competência para analisar essa informação. Já os grandes investidores saem beneficiados, pois têm maior facilidade em perceber e interpretar a informação.	Considera a opção adequada. Acrescenta que se verifica actualmente um recuo dos organismos normalizadores na aplicação do justo valor, a alguns activos habitualmente valorizados nesta base: pondera-se se devem ou não continuar a justo valor.	É crítico, embora não necessariamente contra. As normas internacionais referem que o justo valor é um preço de mercado, embora não seja necessariamente o preço de mercado, abrindo porta a outras técnicas utilizadas pelos analistas financeiros na avaliação de determinados instrumentos. Neste momento, cabe às entidades pensar não somente no preço de mercado mas igualmente aferir desse preço de mercado, através de técnicas de avaliação que sejam entendidas por todos os agentes de mercado.	Quando não existe mercado activo, a forma de cálculo do justo valor é um problema complexo, pois pode haver várias perspectivas de avaliação. Considera que quando as perspectivas são distintas, ou mesmo contraditórias, simplesmente deve abandonar-se o justo valor. Este critério só deve ser considerado se existir segurança de que os mercados são fiáveis, isentos e, muito importante, que assegurem uma liquidez constante. Caso contrário, considera existirem sérias restrições à utilização do justo valor.	A forma como o justo valor é determinado pode afectar a relevância, a comparabilidade e a compreensibilidade. O problema do justo valor não é contabilístico, é prévio à Contabilidade, de quem manipula a informação antes de ser registada. Tem a ver com o negócio e isso compete à gestão, ao modo como ela percebe a evolução dos preços ao longo do tempo.	Não se caminhará para o <i>full fair value</i> . A actual crise financeira veio colocar um ponto final na onda especulativa que existia ao nível dos activos, que estavam super inflacionados. Considera que nos próximos tempos ocorrerão pequenos recuos na utilização e divulgação do justo valor.
I/C14	Beneficia os investidores, a gestão da empresa e os credores. Prejudica a administração fiscal.	Concorda com a opção e considera-a adequada.	Não as considera adequadas nem suficientes, por exemplo ao nível dos investimentos financeiros.	Não é suficiente. Deveria ser mais discriminada e, até mesmo, apresentar exemplos demonstrativos da forma de cálculo.	A forma de cálculo do justo valor tem muita influência nas características qualitativas. Entende que o problema reside em conseguir mensurar essa influência, de que forma e como as influencia.	Atendendo à recente crise financeira, não se caminhará para um <i>full fair value</i> : o justo valor manter-se-á como está. Poderá abandonar-se, em alguns casos, o custo histórico e o justo valor será mais regulado.

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	4. Evolução na utilização do justo valor					
	4.2 Opinião sobre essa tendência	4.3 Impacto do <i>full fair value</i> na qualidade da informação financeira	4.4 Tratamento das diferenças de justo valor pelos organismos normalizadores	4.5 A aplicação do justo valor e a existência de mecanismos de <i>enforcement</i>	4.6 A adopção do justo valor garante a neutralidade da informação	4.7 Opinião sobre a abordagem do justo valor na proposta do novo SNC
N1	Considera adequada. Entende que se deve fazer um compasso de espera, uma avaliação à forma como se determina e utiliza actualmente o justo valor, de modo a perceber se se está a dar resposta às necessidades dos utilizadores.	Teoricamente terá um impacto positivo na qualidade da informação, traduz melhor a realidade.	Devem afectar os resultados. Contudo, aquando da distribuição dos resultados, devem ser tidos em atenção, para não distribuir resultados não realizados.	Devem existir mecanismos de <i>enforcement</i> para uma melhor aplicação do justo valor. Uns internos, da responsabilidade da gestão, outros externos que fiscalizem, como os auditores. Sugere como mecanismos de <i>enforcement</i> a própria Administração Pública, os normalizadores, ou mesmo a Inspeção Geral de Finanças.	Sim, porque o objectivo da informação financeira é que seja fiável e neutra, sem privilegiar nenhum dos utilizadores.	É adequada porque é baseada nas IAS. Considera ser mais ajustada até do que as IAS no que respeita aos instrumentos financeiros, por se ter conseguido ser mais prudente do que o preconizado nas normas internacionais.
R2	A contabilidade tende a reflectir o valor económico dos activos e dos passivos, concordando com essa tendência. As normas tendem a evoluir e a ser equilibradas, procurando ir ao encontro das necessidades dos utilizadores das demonstrações financeiras, de quem toma decisões. Mas, para esse equilíbrio, elas têm de ser verificáveis, implementáveis e controladas, sob pena de se tornar tudo muito complicado.	Actualmente o <i>full fair value</i> é utópico, embora se deva caminhar nesse sentido. É necessário darem-se passos seguros para, na medida do possível, assegurar a fiabilidade e que a qualidade da informação não saia diminuída.	A contabilidade deve satisfazer uma diversidade de necessidades, devendo preparar a informação de um modo que cada utilizador possa retirar dados que o auxilie na tomada de decisões. A afectação aos resultados das diferenças do justo valor tenderá a satisfazer exclusivamente um utilizador, o accionista, provocando problemas de falta de transparência, de risco de ruído no mercado. Embora, acrescente, cada utilizador, quando analisa a informação, aplica os seus próprios filtros, designadamente o Estado no cálculo do resultado fiscal.	Defende a existência de mecanismos de <i>enforcement</i> . Em primeira instância, estes devem ser da responsabilidade da gestão, e não do contabilista, para assegurar transparência nos julgamentos efectuados de justo valor, obrigando-a a demonstrar como o fez e a balizar-se a si própria. Paralelamente, ou a partir de uma determinada dimensão, além destes mecanismos internos poderão existir autoridades de supervisão pelo interesse público que está em causa.	Por definição, a informação nunca é neutra porque influencia sempre as decisões de alguém, a forma de fazer negócio.	Considera bastante equilibrado porque procura ir ao encontro das necessidades dos utilizadores. Procura ainda tomar em consideração os custos e benefícios em determinadas áreas, para determinado nível de empresas; a distinção entre pequenas e médias empresas está lá reflectido, embora pudesse ser ajustado. A própria norma mais complexa do justo valor, a dos instrumentos financeiros, foi simplificada. Não caminhar nesse sentido é olhar a realidade com os mesmos olhos de antigamente, afectando negativamente a economia portuguesa que " <i>tem de deixar de ser míope</i> ".
SR3	A longo prazo, o modelo preconizado nas normas internacionais deve ser o modelo aplicado, não havendo, desta forma, grandes recuos ou progressos nas actuais normas. Entretanto a experiência vai permitir ajustar algumas normas, tornando-as mais perceptíveis e exequíveis.	O <i>full fair value</i> não proporciona um aumento na qualidade da informação financeira.	O problema coloca-se ao nível do resultado vs resultado distribuível. Deveria caminhar-se para diferentes patamares de determinação das variações patrimoniais, distinguindo resultado de resultado distribuível.	Considera que quanto mais pessoas estiverem envolvidas no processo, pior.	De momento, não garante a neutralidade da informação financeira.	O SNC segue, e concorda que siga, as normas internacionais de contabilidade, por serem um modelo adequado. Já em termos de plano de contas e de apresentação, defende uma outra solução.
SR4	Concorda que não se caminhe para o <i>full fair value</i> , mas para um critério de justo valor dominante. Para muitos negócios, actividades, activos e passivos, o justo valor não é necessariamente a forma mais adequada para ir ao encontro do paradigma da imagem verdadeira e apropriada. Contudo, não acredita que se volte, por completo, ao modelo do custo.	Nos negócios ligados à actividade produtiva, estruturantes da vida económica, o <i>full fair value</i> não irá melhorar a qualidade da informação financeira. Já nos negócios mais dependentes do comportamento dos mercados, de natureza mais comercial, o modelo <i>full fair value</i> poderá tornar-se mais amigável porque os activos e passivos dominantes são activos e passivos de mercado.	Considera uma opção adequada. Todas as flutuações de justo valor de curto prazo, em activos e passivos de carácter corrente, devem afectar, se não na totalidade pelo menos o mais rapidamente, o capital próprio por via dos resultados. Já as flutuações em activos e passivos não correntes, cuja perspectiva de liquidação ou de realização não está subordinada ao ciclo operacional, poderiam ser tratadas directamente no capital próprio. Salienta a necessidade de existir uma nova demonstração do desempenho, que permita aos utilizadores distinguir o capital próprio realizado do não realizado, os resultados realizados dos não realizados.	Independentemente de existir ou não justo valor, devem existir sempre mecanismos de <i>enforcement</i> . As autoridades públicas, guardiãs do interesse público da informação financeira, devem assegurar esse <i>enforcement</i> . Entende que a auditoria às demonstrações financeiras deveria ser alargada, mas não necessariamente o modelo de auditoria completa. Ou seja, deveria ser criado um novo modelo de revisão de contas, de segundo nível, de revisão limitada, extensivo a pequenas e médias entidades, em que a opinião sobre as asserções fosse emitida sob a forma negativa. Para muitas pequenas e médias empresas, este modelo seria mais do que suficiente para dar credibilidade à informação financeira. Refere, por fim, que os mecanismos de coimas, de responsabilidade civil, previstos na legislação actual, deveriam funcionar.	Só garantiria a neutralidade se, toda a informação financeira a justo valor, se referisse a activos e passivos influenciados por mercados activos, regulamentados e creíveis. Como tal não acontece, a neutralidade também não existe.	A abordagem feita no SNC está colada à das normas internacionais de contabilidade, excepto, em relação aos instrumentos financeiros (o SNC apresenta uma informação muito mais simples e resumida) e, desta forma, apresenta os méritos e desméritos daquelas normas. Entende que não se poderia afastar muito do modelo seguido pela União Europeia que, embora criticável em alguns aspectos, é um modelo muito trabalhado e bem feito. Neste contexto, considera que se teve uma atitude prudente embora se devesse melhorar no SNC alguns aspectos, nomeadamente ajustá-lo mais à realidade portuguesa, para facilitar a sua aplicação, e ao nível das divulgações.
SR5	O <i>full fair value</i> pode ser um exagero. Concorda com a forma como o justo valor está actualmente, devendo apenas eliminar-se as opções da sua aplicação.	Não haverá um impacto muito forte na qualidade da informação, já que são poucas as rubricas das demonstrações financeiras que não estão a justo valor.	Existindo tratamentos alternativos, defende que seria mais claro se fosse tudo a resultados, salvaguardando a origem dos mesmos, e que existisse mais regulação, mais mecanismos de controlo, para evitar conflitos entres os accionistas e a gestão da empresa.	Devem existir organismos independentes que fiscalizem a aplicação do justo valor, a razoabilidade dos parâmetros utilizados, estabelecendo balizas na utilização dos mesmos. Às empresas cotadas, em que o justo valor assume uma importância muito significativa, deverá ser exigida mais divulgação específica sobre determinados aspectos.	Se forem feitas divulgações adequadas, o justo valor acaba por ser mais neutro do que o custo histórico. Isto porque, se for utilizado o custo histórico, a diferença entre este e o justo valor passa a ser pertença de um grupo muito restrito de utilizadores (gestão, accionistas privilegiados e alguns bancos), não estando garantida a neutralidade da informação.	O SNC aborda adequadamente o justo valor do mesmo modo que as normas internacionais, promovendo a comparabilidade da informação. Já no que respeita às empresas de pequena dimensão, considera que o SNC deveria ser ainda mais simplificado em algumas rubricas.
I/A6	Concorda que não se caminhe para o <i>full fair value</i> . O caminho dependerá da resposta a uma importante questão: saber o que é que se quer com as demonstrações financeiras, qual é o objectivo a atingir. Só depois poderá discutir-se um critério de valorização.	Depende, nomeadamente, se as contas são ou não auditadas. A generalidade das contas que se apresentam ao accionista são auditadas, daí que os modelos de valorização tenham de ser creíveis o suficiente para que os revisores certifiquem as contas sem reservas e sem ênfases. Nestas empresas a qualidade da informação não será tão afectada.	Não considera adequada a forma como actualmente são tratadas as diferenças de justo valor, a afectar os resultados. O resultado deve demonstrar o desempenho de uma entidade, pelo que meras questões valorimétricas farão pouco sentido na formação do resultado. Estas podem é, eventualmente, ser explicadas na nova demonstração de variações no capital próprio.	Só é possível uma adequada aplicação do justo valor com fortes mecanismos de <i>enforcement</i> . Esses mecanismos têm de ser internos e externos à empresa, devendo estes últimos ser independentes e mais abrangentes.	Não garante a neutralidade da informação porque há um conflito de interesses. Enquanto se continuar a remunerar gestores de empresas com base no desempenho das mesmas, continuar-se-á a sustentar o mecanismo da contabilidade criativa.	Não acha adequado pois considera estar pouco fundamentado. Defende que é inevitável adoptar as normas internacionais de contabilidade, que se deve aproveitar o que de bom foi feito mas com alguns cuidados, aspecto pouco conseguido no SNC.
I/A7	Concorda e acredita que será uma evolução natural. Mas o caminho não será fácil se não existirem regras bem definidas de determinação do justo valor.	Se existirem regras definidas para o cálculo do justo valor, a informação é comparável e a sua qualidade aumenta. Se, pelo contrário, o cálculo do justo valor for subjectivo vai-se perder qualidade na informação.	As diferenças de justo valor não devem ir directamente a resultados mas antes a reservas. Só devem afectar os resultados quando estiverem realizadas. Ao afectarem os resultados, dever-se-ia evidenciar claramente qual o valor realizado e qual o valor não realizado.	A existência de mecanismos de <i>enforcement</i> garante uma melhor aplicação do justo valor. Num modelo de <i>full fair value</i> , um organismo único de <i>enforcement</i> não será suficiente, deveriam existir diversos mecanismos autónomos, pertencentes ou não ao Estado, mas sempre independentes das empresas.	Se o justo valor for subjectivo, a neutralidade da informação não está garantida. Se existir um mercado activo para todos os elementos, existirá uma maior garantia de neutralidade da informação.	É uma abordagem adequada porque é baseada nas normas internacionais. Atendendo ao preconizado nas normas internacionais e ao que está a ser praticado na União Europeia, Portugal não poderia criar diferentes critérios para alcançar a pretendida harmonização contabilística.

Grelha de análise de conteúdo das entrevistas

Entrevistado	4. Evolução na utilização do justo valor					
	4.2 Opinião sobre essa tendência	4.3 Impacto do <i>full fair value</i> na qualidade da informação financeira	4.4 Tratamento das diferenças de justo valor pelos organismos normalizadores	4.5 A aplicação do justo valor e a existência de mecanismos de <i>enforcement</i>	4.6 A adopção do justo valor garante a neutralidade da informação	4.7 Opinião sobre a abordagem do justo valor na proposta do novo SNC
I/A8	Concorda com aquele processo pois entende que essa é a forma correcta. A necessidade dos gestores justificarem e esclarecerem os ajustamentos que aparecem nas contas, vai traduzir-se num acréscimo de exigência, relativamente àquilo a que os ingleses chamam de <i>accountability</i> .	Considera que o <i>full fair value</i> não irá acontecer, a não ser num quadro em que se compatibilize, a informação dos valores considerados razoáveis para a gestão com informação a custos históricos, e uma justificação das diferenças pelos gestores.	Ao discordar do modelo de justo valor, mais do que o tratamento contabilístico das suas diferenças, considera que o importante é que aquelas diferenças, como qualquer outro ajustamento, sejam devidamente explicadas pela gestão, com maior ou menor detalhe, em função da actividade da empresa.	Considera haver um equívoco quando se fala em mecanismos de <i>enforcement</i> relativamente ao justo valor. A melhor forma de <i>enforcement</i> passa por encontrar-se uma forma de garantir que não existam justos valores reconhecidos, sem que a administração se responsabilize pelo valor atribuído. Porquanto, a aplicação do justo valor envolve sempre a responsabilidade da administração, que terá de apreciar e, em limite, consegue-se sempre justificar através da manipulação de parâmetros e de fórmulas.	Considera que a neutralidade, neste caso, não existe.	O novo SNC é um sistema que nasceu muito bem, mas discorda com o modelo actualmente proposto. Considera que o diploma deveria ser único e que o justo valor está abordado de uma maneira o mais "desastrada" possível.
P9	Concorda com essa tendência e considera que se o caminho a seguir for o <i>full fair value</i> , enquanto utilizador da informação financeira, vai pedir que lhe forneçam uma coluna com a informação a custo histórico.	Coloca em causa a credibilidade da informação financeira.	Se as diferenças forem apuradas em mercados activos, não vê problemas em afectar os resultados e que estes sejam distribuíveis, porque se não forem, a situação resolve-se fazendo transacções no final do ano. Se não houver mercado activo, entende que as diferenças devem ser reflectidas nos capitais próprios mas não susceptíveis de distribuição.	A existência de mecanismos de <i>enforcement</i> fará com que o justo valor seja aceite de forma mais pacífica. Esses mecanismos deverão ser, obrigatoriamente, externos, do género de auditoria externa independente.	O justo valor não é neutro, privilegia alguns utentes da informação. Nunca será neutro porque a atribuição do justo valor não é consensual, não existem duas pessoas a atribuir o mesmo justo valor, ao mesmo elemento.	Considera que se avançou demais. Defende uma posição mais conservadora relativamente às soluções que estão previstas no SNC. Caso contrário, antevê um elevado acréscimo de conflituosidades entre os TOC e os seus clientes, enormes pressões, maus profissionais a "vender" a sua assinatura ao preço que entenderem e, só daqui a alguns anos, é que se vai saber quais são eventualmente os bons.
P10	Concorda com esse processo e considera que se deve balizar, regulamentar mais a utilização do justo valor.	Se os mercados funcionassem bem, seria bom ter-se o espelho do valor de mercado da empresa. Se os mercados não funcionarem bem, estão a criar-se "insufiáveis". Para o caso de não existir mercado activo, a qualidade da informação financeira será prejudicada.	Todas as diferenças de justo valor relacionadas com o desempenho operacional da empresa deveriam afectar os resultados, passar pela demonstração dos resultados. Todas as outras, deveriam afectar capitais próprios, sem serem susceptíveis de distribuição.	Defende a existência de mecanismos de <i>enforcement</i> com a função, não só de fiscalizar e punir, mas também de ajudar e orientar na adopção do justo valor. Deveriam ter uma função de prevenção, ser pró-activos, e ser assegurados por entidades independentes (ROC e auditores) que tivessem, na medida do possível, conhecimentos de aplicação transversal.	Considera que não garante a neutralidade e que privilegia mais os investidores.	A abordagem é idêntica à que consta nas normas internacionais de contabilidade, adaptada à nossa realidade. É, portanto, uma abordagem adequada.
P11	Agora mais do que nunca, concorda que não se caminhe para o <i>full fair value</i> . Considera que a crise financeira mundial vai fazer repensar todas estas questões.	Teria impacto mas não melhoraria a qualidade da informação financeira, porque aumentaria a subjectividade. A utilidade adicional não seria melhorada.	Concorda, de um modo geral, com o que está actualmente preconizado: alguns ajustamentos a afectar resultados e outros reservas.	Considera que o valor acrescentado desses mecanismos seria nulo porque as demonstrações financeiras são já auditadas. Os próprios organismos já obrigam a recorrer a peritos independentes. Como tal deve ser a empresa a criar mecanismos para ela própria aplicar adequadamente o justo valor.	Não garante a neutralidade da informação porque a adopção do justo valor está direccionada para a satisfação das necessidades de alguns utilizadores.	É adequado pois, atendendo à globalização, o referencial tem de ser tendencialmente o mesmo. Considera que vai haver uma melhoria na comparabilidade da informação para os utilizadores.
I/C12	Entende que deve ser assim, o justo valor não deve aplicar-se a todos os elementos.	O <i>full fair value</i> não irá melhorar a qualidade da informação financeira, antes pelo contrário, essa qualidade poderá mesmo diminuir.	Considera que o tratamento preconizado faz sentido. Defende, contudo, que poderiam ir mais ajustamentos a capitais próprios e menos a resultados. Como o resultado líquido ainda tem muita visibilidade, alerta para a importância de identificar claramente o resultado realizado e o resultado não realizado.	É importante existirem mecanismos de <i>enforcement</i> . O papel de <i>enforcement</i> deve ser da responsabilidade dos reguladores, dos revisores de contas e dos auditores.	O justo valor não garante a neutralidade da informação porque privilegia investidores e accionistas.	Refere que não está muito por dentro do SNC. Mas, do que conhece, considera adequada a forma como o SNC faz a abordagem do justo valor, que é uma transposição das normas internacionais de contabilidade.
I/C13	Concorda com essa tendência. O que se pretende é que a Contabilidade tenha aderência à realidade efectiva do activo, isto é, quanto é que ele vale efectivamente em termos de capacidade para gerar fluxos de caixa futuros.	Como não acredita que o <i>full fair value</i> vá ocorrer, reforça que só deve estar a justo valor aquilo que pode ser facilmente transaccionado em mercados activos, e cujo preço não oscile ao sabor da corrente. Relativamente aos outros elementos, quando muito, devem ser actualizados de acordo, por exemplo, com o índice geral de preços.	Considera adequado. Os ajustamentos de valor do que é facilmente negociável vai directamente a resultados, o remanescente fica em capitais próprios. Como alternativa, poder-se-iam abrir contas específicas, entre os passivos e os capitais próprios, que relevassem essas eventuais diferenças.	É extremamente complicado existirem entidades a verificar a aplicação do justo valor pois, para muitos elementos, não existe mercado activo, sendo difícil encontrar o justo valor. Como tal, considera que os mecanismos de <i>enforcement</i> não viriam melhorar a aplicação do justo valor.	Actualmente verifica-se que nos mercados financeiros, face às oscilações bruscas, quem detiver informação privilegiada, do interior das próprias instituições ou mercados, pode ganhar com algumas baixas muito rápidas e posteriores subidas. Mas nada disto tem a ver com o justo valor, com questões fundamentais da empresa, com a economia real, mas sim com uma economia virtual que estamos a viver hoje. Como tal, se o justo valor está ligado à economia virtual, tem todos os defeitos da economia virtual e, nesse caso, não é o mais adequado.	Considera que ninguém sabe muito bem como vai ser o SNC. De qualquer modo, o justo valor não vai ter grande impacto na normalização contabilística, porque a maior parte do nosso universo são micro ou pequeníssimas entidades, que não irão aplicar o justo valor. Ou seja, o justo valor vai ter uma aplicação muito restrita.
I/C14	Concorda com essa tendência, embora considere que a adopção do justo valor pelos organismos internacionais foi precipitada. Acredita que vai ser dado um passo atrás.	Se a informação for fiável, aumentará a qualidade da mesma; se não for, existirá um retrocesso, ou seja, a qualidade da informação financeira será prejudicada.	As diferenças de justo valor não deveriam afectar os resultados mas antes capitais próprios. Considera que os utilizadores ainda olham para o resultado do período como sendo dinheiro disponível.	Não será necessário existirem mecanismos de <i>enforcement</i> , porquanto esse serviço deveria ser feito por pessoas que estão na empresa, pois são aquelas que percebem. Mas, estando lá, têm interesses e, em consequência, não conseguirão ser independentes.	Não garante a neutralidade porque privilegia os gestores e os investidores.	É tão adequada quanto a adopção das IAS, que não são adequadas. Não obstante, realça que será este o caminho a seguir.